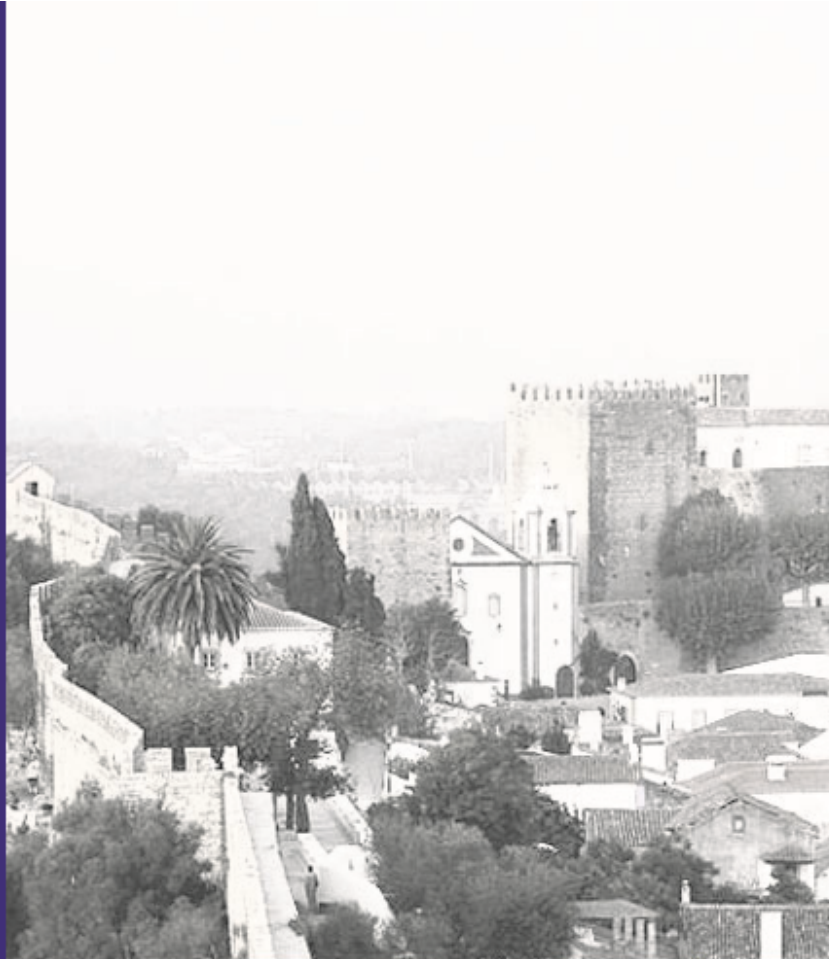




nº. 43, 1º sem./ 2019



revista
vernáculo

Revista Vernáculo

Número 43, 1º sem/2019

Edição do Número

Hilton Costa

Montagem

Alysson de Avila Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

Vila de Óbidos

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/10/Obidos_77c.jpg

ISSN 2317-4021

<https://revistas.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Francielle de Souza, Hilton Costa, Leonardo Brandão Barleta, Mateus Alves Nedbajluk, Mayara Mottin, Monah Nascimento Pereira

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	(UFMG) Caue Kruger (PUC-PR)	Lúcio Souza Lobo (UFPR) Marcelo Fronza (UFMT)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)	Fagner Carniel (UEM-PR)	Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)
Bruno de Macedo Zorek (UNICAMP-SP)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Jonas Wilson Pegoraro (UnB) Lise Fernanda Sedrez (UFRJ)	Tiago Luis Gil (UnB)
Carlos Eduardo Suprinyak	Lorena Avellar de Muniagurria (USP)	

Sumário

Apresentação: dossiê olhares sobre a Antiguidade e Idade Média: objetos distantes, questões presentes	6
O dever da caridade aos pobres: circulação de excedente, furto e a construção da noção de propriedade no interior da Ordem dos Frades Menores a partir das <i>Legenda Maior</i> e da <i>Vita Secunda</i> Douglas de Freitas Almeida Martins.....	11
Dos Montes à vila: considerações em torno da vila medieval portuguesa de Aldeia Galega da Merceana Toponímia, Povoamento, Administração Inês Sofia Lourenço Olaia	38
Luzes e sombras: a natureza na peregrinação a Santiago de Compostela segundo o <i>Codex Calixtinus</i> (século XII) Lorena da Silva Vargas	72
A construção da Cavalaria de Rei Arthur em Thomas Malory a partir do Juramento do Pentecostes Willian Perpétuo Busch.....	93
As habilidades militares de Ricardo I no <i>Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi</i> (1217-1222) Gabriel Toneli Rodrigues	130
Cavalaria e prática militar na fase inicial da Guerra dos Cem Anos (1346-1356) Ives Leocelso Silva Costa.....	161
Romanos e Não-Romanos: o nascimento da <i>Christianitas</i> Gabriel Irinei Covalchuk	194
Invasão ou guerra pela paz? O retorno da rainha Isabella à Inglaterra (1324-1327) Janaina Bruning Azevedo.....	216
A leitura da Lenda da Dama do Pé de Cabra na perspectiva das novas mídias digitais Amanda Ingrid dos Santos Jonabelle de Andrade Mateus Alves Nedbajluk Carlos Eduardo Zlatic	248

Dossiê
Olhares sobre a
Antiguidade e Idade
Média: objetos
distantes, questões
presentes

Apresentação: dossiê olhares sobre a Antiguidade e Idade Média: objetos distantes, questões presentes

Para que serve a história? Pergunta de um filho ao pai historiador, Marc Bloch, que motivou a escrita de um livro – o último escrito do referido autor e obra recorrente nas disciplinas introdutórias dos cursos de história. Em *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*¹ Bloch desenvolve reflexões que possibilitam mais de uma resposta a questão posta pelo filho, mas também se debruça sobre o trabalho historiográfico, o qual nomeia, de forma pertinente, como ofício.

Entendida como ofício, a história demanda o exercício constante de suas diversas atividades para o aperfeiçoamento das habilidades, seja de formular perguntas, ou de buscar e apresentar possíveis respostas. A proposta deste dossiê é justamente apresentar trabalhos de aprendizes do ofício de historiador que se encontram em diferentes estágios de formação acadêmica, desde estudantes de graduação até doutorandos. Provenientes de diversas regiões e portadores de experiências próprias, os autores nos agradam com diferentes olhares sobre a antiguidade e a idade média, demonstrando que o estudo de tais temporalidades atrai os esforços de pesquisadores com questões e objetivos não necessariamente próximos.

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. André Telles (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Se Bloch teve dificuldades para responder ao filho sobre a serventia da história, o que dizer da utilidade do estudo de tempos tão recuados em um período no qual o futuro parece se aproximar com uma velocidade cada vez maior? Lendo os artigos que seguem, o leitor poderá comprovar a indicação de Marc Bloch que a história nos entretém.² Mas, como o autor desenvolve, há muito mais que isso. Nosso tempo nos põe várias questões, para as quais buscamos respostas por variados caminhos – na tecnologia, na fé, na organização de grupos e, entre outras possibilidades, no passado. Não que o estudo da organização política medieval vá nos proporcionar o entendimento do que ocorre hoje, mas aumenta nosso repertório mental e possibilita a proposta de apontamentos diferentes em torno de problemas atuais, pensando isso como exercício do grupo humano e não necessariamente enquanto tarefa individual de cada historiador.

As produções que compõem este número da revista Vernáculo nos trazem questionamentos sobre guerra, economia, natureza, criação de mitos e outros assuntos (problemas atuais, mas não inéditos na experiência da nossa espécie). Foram produzidos por autores de sete instituições diferentes, localizadas em quatro estados brasileiros (Goiás, Mato Grosso, Paraná e Sergipe) e em Portugal, possibilitando leituras a partir de perspectivas diversificadas.

O artigo de abertura do dossiê é de autoria de Douglas de Freitas Almeida Martins, intitulado *O dever da caridade aos pobres*:

²Idem.p. 42.

circulação de excedente, furto e a construção da noção de propriedade no interior da Ordem dos Frades Menores a partir das Legenda Maior e da Vita Secunda, trata dos modelos franciscanos de interação com a vida material presentes nas obras referidas, apresentando relações entre a economia e a espiritualidade.

O texto seguinte, *Dos montes à vila: considerações em torno da vila medieval portuguesa de aldeia galega da merceanato ponímia, povoamento, administração*, nossa contribuição portuguesa, escrito por Inês Sofia Lourenço Olaia, centra a análise na evolução do nome da região hoje conhecida como Aldeia Galega, entre os séculos XIII e XIV. A autora busca ainda as diferenças entre a nomenclatura em documentação local e proveniente da chancelaria régia.

Lorena da Silva Vargas, em *Luzes e sombras: a natureza na peregrinação a Santiago de Compostela segundo o Codex Calixtinus (século XII)*, analisa a influência da natureza sobre os peregrinos a caminho de Santiago de Compostela, tendo como fonte principal o Livro do peregrino.

A pergunta colocada por Willian Perpétuo Busch em *A construção da Cavalaria de Rei Arthur em Thomas Malory a partir do juramento do Pentecostes* objetiva chegar ao entendimento de como a ideia de cavalaria presente no *juramento de Pentecostes* foi forjada, atentando para o contexto de produção do texto e da vida do autor, bem como para o desenvolvimento do ideal de cavalaria, o qual teria Arthur como um dos modelos.

Também relacionado à cavalaria temos *As habilidades militares de Ricardo I no Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi (1217-1222)*, de Gabriel Toneli Rodrigues. O artigo pretende apresentar as habilidades de rei cavaleiro atribuídas pela crônica em questão a Ricardo I e entender como esta construção pode ser lida como uma crítica a João I e tentativa de promoção de Henrique III, reis que sucederam Ricardo no trono inglês.

Ives Leocelso Silva Costa analisa as escolhas feitas por França e Inglaterra no princípio do confronto que opôs os dois reinos por mais de um século. *Cavalaria e prática militar na fase inicial da guerra dos cem anos (1346-1356)* extrapola os aspectos militares para compreender as razões que levaram à insistência dos franceses na utilização da cavalaria, apesar de derrotas para tropas inglesas desmontadas.

Em *Invasão ou “guerra pela paz”? O retorno da rainha Isabella à Inglaterra (1325-1327)*, Janaina Bruning Azevedo objetiva compreender o que o movimento realizado pela rainha Isabella representou para a Inglaterra então governada por seu esposo, Eduardo II. Artigo com objeto mais recuado temporalmente, *Romanos e não-romanos: o nascimento da christianitas* de Gabriel Irinei Covalchuk discute o desenvolvimento da ideia de romanidade tendo como parâmetro a relação com o cristianismo.

Fechando o dossiê, temos um artigo de autoria coletiva: *A leitura da lenda da dama do pé de cabra na perspectiva das novas mídias digitais*, resultado de uma oficina realizada na Universidade

Federal do Paraná, que visa discutir as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias para a divulgação do conhecimento, partindo da análise da lenda da Dama do Pé de Cabra, história registrada no período medieval em Portugal. Esperamos que os textos aqui reunidos possibilitem reflexões e engendrem diálogos que colaborem com a continuidade do exercício historiográfico. Desejamos a todos uma boa leitura!

Willian Funke

Mateus Alves Nedbajluk

O dever da caridade aos pobres: circulação de excedente, furto e a construção da noção de propriedade no interior da Ordem dos Frades Menores a partir das *Legenda Maior* e da *Vita Secunda*.

Douglas de Freitas Almeida Martins¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo propor uma análise dos textos hagiográficos de São Boaventura – *Legenda Maior* – e Tomás de Celano – *Vita Secunda* – como modelos dotados de valores idealizados pela Ordem dos Frades Menores em sua inserção na vida material nos espaços urbanos da Península Itálica em princípios do século XIII. Para realizar tal análise foi necessário utilizar conceitos que evitem a abordagens singulares e maniqueístas, que destacam a vida material como um domínio social apartado das demais experiências históricas. Os textos hagiográficos foram interpretados com o auxílio das formulações teóricas do Primitivismo Econômico. O discurso acerca do pauperismo não será tomado como uma atitude antieconômica, mas sim como mecanismo essencial da conduta dos frades minoritas frente a temas como propriedade, circulação de excedente e o furto.

Palavras-chaves: Hagiografia – Pauperismo – Primitivismo Econômico

Abstract: The aim of this article is to propose an analysis of the hagiographic texts of St. Bonaventure - Major Legend - and Thomas of Celano - Vita Secunda - as models endowed with idealized values by the Order of the Friars Minor in their insertion in material life in the urban spaces of the Italic Peninsula in principles of the thirteenth century. In order to carry out such an analysis it was necessary to use concepts that escaped singular and Manichean approaches, which highlight material life as a social domain that is separated from other historical experiences. The hagiographic texts were

¹Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. O artigo aqui apresentado é fruto das reflexões desenvolvidas durante a construção da dissertação de mestrado cujo título é *O pauperismo como equilíbrio econômico: as hagiografias e as engrenagens da materialidade na ordo fratrum minorum (1228-1263)* defendido junto ao Programa de Pós Graduação em História da UFMT defendido em 2015. "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001." This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001".

interpreted with the a idol the theoretical formulations of Economic Primitivism. The discourse on pauperism will not be taken as an uneconomical attitude, but rather as an essential mechanism for the conduct of the minority friar son issues such as property, circulation of surplus and theft.

Keywords: Hagiography - Pauperism - Economic Primitivism

Este artigo analisa as hagiografias² minoritas escritas ao longo do século XIII como detentoras de um *ethos* econômico. Elas configuram-se como portadoras de valores idealizadas pela Ordem dos Frades Menores e tornam-se modelos para o reconhecimento das funções que a Ordem poderia assumir perante a sociedade em expansão material das cidades italianas medievais.

Nascido no século XIII, no coração da Península Itálica primeiramente como um movimento laico – mas que, rapidamente cresceu, expandiu e institucionalizou-se – o franciscanismo se tornou um dos movimentos espirituais³, culturais e sociais de maior difusão e transcendência na História da Igreja e da espiritualidade. A posição de

²Compreendo hagiografia enquanto um discurso edificante que tem por objetivo atuar sobre a conduta de seus receptores. Não se trata de uma biografia, pois não tem por pretensão “informar” o passado, mas sim de formar seus “receptores” (MIATELLO, 2013). Para Thomas Head, o hagiógrafo não tinha como objetivo escrever uma recordação biográfica do santo, mas apresentá-lo como um modelo de conduta cristã, como a encarnação de um modelo ético. De acordo com Hellfman, trata-se de uma finalidade distinta do que se propõe a biografia Ainda segundo Borbolla (2002), mesmo que possa ser utilizada como fonte para o estudo do passado, a obra hagiográfica apresenta ao pesquisador um texto dotado de outras finalidades: moralistas, dogmáticas, sermonísticas, etc.

³ São Francisco, segundo Martino Conti, agia muito mais como uma espécie de “imitador” de Cristo, seguindo de perto suas ações e comportamentos, do que um apóstolo. Sua atitude se aproximava da Sagrada Escritura sendo caracterizada pelo espírito de fé, de humildade e de amor. “Segundo São Francisco, o verdadeiro discípulo de Cristo renega-se a si mesmo” (CONTI, 2004, p.137).

Francisco ⁴ é reveladora: em um período de inquietação em todos os níveis, e do rápido surgimento e desenvolvimento de formas de contestação à vida dos clérigos e monges, o santo de Assis procurava evitar toda a confusão com movimentos com os quais o seu podia ser confundido. Como um leigo, será no evangelho de Cristo que ele encontrará o seu modo de vida ⁵.

A historiografia clássica e que comporta nomes como Paul Sabatier, Jacques Le Goff, Martino Conti, dentre outros, legou a imagem de uma *fraternitas* e posteriormente de uma *Ordo* que adotou uma postura não apenas de distanciamento, mas também de combate à vida material, de forma que o discurso acerca do pauperismo é um discurso de renúncia à materialidade.

Esta imagem foi desenhada a partir da leitura dos textos hagiográficos escritos por Tomás de Celano e São Boaventura, frades minoritas, na década de 1220 e 1260, respectivamente. No entanto, proponho uma leitura sob um prisma pouco privilegiado pelos historiadores. Os textos hagiográficos foram interpretados com o

⁴ A imagem criada pelos historiadores acerca da Ordem e de Francisco de Assis reflete personagens que abalaram e sacudiram a religião, a civilização e a sociedade medieval, desempenhando papel decisivo no impulso de novas ordens medicantes, por meio de uma revolta sem niilismo, como defende Jacques Le Goff, no prefácio da biografia do santo; Francisco e sua experiência religiosa são retratados por Chiara Frugoni (2011) como marcos de uma renovação da espiritualidade no interior da Cristandade ou; ainda como precursores de uma revolução laica no século XIII como atesta AndreVauchez (1995).

⁵ Ver ainda: (BASCHET, 2006); (LE GOFF, 2010); (VAUCHEZ, 1995); (DUBY, 1992).

auxílio das formulações teóricas do Primitivismo Econômico⁶ e os indícios e pequenos detalhes contidos na narrativa santoral revelaram um *ethos* idealizado a respeito da inserção dos frades na materialidade urbana de princípios do século XIII. Deste modo, o presente artigo está embasado na aceção de que as hagiografias foram veículos de transmissão de um *status* específico, o qual, tendo o personagem Francisco de Assis como um elemento central, articulava os ideais do pauperismo⁷, da caridade e da fraternidade como meios de inserção dos frades nos domínios chamados econômicos – e não da negação do mesmo.

Por fim, é válido também destacar que o presente artigo é devedor das contribuições teóricas do historiador André Miatello, que em sua tese de doutoramento *Retórica religiosa e cívica na Itália do século XIII: a composição e o uso das hagiografias mendicantes nas políticas de paz* (2010) se propõem a analisar o fenômeno hagiográfico e os quadros políticos da sociedade italiana no século XIII. Partindo de uma abordagem que está alinhada com os pressupostos teóricos da Nova História Política, o autor trata a hagiografia como portadora de

⁶Convencionou denominar como sendo o Primitivismo Econômico, uma escola de pensamento econômico que começou a tomar corpo na Alemanha na segunda metade do século XIX. Reunindo economistas, historiadores, sociólogos e posteriormente antropólogos, tais intelectuais foram os primeiros a criticar a simples transposição de termos da moderna concepção de economia para sociedades anteriores ao advento da industrialização. Em outras palavras, era necessário encontrar outras categorias para denominar as práticas ditas econômicas anteriores ao século XVIII.

⁷Compreendo o pauperismo para além de sua definição baseada em um discurso de extrema pobreza. O pauperismo na análise que pretendo realizar é um discurso que se configura como um mecanismo econômico.

valores promulgados pelos minoritas acerca da transformação moral da sociedade e que estão associadas a uma retórica específica, expressando uma imagem idealizada do espaço urbano. Esta abordagem proposta por Miatello é fundamental e importante não apenas para este artigo, mas também para renovação dos estudos acerca da Ordem dos Frades Menores. Fim de orientação para os leitores, o texto está dividido a partir de uma breve apresentação das fontes documentais e complementado em seguida por uma análise teórica, seguida por uma conclusão.

I

São Boaventura, sétimo ministro-geral da Ordem dos Frades Menores, escreveu na década de 1260 duas obras hagiográficas a respeito da obra e vida de Francisco de Assis, líder minorita. Tomadas como narrativas oficiais, substituindo as *vitas* antigas, elas traziam elementos imaginados da vida do santo de Assis. Francisco é o personagem retratado na narrativa e contém diversos episódios idealizados protagonizados pelo mesmo. Trarei um episódio para exemplificar a abordagem.

Boaventura possibilita nos imaginar um Francisco⁸, que ao retornar de Sena, vestido com um manto por causa de uma enfermidade,

⁸ A fonte de inspiração deste episódio é o próprio Celano (IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, p. 358): “Noutra ocasião, quando voltava de Sena, encontrou um pobre; e o santo disse ao companheiro: ‘Irmão, é necessário que restituamos o manto ao pobrezinho, pois a ele pertence. Recebemo-lo de empréstimo

encontra um pobre. Ao olhar e constatar o estado miserável em que se encontrava o homem, o santo disse ao companheiro⁹: “é preciso que restituamos o manto a este pobrezinho, pois é dele. Recebemo-lo de empréstimo até que acontecesse encontrarmos alguém mais pobre” (IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, 2008, p. 602). O frade que o acompanhava, considerando a necessidade física no qual encontrava Francisco – por causa de sua doença – resistia à ideia de prover o outro com o manto, esquecendo-se de si mesmo. Francisco disse: “Se eu não der o que visto ao mais necessitado, penso que se me deva imputar como furto pelo grande Esmoler” (IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, 2008, p. 603). Por esta razão, em relação a todas as coisas que lhe eram dadas para aliviar as dores do corpo, ele estava acostumado a pedir licença aos doadores para poder distribuí-las licitamente, se encontrasse alguém mais pobre.

até acontecer que encontremos alguém mais pobre’ [...] Disse-lhe o santo: ‘Não quero ser ladrão; ser-nos-ia imputado como furto, se não dermos aos mais necessitados’. Este trecho é revelador: as hagiografias reproduzem um discurso em comum. Um discurso que desde os primeiros anos se faziam presente no interior da Ordem.

⁹ *Accidit semel, ut eidem redeunti de Senis pauper quidam occurreret, cum occasione infirmitatis super habitum palliolo quodam esset amictus. Cuius miseria oculo clementi conspecta: "Oportet", inquit ad socium, "ut reddamus mantellum pauperculo isti, nam ipsius est. Mutuo enim ipsum accepimus (cfr. Luc 6,34), donec pauperiorem invenire contingeret". Socius autem pii patris necessitatem considerans, pertinaciter obsistebat, ne provideret alii, se neglecto. At ille: "Pro furto mihi", ait, "reputo a magno Eleemosynario imputandum, si hoc quod fero, non dedero magis egenti". Propterea de omnibus, quae sibi dabantur ad necessitatem corporis relevandam, solutus erat a dantibus licentiam petere, ut licite posset, si magis egenus occurreret, erogare. PELTIER, A.C. S. R. E. S. Bonaventurae Opera Minorum. Paris: L. Vivès, 1868, p. 320.*

Na cena narrada, Francisco ao se deparar com um pobre sente a obrigação de restituir o manto ao necessitado para não incorrer em furto pelo “grande Esmoler” (IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, 2008, p. 603). Gostaria de destacar uma palavra em especial: furto. No dicionário Houaiss o ato de furtar aparece como um “roubo de pouca monta, praticado às escondidas e sem violência.” Seu ato cruza a fronteira do que é considerado lícito e fere o direito a propriedade de um dado bem. Não se trata aqui do direito a uma propriedade privada. Mas tal ato configura uma transgressão de uma norma estabelecida e que fere a legitimidade e o pertencimento de um dado bem.

Em um estudo muito interessante sobre o tema, o professor Dr. Marcelo Cândido (2014) propôs algumas argumentações – que apesar de serem voltadas para os séculos VI ao VIII – que podem lançar luz sobre o problema da propriedade e do roubo na Idade Média. Ao consideramos o furto¹⁰ como um desvio de normas é necessário atentar-se que elas possuem um reconhecimento e uma aceitação social. A aceitação das normas significa “não apenas uma mudança de comportamento dos atores sociais, ela implica também no reconhecimento por parte dos mesmos de que as coisas e as pessoas assumem formas distintas daquelas que eram as suas antes que as

¹⁰ Conforme ressalta o professor Marcelo Cândido (2014, p. 20-30), as hagiografias medievais, frequentemente, não distinguem as noções de roubo e furto, tal como os códigos de direito do mundo moderno. Portanto, ao longo deste capítulo recorreremos aos dois termos como intercambiáveis.

normas se projetassem sobre elas” (CANDIDO, 2014, p. 26). Em outras palavras, buscar a efetivação das normas contra o roubo no mundo franco é um exercício pouco proveitoso. Ao deslocar o problema para a questão de fabricação dos sujeitos através da norma, Marcelo Cândido, permite pensar que a fronteira entre coisas e pessoas é cambiante e passível de significações diversas.

“As normas não se dirigem à sociedade, mas são parte integrante da construção social” (CANDIDO, 2014, p. 26). É o que ocorre quando nos referimos ao período chamado de medieval e percebemos que as normas não são valores jurídicos em sentido estrito, mas, sobretudo, valores sociais. As normas são construções sociais – que podem ser veiculadas, por exemplo, em textos hagiográficos e não somente em tratados jurídicos - e não simplesmente instrumentos que constroem a realidade.

Tendo esta argumentação como fundamento conceitual, retornemos ao relato de Boaventura. Francisco caminharia na direção oposta à norma pré-estabelecida – isto é, à obrigação de dar aos pobres o que lhe é direito – caso não entregasse o bem (a veste) ao mais necessitado. Embora, socialmente, acumulasse diversas conotações, o manto surge no relato marcado por uma significação forte. O contexto permitiria ressaltar o valor de utilidade – sua serventia para aquecer e proteger do frio, por exemplo – ou de distinção social – como um símbolo de uma posição religiosa ou mesmo aristocrática específica. Mas, na hagiografia, o manto é, acima de tudo, parte integrante de uma

opção de vida marcada pela pobreza: a necessidade de dar e agir de acordo com a caridade. O objeto, portanto, surge como elemento constituinte dos modos de agir esperados dos sujeitos – é a norma agindo na construção social, conforme ressaltou Marcelo Cândido.

Na continuação do trecho narrado, Boaventura informa que o santo não poupava absolutamente nada, fossem mantos, túnicas ou livros da obrigação de doar aos pobres e cumprir o dever da piedade. Não fazê-lo seria incorrer na prática de furto. Descumprir a caridade é equivalente a furtar. Diante desta ênfase, gostaria de ressaltar o aspecto que me chama atenção nesta caracterização: ela é um exemplo de reciprocidade. Aqui, mais uma vez, é necessária uma pausa, para explicar o argumento. Ela é importante para que eu conceitue aquilo que entendo como relação recíproca. Irei recorrer aos fundamentos teóricos de Karl Polanyi.

De acordo com o antropólogo húngaro, para que um grupo decida organizar suas relações com base em movimentos recíprocos, deve “se dividir em subgrupos simétricos cujos membros pudessem identificar uns aos outros como tais” (POLANYI, 2012, p. 87). Os membros de um grupo denominado como “A” podem estabelecer relações de mutualidade com seus correspondentes do grupo “B”, e vice-versa. Um movimento recíproco desloca a ênfase do componente utilitário, da “vantagem egoísta, para a experiência amável e gratificante que flui dos contatos de vizinhança mutualmente honoríficos com aqueles a quem ligamos em relações específicas” (POLANYI, 2012, p.

110). Um movimento com esta conotação pressupõe identificação, afeição, admiração e, por vezes, medo. É por isso que Polanyi utiliza constantemente o termo solidariedade: o comportamento adequado é o da equidade e da consideração.

A origem desse movimento não é econômica: “enquanto o nosso senso de justiça se expressa em termos de punição e recompensa, os movimentos recíprocos de bens se expressam em termos de dádiva e contra dádiva” (POLANYI, 2012, p. 87). O hábito de ofertar algum presente não vem acompanhado, necessariamente, de uma negociação ou uma barganha. São precisamente estes sentimentos que desestimulam qualquer manifestação de interesse econômico pessoal na relação. Isso não significa afirmar que as sociedades onde se partilham tais relações não havia nenhum substantivo econômico –em situações assim, os homens não estão desprovidos de motivações econômicas.

Antes de identificá-lo com uma dinâmica de produção e expansão da riqueza, o adjetivo “econômico” deve ser fixado a uma definição mais historicamente abrangente: nomear certas racionalidades de reprodução da vida material. Segundo Karl Polanyi, tal formulação permite evitar uma série de excessos: o importante, segundo ele, é entender a economia neste sentido substantivista. É precisamente este o significado econômico do qual irei utilizar como conceito de análise: a prática “econômica” está onde podem ser detectados padrões de uma interação institucionalizada com o meio natural, visando fornecer os

meios para satisfazer as necessidades materiais de um grupo (POLANYI, p. 64, 2012).

Um dos aspectos centrais a ser discutido nesta definição de economia é a noção de propriedade. Antes de qualquer coisa é necessário definir o que a palavra coloca em jogo. Esta não é uma tarefa fácil. De acordo como Richard Pipes (2001), existiriam duas formas de compreender o que é uma propriedade: uma conceitual e outra institucional. O significado de ambas altera-se ao longo do tempo, revelando a própria historicidade do termo: é possível perceber continuidades e rupturas desta noção ao longo da história. Contudo, algo parece ser consensual: “a história de todas as sociedades, por um lado, da mais primitiva a mais avançada, revela a universalidade do direito à propriedade” (PIPES, 2001, p. 23).

Qualquer mudança de atitude em relação à propriedade pode ser explicada pelo comportamento político ou econômico. E não são poucos os argumentos que legitimam o direito a propriedade, como afirma o mesmo autor (PIPES, 2001): sejam políticos (quando promovem a estabilidade e limitam as ações de governo), sejam eles morais ou psicológicos (quando definem a legitimidade a partir de parâmetros culturais relativos, por exemplo, às formas de reconhecimento de diferentes tipos de trabalho ou de ideais de igualdade, autoestima, etc), sejam econômicos (ao sustentarem que a propriedade é o meio mais eficiente de produzir riqueza). É um problema de muitas faces sociais.

Nossa moderna concepção de propriedade instaurou uma ruptura entre aquilo que é “meu” e aquilo que é “seu”. Isto nem sempre foi desta forma: as concepções de um passado mítico no qual as desigualdades sociais inexistem é um exemplo. O autor é ainda mais enfático: “nenhuma sociedade existiu sem algum tipo de propriedade” (PIPES, 2001, p. 25). Na Antiguidade, Platão e Aristóteles defendiam pontos de vistas diferentes no que se refere à existência de propriedades. Na Idade Média a ideia de propriedade foi alvo de intensos debates: se as primeiras comunidades cristãs aceitavam sua existência, a partir do momento em que se expandiram, foi necessário encontrar um meio-termo entre o ideal apostólico de um despojamento do mundo e a instalação das comunidades na realidade mundana – o que pode ser encontrado nas obras de Santo Agostinho, por exemplo.

Talvez o autor mais paradigmático para a discussão da noção de propriedade nos estudos medievais seja o historiador Alain Guerreau. Em sua obra *Futuro de um passado* (2002), Guerreau chamou atenção para dois conceitos fundamentais para uma análise da realidade medieval: a *ecclesia* e *dominium*. A título dos objetivos específicos deste artigo, focalizarei a noção de *dominium*.

Apresentando uma crítica feroz aos pressupostos do Iluminismo e Liberalismo – que teriam inventado e difundido categorias analíticas completamente estranhas à Idade Média –, Guerreau insiste em recuperar o termo *dominium* como modo de preservar certas especificidades da noção de propriedade no mundo medieval e sua

manifestação política. *Dominium* não é sinônimo de propriedade. Aos olhos do medievalista, esta não é tratada como instrumento jurídico, algo sobre o qual os medievais poderiam vivenciar ou falar como um objeto destacado como algo em si ou uma relação auto referencial. Os homens e mulheres que viveram há cerca de mil anos experimentaram a propriedade, mas como uma dimensão do *dominium*, isto é, uma realidade social maior, abrangente e intercambiável com diversas práticas coletivas. Tal lógica era “uma forma específica de dominação bífida, concernindo ao mesmo tempo os homens e as terras” (IN: LE GOFF & SCHIMIDT, 2006, p. 440). Trata-se de uma relação social que envolvia dominantes e dominados em que os primeiros exerciam simultaneamente um poder sobre os homens e sobre a terra.

De toda esta argumentação eis o que pretendemos reter: no universo econômico da sociedade medieval, eminentemente substantivista, as relações de propriedade eram parte das realidades coletivas – embora fossem experimentadas no bojo de relações mais abrangentes (o *dominium*), sobre as quais, em várias circunstâncias, predominavam não o valor utilitário, mas, como dissemos acima, certas conotações que muitos chamariam de “religiosas”, já que pressupõem identificação, afeição, admiração e, por vezes, medo. Dito isto, voltemos ao exemplo.

Esta explanação conceitual realça como o relato hagiográfico está marcado por um conceito de propriedade bem definido. Não se trata de entender a propriedade como um fato ou acontecimento, mas

como valor legítimo. É possível questionar se de fato as vestes narradas existiram ou se pertenceram à imaginação do hagiógrafo. Podemos até mesmo duvidar de que o próprio episódio tenha ocorrido. Mas isso não é decisivo para a argumentação que desenvolvo. O importante, para o ponto de vista que desejo destacar, é que está em jogo uma ideia socialmente produzida e cuja aceitação era defendida: um valor ou simplesmente uma concepção de propriedade.

Trata-se de uma concepção da propriedade como realidade humana coletiva. O seu marcador discursivo é a noção de furto. Não cumprir a caridade significa, no relato, lesar uma posse coletiva dos bens: os “bens pertencem aos pobres”. À medida que os bens circulam entre os homens, através da caridade e da reciprocidade, retê-los aparece como algo legítimo – desde que seja o grupo o detentor. Não se trata de propriedade individual: a qual, por sinal, é estigmatizada nos relatos hagiográficos franciscanos. Mas, por outro lado, não se trata igualmente de um bem que pertence a Deus, como se santificado ou divinizado como “propriedade divina”. Quem subtrai à caridade comete um furto contra os homens – neste caso, os pobres. A caridade, forma de reciprocidade, faz com que a prática de reter o bem não seja pessoal ou estática: o bem não deve permanecer em um lugar, fixo, ou ser visto nas mãos de alguém. Ele deve circular, mover-se, ser repassado conforme se reconhecem as necessidades. A narrativa destaca uma posse dinâmica dos bens, que devem circular não como “vantagem egoísta”, mas como “experiência amável e gratificante que flui dos

contatos de vizinhança mutualmente honoríficos com aqueles a quem ligamos em relações específicas” (POLANYI, 2012, p. 110).

Visto por outro ângulo, este mesmo caso poderia ser definido assim: Francisco surge na narrativa legitimando uma posse doméstica, partilhada no âmbito da família – conforme ensinava uma antiga tradição. Neste caso, a noção de posse e circulação de bens está intimamente ligada à ideia de usufruto fraternal, máxima da *oikonomia* antiga. A equação é romana. Foi estudada pela autora Kristina Sessa (2013, p. 174-188) para demonstrar a inserção do cristianismo na vida imperial através da influencia que os bispos de Roma exerciam junto à família e administração do *oikos* (antiga designação para a economia). Em seu livro, *The Formation of Papal Authority in Late Antique Italy: Roman Bishops and the Domestic Sphere*, Sessa utiliza largamente as categorias e expressões que identificavam o papel de ordenamento material e controle jurisdicional exercido por um *pater familias*. A expressão latina nomeava uma figura masculina que personificava relações coletivas: não se trata de um indivíduo e da afirmação de suas prerrogativas particulares ou soberanas, mas do ponto de convergência de necessidades, demandas e obrigações de um grupo formado por consanguíneos, criados e escravos. O *pater familia* dava voz aos direitos e deveres de um grupo.

A afirmação a que pretendo chegar é esta: Francisco figura na hagiografia como um *pater familia*, cuja atuação, ao assegurar a circulação dos bens através da caridade e dos deveres para com a

pobreza, legitima a posse destes bens pelo grupo representado por ele. É esta realidade que surge marcada através do emprego da noção de furto: furtar aos pobres é deslegitimar a circulação e o usufruto do bem pela família.

A ideia de furto reaparece nas hagiografias. É tema recorrente na própria obra de São Boaventura e também na produção hagiográfica de outro frade, Tomás de Celano. Entre 1244 E 1247, o ministro geral da Ordem Minorita, Crescentius de Jessis, encomendou junto à Celano a *Vida segunda* que reflectia a evolução das perspectivas oficiais sobre o santo nas décadas seguintes à sua morte. Essas duas narrativas são agora comparadas. Retomemos a clássica passagem no qual Francisco compara o dinheiro como algo do demônio, narrada pelos dois hagiógrafos. Vejamos os seguintes relatos:

Celano – Vida segunda

“Passando uma vez o homem de Deus com um companheiro pela Apúlia perto de Bari, encontrou no caminho uma grande bolsa, que na linguagem dos comerciantes se chama funda, inchada de moedas. É advertido pelos irmãos e tentado com insistência a que se apanhe a bolsa do chão e se distribua o dinheiro aos pobres. Exalta-se a compaixão para com os necessitados, e elogia-se a misericórdia na distribuição do dinheiro. O santo recusa-se terminantemente a fazê-lo e afirma que é astúcia do demônio. Diz: ‘Não é permitido, filho, tomar coisas alheias; dar coisas alheias não merece glória, mas é pecado que merece castigo.’ Afastam-se do lugar, apressam-se em terminar a viagem começada. Mas o irmão ainda não ficou quieto, iludido por falsa piedade; continua ainda a sugerir a transgressão. O santo consente em voltar ao lugar, não para cumprir o desejo do irmão, mas para mostrar ao tolo o mistério divino. Chama um jovem que se achava sentado sobre um poço a beirado caminho para que , pela boca de duas ou três testemunhas, se manifeste o segredo da

Trindade. Tendo os três retornado a funda, vêem-na recheada de moedas. O santo proíbe a qualquer um deles de se aproximar-se, para que por força da oração, seja denunciada a falácia do demônio. Retirando-se dali o quanto é um tiro de pedra, dedica-se a sagrada oração. Voltando da oração, manda o irmão levantar a bolsa que, enquanto ele rezava, continha uma cobra em vez de dinheiro [...] E disse-lhe o santo: ‘Irmão, o dinheiro para nós, servo de Deus, nada mais é do que o demônio e uma cobra venenosa’.¹¹

Boaventura – *Legenda Maior*

“O pobre de Cristo é admoestado e tentado com insistência pelo companheiro a que se tome a bolsa do chão e se de o dinheiro aos pobres. O homem de Deus, afirmando que havia uma armadilha do demônio na bolsa encontrada e que o irmão o aconselhava não uma coisa de mérito, mas de pecado, a saber, surrupiar e das coisas alheias. Afastam-se do lugar e apressam a caminhada iniciada. Mas o irmão ainda não fica tranquilo, iludido por falsa piedade,

¹¹Transeunte aliquando viro Dei (cfr. Iudc 13,6,8) cum socio per Apuliam prope Barum, invenit in via bursam magnam, denariis tumescentem, quae funda negotiatorum vocabulo nuncupatur. Monetur a socio sanctus et instanter inducitur, ut bursa tollatur e terra, et pecunia pauperibus erogetur. Attollitur pietas in egenis, et in erogatione ipsius misericordia commendatur. Recusat sanctus id penitus se facturum, et commentum affirmat fore diaboli. “Non licet”, inquit, “fili, alienum auferre; peccati poena, non meriti gloria est aliena donare”. Recedunt de loco, festinant iter perficere coeptum (cfr. Iudc 19,14). Sed nondum quiescit frater, vacua pietate delusus; addit adhuc (cfr. 2Re 5,22) praevericationem suggerere. Acquiescit sanctus redire ad locum, non ut fratris impleat votum (cfr. Num 15,8), sed ut fatuo divinum ostendat mysterium (cfr. Dan 2,29). Advocat iuvenem quemdam, qui supra puteum sedebat (cfr. Ioa 4,6) in via, ut in ore duorum vel trium testium (cfr. Mat 18,16) Trinitatis clareat sacramentum. Reversis iam tribus ad fundam, denariis eam tumidam vident. Prohibet sanctus quemquam illorum appropinquare, ut orationis virtute daemonis prodatur fallacia. Recedens inde, quantum iactus est lapidis (cfr. Luc 22,41), orationi sacrae incumbit. Rediens ab oratione, iubet fratrem levare bursam, quae, ipso exorante, pro pecunia colubrum continebat. Tremat frater et stupet, et nescio quid iam praesentiens, alia quam solito animo volvit. Timore tandem obedientiae sanctae dubietatem abigens cordis, bursam manibus capit. Et ecce serpens non modicus de bursa exsiliens, diabolicam deceptionem fratri monstravit. Et ait sanctus ad eum: “Pecunia servis Dei (cfr. Gen 50,17), o frater, nihil aliud est quam diabolus et coluber venenosus”. D’ALENÇON, Edouard. Francisci Assisensis: vita et miracula, additis opusculis liturgicis, auctore Fr. Thoma de Celano. Roma, Desclée: 1906, p. 222-223.

molestando o homem de Deus, como se este não se preocupa-se em aliviar a penúria dos pobres. Finalmente, o homem cheio de mansidão aquiesceu em voltar o lugar, não para cumprir a vontade do irmão, mas para colocar a descoberto a fraude diabólica. Retornando, portanto, a sacola com o irmão e com um jovem que estava na estrada, tendo feito a oração, ordena ao companheiro que a levante. A tremer, o irmão fica estupefato, pressentindo já o monstro diabólico [...] e eis que uma serpente não pequena, saltando da bolsa e ao mesmo tempo desaparecendo subitamente com ela, mostrou ao irmão o engano do demônio”¹²

Os dois relatos associam o dinheiro a uma obra demoníaca e o comparam a uma cobra. Vou me deter à narrativa de Celano. No limite do discurso hagiográfico aparece a noção de posse. Nos dois casos, a bolsa (ou funda) de dinheiro não deveria ser tocada por que pertencia a alguém. Há uma relação de propriedade e ela não deveria ser violada. Esta era a artimanha do demônio: induzir os frades a, sob a aparência de caridade, infringir a norma social da propriedade. Mas é preciso esclarecer: o que significa dizer “no limite do discurso hagiográfico”?

¹² Transiens autem quodam tempore vir Dei cum socio per Apuliam iuxta Barum, invenit in via bursam magnam, quasi plena esset denariis, tumescentem, quam usitato vocabulo fundam appellant. Monetur a socio pauper Christi et instanter inducitur, ut bursa tollatur e terra, et pecunia pauperibus erogetur. Renuit homo Dei, commentum affirmans fore diaboli in bursa inventa, et fratrem non suadere rem meriti sed peccati, aliena scilicet surripere ac donare. Recedunt de loco, festinant iter perficere coeptum. Sed nondum quiescit frater, vacua pietate delusus, virum Dei molestans, quasi qui de relevanda pauperum penuria non curaret. Acquievit tandem vir mitis redire ad locum, non ut fratris voluntatem perficeret, sed ut detegeret diabolicam fraudem. Reversus ergo ad fundam cum fratre et iuvene quodam, qui erat in via, oratione praemissa, iubet socio illam levare. Tremefactus frater obstupuit, diabolicum iam praesentiens monstrum; propter obedientiae tamen sanctae mandatum dubietatem abigens cordis, manum extendit ad bursam. Et ecce, serpens non modicus, de bursa exsiliens simulque cum ipsa subito evanescens, diabolicam deceptionem fratri monstravit. Hostilis itaque versutiae deprehensa fallacia, dixit vir sanctus ad socium: "Pecunia servis Dei, o frater, nihil aliud est quam diabolus et coluber venenosus. PELTIER, A.C. S. R. E. S. Bonaventurae Opera Minorum. Paris: L. Vivès, 1868, p. 316.

Neste caso quer dizer que o discurso aciona uma figura para além da qual as normas e valores não se aplicam, estariam suspensos ou mesmo subvertidos por completos. Trata-se da figura que assinala o limite da vigência dos valores narrados: precisamente a figura do demônio.

Sob os seus diversos nomes e aparências multiformes, o Diabo – Satã e seus demônios – é seguramente uma das figuras mais importantes dos universos culturais do Ocidente medieval: “opponente das forças celestes, tentador do justo, inspirador dos ímpios e dos pecadores, verdugo dos condenados, ele é onipresente e seu terrível poder se faz sentir em todos os aspectos da vida e das representações mentais medievais” (LE GOFF & SCHMITT, 2006, p. 319); “A história do Diabo confunde-se com a história do próprio Cristianismo [...] Era necessária para a coletividade cristã à existência e a encarnação do mal” (NOGUEIRA, 2002, p. 20). Quase totalmente ausente das imagens cristãs até o século IX, é a partir do ano 1000 que ele passa a ocupar um lugar de destaque nos imaginários (DELUMEAU, 1993, p. 95). “Sua primeira referencia é dos livros apócrifos da tradição judaica, a saber, o Livro de Henoc (século II a. C)” (LE GOFF & SCHMITT, 2006, p. 321). Os nomes que o designam são vastos e variam de acordo com a matriz religiosa.

Desde a queda dos anjos, a “Revolta de Lúcifer”, até o desfecho escatológico anunciado pelo Apocalipse, Lúcifer surge como a figura que encarna o limite das ações humanas no terreno da reta conduta. Por causa do pecado original, o homem é submetido ao poder do Diabo, que

possui sobre ele um verdadeiro direito: “contudo, Satã é príncipe somente dos pecadores, pois Cristo resgatou com seu sacrifício o direito que o Diabo tinha sobre a humanidade” (LE GOFF & SCHMITT, 2006, p. 323). O demônio, inclusive, está ligado à noção de individualidade, visto que a crença na existência de diabos pessoais era forte na Idade Média (BASCHET, 1993). Entretanto, no relato a relação de valores instaurada é essa: a tentação diabólica consiste em violar a noção de propriedade.

Em outro exemplo, descrito décadas após Celano, São Boaventura nos apresenta uma situação que expressa valores semelhantes. Francisco aparece na narrativa proferindo um sermão sobre a pobreza e repetindo aos irmãos o seguinte dito evangélico: “as raposas têm suas tocas, e os pássaros do céu seu ninho, mas o filho do homem não tem onde reclinar sua cabeça”¹³ (IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, 2008, p. 593). Através destas palavras, ensinava seus companheiros a construir casas “pobrezinhas, à maneira dos pobres, nas quais habitassem como peregrinos e forasteiros, não como se elas fossem próprias, mas alheias” (IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, 2008, p. 593).

Como o exemplo anterior, este trecho demonstra: há uma noção de propriedade em questão. Não uma propriedade individual, mas uma propriedade que se reconhece como humana, coletiva, ou “alheia”. A hagiografia explora um conceito de propriedade muito particular. Quase

¹³ Mateus Cap. 8 Versículo 20.

como se em cada um destes momentos estivesse em jogo uma parcela da identidade da Ordem para definir qual noção de propriedade é válida. A propriedade surge no trecho como um modo de usar, uma maneira de reter (“à maneira dos pobres”) - não como uma categoria aplicada ao indivíduo (“não como se fossem próprias”).

A posse, da mesma forma que na escrita hagiográfica de Celano, é legítima quando coletiva. A propriedade é autorizada, pois há uma medida do seu exercício – ainda que a medida se aplique ao “alheio”. Em uma narrativa hagiográfica, perpassada por referenciais sagrados, a ideia de propriedade está nas entrelinhas. Não é Cristo, por exemplo, quem autoriza a posse, mas sim as figuras dos peregrinos e dos forasteiros. Estas figuras poderiam nos remeter à imagem de personagens marginalizados. Mas, ao mesmo tempo, elas nos remetem a personagens caracterizados pela mobilidade: peregrinos e forasteiros são homens e mulheres que circulam e se deslocam. Ambos são, na hagiografia, símbolos de uma propriedade dinâmica na qual o posto de detentor do bem deveria ser ocupado por figuras que se deslocavam, revezavam ou modificavam. Assim como o bem deveria circular dentro do grupo, as pessoas também deveriam estar em movimento. Sem que ocorra a circulação, a posse é desautorizada.

Esta ideia reaparece em outros trechos. Como quando Celano (2008 IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, p. 340) descreve Francisco alertando seus companheiros que não “habitassem qualquer eremitério, se não constasse certo o dono a quem pertencia à

propriedade”. Incentivando os irmãos da Ordem a seguirem na solidão e sem nada pertencer. Mas Celano (IN: FONTES FRANCISCANAS E CLARIANAS, p. 340) finaliza o trecho sinalizando algo importante: Francisco, na narrativa, afirma que os frades não poderiam “viver sem o uso de casas”. A palavra chave é **uso**. A hagiografia não descarta a noção de propriedade: o trecho revela uma preocupação em encontrar uma definição adequada de um exercício da propriedade, de modo a não ferir os votos de pobreza e de desapego material.

Esta constatação é interessante e permite uma inferência: o argumento tal como formulei reforça uma concepção de propriedade cujas feições estão mais próximas da modernidade do que do primitivismo. Ao utilizar a teoria de Polanyi, não gostaria de incorrer na ideia de que os frades podem ser simplesmente “primitivizados”. Ao usar os referenciais do primitivismo econômico, busco respostas para pensar possibilidades das relações materiais do movimento minorita, me atentando para a própria complexidade das relações socioeconômicas. Uma teoria – assim como a fonte documental – não é um quadro esquemático e pronto de antemão cuja aplicabilidade ocorre em termos de simples transposição. É necessário atentar para a tensão dialética ante o modelo (teoria) e a realidade.

Se fosse possível estabelecer um paralelo entre as trocas ocorridas no sistema capitalista e aquelas que se desenvolvem em sistemas anteriores ao seu advento é possível perceber algumas diferenças; por exemplo, segundo Polanyi (2008) este novo sistema

social tornou os indivíduos “átomos dispensáveis”, sem maiores impedimentos e regulações, como pregavam os liberais, era excitá-lo a ser um moedor de carne ou um "moinho satânico", como ele preferiu, destruindo todas as relações sociais. A emancipação do que hoje chamamos de econômico das regras morais graças à separação radical deste aspecto do conjunto do tecido social se deu graças à existência de um mercado auto regulável e que seria a fonte do sistema e que se constituiu em uma inovação que deu origem a uma civilização específica¹⁴.

¹⁴Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substancia humana e natural da sociedade, ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente em um deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido estas medidas elas prejudicaram a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam em mais de uma maneira (POLANYI, p.18, 2008). O nascimento da autonomia econômica seria assim a explicação da ascensão da “civilização oitocentista”; sua queda estaria no colapso do sistema internacional, já que o equilíbrio de poder não poderia assegurar a paz, “uma vez fracassada a economia mundial no qual repousava” (POLANYI, p.18, 2008). O mercado autoregulável foi demolido “pela concentração capitalista e pela representação organizada do trabalho, pela inevitável defesa social contra o mecanismo do mercado, pelo protecionismo e pelo imperialismo” (POLANYI, 2012, p. 21). A crise do capitalismo liberal deixou claro que a economia já não podia funcionar sem um controle consciente. A crise “forçou” a busca por uma nova organização social. Polanyi se inclinou a tendências socialistas derivadas da ideia de “democracia industrial” e do “socialismo funcional” de Otto Bauer. No entanto, segundo Micheli Cangiani (POLANYI, 2012), quando escreveu sua obra, a crise institucional não deu origem a uma economia socializada, tal como por ele idealizada, mas sim ao facismo e a guerra mundial. O objetivo de Polanyi, ao escrever o livro, foi explicar a origem desses resultados pavorosos e tornar a levantar a questão da política moderna, entendida como a tendência para controle democrático dos processos sociais – e do processo econômico, em primeiro lugar. Desse modo, a liberdade dos indivíduos poderia se realizar plenamente através de sua responsabilidade política (POLANYI, 2012, p. 24). O tom que marca o final da obra deixa claro o seu clamor pelo ideal de liberdade que fora denegrido em prol de uma mera defesa da livre iniciativa. A “separação institucional” oitocentista entre as esferas

Mas talvez a mais importante seja a equivalência daquilo que é trocado. Ou em outras palavras, os mecanismos que de forma simples estabelecem relações quantitativistas entre bens de diferentes tipos. Não se trata do valor do objeto em si, como no caso descrito por Celano. Nesta sociedade o que determina é a tradição e o costume. As trocas ou as relações de reciprocidade não ocorriam sem um parâmetro: o da satisfação das necessidades materiais.

II

As hagiografias minoritasesão entre os documentos históricos que deixaram de ser considerados inaptos a pesquisa (por representarem uma ideologia e não cumprirem com os rigores científicos requisitados pela história científica) e passaram a ser entendidos como a construção textual de um grupo, com finalidade de legitimar uma crença, e portanto, importantes fontes sobre o próprio grupo e o momento histórico dessa construção.

econômicas e políticas terminou num período de crise e “equilíbrio de poder” entre as classes, que acabou levando, com o fortalecimento da classe dominante, ao solapamento da democracia, mesmo onde o facismo não prevalecia (POLANYI, 2012, p. 27). O argumento é sedutor. A saída encontrada por Polanyi para a crise – apesar de não se concretizar – oferece respostas interessantes ao fracasso da economia capitalista naquele momento. Mas, devemos nos atentar a dois pontos. Duas críticas, se se preferir: primeiramente, a alternativa assim teorizada a partir da busca pelo modelo socialista não poderá ser integralmente transposta para a análise de uma sociedade altamente hierarquizada – como a medieval, nosso contexto de investigação. E em segundo lugar, o discurso polanyiano exagera na liberdade do indivíduo como ação economicamente orientada. Tendo em vista estes cuidados, poderemos prosseguir.

São exemplos de textos que por muito tempo permaneceram às margens das críticas modernas da historiografia por se tratarem de escritos permeados por referências religiosas, sagradas e sobrenaturais. Cada aspecto da vida do biografado é perpassado por alguns desses referenciais, o que fez com que os historiadores tenham se afastado destes textos visto que os mesmos invalidariam análises mais profundas.

A abordagem que propus neste artigo procura ler as narrativas hagiográficas como documentos capazes de revelar as intrincadas camadas de valores partilhadas por sujeitos históricos e, por isso, transmitidas por eles na forma de textos. Os principais valores identificados e analisados foram identificados em episódios que tinham em comum: práticas idealizadas de troca e de reciprocidade. Tais práticas, ainda que jamais tenham ocorrido, retravam princípios de condutas que os sujeitos veicularam como exemplos a serem imitados. Nestes princípios encontramos a mobilidade dos bens por meio da troca, da caridade e da esmola como uma razão capaz de autorizar a posse temporária destes mesmos bens – ou seja, uma forma de propriedade. Além disso, a circulação e a transitoriedade do uso implicavam certa noção de individualismo, não uma noção moderna ou revolucionária, mas que legitimava a afirmação de sujeitos particulares e do próprio grupo a que pertenciam.

Retomando o trabalho de Marcelo Cândido (2014), no qual existe um capítulo dedicado ao roubo na hagiografia, o objetivo de seu

livro é precisamente revelar uma “economia dos qualitativos jurídicos” da sociedade da Alta Idade Média. Exercício de análise que adoto como modelo de inspiração e que se mostrou útil, sobretudo, para elucidar a forma normativa da noção de propriedade entre os frades minoritas. Não se tratava, como demonstrou Marcelo Cândido para a sociedade merovíngia, de uma posse divina. Nas narrativas franciscanas, não é Deus o proprietário último dos bens, mas os próprios homens: agentes da pobreza neste mundo. O movimento franciscano partilhava e legitimava uma relação de propriedade: móvel, circulante e fraterna.

Bibliografia

CONTI, Martino. Estudos e pesquisas sobre o franciscanismos das origens. Petrópolis: Vozes, 2004.

D’ALENÇON, Edouard. FrancisciAssisensis: vitaetmiracula, additisopusculisliturgicis, auctore Fr. Thoma de Celano. Roma, Desclée: 1906.

DUBY, G. Idade Média na França: *de Hugo Capeto a Joana D’arc (987 - 1460)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BASCHET, Jérôme. A civilização feudal: *do ano 1000 a colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente, 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FRUGONI, C. A vida de um homem: *Francisco de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUERREAU, A. El futuro de um passado. Barcelona: Critica 2002.

LE GOFF, Jacques. São Francisco de Assis. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. Bauru: Edusc, 2006.

MIATELLO, André Luís Pereira. Santos e pregadores nas cidades medievais italianas: *retórica cívica e hagiografia*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

PELTIER, A.C. S. R. E. S. Bonaventurae Opera Minorum. Paris: L. Vivès, 1868, vo. XIV.

PIPES, Richard. Propriedade e liberdade. Rio de Janeiro: Record, 2001.

POLANYI, Karl. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

SABATIER, Paul. Vida de São Francisco de Assis. Bragança Paulista. Editora Universitária São Francisco: Instituto Francisco de Antropologia, 2006.

SESSA, Kristina. The formation of papal authority in late antique Italy. New York: Cambridge, 2013.

SILVA, Marcelo Candido da. Uma história do roubo na Idade Média: *bens, normas e construção social no mundo franco*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

VAUCHEZ, André. Espiritualidade na Idade Média Ocidental século VIII a XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

Recebido em 03/07/18 aceito para publicação em 22/01/19

**Dos Montes à vila:
considerações em torno da vila medieval portuguesa de Aldeia
Galega da Merceana
Toponímia, Povoamento, Administração**

Inês Sofia Lourenço Olaia

Resumo: Pretendemos esclarecer neste artigo as circunstâncias que explicam a evolução do topónimo “Aldeia Galega”, localidade atualmente situada no Concelho de Alenquer. Para isso, analisaremos brevemente o povoamento da região e a sua evolução no tempo para justificar as mutações das designações a ela associadas, do composto “Montes de Alenquer”, que designou originalmente um espaço mais vasto, até ao “Aldeia Galega da Merceana” com que é conhecida nos nossos dias. O nosso exame centrar-se-á no momento em que todas estas alterações se detetam sucessivamente: da Idade Média aos alvares da modernidade, no período compreendido entre 1220 e 1537. Da mesma forma, abordaremos as diferenças entre a documentação produzida localmente e aquela que é produzida pelas chancelarias régias, na tentativa de compreender as razões que justificam o apêndice “da Merceana” e a forma como ele é, ou não, absorvido pelos habitantes do lugar.

Palavras-chave: Aldeia Galega da Merceana, Montes de Alenquer, toponímia, povoamento rural, toponímia rural

Abstract: In this paper we aim to clarify the circumstances which explain the evolution of the toponym “AldeiaGalega”, a village nowadays located in the Municipality of Alenquer. For that purpose, we will analyze the region’s settlement process and evolution in time, to justify the mutations of the designations associated with it, from the compound name “Montes de Alenquer”, which originally designates a broader area, to “Aldeia Galega da Merceana”, as it is known nowadays. Our exam will focus on the moment when all these changes are successively detected: from the Middle Ages to the beginning of modernity, in the period comprehended between 1220 and 1537. In the same way, we will approach the differences between the documentation produced locally and the one produced by the king’s chancellery, in the attempt to understand the reasons that justify the appendix “da Merceana” and the way that it is, or is not, absorbed by the inhabitants.

Keywords: Aldeia Galega da Merceana, Montes de Alenquer, toponimy, rural settlement, rural toponimy

Todos os que em Portugal atravessam hoje o Alto Concelho de Alenquer, na região Oeste, a norte de Lisboa, pela N115-1, no sentido de Sobral de Monte Agraço, cruzam uma localidade que protagoniza uma situação tão curiosa quanto discreta: Aldeia Galega, sede da freguesia de Aldeia Galega da Merceana¹. Não é comum que o nome da freguesia difira do nome com que a sua sede se identifica e o que podia ser apenas uma curiosidade tem raízes mais profundas. São os factos históricos que estão na base dessa diferença que nos propomos estudar.

Para executar a análise a que nos propomos foi preciso, antes de mais, reunir, tanto quanto possível, um conjunto sistemático de documentação referente ao lugar e que permitisse sequenciar no tempo as designações que o identificam. No entanto, para justificar a evolução do topónimo, precisámos de aceder a outro tipo de fontes, como a fotografia, e a outros campos historiográficos. Breves incursões pela história institucional do lugar e o seu urbanismo serão necessárias. Uma vez que o nosso estudo se centra na Idade Média, estimamos as balizas temporais entre 1220, quando surgem as primeiras referências, e o ano de 1537, em que o uso do topónimo sofre a última mutação. Mas para compreender a evolução toponímica da área, é importante compreender igualmente a evolução do seu povoamento, por um lado, e o desenvolvimento da sua estrutura administrativa, por outro. Como

¹ Depois da última reforma administrativa, reunida com a freguesia de Aldeia Gavinha.

veremos, o primeiro permite o surgimento da situação que analisamos, e o segundo dita a sua alteração e circunstância final.

Este pode ser um estudo valioso para compreender a circunstância de um lugar e de um povoado. No entanto, pode ser um pouco mais que isso: cremos que será um caso de estudo que pode lançar luz sobre as particularidades da organização administrativa do território português na Idade Média. Como veremos, este não é um caso típico ao nível da toponímia ou do povoamento. A essa estranheza junta-se a forma como a evolução da sua estrutura administrativa se encontra registada na documentação: é ímpar no contexto português. Permite-nos lançar mais perguntas do que respostas, é certo. Mas lança, indiscutivelmente, alguma luz sobre um período e uma temática que será sempre tão apetecível quanto obscura, pela escassez de fontes para a maioria dos casos: como surgiram, afinal, os municípios portugueses? O caso que aqui apresentamos não permite generalizações, mas permite compreender, pelo menos, um modo de evolução.

No princípio: espaço, toponímia e povoamento

Situamos as origens do problema em causa numa situação, por si só, pouco frequente: a coexistência de dois topónimos nos alvares da fundação do reino, um que designa a localidade e outro a região em que a primeira se insere. Assim, para percebermos as razões da discrepância localidade-freguesia que assinalámos, recuamos tanto quanto possível até às primeiras referências documentais ao sítio que pretendemos

analisar: um rol de Igrejas de padroado régio de 1220-1229, onde surge Santa Maria de Aldeia Galega². A referência atesta a existência de um lugar de dimensão que justifique a ocorrência de uma unidade eclesiástica. O facto não seria surpreendente se não encontrássemos outro topónimo no mesmo local: Monte, ou Montes de Alenquer. Contemporâneo deste rol de Igrejas, o acordo entre as infantas Sancha, Teresa e Branca e o rei D. Sancho II, em 1223, apresenta tanto quanto sabemos, a primeira identificação dessa área como Monte de Alenquer.³ A coexistência dos dois topónimos é atestada por documentação variada, que teremos oportunidade de analisar, parecendo Aldeia Galega cabeça da região⁴.

A coexistência das duas designações é tão original que se prestou desde cedo a confusões. Localizamos em trabalho do século XVIII⁵ a

²Transcritoem BOISSELLIER, Stéphane. *La Construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais: XIII-XIVe siècles*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2012

³ Vide MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001. p. 242 (doc. 80a).

⁴Vide a título de exemplo, o doc. n.º 141 do Apêndice documental em RÊPAS, Luís Miguel. *Quando a Nobreza Traja de Branco – a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003. pp. 458-459.

⁵ Localizamos a primeira versão desta interpretação em COSTA, António Carvalho da. Capítulo II. Da Villa de Aldea Galega da Merciana. In: _____. *Corografia Portuguesa e Descripçam Topografica do Famoso reyno de Portugal com as notícias das fundaçoens das cidades, villas e Lugares, que contem Varoens ilustres, Genealogias das Familias nobres, fundaçoens de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas obervaçoens*. Lisboa: na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1712, pp. 81-82. Tomo Terceiro.

ideia transmitida ao XIX⁶, de que “Montes de Alenquer” seria o primitivo nome da localidade. O logro mantém-se até ao século XXI⁷, cristalizado em trabalho escrito e na memória local. E acabamos, assim, por complicar um pouco mais a história desse topónimo: Aldeia Galega inseria-se na região mais vasta dos Montes de Alenquer.

Como acontece frequentemente com a toponímia, detetamos facilmente o sentido prático da designação: é Aldeia Galega o local onde um conjunto de população não nativa se terá instalado a dada altura da história. Não é impossível que esteja relacionado com a existência de outros tantos topónimos semelhantes na zona, o que pode perfeitamente indiciar um conjunto vasto de povoadores que por ali se vai distribuindo, provavelmente chegado do Norte e entrando pela costa até à região de Alenquer, deixando no seu encalço uma pequena

⁶ Vide BAPTISTA, João Maria. Aldeia Gallega da Merciana. In: _____. *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876. pp. 356-357. Vol. IV. e, para uma interpretação ainda mais fragilizada pelas incongruências noutros detalhes, LEAL, Pinho. Aldeia Gallega da Merciana. *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moderira e Companhia, 1873. pp. 82-85. Vol. I Nem o autor que escreveu sobre o concelho de Alenquer escapou ao equívoco: HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos, *Alenquer e seu Concelho*. Fac-símile da edição de 1873, Arruda dos Vinhos, Arruda Editora, 2005, p. 302.

⁷ A título de exemplo, veja-se: MELO, António de Oliveira, GUAPO, António Rodrigues e MARTINS, José Eduardo. *O Concelho de Alenquer: subsídios para um roteiro de arte e etnografia*. [Alenquer]: Câmara Municipal de Alenquer e Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer, 2002. p. 33. Vol. 1. É claro de onde vem a associação do topónimo Montes de Alenquer a um hipotético antigo nome de Aldeia Galega: a obra copia o que se diz na *Corografia Portuguesa*, acima mencionada.

constelação de povoações.⁸ Sustentando esta ideia podemos juntar dois indícios mais: a existência, na zona, de património da catedral de Santiago de Compostela de que não se conhece a origem, mas seguramente anterior ao primeiro quarto do século XIII, e a presença na toponímia de nome próprio semelhante ao de um cônego da referida catedral que viveu em Alenquer por este período.⁹

Talvez possamos ainda dizer que essa situação de povoamento externo estará na origem do Monte de Alenquer como unidade geográfica. Claro que, sobre esta última ideia não temos base de sustentação mais sólida até ao momento, mas é hipótese aliciante e justificável: estabelecida a área onde esses colonos se instalariam, o “Monte de Alenquer”, os lugares que estes fundam tomam outros nomes e farão parte dessa unidade. Torna-se ainda mais clara a funcionalidade do topónimo e a possibilidade atrás enunciada quando lemos a identificação de dois moradores no lugar de Aldeia Galega

⁸ É nesse sentido que aponta SILVA, Manuela Santos. Galegos e Minhotos à conquista do litoral do centro de Portugal. Vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos. In: BARROCA, Mário Jorge (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, [Porto], Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. pp. 397-408. Vol. II

⁹ A documentação que nos permite tirar esta conclusão cita-se no final deste artigo; recolhem-se no Arquivo da Catedral, nas Carpetas de Documentos Suelos, e no Arquivo da Universidade de Santiago de Compostela várias referências, mas as mais antigas, do início do século XIII e que mencionam estes clérigos, estão no Tumbo B do arquivo catedralício, publicadas em VIANA Y VIEITES, José Inácio Fernández de; GONZÁLEZ BALASCH, María Teresa. Documentos sobre derechos y posesiones de la iglesia compostelana en tierras portuguesas en los tumbos "b" y "c" y en el "tumbillo de concordias" de la Catedral de Santiago. *Cuadernos de estudios medievales y ciencias y técnicas historiográficas*, Granada, n.º. 17, pp. 359-398, 1992.

quase dois séculos mais tarde, corria já o século XIV: moravam então na “Aldeia Galega dos Montes de Alenquer”¹⁰.

Mas como sabemos que o termo de Alenquer estava em condições de permitir a instalação de colonos e a formação de uma unidade “administrativa” por parte daqueles? Foi já apontado que é provável, embora de difícil comprovação, que o termo de Alenquer se encontrasse muito pouco povoado ao tempo da passagem da vila para mãos cristãs. Contribuíram para essa noção, principalmente, as sucessivas doações feitas a grupos de colonos estrangeiros, circunstância que apontámos, e a extensa doação feita ao mosteiro de Alcobaça, todas ocorridas no século XII¹¹; a estas podemos juntar ainda uma propriedade não despicienda desde muito cedo nas mãos de Santa Cruz de Coimbra, a sul de Aldeia Galega,¹² e outra pertencente a São João de Tarouca.¹³ No

¹⁰ O documento em causa é uma venda e está datado de 11 de setembro de 1328, nas casas do mercador envolvido na transação. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de Nossa Senhora dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana, n.º 15 (numeração a azul, Igrejas de Aldeia Galega da Merceana e Reguengo Grande).

¹¹ Vide FERRO, João Pedro. *Alenquer Medieval (séculos XII-XV): subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia, 1996. pp. 25-26.

¹² O conjunto das propriedades do mosteiro no termo de Alenquer está organizado a partir da granja de Palhacana, a sul de Aldeia Galega e descrito em A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro 94, f. 153v, 154. Logo em 1181 detetamos documentação sobre bens na região no fundo do mosteiro: A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 6, fl. 3.

¹³ O original perdeu-se, mas conservou-se uma cópia transcrita em AZEVEDO, RUI e ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1941, p. 369. Vol I, tomo 2. A doação foi efetuada por D. Afonso Henriques e data de 1164. Embora não se diga a que termo pertence a propriedade, mais tarde o mosteiro tem problemas com uma património em Palhacana, termo de Alenquer. A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.ª incorporação, maço 27, n.º 678.

entanto, já em início do século XIII, facilmente detetamos que a rede paroquial do lado oeste do termo de Alenquer está estabelecida: as igrejas de Aldeia Galega, Ventosa e Palhacana são igrejas de padroado régio.¹⁴ Se estas são resultado desse esforço de povoamento ou de outras circunstâncias é um problema que não temos meios para solidamente resolver. De qualquer forma, a escassez do povoamento, como vimos até aqui e veremos adiante, parece ter permitido não só o estabelecimento de um grupo de colonos como a sua organização numa comunidade estruturada que perdurou.

Sobre a instalação desse grupo no território, quanto aos limites do seu domínio, pouco conseguimos vislumbrar. A imagem que nos fica do período islâmico é difusa: as descrições fornecidas pelos geógrafos árabes deixam no ar a sensação de que a maior parte do espaço rural era desabitada, nas palavras de José Mattoso.¹⁵ Ainda assim, não podemos ignorar que em torno dos grandes centros urbanos se organizaram, mais que não seja por questões de abastecimento e pela atração exercida por essas cidades, um conjunto de “constelações urbanas”. O desenvolvimento destas redes estende-se por todo o período dos primeiros reinados, de Afonso Henriques a D. Dinis. Entre estas constelações, a de Lisboa conta com dois núcleos que dominam as áreas

¹⁴ Na lista das igrejas de padroado régio de 1220-1229 publicada em BOISSELLIER, Stéphane. *La Construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais: XIII-XIVe siècles*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2012. A referência a Santa Maria de Aldeia Galega está na p. 102.

¹⁵ MATTOSO, José. *Identificação de um país*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 355.

a oeste e este de Aldeia Galega: Torres Vedras e Alenquer, respetivamente. A estes, juntamos Arruda dos Vinhos¹⁶, a sudeste. A área que estudamos e a que se chamará Montes de Alenquer espalhar-se-á precisamente no espaço em aberto entre os três. Depois da conquista pelas forças de Afonso Henriques, conseguimos delimitar esse espaço a norte: o senhorio de Vila Verde dos Francos é entregue, como o nome indica, a povoadores francos muito cedo. Na verdade, sabe-se igualmente que Vila Verde teve foral dado pelo seu senhor através de uma confirmação praticamente contemporânea do foral de Alenquer.¹⁷ A restante fronteira fica por conta da serra de Montejunto.

Ainda assim, é preciso ter em conta que, naturalmente, este espaço não seria um total vazio: a toponímia, mais uma vez, não só atesta a existência de estruturas militares como as atalaias e as torres, tanto no espaço que delimitámos como fora dele, mas aponta igualmente a existência de uma comunidade cristã não amuralhada e a alguma distância de Alenquer. Tratavam-se dos chamados “moçárabes”, ou seja, cristãos aculturados aos costumes e língua árabes e que continuaram a praticar a sua fé sob domínio muçulmano. O lugar chama-se hoje Mossorovia e é um pequeno lugarejo da freguesia de

¹⁶ Vide FERRO, João Pedro. *op. cit.*, p. 28: doada a freires de Santiago e já com organização própria em 1189. A doação à Ordem de Santiago, está publicada em AZEVEDO, Rui de, e ALMEIDA, Luís Ferrand de. *op. cit.*, pp. 409-410 e datada de 1172.

¹⁷ Vide FERRO, João Pedro. *op. cit.*, p. 26. A doação a D. Alardo e a outros francos que já continha a obrigação de dar o foral, datada de 1160, está transcrita em AZEVEDO, Rui de, e ALMEIDA, Luís Ferrand de, *op. cit.*, p. 349.

Aldeia Gavinha¹⁸, que provavelmente viu o seu nome derivar de uma Monçaravia.¹⁹ Nada se sabe, além do topónimo, sobre a sua vivência.

O nascimento das autoridades e das instituições formais

Estabelecido o espaço com que trabalhamos, passamos a tentar perceber as estruturas que o organizam internamente. Na segunda metade do século XIII, deparamos com outra realidade interessante, mas que é difícil de discernir em detalhe. Sabemos, desde a década de 1260, de um selo dos “Montes de Alenquer” que acaba por se identificar como estando associado ao juiz. A simples existência do selo atesta a existência de uma unidade administrativa com algum tipo de autodeterminação e representação naquela região; mas a forma como o mesmo selo é sucessivamente identificado é enigmática. Vejamos: em 1260 o documento menciona apenas o selo dos Montes na roboração, mas o próprio selo define-se como o selo do juiz dos Montes de Alenquer.²⁰ A designação neste caso parece-nos ambígua. Normalmente, este tipo de selos é legendado com os dizeres “sigillum consillii de ...”. No nosso caso, apresenta-se apenas como “S : IVDICIS : MO(n)TIS :

¹⁸ No interior do termo de Aldeia Galega. Atualmente, quem circular entre Torres Vedras e Alenquer pela N9 passará pelas referências ao local, já depois das duas aldeias.

¹⁹ Informação recolhida em OLIVEIRA-LEITÃO, André de. *O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização* (meados do século IX – início do século XIV). 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

²⁰ A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Celas, maço 9, n. 31. Cumpre-nos agradecer à Prof. Doutora Rosário Morujão a transcrição da legenda e à Mestre Marta Santos as valiosas ideias que partilhámos.

DE : A?”, o que nos aponta para o juiz e não o concelho. Três décadas depois a documentação identifica expressamente o selo do Concelho dos Montes²¹. E em 1305 ficamos a saber que o Concelho autoriza o juiz a colocar o selo do Concelho na procuração passada aos três indivíduos que negociam o acordo inerente ao foral²². Nenhum destes últimos selos chegou até nós, nem fisicamente nem através de descrição para que se possa comparar com o exemplar sobrevivente. Ficam por esclarecer os termos desta relação entre o selo, o juiz e o concelho: é o selo do juiz, cuja matriz passará entre todos os que ocupam esse lugar, ou representa todo o Concelho, já que o juiz o encabeça? O Concelho em si tem outra forma de se representar para validar documentação? Se assim é, qual é a relação entre os dois? Sucedem-se no tempo ou coexistem? Em finais do século, dissemos que se apresenta já como “Concelho”. Essa unidade administrativa possui, em meados do século XIII uma autoridade tão válida como a da vila de Alenquer: chega a acontecer a documentação surgir validada com os selos de ambos, lado a lado.²³

Em tudo isto, precisamos ainda de ter em conta a ambiguidade com que o termo “Concelho” nos chega. Pode tratar-se, pelo menos numa fase inicial, de um “Concelho”, uma assembleia gerada

²¹ O documento já foi por nós referenciado: vide supra, nota 4.

²² Todo o processo de concessão do Foral está transcrito em *OLivro das Lezírias d'El-Rei D. Dinis*. Transcrição, Estudo Introdutório e Notas de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História, 2003. pp. 97-101. Na p. 100: “E eu sobredito juyz per mandado do sobredito concelho esta procuraçom do seelo do dicto concelho seeleij.”

²³ Trata-se do mesmo caso que apontávamos na nota n.º 21.

organicamente por aquela comunidade (talvez vindo a partir dos povoadores originais daqueles montes?), que teria algum tipo de poder regulado por si própria. O uso da palavra significando assembleia está atestado nos alvares do século XIV em Alenquer.²⁴

Um foral original

O Concelho dos Montes de Alenquer (seja qual for a forma que devamos adotar para o designar), tem, portanto, algum tipo de reconhecimento exterior a si próprio: como dissemos, possuiu selo, com que valida documentos que são apresentados a outras entidades. Nomeadamente ao próprio rei: no momento de conceder foral àquela região, não só D. Dinis diz, expressamente, que o faz ao Concelho desses montes²⁵, como reconhece a procuração que leva o selo do Concelho e que já referimos²⁶. É, da mesma forma, evidente que a autoridade detida pelo Concelho no tempo em que não tinha foral ou

²⁴A. N. T. T., Gavetas, Gaveta 15, maço 22, n.º 22, copiado em A. N. T.T., Chancelarias, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fls. 38-39.

²⁵A seguir ao protocolo, a seguir ao rei, à rainha e ao herdeiro, diz o documento: “querendo fazer graça e mercee ao Concelho de Montes de Alenquer dou-lhys e outorgo que aiam daquj adeante compridamente pera sempre o foro que hora a vila d’Alanquer”. Vide *OLivro das Lezírias d’El-Rei D. Dinis*. Transcrição, Estudo Introdutório e Notas de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História, 2003, p. 97.

²⁶Vide *idem, ibidem*. O passo que citámos na nota 21 fecha a procuração. Antes de o tabelião trasladar este documento assevera da sua autenticidade, acabando por mencionar a presença do selo. Não há que enganar: “procuraçom seelada com seelo pendente desse concelho”, *idem, ibidem*, p. 98.

autoridades concedidas pelo rei²⁷ já lhe permitia tomar decisões e assumi-las perante os seus pares: uma das justificações para a concessão do foral de 1305 é a fidelidade a Sancho II, tio de D. Dinis.²⁸ A referência por si só deixa-nos com perguntas por responder. D. Dinis estaria, portanto, a recompensar a fidelidade dos Montes de Alenquer a D. Sancho II, o monarca deposto substituído no trono por Afonso III? Sabemos que as duas vilas de maior dimensão, que eram, na verdade, a última linha de defesa de Lisboa por terra, Alenquer e Torres Vedras, apoiaram abertamente Afonso III após a sua chegada. Sem fortalezas que os defendessem e desconhecendo-se pormenores do conflito na zona, não conseguimos aprofundar em que é que essa fidelidade dos Montes, provavelmente em contracorrente, se teria traduzido, caso se trate de mais que retórica.

A própria concessão do foral compreende, além desta recompensa de fidelidade, a entrega ao rei de uma quantidade monetária não despidiêda, se tivermos em consideração que é precisamente esse o valor em que Figanière estima os rendimentos anuais da rainha D. Isabel de Aragão poucos anos depois²⁹, e ainda a cedência de um terreno

²⁷ Este é, de facto, um dos pedidos que fica expresso na procuração indicada. Vide idem, *ibidem*, p. 99: “e pera auermos tabellion confirmado por el rej e nosso senhor el rej deue meter todalas outras justiças que por bem teuer.”

²⁸ Diz o rei: “E esta graça e esta mercee lhys faço por serviço que mj fizeram e porque eu achei que fizeram lealdade em teer con seu senhor el rey don Sancho”. (Vide idem, *ibidem*, p. 98)

²⁹ As contas foram feitas por FIGANIÈRE, Frederico Francisco de La. *Memorias das Rainhas de Portugal. D. Teresa - Santa Isabel*. Lisboa: Typographia Universal, 1859., pp. 179-180, a partir do valor concedido por D. Dinis aos hipotéticos testamentários da rainha para a execução das suas vontades, contando os rendimentos das terras que a

conhecido como “Corte dos Cavalos” que gerará conflitos com a vila de Alenquer, por esta considerar que era, na verdade, de sua jurisdição.³⁰ O problema fecha-se com o julgamento à revelia do concelho de Alenquer por parte do ouvidor de D. Dinis: consta que o concelho de Alenquer, já depois do foral dos Montes de Alenquer, o trazia escondida e sonogada ao rei a Corte dos Cavalos. Convocado o procurador, o concelho recusa-se a avançar na demanda... e o ouvidor julga-o à revelia e manda entregar a propriedade ao almoxarife de D. Dinis.³¹

Só por si, o episódio da concessão do foral abre a porta a uma série de considerações sem paralelo, tanto quanto sabemos, no Portugal Medieval. Não temos notícia de outro caso em que as condições da concessão da carta de foral estejam tão amplamente registradas, por um lado; por outro, tal permite-nos confirmar a pré-existência de um concelho organizado, em paralelo com aquilo que se tinha já intuído para outros casos. Talvez o mais notável seja mesmo a sua manutenção nesta situação não dependente do monarca em sentido direto até tão tarde.

A mesma circunstância, de existência de uma organização anterior ao foral, foi detetada para Torres Vedras, numa fase muito anterior: a vila recebe foral em 1250 de Afonso III, confirmando a

rainha alocava para essa função. Tenha-se em conta que este data de 1314, e os Montes de Alenquer pagam o mesmo valor ao rei em 1305.

³⁰ A. N. T. T., Chancelarias, Chancelaria de D. Dinis, livro 3, fl. 43v.

³¹ A. N. T. T., Chancelarias, Chancelaria de D. Dinis, livro 3, fls. 43v. - 44.

existência de um concelho.³² Duas circunstâncias contribuíram para essa constatação: não só se reconheceram juízes e alcaides (governadores do castelo) em Torres Vedras anteriores ao foral, como este envolve, um pagamento ao rei. É impossível não estabelecermos o paralelo com os Montes de Alenquer. Além disso, socorremo-nos da vila régia mais próxima porque Alenquer não nos ofereceu ainda testemunhos sólidos que nos possam ajudar: só detetámos um pretor (alcaide) em período anterior ao foral.³³ Por outro lado, Alenquer não é propriamente vila régia durante toda a primeira metade do século XIII: é senhorio das infantas Sancha e Teresa, filhas de Sancho I. A documentação para todo o período escasseia, mas é ainda mais rara para a fase anterior ao foral concedido por Sancha, em 1212.

Precisamos de ter ainda em conta que a concessão destes três forais que aqui referíamos acontece já num momento em que a preocupação essencial não é a fixação de população, como o tinha sido em tempo de Afonso Henriques e Sancho I. Ao tempo de Afonso II,

³² Uma leitura das primeiras linhas do foral de Torres Vedras facilmente nos faz retirar essa conclusão. Vide VICENTE, António Balcão et. al. *O foral Medieval da vila de Torres Vedras. 15 de Agosto de 1250*. Torres Vedras: Município de Torres Vedras, 2001. p. 49.

³³ A ambiguidade do documento não se presta a conclusões sólidas, mas está relacionado com a instalação de colonos, precisando para esse efeito de ser chamado o pretor de Alenquer à presença do rei em 1199, acompanhado dos oficiais de Lisboa e Santarém. Para perceber a dificuldade, basta comparar o resumo apresentado nos *Documentos de D. Sancho I* (Vide AZEVEDO, Rui Pinto de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino. *Documentos de D. Sancho I*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979. pp. 180-181. Vol. 1) com o apresentado no *Livro das Lezírias d'el-Rei D. Dinis* (vide *OLivro das Lezírias d'El-Rei D. Dinis*, Transcrição, Estudo Introdutório e Notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História, 2003, p. 144)

tanto os forais por ele concedidos como pelos que o rodeiam, destinam-se maioritariamente a assegurar a lealdade da população, bem como sustentam circunstâncias relacionadas com a circulação de moeda e estabelecem estruturas de apoio social e político³⁴, ao encontro de outro tipo de interesses, tanto da parte do rei como dos particulares.

A primeira mudança: do concelho dos Montes à vila de Aldeia Galega

Retomando o nosso estudo concreto em torno de Aldeia Galega, é durante o século XIV que a designação de Montes de Alenquer cai em desuso, ou porque já não era prática, não correspondendo à realidade mental da população, ou porque simplesmente já não fazia sentido aplicá-la desse modo. É através da forma como os tabeliães se identificam que conseguimos perceber com maior facilidade e precisão a transição. Em 1346³⁵ o tabelião (que redige e valida as escrituras locais) ainda se diz da vila e dos Montes. O documento é singular por se tratar do único caso em que tal oficial faz questão de assinalar os dois topónimos e de os dissociar claramente. Essa necessidade pode evidenciar a queda iminente do segundo. Uma mão cheia de anos depois, perdemos a designação dos Montes de Alenquer,

³⁴ SILVA, David Fernandes, “O foral como texto jurídico”, NUNES, Graça Soares e SILVA, Paulo (coord.). *800 anos do foral 1212-2012*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012. p. 45.

³⁵ A 20 de janeiro de 1346, em Aldeia Galega diz o tabelião: “Em presença de mijm martim anes tabeliom do dicto logo e dos montes dalanquer”. A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.^a Incorporação, Maço 56, n.º 11.

e o tabelião já se apresenta apenas como sendo de Aldeia Galega.³⁶ O que é que justifica esta alteração, não sabemos dizer ao certo. Pode, na verdade, ter a ver com a alteração do oficial, que opta por se apresentar de forma diferente, e estar minada pela escassez documental. Não podemos, no entanto, ignorar que é expressão de uma alteração neste contexto; tanto mais que não voltamos a recuperar o topónimo. Na década seguinte, o tabelião apresenta-se como sendo do rei no “lugar”³⁷.

De tudo o que dissemos atrás pode ter resultado, por outro lado, a aparente divisão e difusão do termo da vila de Aldeia Galega nas centúrias seguintes e já palpável no problema da cedência da Corte dos Cavalos ao rei. No momento em que o em que se redige a contagem populacional de 1527, o termo da vila de Aldeia Galega tem várias localidades repartidas com o termo da vila de Alenquer.³⁸ Ao tentar traçar os limites do termo em léguas a partir dos dados desse documento, deparamos inclusive com dois problemas: o notário não o faz no sentido de Alenquer, aparentemente confuso com a distribuição

³⁶ A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.^a incorporação, maço 50, n.º 1362. O tabelião diz-se” d’el-Rei em Aldeia Galega”.

³⁷ Em 1356, já o tabelião se diz de Aldeia Galega (A.N.T.T., Colegiada de São Pedro de Torres Vedras, maço 1, n.º 64). Ainda assim, salientamos que a 21 de novembro de 1363, em Aldeia Galega, o tabelião já se identifica como o tabelião do rei no lugar. O dizer-se do rei é uma novidade e não é impossível que essa alteração, depois desta data sistematizada, tenha peso na queda do topónimo “Montes de Alenquer”. A.N.T.T., Colegiada de Nossa Senhora dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana, n.º 18 (numeração a azul, Igrejas de Aldeia Galega da Merceana e Reguengo Grande).

³⁸ Publicada a porção que nos interessa em FREIRE, Anselmo Braamcap. Povoação da Estremadura no XVI século. *Archivo Historico Portuguez, Lisboa*, Vol. n.º6, n.º 7, pp. 241-284, 1908. O documento resulta do primeiro censo que se pretendia generalizado da população portuguesa, mandado fazer por D. João III. A historiografia consagrou chamar-lhe Numeramento de 1527, ano em que se iniciou a contagem de população.

dos lugares do termo desta vila dentro do de Aldeia Galega; por outro lado, frequentemente o termo de Aldeia Galega se cruza com a área que se identifica nesse mesmo documento como sendo termo de Alenquer. Seriam, de facto, espaços extraordinariamente imbricados e em que o uso quotidiano provavelmente definia as jurisdições.

Uma (in)dependência e a construção dos lugares físicos do poder

Haverá algum outro fundamento para perceber este desaparecimento da designação “Montes de Alenquer”? Talvez dois indícios senos apresentem. Em 1346, Aldeia Galega parece ter ainda algum tipo de dependência face a Alenquer: embora o juiz colocado pela infanta D. Constança³⁹ se apresente como sendo do lugar, é possível que haja sobreposição com o seu homólogo de Alenquer. Pode tratar-se de simples homonímia, mas o facto é que o juiz desta vila tem exatamente o mesmo nome que o de Aldeia Galega.⁴⁰ Poderia igualmente tratar-se apenas de um caso específico, em que o problema resolvido é similar em ambos os lugares, ou em que a mesma pessoa desempenha a mesma função em lugares e tempos diferentes. Se o caso correto for o último, então fica clara a circulação de pessoas entre essas povoações. Mais evidente e segura se torna a noção da ligação estreita

³⁹ Falamos de Constança Manuel, esposa do, então, infante D. Pedro, futuro D. Pedro I. Retomaremos esta senhora adiante.

⁴⁰ No documento de 1346 que já mencionámos (A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.ª incorporação, maço 56, n.º 11), Lourenço Alvares é o juiz do lugar pela infanta D. Constança. Pouco tempo depois, um Lourenço Alvares é juiz pela mesma infanta na vila de Alenquer (A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.ª incorporação, maço 62, n.º 2).

entre ambas quando verificamos que a infanta D. Constança recebeu Aldeia Galega em arras, embora isso não esteja expresso na respectiva carta de doação⁴¹. Aí, apenas surge a vila de Alenquer, mas é seguro que a infanta foi igualmente senhora de Aldeia Galega, uma vez que as autoridades da vila (juiz e tabelião, pelo menos) se apresentam como desempenhando o seu cargo em nome da infanta.

Não sabemos se o pelourinho de Aldeia Galega é testemunha destas mudanças, mas o facto é que na sua base se inscreve o ano de 1414, que pode perfeitamente estar ainda na era hispânica⁴², e ser, na era cristã, o ano de 1376. É muito provável que a base não corresponda à coluna deste pelourinho⁴³. Esta é tida como manuelina, e, portanto, não datável em consonância com a inscrição. Essa coluna pode ter sido erguida por alturas da reforma dos forais executada por D. Manuel.

⁴¹ Como dissemos na nota anterior, as autoridades identificam-se como da infanta D. Constança. Mas, nas suas arras, apenas se indicam as vilas de Montemor-o-Novo, Viseu e Alenquer. As arras da infanta estão transcritas em SOUSA, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa Ocidental: Na Oficina Sylvania da Academia Real, 1739, p. 285. Tomo I.

⁴² Até 1422, Portugal contou os anos pela era hispânica. Seguindo a documentação, escrita, a epigrafia terá feito a mudança pela mesma altura. A numeração romana predominou até c. 1475. Para uma análise cuidada da epigrafia medieval portuguesa, vide: BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. 3 vols. Não deixa de ser um pouco exótica para o período a forma como é marcado o ano no pelourinho em causa: MCDXIV. Quanto às dezenas e às unidades, a contagem é progressivamente mais regressiva do que progressiva (ou seja, substitui-se, por exemplo, o VIII por IX). Só um estudo direcionado à epigrafia a par das fontes escritas talvez possa justificar a diferença.

⁴³ Os dois degraus superiores atuais foram colocados em 1936. Através de uma fotografia do Arquivo Municipal de Lisboa é possível verificar que, antes da substituição, a base do pelourinho parecia não corresponder à coluna. Vide a referência infra, nota 45.

Aldeia Galega recebeu o seu foral novo em 1512. Na verdade, num inventário de bens da igreja local, datado de 1537⁴⁴, uma das propriedades da Igreja é situada junto à vila, aos “Pelourinhos”⁴⁵. O plural pode remeter-nos à existência de dois pelourinhos, o que faz sentido tendo em conta a discrepância entre data e estilo de construção que referimos acima. Porque razão existiriam dois em simultâneo, não sabemos, por agora, dizer. Mas é possível que, à luz de um registo fotográfico nosso contemporâneo, a coluna do pelourinho manuelino tenha sido colocada posteriormente sobre o pé de outro, anterior.⁴⁶

De qualquer forma, se acreditarmos que a base do pelourinho mais antigo não foi movida, situar-se-ia nas imediações do antigo Paço do Concelho, referido pela primeira vez em 1351⁴⁷. Não é impossível, claro, que o Paço existisse antes dessa data, e que a documentação nos falhe: em 1340, Afonso IV ordenara que em todos os concelhos os vereadores se encontrassem em local perfeitamente predefinido.⁴⁸ A

⁴⁴ Em cópia do século XIX conservou-se um Tombo de bens da Igreja Colegiada de Santa Maria de Aldeia Galega em 1537, que se encontra no Arquivo da Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana, sendo o Liv. N.º 37.

⁴⁵ Trata-se da parcela n.º 8.

⁴⁶ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Fotográfico ACU000900.

⁴⁷ A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.ª incorporação, maço 50, n.º 1362. O documento está em relativo mau estado, mas a referência é perceptível. É o mesmo documento em que o tabelião se diz pela primeira vez de Aldeia Galega.

⁴⁸ Vide TRINDADE, Luís. Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa. In: RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa (coords.). *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Maio de 2012. pp. 209-227.

primeira referência ao Paço do Concelho, é, perante isto, um pouco tardia, mas lógica. Ainda assim, só o conseguimos reencontrar após 1351 em documento copiado no Tombo de 1537 que referíamos há pouco. A 04.11.1412, perante os juizes da vila, Constança Gonçalves acerta com a Igreja de Santa Maria de Aldeia Galega, representada pelo prior Afonso Lourenço, o pagamento de um aniversário.⁴⁹

Supomos que esse antigo Paço corresponde ao edifício situado atrás do Pelourinho, da perspetiva de quem o observa frente ao brasão do concelho, por uma fotografia anterior a 1936, em que se identifica a antiga Casa da Câmara.⁵⁰ Com a devida ressalva de que o sítio possa ter oscilado, faz sentido que o Paço do Concelho se situasse naquela praça, e naquela posição: o lugar é pleno de carga simbólica. Na mesma praça, preenchendo praticamente todo o restante espaço, se situavam outros dois grandes símbolos de poder locais: a Casa da Rainha (atualmente sede da junta de freguesia), possivelmente um antigo paço régio⁵¹; e a igreja da Misericórdia, instalada no século XVI ou XVII. A única instituição com localização externa a este lugar é a própria Igreja Colegiada, mais acima na colina e só. Não é impossível que isso se possa justificar facilmente por uma questão de orografia ou até de

⁴⁹ É o 2.º documento copiado.

⁵⁰ A legenda regista que o Pelourinho se situa junto à Antiga Casa da Câmara, ainda que identifique mal a localidade. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Fotográfico ACU000900.

⁵¹ A existência do Paço foi identificada por GOMES, Rita Costa. *The making of a court society*. Nova. Iorque: CombrigdeUniversityPress, 2003, p. 334. (ed. Portuguesa: *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.)

desenvolvimento urbano. Aí a inclinação do terreno é maior, por oposição à praça que se tornaria central e se encontra em zona mais plana. Não obstante, a torre da Igreja de Santa Maria pode ter sido um lugar de reunião e encontro da comunidade mais antigo, uma vez que assim é identificada pelo menos uma vez, em 1331: é junto a ela que se publica uma sentença de Afonso IV.⁵² Não seria estranho crer que a construção de um Pelourinho, e mais ainda do Paço, tenha feito mover o local de reunião da população da torre da igreja para a praça.

Um problema de homonímia entre lugares

Feito este percurso pela evolução dos topónimos “Montes de Alenquer” e “Aldeia Galega”, em estreita proximidade com o desenvolvimento urbano e institucional do lugar, resta-nos apenas perceber porquê o acréscimo “da Merceana”. Mas para isso, precisamos de dar um passo atrás. Coexistiram com o alvo do nosso estudo, vagamente na região de Lisboa, pelo menos outras duas homônimas “Aldeia Galega”: uma na freguesia de São João das Lampas, em Sintra, sendo a outra Aldeia Galega do Ribatejo⁵³. A segunda, ribeirinha ao rio Tejo, fazia parte dos domínios da Ordem de Santiago, mas era referida amiúde, mais que não fosse pela proximidade a Lisboa. De facto,

⁵² A.N.T.T., Colegiada de Nossa Senhora dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana, n.º 17 (Numeração a azul, maço das Igrejas de Aldeia Galega e Reguengo Grande). Curiosamente, o tabelião ainda se diz dos Montes de Alenquer nesse documento. É a última vez que um tabelião se identifica apenas assim.

⁵³ Assim se identifica, por exemplo, em: A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Chelas, maço 2, n.º 28.

conhecemos a existência deste lugar desde cedo e com uma história algo análoga pela originalidade: numa área em que o concelho é dividido em dois polos que coexistem, essa Aldeia Galega é uma das povoações agrupadas em torno do polo que tem, à cabeça, a Igreja de Santa Maria de Sabonha. Em conjunto com o outro polo, em torno da Igreja de São Lourenço de Alhos Vedros, funcionava o Concelho do Ribatejo.⁵⁴

É natural que fosse preciso desfazer a confusão que podia existir quando se referia qualquer uma destas localidades... e assim, a chancelaria régia⁵⁵ começou a aplicar a expressão “de apar da Merceana”, para designar a vila de Aldeia Galega. Que Merceana? Trata-se de uma aldeia próxima (cerca de 2km) de Aldeia Galega, que recolhe o nome, na tradição popular, da lenda do aparecimento de uma imagem da Virgem Maria, com Cristo morto no regaço⁵⁶. O local foi

⁵⁴ A união desfazer-se-ia após a invasão castelhana no contexto das guerras que levaram o mestre de Avis ao trono, uma vez que se perdeu a documentação que permitia fazer funcionar aquele concelho. Dividiram-se então em dois municípios diferenciados. A propósito da formação de concelhos foi esta situação mencionada como estudo de caso em: SILVA, Manuela Santos e OLAIA, Inês. Bombarral e Aldeia Galega da Merceana: de montes agrícolas a sedes de concelho. Comunicação apresentada no Colóquio *Pequenas Cidades: um objeto de estudo coerente?*, 1.º Colóquio da International Network – Small Cities in Time, Castelo de Vide, 4 de outubro de 2017.

⁵⁵ Tanto quanto apurámos, data do início do governo de D. João I a primeira referência a Aldeia Galega já com o denominativo “d’a par da Merceana” nas Chancelarias Régias. O documento está transcrito com o número 728 em DIAS, João José Alves (ed.). *Chancelarias Portuguesas*: D. João I. Revisão de A. H. de Oliveira Marques, transcrições de Pedro Pinto e José Jorge David de Freitas. Lisboa: Centro De Estudos Históricos da Universidade Nova De Lisboa, 2004-2006. Volume I. Parte 2.

⁵⁶ A tradição conservou que a imagem de Nossa Senhora da Piedade, venerada no Santuário dessa invocação na Merceana, foi encontrada por um pastor a quem todos os

um centro de peregrinação de dimensão razoável⁵⁷ e, provavelmente, serviria perfeitamente o fito de distinguir as Aldeias Galegas. Não sabemos de onde vem este topónimo, mas uma coisa é certa: está ligado de alguma forma à existência desse Santuário. No início do século XV temos notícia de Santa Maria Merceana, como igreja sufragânea de Santa Maria de Aldeia Galega⁵⁸, da mesma maneira que o regente D. Pedro, em nome de Afonso V, concede proteção a “Nossa Senhora Santa Maria Merceana”⁵⁹.

Facto igualmente curioso é que a documentação produzida *in loco* até muito tarde ignora o “de a par da Merceana”: tabeliães e documentação de instituições religiosas mantêm a designação do local

dias faltava um boi. Quando teria ido averiguar onde andava o animal, que se chamava Marciano, encontrou a imagem, aos pés da qual se achava o boi ajoelhado. O lugar onde a igreja foi erguida, que não corresponderia ao local original do “achamento” da imagem, ficou então com o nome de Merceana, por ter derivado do nome do boi.

⁵⁷ No século XV, pelo menos, recebia um conjunto de peregrinos razoável que parece ter sido impedido de lá chegar em 1431 por medo de contágio de uma peste. FIGUEIREDO, Paula. Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Merceana / Santuário de Nossa Senhora da Piedade da Merceana. *SIPA – Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico*. Sacavém: Direção-Geral do Património Cultural, 2014. Disponível em:

<http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6246>

⁵⁸ A 15.05.1404, o prior de Santa Maria de Aldeia Galega apresenta-se perante os juizes de Aldeia Galega para fazer cumprir o testamento de Vicente Anes. Este último mandava ser sepultado no adro de Santa Maria Merceana, junto com o filho que lá se encontrava, fazendo doação a essa igreja. Por ser sufragânea de Aldeia Galega é o prior desta última que se apresenta perante os juizes. O documento está trasladado no tomo de 1537 que já referimos, sendo o 10.º instrumento copiado.

⁵⁹ “Aa ygreia de nossa seõora santa maria merçeana e a noue moradores que viuerem darredor della priuilegio per que os elRey tomou em sua guarda e emcomenda e mais etc.” A.N.T.T., Leitura Nova, Liv. 26, fls. 60r-60v.

apenas como “Aldeia Galega”⁶⁰. Afinal, não há outra dentro do espaço em que desempenham as suas funções de que seja preciso distingui-la. Só no período moderno se vê aparecer na documentação local a designação completa e imposta de fora para dentro⁶¹; da mesma maneira que, ainda hoje, perdura a disparidade para a maioria dos habitantes. Curiosamente, o Numeramento de 1527 não identifica Aldeia Galega com o “de a par da Merceana”: terá sido porque não havia outra Aldeia Galega, naquele contexto, de que houvesse necessidade de distinguir esta? Mesmo que se considere a totalidade do Numeramento para todas as divisões administrativas (comarcas), nenhuma outra Aldeia Galega é arrolada. Sendo esta a única vila régia – e mais ainda, da Rainha – com este nome (Aldeia Galega de S. João das Lampas não é cabeça de Concelho; Aldeia Galega do Ribatejo não é contada na Comarca de Entre Tejo e Guadiana, mas sim entre as vilas do mestrado da Ordem de Avis, de que não possuímos o arrolamento), é possível. Pode ser que, por outro lado, ser produzido no lugar, sob

⁶⁰ Não recolhemos, até ao momento, traços seguros da utilização dessa expressão em documentação medieval produzida em Aldeia Galega.

⁶¹ Não tivemos oportunidade de estudar o período em pormenor, mas o Tombo de 1537 abre assim: “Anno do nascijmento de Noso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e trinta e sete anos aos quatro dias do mes d’Agosto na villa d’Alda Gualagua d’apar da Merciana”. É o primeiro caso de que temos notícia em que um documento produzido na vila assume a expressão “d’apar de” para designar a localidade. Não é impossível que haja referências anteriores, mas são, quando muito, esporádicas e, talvez resultado de pessoas externas àquele espaço (pode ser o caso de A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Lervão, Gaveta 6, maço 2, n.º 20/2).

instruções dos homens-bons do concelho⁶², tenha sido uma opção deliberada a escolha da forma com que o nome do lugar é apresentado. Tal como acontece ainda hoje: uma obra produzida em 2002, no Concelho de Alenquer, sobre as suas freguesias, nunca identifica Aldeia Galega como “Aldeia Galega da Merceana”: nem a freguesia, nem o lugar.⁶³

A conclusão possível

Em suma, podemos concluir que a evolução da toponímia desta região é um espelho da evolução histórica da mesma: de uma área mal definida, mal povoada, emergiu uma comunidade de colonos organizada, que conquistou o reconhecimento externo. Foi a sua “normalização”, isto é, a sua adequação às características comuns a outras unidades administrativas, que ditou o fim da sua originalidade e o desaparecimento do próprio topónimo com que se identificava. Assim sintetizado, o processo parece curto e indolor. Na verdade, não terá sido muito longo, quando comparado com o largo tempo da história: cerca de século e meio a dois séculos.

Essa comunidade “estrangeira”, na falta de vocábulo mais preciso com que a definir, terá chegado e iniciado o seu desenvolvimento algures durante a segunda metade do século XII. Nos alvares do século

⁶² COELHO, António Borges. *Na Esfera do Mundo*. Lisboa: Editorial Presença, 2013, p. 113.

⁶³ Estamos a reportar-nos a MELO, António de Oliveira, GUAPO, António Rodrigues e MARTINS, José Eduardo. “Freguesia de Aldeia Galega”, *op. Cit.*, pp. 31-56.

XIII era já suficientemente organizada para ter, pelo menos, uma paróquia atribuída, e se ver isentada de impostos; em meados do século apresenta-se encabeçada por um juiz e com símbolos próprios, e vive assim até aos alvares do século XIV. Em 1305 tem poder suficiente para negociar a sua carta de foral, comprá-la, como a própria documentação refere, navegando os meandros da corte para chegar a D. Dinis. Em meados do século sofre uma mutação tão indelével quanto invisível na documentação: é possível que se tenham construído os símbolos físicos de um concelho (o pelourinho e o Paço) e que a designação primeva tenha caído, em favor do nome do lugar que servia de cabeça ao concelho. Simultaneamente, a queda da designação fez com que, no final do século, fosse necessário encontrar forma de distinguir o lugar de outros seus homónimos, para quem olha de fora.

Assim, passamos do Concelho dos Montes de Alenquer, para a vila e termo de Aldeia Galega e depois para a vila e termo de Aldeia Galega de a par da Merceana. Os sintomas da transformação do topónimo vivem até hoje: quem olha de dentro o lugar identifica-o tendencialmente sem precisar de expressar o “de a par”, mas a unidade administrativa, a freguesia contemporânea, é “Aldeia Galega da Merceana”, contraindo a expressão original “de a par” em apenas “da”.

Muito do que aqui dissemos é uma questão de identidade, e essa identidade parece estar perfeitamente definida muito cedo neste caso, corria o século XIII: não só porque há um selo, que representa aquele grupo, mas porque há uma autoridade local que se respeita, da mesma

forma que um nome designa aquele local, se solidifica na memória e na tradição e persiste ao longo dos séculos. Mesmo que essa memória o desvie do sentido original, ela mostra como foi forte aquela presença. É, igualmente, para resgatar a memória que a História pode servir. Parece-nos que é precisamente esse o caminho que estamos a trilhar.⁶⁴

Referências

Fontes

Fontes iconográficas

Arquivo Histórica da Câmara Municipal de Lisboa

AML/FOTOGRAFICO ACU000900, disponível em
<http://goo.gl/fauTn4>

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Chancelarias Régias

Chancelaria de D. Dinis, liv. 3.

Colegiadas

Colegiada de Nossa Senhora da Várzea de Alenquer, n.º 23.

Colegiada de Nossa Senhora dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana

Igrejas de Aldeia Galega da Merceana e Reguengo Grande, N.ºs 14 a 28 (com a numeração a azul).

Colegiada de São Pedro de Torres Vedras

Maço 1, n.ºs 16, 64, 69 e 70

⁶⁴ Ao fechar esta breve reflexão, importa-nos agradecer à Prof. Doutora Manuela Santos Silva. Esta abordagem não seria a mesma se não tivesse beneficiado das muitas ideias trocadas em torno dos Montes de Alenquer.

Gavetas

Gaveta 13,maço 9, n.º 49

Gaveta 15,

Maço 22, n.º 22

Maço 23, n.º 3.

Leitura Nova,Livro 26, fl. 60r-60v.

Mosteiros

Cónegos Regulares de Santo Agostinho,

Mosteiro de Chelas, maço 2, n.º 28.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Liv. 94, fl. 153v-154r; Liv. 6, fl. 3r.

Ordem de Cister,

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.^a incorporação, maço 50, n.º 1362; maço 56, n.º 11; maço 62, n.º 2.

Mosteiro de Santa Maria de Celas, maço 9, n.º 31

Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, Gaveta 6, maço 2, n.º 20/2

Mosteiro de Santos-o-Novo,

n.º

1554

n.º 1556

Arquivo Histórico da Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana

Livro 37 – Inventários dos bens da Igreja no ano de 1537

Archivo-Biblioteca de la Catedral de Santiago

ACS, Actas Capitulares v. I, fº 138v-139r

ACS, Carpeta Documentos Suelos 14, nº 38

ACS, Carpeta Documentos Suelos 15, nº 74

ACS, Carpeta Documentos Suelos 19, nº 32, 33, 34, 35, 36 e 37

ACS, Tumbo E, f.º 70r-71v

ACS, Tumbo E, f.º 107v-110v

ACS, Tumbo F, f.º 5v.

ACS, Tumbo de Tenencias 3, f.º 9v

Archivo Historico Universidad de Santiago

CLERO, Colección Blanco Cicerón, Carpeta 137, Nº 51

Fontes impressas

AZEVEDO, Rui de e ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Documentos medievais portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1941. Vol. 1, tomo 2.

AZEVEDO, Rui Pinto de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino. *Documentos de D. Sancho I*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979. pp. 180-181. Vol. 1

BAPTISTA, João Maria. Aldeia Gallega da Merciana. In: _____. *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876. pp. 356-357.vol. IV.

BOISSELLIER, Stéphane. *La Construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais: XIII-XIVe siècles*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2012. pp. 57-103.

COSTA, António Carvalho da. Capítulo II: Da Villa de Aldea Galega da Merciana. *Corografia Portuguesa e Descripçam Topografica do Famoso reyno de Portugal com as notícias das fundações das cidades, villas e Lugares, que contem Varoens ilustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios e outras curiosas obsevações*. Lisboa: na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1712. pp. 81-82. Tomo Terceiro.

DIAS, João José Alves (ed.). *Chancelarias Portuguesas: D. João I*. Revisão de A.H. de Oliveira Marques, transcrições de Pedro Pinto e José Jorge David de Freitas. Lisboa: Centro De Estudos Históricos da Universidade Nova De Lisboa, 2004-2006. Volume I. Parte 2.

FREIRE, Anselmo Braamcap. Povoacao da Estermadura no XVI. seculo. *Archivo Historico Portuguez, Lisboa*, Vol.nº6, n.º 7, pp. 241-284, 1908.

HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos. *Alenquer e seu Concelho*. Fac-símile da edição de 1873. Arruda dos Vinhos: Arruda Editora, 2005. p. 302.

LEAL, Pinho. Aldeia Gallega da Merciana. *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moderira e Companhia, 1873. pp. 82-85. VolI

MELO, António de Oliveira, GUAPO, António Rodrigues e MARTINS, José Eduardo, *O Concelho de Alenquer: subsídios para um roteiro de arte e etnografia*. [Alenquer]: Câmara Municipal de Alenquer e Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer, 2002. pp. 31-56. Vol. 1

O Livro das Lezírias d'El-Rei D. Dinis. Transcrição, Estudo Introductório e Notas de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História, 2003. pp. 97-101.

RÊPAS, Luís Miguel. *Quando a Nobreza Traja de Branco – a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003. pp. 458-459.

RÊPAS, Luís Miguel. Margarida Anes Fafes de Lanhoso (1272-1316). A mulher, a religiosa, a gestora. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. 34, pp. 491-533, 2000.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel. El Tumbo D de la Catedral de Santiago: catalogación y regista. *Annuario Sancti Iacob*, Santiago de Compostela, Nº. 4, pp. 27-106, 2015.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel, El tumbo E de la Catedral de Santiago: catalogación y regista. *Annuario Sancti Iacobi*, Santiago de Compostela, Nº. 5, pp. 21-123, 2016.

SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa Ocidental, Na Oficina Sylvania da Academia Real, 1739. p. 285. (Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo I)

VIANA Y VIEITES, José Inacio Fernandez de; GONZÁLEZ BALASCH, Maria Teresa. Documentos sobre derechos y posesiones de la iglesia compostelana en tierras portuguesas en los tumbos "b" y "c" y en el "tumbillo de concordias" de la Catedral de Santiago. *Cuadernos de estudios medievales y ciencias y técnicas historiográficas*, Granada, nº. 17, pp. 359-398, 1992.

Bibliografia

BARBOSA, Pedro Gomes. *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*: séc. XII-1325. Lisboa: I.N.I.C., 1992.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a

Ciência e a Tecnologia – Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. 3 vols.

COELHO, António Borges. *Na Esfera do Mundo*. Lisboa: Editorial Presença, 2013.

DIRECÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Pelourinho de Aldeia Galega da Merceana. *Património Cultural*, [Lisboa]:s.d.. Disponível em <www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70505> Acesso em: 14.12.17.

FERNANDES, Hermenegildo. *D. Sancho II*: tragédia. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

FIGUEIREDO, Paula. Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Merceana / Santuário de Nossa Senhorada Piedade da Merceana. , *SIPA – Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico*. Sacavém: Direção-Geral do Património Cultural, 2014. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6246>

FERRO, João Pedro. *Alenquer Medieval (séculos XII-XV): subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia, 1996.

FIGANIÈRE, Frederico Francisco de La. *Memorias das Rainhas de Portugal*. D. Teresa - Santa Isabel. Lisboa: Typographia Universal, 1859.

GOMES, Rita Costa. *The making of a court society*. Nova. Iorque: CombrigdeUniversityPress, 2003.

MATTOSO, José. *Identificação de um país*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

MELO, António de Oliveira; GUAPO, António Rodrigues; MARTINS, José Eduardo. Igreja de Nossa Senhora da Piedade – Merceana. In: _____, *O Concelho de Alenquer: subsídios para um roteiro de arte e etnografia*. [Alenquer]: Câmara Municipal de Alenquer e Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer, 2002, pp. 36-39. Vol. 1

SILVA, Carlos Guardado da. “A toponímia e o povoamento Árabe e Moçárabe na «região» de Torres Vedras”, In:

_____. (coord.) *Turres Veteras I. Actas de História Medieval*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000, pp. 29-36.

NUNES, Graça Soares; SILVA, Paulo (coord.). *800 anos do foral 1212-2012*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012.

OLIVEIRA-LEITÃO, André de. *O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

REIS, António Matos. *História dos Municípios*. [S.l.]: Livros Horizonte, 2007.

_____. *Origens dos municípios portugueses*. [Lisboa]: Livros Horizonte, 2002.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 1995.

SILVA, Manuela Santos. Galegos e Minhotos à conquista do litoral do centro de Portugal. Vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos. In: BARROCA, Mário Jorge (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, [Porto], Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. pp. 397-408. Vol. II

SILVA, Manuela Santos e OLAIA, Inês. Bombarral e Aldeia Galega da Merceana: de montes agrícolas a sedes de concelho. Comunicação apresentada no Colóquio *Pequenas Cidades: um objeto de estudo coerente?*, 1.º Colóquio da International Network – Small Cities in Time, Castelo de Vide, 4 de outubro de 2017.

TRINDADE, Luís. Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa. In:

RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa (coords.), *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Maio de 2012, pp. 209-227.

VICENTE, António Balcão. et. al., *O foral Medieval da vila de Torres Vedras. 15 de Agosto de 1250*. Torres Vedras: Município de Torres Vedras, 2001.

Recebido em 20/08/18 aceito para publicação em 05/01/19

Luzes e sombras: a natureza na peregrinação a Santiago de Compostela segundo o *Codex Calixtinus* (século XII)

Lorena da Silva Vargas¹

Resumo: No sacrifício da peregrinação medieval, os fiéis encontram um meio de alcance espiritual consigo e com Deus. Pelo caminho, a natureza revela-se escudeira e desafiadora dos limites humanos, carregada de atributos religiosos em um momento de advento da Filosofia Natural. Neste artigo, analisaremos a atuação do ambiente natural na peregrinação a Santiago de Compostela no século XII a partir do *Codex Calixtinus*, especificamente a partir de seu livro V, o Guia do Peregrino. Enquanto um dos primordiais guias medievais, o Guia do Peregrino não apenas faz uma descrição da natureza no caminho, mas apresenta o conteúdo simbólico que a mesma revela no período.

Palavras-chave: natureza, peregrinação, Santiago de Compostela.

Abstract: In the sacrifice of medieval peregrination, the faithful find a form of spiritual meeting with themselves and God. By the way, the nature reveals itself as an ally and challenging of the human limits, full of religious attributes in a moment of advent of the Natural Philosophy. In this article, will be analyzed the actuation of the natural ambient in the peregrination to Santiago de Compostela in the XII century from *Codex Calixtinus*, specifically from the fifth book, the Peregrines' Guide. While an of the firsts medieval guides, the Peregrines' Guide don't just make a description about the nature in the way, but presents the symbolic contend that it reveals in that period.

Keywords: nature, peregrination, Santiago de Compostela.

A natureza foi palco, ao longo dos séculos, de fatos que marcaram a vida humana, tanto em seu campo evolutivo propriamente, quanto em suas relações sociais e na formação urbana. O ambiente está ligado intrinsicamente ao homem e às suas modificações no meio, fornecendo-lhe muito mais que o essencial à sobrevivência: a dimensão

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG/CNPq.
E-mail: lorenasvargas@hotmail.com.

ambiental é “parte constitutiva da história.”² Vale ressaltar que essa presença vai além das funções físicas utilitárias, de sustento e habitação, por exemplo; compreende-se como templo para os gregos antigos, fazendo parte também do imaginário social e religioso, servindo ainda de fundamento para teorias como o monismo de Tales de Mileto (624 a.C. – 546 a.C.), segundo a qual tudo no universo seria composto por água, o que revelaria o embasamento filosófico e científico na percepção do natural.

Durante a Idade Média a utilização do ambiente natural não foi menos intensa que nos séculos que a precederam, agindo sobre os homens igualmente em suas vitórias e desventuras ao servir, por exemplo, de abrigo a fugitivos de guerra ao mesmo tempo em que fornecia ferramentas para estratégias bélicas do exército inimigo, como o desvio de água dos rios de um vilarejo a fim de prejudicar, com a seca, os adversários ali alojados. Convém destacar ainda a presença do natural ao longo da peregrinação a Santiago de Compostela, cuja origem data do final do século IX, analisando a contribuição ambiental na jornada. O livro V do *Liber Sancti Iacobi*, ou *Codex Calixtinus* – obra escrita por volta de 1160 e atribuída ao Papa Calisto II – corresponde ao Guia do Peregrino, encomendado a Aymerico Picaud e, correspondendo a um dos primeiros guias do Ocidente, dedicou-se aos peregrinos que partiam das mais distintas regiões da Europa em direção

² CARVALHO, Alessandra Izabel de, LAVERDI, Robson, SILVA, Danusa de Lourdes Guimarães da. A dimensão ambiental do conhecimento histórico: entrevista com José Augusto Pádua, *Revista de História Regional*. 19(2): 457-484, 2014, p. 462.

à remissão que o apóstolo Tiago lhes traria ao fim do caminho, em Compostela. O Guia do Peregrino informa ao viajante a situação dos caminhos, seu grau de dificuldade, bem como as cidades, povos e rios que devem ser evitados, a fim de alertar os caminhanes sobre os perigos que se fazem presentes no trajeto.

As análises aqui apresentadas dirão respeito ainda à construção do imaginário na vida e morte de São Tiago Maior, assim como em seu culto sepulcral, passando pela discussão a respeito do traslado de seu corpo e a presença dos sinais e símbolos da natureza que a ele se associam e formam, através do maravilhoso, uma nova imagem do homem que se tornou santo.

São Tiago Maior: hagiografia e simbolismo natural

O ambiente natural se fez presente na vida de São Tiago Maior de tal forma, que terá ampla relevância em seu processo de beatificação. Por meio dos relatos bíblicos, identifica-se a importância especialmente da água no cotidiano catequético do apóstolo, sendo lagos, rios e mares palcos de episódios marcantes na vida de São Tiago. A água em suas múltiplas formas – mares, rios, tempestades – sempre foi temida pelo homem medieval, especialmente por representar o desconhecido, relacionando-a à presença de sereias e monstros, crocodilos e hipopótamos, dilúvios e naufrágios que corresponderiam aos desígnios

divinos para com os navegantes.³ Além disso, diz Aznar Vallejo sobre os perigos da navegação mercantil, referindo-se aos corsários: “Los daños ocasionados por El hombre sobre pasa banen número y gravedad a los provocados por los rigores de la naturaleza.”⁴. Tal assertiva pode ser considerada ainda no sentido da peregrinação terrestre, uma vez que os perigos humanos, especialmente saques, não eram raros no decorrer do caminho.

Segundo Delumeau⁵, desde a antiguidade não há epopeia sem tempestade. No caso de São Tiago, entretanto, é a maneira pacífica como o mar temível se apresenta frente ao santo que leva à exaltação do apóstolo, digno de respeito ao longo da vida e, especialmente, no episódio do traslado de seu corpo de Jerusalém à Galiza, como veremos adiante. Enquanto elemento de simbolismo religioso originalmente pagão, a água serve de herança ao misticismo judaico cristão por seu caráter redentor, purificação associada ao sacramento do batismo. Assim, o Tiago pescador por ofício, passa a ser pescador de homens enquanto discípulo de Cristo, assim como as igrejas passariam a ser uma metáfora da embarcação cristã. O mesmo elemento natural que traz a provação, traz a salvação e, da mesma forma apresenta-se ao peregrino em sua caminhada.

³MOLINA MOLINA, Ángel Luis. Los viajes por mar em la Edad Media, *Cuadernos de Turismo*. 5: 113-122, 2000, p. 121.

⁴ AZNAR VALLEJO, Eduardo. El mar: fuente de conflictos y exigencia de paz, *Edad Media*. 11: 63-89, 2010, p. 77.

⁵ DELUMEAU, Jean. *El miedo en Occidente*. Madrid: Taurus, 2012, p. 50. Apud: LEBRERO COCHO, Jorge. Hidrofobia medieval: miedos y peligros vinculados al agua em la literatura castellana del XV, *Medievalismo*. 25: 261-284, 2015, p. 266.

As primeiras narrativas que dizem respeito à vida de São Tiago estão contidas no livro sagrado cristão e, segundo é relatado, Tiago teria sido pescador, crescendo às margens de rios e lagos e auxiliando o pai no ofício. O próprio chamado de Jesus a Tiago e a seu irmão João teria ocorrido à beira do mar da Galileia enquanto consertavam suas redes.⁶ Quanto à morte do apóstolo, há controvérsias, em especial com relação ao traslado de seu corpo. No *Liber Sancti Iacobi* encontram-se algumas referências que tratam do assunto. De acordo com o Papa Calisto em seu prólogo, nove dos discípulos de São Tiago, que teriam recebido seu chamado na Hispania, afirmam que após a morte de Jesus os apóstolos saíram pelo mundo em pregação, sendo que Tiago fora enviado à Hispania.⁷ Sequencialmente, o papa afirma que pouco antes de sua morte Tiago retorna a Jerusalém, onde é morto. No entanto, em uma carta do Papa Leão, também presente no *Codex Calixtinus*, nada é citado a respeito da ida do apóstolo à Hispania ainda em vida, tomando por base que três de seus discípulos haviam sido escolhidos em Jerusalém, reconhecendo, portanto, a presença do apóstolo naquela região.⁸

O ponto principal de análise a ser abordado a respeito do traslado, seria a condição da natureza e a forma como ela influi na viagem dos restos mortais do apóstolo de Jerusalém à Península Ibérica, como apresentado tanto pelo Papa Calisto quanto pelo Papa Leão.

⁶*Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulinas Editora, 2005, Mc. 1, 19-20.

⁷*Liber Sancti Iacobi*, p. 384.

⁸ *Ibidem*, p. 384.

Ambos defendem que o corpo de São Tiago fora retirado de Jerusalém por seus discípulos e colocado em um barco a fim de ser sepultado em outro local. As condições ambientais no percurso em mar são em ambos os relatos favoráveis, já que no primeiro os apóstolos dão graças por não ter ocorrido-lhes nenhuma colisão com as rochas e nem terem sido vítimas de violentas ondas ou ataques de piratas⁹ e no segundo enfatizam-se as boas condições dos ventos e a tranquilidade das ondas¹⁰. Em terra, no entanto, há contradição, pois no relato do Papa Calisto a viagem é associada ao sacrifício, perspectiva medieval de penitência, havendo diversos obstáculos, dentre eles animais ferozes, hereges e seres fantásticos – embora os discípulos de São Tiago sempre vencessem tais barreiras com o auxílio da água, seja pela correnteza que leva os inimigos, seja pela água benta que purifica a terra – enquanto no relato do Papa Leão a procura pelo local de sepultamento é, desde o início, livre de qualquer perigo. Indo ao encontro da primeira versão, Adeline Rucquoi ressalta a presença de um dragão que vivia em um monte da Galiza e que fora vencido pelos discípulos de São Tiago, conforme relatado no livro III do *Codex*, destacando-se, uma vez mais a vitória dos justos.¹¹

O "maravilhoso" atingiu muitos aspectos da vida do homem do século XII e XIII, independente da sua posição social,

⁹Ibidem, pp. 388-389.

¹⁰Ibidem, p. 395.

¹¹ RUCQUOI, Adeline. La percepción de la naturaleza en la alta Edad Media. In: *Natura i desenvolupament. El medi ambient a l'Edat Mitjana*, Lleida. Pagès Editors. 73-98, 2007, p. 84.

porém o que nos traz mais interesse refere-se ao maravilhoso geográfico, as ilhas da cartografia medieval, os habitantes das terras maravilhosas, quer monstros humanos ou animais imaginários, o maravilhoso bíblico imaginado na Terra, o maravilhoso literário a descrever terras sobrenaturais.¹²

Percebe-se a relevância da construção narrativa épica a respeito da jornada sob a vista de sua promoção. O Guia, ao divulgar a qualidade dos caminhos, revela a interligação entre o maravilhoso e o real, sempre inerentes, ainda que seja possível notar, já nesse período, uma emergente preocupação com a aproximação à geografia empírica, com a descrição de espécies e paisagens.

Para recuperar la percepción sensible, em el plano intelectual, fue necesario realizar una interpretación y asimilación de las doctrinas de Aristóteles, tarea que será llevada a cabo, a partir del siglo XIII, por agostinianos, como san Buenaventura (1221-1274), quien empezó a hacer pasar lafe por el filtro de la razón, dirigiéndose de nuevo hacia la contemplación del mundo.¹³

Peregrinação

Após a morte de São Tiago e o encontro do local onde o corpo deveria ser enterrado, os discípulos reduzem os restos mortais do apóstolo a pó e o enterram, construindo em cima do sepulcro uma igreja de dimensões reduzidas, mas contendo um adornado altar.¹⁴ No século

¹² CARVALHO, Márcia Siqueira de. Geografia e Imaginário na Idade Média, *RAE'GA*, Curitiba. Boletim do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. 1(1): 45-60, 1998, pp. 48-49.

¹³ MADERUELO, Javier. *El paisaje. Génesis de un concepto*. Madrid: Abada Editores, 2005, p. 81..

¹⁴ *Liber Sancti Iacobi*, pp. 392 e 394.

IX, após ser tomado, ou protegido, segundo os discípulos¹⁵, pela natureza que crescia ao redor e pelo aparente esquecimento por parte dos que conheciam sua localização, o sepulcro de São Tiago é encontrado. Segundo Fernando López Alsina, as pessoas que viviam próximas ao local de sepultamento relataram ter visto luzes e anjos dentro do bosque e, avisado de tais acontecimentos, Teodomiro, bispo de Iria, dirige-se à região para verificar o que de fato havia no local.¹⁶ Em meio às árvores e à umidade do bosque é que Teodomiro encontra o sepulcro no qual estariam as relíquias do santo apóstolo de Cristo, enviando logo a notícia ao rei, Alfonso II, o Casto.

Lugar de eminente manifestação do *locusagrestis*¹⁷, o bosque, tal como o mar, aparece na hagiografia de São Tiago como meio que o acolhe e acolhe suas relíquias, onde a natureza uma vez mais agiria em conformidade com a proteção divina, ressaltando a magnanimidade da figura do santo e contrapondo-se à perspectiva famigerada do bosque como casa de seres desconhecidos e esconderijos de ladrões. Como

¹⁵ Ibidem, p.394

¹⁶ LÓPEZ ALSINA, Fernando. *La Ciudad de Santiago de Compostela em la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2014, p. 113.

¹⁷ Caracteriza-se pelo desconhecido, que dá lugar, por sua vez, ao imaginário, cuja atuação de elementos naturais, maravilhosos ou não, atentaria contra a vida humana. Contrapondo-se ao *lócus amoenus*, o *lócus agrestis* apresenta-se ainda como a manifestação da ira divina sobre os homens ou como sinal de futuros relevantes acontecimentos.

ressalta o autor¹⁸, o intuito inicial do rei e do bispo não seria propriamente habitar o local descoberto, mas fomentar um culto religioso, uma vez que, como é apresentado no *Codex Calixtinus*, não havia em toda Hispania maior motivo de veneração cristã. Nesse contexto, a peregrinação aparecia como um trunfo político, religioso e econômico. Iniciam-se as construções da Catedral de São Tiago sobre a antiga capela do sepulcro, que seria a sede do bispado, e o bosque presente naquela região foi certamente reduzido a fim de abrir espaço inicialmente para a Catedral e posteriormente para a urbe que ali se formaria. A natureza protetora dava espaço ao que seria um dos maiores centros de peregrinação do mundo.

López Alsina destaca a distribuição de pseudo epístolas pelo Ocidente, que relatavam a descoberta do sepulcro em 865 e estimulavam o culto ao apóstolo.¹⁹ A peregrinação a Santiago de Compostela teria alí sua origem. O conhecimento da notícia fomentou a ocupação do território ao longo dos anos seguintes, sendo que no século X já seria possível encontrar uma *urbe* em sua plenitude. Destacam-se duas regiões na formação da cidade de Compostela – termo que significa “campo de estrelas” – de acordo com López Alsina: o *intus*, onde se localizavam os edifícios e se destacaria o espaço urbano, e o *foris*, espaço constituído por prados, bosques ou terras de cultivo de

¹⁸ LÓPEZ ALSINA, Fernando. *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2014, p. 144.

¹⁹ Ibidem, p. 194.

onde saía a fonte de subsistência da população. O termo *villa* era também usado por clérigos para designar a região.²⁰ O lugar que constituía o chamado *locus rural* passa a abrigar, tanto provisória quanto definitivamente os peregrinos que para lá se dirigiam, contribuindo para a domesticação da natureza local e expansão do espaço urbano.

Natureza peregrina

Simultaneamente à divulgação da descoberta do sepulcro apostólico, uma nova imagem de São Tiago é apresentada aos fiéis. O pescador que viveu às margens dos rios a fim de conseguir seu sustento dá lugar ao guerreiro, que luta e intercede pelos cavaleiros nas guerras santas, uma mudança que aproximava o santo apóstolo à realidade do povo hispânico, embora sempre houvesse aqueles que defendiam a permanência da imagem do pescador, por sua origem. Uma terceira imagem atribuída ao apóstolo é a do próprio peregrino que, com seu cajado na mão, vence os obstáculos físicos, simbólicos e espirituais e caminha em direção à salvação.

O sentido da peregrinação medieval era a penitência, a redenção dos pecados. Os árduos caminhos físicos indicavam avanço espiritual e o sofrimento era tido como um valor. A crença de que a peregrinação a Santiago de Compostela traria a absolvição de todos os pecados levou habitantes de toda Europa a sair de suas regiões com destino a

²⁰Ibidem, p. 205.

Compostela, percorrendo caminhos diversos para tanto. A fim de dar assistência aos peregrinos e gerar a economia local, algumas vilas e cidades foram criadas ao longo dos caminhos que ligavam a cidade sepulcral aos demais reinos da Europa, especialmente a partir do século XI. No século XII, com o aumento no número de peregrinos é que Aymerico Picaud escreve o Guia do Peregrino, livro V do *Liber Sancti Iacobi*, tendo por finalidade informar o peregrino sobre o que encontraria no percurso e alertá-lo para os possíveis perigos. A peregrinação estava, no entanto, longe de ser uma missão fácil, devendo o homem vencer os desafios e o desconhecido que lhe eram apresentados, somente conseguindo, por vezes, por meio da fé. Como afirma Carlos Barros, “Aquello que el hombre no domina con sues fuerzo, la técnica y la ciencia medieval, lo hace por medio de una religión monista, sincrética y antropocéntrica.” e complementa: “(...) El hombre apela a la providencia cuando la relación de fuerzas le es contraria (...)”²¹

Ao longo do Guia, o peregrino é avisado dos caminhos, cidades e povos que poderão ser encontrados na jornada e quais os lugares que melhor o receberão. No capítulo VI o autor fala sobre os rios que estarão no percurso de Port de Cize e Somport até Santiago, citando “(...) El salud ablerío llamado Aragón, que riega España.” e “(...) el

²¹ BARROS, Carlos. La humanización de la naturaleza en la Edad Media, *EM*. 169-193, 1999, p. 178.

sano río que por muchos es llamado Runa y baña Pamplona.”²² e alerta aos viajantes a respeito de quais rios devem ser evitados, como o Salado que passa por Lorca: “Allí guárdate de beber ni tú ni tu caballo, pues El río es mortífero.”²³, assim como os rios que passam pelas vilas de Los Arcos e Cuervas, que têm águas impuras e nocivas a homens e animais, ou ainda os rios que vão de Estella a Logroño, pois assim como sua água não é saudável, a carne do peixe que ali vive, chamado vulgarmente por *barbo*, segundo o autor, é igualmente nociva, e afirma ainda que: “Todos los pescados y carnes de vaca y cerdo de toda España y Galicia producen enfermedades a los extranjeros.”²⁴. Há também os bons rios, como o Ega, que passa por Estella, o Sar, que passa entre o Monte Del Gozo e Santiago, o Burbia, que corre pela ponte de Villa franca, dentre outros.²⁵

No capítulo VII o autor se dedica a falar sobre os povos e lugares por onde passarão os peregrinos. A terra de Burdeos, por exemplo, é rica em mel, milho e porcos, embora seja pobre em rios, peixes e pão, e o autor ainda alerta: “Y si no miras atentamente donde pisas, em la arena del mar, que allí abunda, rápidamente te hun dirás hasta la rodilla.”²⁶ Em Gascaña há, ao contrário, bosques, prados, boas fontes e rios navegáveis. O autor destaca ainda a presença de um monte alto no país Vasco, pelo qual se transportam coisas de uma terra a outra

²²*Liber Sancti Iacobi*, p. 539.

²³ *Idem*.

²⁴ *Ibidem*, p. 540.

²⁵ *Ibidem*, p. 541.

²⁶ *Ibidem*, p. 544.

e de onde, segundo se afirma, é possível avistar os mares britânico e ocidental, bem como as terras de Castela, Aragão e Francia. No alto de tal monte há um lugar chamado “Cruz de Carlos Magno” onde os peregrinos podem rezar, sendo também onde Carlos Magno teria rezado clamando São Tiago em batalha.²⁷ Neste mesmo monte o autor diz haver um vale chamado Varcarlos, no qual Carlos Magno teria acampado junto de seu exército. Nas regiões de Castilla e Campos encontram-se ouro e prata, além de carne, mel e árvores escassas, diferentemente da terra dos galegos onde há bosques, rios agradáveis, muitos prados e ricos pomares, onde o peregrino será bem servido de boas frutas e exuberante natureza.²⁸

Por definição, o peregrino seria:

(...) todo aquele que se encontrava fora do seu domicílio ou provinha de uma terra estranha. Acima de tudo, o ‘peregrino’ era o ‘estrangeiro’, o exótico, o estranho, o que viaja, o que corre as terras alheias... *Peregrinatio*, portanto, era uma grande viagem, e, no infinito, *peregrinati* era viajar por lugares distantes e desconhecidos.²⁹

Assim, peregrinar seria entregar-se ao desconhecido e ser o desconhecido, ainda que em seu próprio reino. Além disso, o desconhecido da paisagem, sempre surpreendente, intensificava-se para

²⁷ Ibidem, p. 547.

²⁸ Ibidem, p. 551.

²⁹ LIMA, Marcelo Pereira. Muito mais do que um modo de “orar com os pés” – As peregrinações jacobéias medievais em textos legislativos e normativos. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa, LIMA, Marcelo Pereira. *Peregrinos e Peregrinações na Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p. 136.

o estrangeiro que vinha de regiões distantes e que lidava, não apenas com um espaço geográfico, urbano e climático distinto, mas com gente, modos e línguas distintas. Nesse sentido, as vestes dos peregrinos não apenas os auxiliavam na proteção frente aos desafios e variações climáticas ao longo do caminho, mas os identificava e distinguia. A observação feita por Simon Schama – ainda que não aplicada especificamente à peregrinação, mas ao conhecimento da natureza em determinada localidade – acerca da vivência local em contrapartida ao estrangeiro, ilustra bem a ideia do exótico ao longo da jornada:

A rede de caminhos que cruzava uma paisagem podia desorientar rapidamente os moradores da cidade, mas para os habitantes locais possuía numerosos marcos distintivos: pedras cobertas de hepáticas; árvores antigas fulminadas por um raio; troncos e raízes que assumiam formas sugestivas o bastante para ganhar apelidos; riachos serpenteantes, lagoas e pântanos; outeiros e taludes; as ruínas de velhas casas e muros; as cinzas de um braseiro.³⁰

Não se trata, com o Guia do Peregrino, de evitar o sentido penitencial da peregrinação, que edificaria espiritualmente o viajante, mas de possibilitar ao peregrino a decisão da entrega e, principalmente, garantir sua chegada ao destino. A peregrinação passava, gradativamente, a movimentar setores econômicos e urbanos que atuavam ao longo do caminho, com albergues, hospitais, dentre todos os pontos de suporte ao peregrino que ofereciam-lhes abrigo e um local onde pudessem fazer suas orações, como o Monastério de Santa Maríala

³⁰ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 115.

Real de Las Huelgas, em Burgos, além das iniciativas na própria cidade de Santiago de Compostela, como a construção da Catedral frente à necessidade de um templo maior para comportar os fiéis, venda de broches e outros objetos estampados com uma concha, símbolo do apóstolo e da cidade,³¹ além da ampliação de hospedagens, fazendo de Santiago de Compostela um dos grandes centros de peregrinação no medievo. A respeito dessa cidade, Aymerico Picaud destaca sua localização entre os rios Sar e Saravela, além da presença de uma fonte dentro da cidade, a fonte de São Tiago, da qual jorra uma água pura e refrescante, cuja origem ou destino ninguém conhece.³² Tem-se aí, a base para mais um dos atrativos miraculosos da cidade. A Catedral de Santiago, edificada com pedras, apresenta esculturas como, por exemplo, as da porta ocidental, que ilustram bem a influência do meio natural no âmbito religioso da cidade. Ali, encontram-se as representações de animais, flores, homens no labor de seus diferentes ofícios, santos e anjos. Acerca da representatividade da natureza na arte, e logo na das catedrais, afirma Javier Maderuelo:

El simbolismo floral medieval, que es muy complejo, se extendía hasta El efecto curativo de las plantas, que dependía más de la advocación a tal virgen o santo que a sus cualidades terapéuticas. Con estas aplicaciones

³¹ Um dos porquês em ter a concha por símbolo de São Tiago Maior seria um dos milagres deste santo, no qual São Tiago resgata do mar um cavaleiro coberto por conchas. A concha, além de elemento que remete ao meio marítimo do traslado e dos milagres, torna-se instrumento de uso do peregrino para apanhar água.

³² *Liber Sancti Iacobi*, p. 587.

simbólicas de la farmacopea, sinduda, se pretendia más el com suelo del alma que lãs alud del cuerpo.³³

Após a difusão da descoberta do sepulcro apostólico e principalmente com o início das peregrinações a Compostela, alguns milagres foram atribuídos a São Tiago e descritos pelo Papa Calisto II no *Liber Sancti Iacobi*, sendo que grande parte deles têm relações com o mar. Um exemplo consisteno milagre referente a alguns peregrinos que navegavam à Terra Santa. Sendo abordado por sarracenos e caindo no fundo do mar, o marinheiro passa a clamar pela intercessão de São Tiago. “Al instante seleaparecióel santo Apóstolenlo profundo del mar y, tomándole de la mano, lo volvió a la nave sano y salvo. ” E por fim, o autor afirma ter dito o santo apóstolo: “No soy El Dios del mar, sino um siervo del Dio sdel mar, que auxilio a los que enpeligro me llaman, tanto enel mar como em latierra, según Dios quiere.”³⁴ Tal milagre expressa os perigos naturais e humanos que encontravam os navegantes em suas viagens – como já discutido – as quais deveriam “(...) sortear numerosos riesgos, por lo que el viajero, más que em los marineros, estaba em las manos de Dios.”³⁵, ou do santo; expressa ainda a prática de navegar em peregrinação, tanto a Santiago de Compostela quanto à Terra Santa, viagem “ao centro da Terra” – segundo os mapas-múndi do período, como o de Ebstorf – que, em equivalência à peregrinação à pé, detinha desafios igualmente tratados pela natureza.

³³ MADERUELO, Javier. P. 82.

³⁴ Ibidem, pp. 343-344.

³⁵ MOLINA MOLINA, ÁngelLuis. P. 121.

Considerações finais

Se o que importa não é necessariamente o destino, mas o caminho, os peregrinos medievais já tinham conhecimento disso ao fazerem das peregrinações um motivo devocional à parte do destino e todos seus atrativos, especialmente as relíquias. Além de contribuir para um melhor desempenho da viagem, o Guia do Peregrino configura-se como suporte cada vez mais necessário ao peregrino, função que também seria atribuída aos relatos de viagem acerca da peregrinação, especialmente a partir do século XIV, quando o realismo geográfico passa a integrá-los³⁶. A natureza, por sua vez, dá vida ao sentido da peregrinação, e com o auxílio dela é possível expressar a fé por meio de cultos e milagres, construir uma identidade, uma crença e uma cultura. O ambiente natural na Idade Média, especialmente relacionado à peregrinação a Santiago de Compostela com tudo que a envolve, é construído por um lado pelo imaginário do período, com a idéia de pecado e sofrimento onde a natureza aparece como inimiga, e por outro lado pela visão de um ambiente que acolhe e auxilia o homem. Traz-se à tona uma visão maniqueísta como forma de se perceber o ambiente natural.

³⁶ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Peregrinos e centros de peregrinação. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa, LIMA, Marcelo Pereira. *Peregrinos e Peregrinações na Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p. 22.

Monges, laicos, camponeses e nobres, tais como Guilherme V, duque da Aquitânia, foram todos peregrinos a caminho de Compostela. A peregrinação, mais que um impulso à fé, cujos olhos voltam-se à presença de São Tiago Maior em Compostela, é em si a própria fé por meio do caminho, construído por Deus em sua integridade. A natureza, criatura tal como o ser humano, apresenta-se, por meio de sua dualidade, o próprio Criador, que insere, com suas próprias mãos, as pedras, árvores, rios e animais que compõem todos os caminhos que levam a Santiago de Compostela, fazendo do caminhar um momento de contato com Ele. Assim, “(...) Dios es verdaderamente todo lo que verdaderamente es, porque el mismo crea todos los seres y se crea en todos, como dice San Dionisio Areopagita.”³⁷ A natureza aliava-se aos sentidos humanos, identificando o peregrinar aos seus sons, cores, formas, aromas, texturas e sabores.³⁸ A paisagem natural, misto de beleza que impulsiona louvores a Deus e perigos que provam o homem, possibilita o sentido da peregrinação, onde religiosidade, imaginário, ciência e poder se entrecruzam.

³⁷ RAÑA DAFONTE, César. *Natura optima parens*. La naturaleza em El siglo XII, *Revista Española de Filosofía Medieval*. 16: 43-56, 2009, p. 49.

³⁸ DÍAZ DUCKWEN, María Luján. ¿Enqué forma puede una hagiografía transmitir sonidos? El caso de lavitas sanctorum patrumemeretensium. In: RODRÍGUEZ, Gerardo, CORONADO SCHWINDT, Gisela (org.). *Abordajes Sensoriales del Mundo Medieval*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata. Facultad de Humanidades, GIEM, 2017, pp. 15-30.

Referências

Fontes

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Paulinas Editora, 2005.

LIBER SANCTI IACOBI. CODEX CALIXTINUS. Trad. Abelardo Moralejo, Casimiro Torres, Julio Feo. Ed. María José García Blanco. Xunta de Galicia, 2014.

Bibliografia

AZNAR VALLEJO, Eduardo. El mar: fuente de conflictos y exigencia de paz, *Edad Media*. 11: 63-89, 2010.

BARROS, Carlos. La humanización de la naturaleza en la Edad Media, *EM*. 169-193, 1999.

CARVALHO, Alessandra Izabel de, LAVERDI, Robson, SILVA, Danusa de Lourdes Guimarães da. A dimensão ambiental do conhecimento histórico: entrevista com José Augusto Pádua, *Revista de História Regional*. 19(2): 457-484, 2014.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. Geografia e Imaginário na Idade Média, *RAE'GA*, Curitiba. Boletim do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. 1(1): 45-60, 1998,

CHAFUEN, Alejandro. El pensamiento católico medieval sobre los bosques, los animales y el subsuelo, *Revista Cultura Económica*. 31(86): 7-18, 2013.

DÍAZ DUCKWEN, María Luján. ¿En qué forma puede una hagiografía transmitir sonidos? El caso de lavitas sanctorum patrum emeritensium. In: RODRÍGUEZ, Gerardo, CORONADO SCHWINDT, Gisela (org.). *Abordajes Sensoriales del Mundo Medieval*. Mar del Plata:

Universidad Nacional de Mar del Plata. Facultad de Humanidades, GIEM, 2017.

FERNÁNDEZ GONZÁLES, Etelvina. Los árboles no dejan ver el bosque. Apreciaciones plásticas e iconográficas em la Edad Media, *Cuadernos del CEMYR*. 21: 11-48, 2013.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Peregrinos e centros de peregrinação. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa, LIMA, Marcelo Pereira. *Peregrinos e Peregrinações na Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento Ocidental, *Episteme*, Porto Alegre. 11: 153-172, 2000.

LEBRERO COCHO, Jorge. Hidrofobia medieval: miedos y peligros vinculados al água em la literatura castellana del XV, *Medievalismo*. 25: 261-284, 2015.

LIMA, Marcelo Pereira. Muito mais do que um modo de “orar com os pés” – As peregrinações jacobeias medievais em textos legislativos e normativos. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa, LIMA, Marcelo Pereira. *Peregrinos e Peregrinações na Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

LÓPEZ ALSINA, Fernando. *La Ciudad de Santiago de Compostela em la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2014.

MADERUELO, Javier. *El paisaje. Génesis de un concepto*. Madrid: Abada Editores, 2005.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis. Los viajes por mar em la Edad Media, *Cuadernos de Turismo*. 5: 113-122, 2000.

PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Madrid: Katz Editores, 2013.

RAÑA DAFONTE, César. *Natura optima parens*. La naturaleza em el siglo XII, *Revista Española de Filosofía Medieval*. 16: 43-56, 2009.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Entre saberes e crenças: o mundo animal na Idade Média, *História Revista*, Goiânia. 18(1): 135-150, 2013.

RUCQUOI, Adeline. La percepción de la naturaleza em la alta Edad Media. In: *Natura i desenvolupament. El medi ambient a l'Edat Mitjana*, Lleida. Pagès Editors. 73-98, 2007.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Armênia Maria de, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.). *Mundos Ibéricos: territórios, gênero e religiosidade*. São Paulo: Alameda, 2017.

VARANDAS, Angélica. A Idade Média e o Bestiário, *Medievalista*. Instituto de Estudos Medievais. 2(2): 1-53, 2006.

Recebido em 20/08/18 aceito para publicação em 04/12/18

A construção da Cavalaria de Rei Arthur em Thomas Malory a partir do Juramento do Pentecostes

Willian Perpétuo Busch¹

Resumo: Nossa inquirição almejou compreender como foi construída a noção de cavalaria presente no texto literário *Le Morte D'Arthur*, redigido por Sir Thomas Malory por volta de 1495. Como o título sugere, por se tratar de uma narrativa sobre “Rei Arthur”, nosso primeiro passo foi compreender como essa figura foi construída entre a Antiguidade e o Medievo. Cruzamos as investigações sobre “Rei Arthur” com uma breve caracterização do fenômeno da “cavalaria” em seu contexto histórico, algo que fizemos a partir dos trabalhos de George Duby², Jean Flori³ e Dominique Barthélemy⁴. Nossa revisão bibliográfica dividiu-se em três momentos distintos: I) referências sobre Malory e sua identidade (em disputa); II) contexto da Inglaterra durante a vida do autor; III) estudos acadêmicos que aproximam a imagética e o simbolismo em torno da figura do Rei Arthur com o Santo Graal e a cavalaria. Tal incursão nos permitiu visualizar como essa cavalaria que aparece na literatura de Malory estava fundada na confluência dos eixos: marcialidade; corte e sacralidade, reagindo a estes de forma crítica. Trata-se de uma cavalaria difusa que nos oferece um enquadramento para compreender como contradições, conflitos e tensões sociais do período reverberavam sobre a literatura. O núcleo disso aparece dentro da literatura de Malory na forma do Juramento do Pentecostes.

Palavras-Chave: Rei Arthur. Cavalaria. Thomas Malory.

¹ Mestre em Antropologia (UFPR) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Contato: busch.wpb@gmail.com. Este artigo é fruto de uma Iniciação Científica Voluntária na Universidade Federal do Paraná realizada entre 2017 e 2018 sob orientação da Prof. Dra. Marcella Lopes Guimarães sob o título de: *A circulação da informação entre os reinos ibéricos e a França nos séculos XIV e XV*.

² DUBY, Georges, *As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo*, Lisboa: Estampa, 1994; DUBY, Georges, *Sociedades Medievais*, Lisboa: Terramar, 1999; DUBY, Georges, *Ano 1000, Ano 2000 - Na Pista de Nossos Medos*, São Paulo: UNESP, 1998.

³ FLORI, Jean, *Chevaliers et chevalerie au Moyen Age*, Paris: Hachette Littératures, 1998.

⁴ BARTHÉLEMY, Dominique, *A Cavalaria - Da Germânia Antiga à França do século XII*, Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Abstract: Our inquiry sought to understand how the notion of cavalry present in the literary text *Le Morte D'Arthur*, written by Sir Thomas Malory around 1495, was constructed. As the title suggests, because it is a narrative about King Arthur, our first step was to understand how this figure was built between Antiquity and the Middle Ages. We cross the investigations on “King Arthur” with a brief characterization of the phenomenon of “cavalry” in its historical context, something that we did from the works of George Duby, Jean Flori and Dominique Barthélemy. Our bibliographic review was divided in three distinct moments: I) references about Malory and his identity (in dispute); II) context of England during the life of the author; III) academic studies that approximate the imagery and the symbolism around the figure of King Arthur with the Holy Grail and the cavalry. This incursion allowed us to visualize how this cavalry that appears in the literature of Malory was founded in the confluence of the axes: martiality; cut and sacrality, reacting to them critically. It is a diffuse cavalry that offers us a framework to understand how contradictions, conflicts and social tensions of the period reverberated about literature. The core of this appears within Malory’s literature in the form of the Pentecost Pledge.

Keywords: Rei Arthur. Knighthood. Thomas Malory.

Narrativas, filmes, músicas — histórias — que orbitam a figura do Rei Arthur são constantes no imaginário ocidental⁵. Contos que revelam os feitos de cavaleiros como Sir Lancelot⁶ e Sir Gawain, somam-se com outros sobre a jornada do jovem Percival em busca do Santo Graal. A emblemática figura do mago Merlin é conhecida, bem como os planos sinistros de Morgan le Fay, e de Sir Mordred.

Qual o ponto de origem desse material constantemente imaginado nas produções artísticas? Como foi o processo histórico que

⁵ ASHLEY, Mike, **The Mammoth Book of King Arthur**, New York: Carroll & Graf Publishers, 2005.

⁶ Optamos por deixar em *itálico* os nomes de personagens referentes as produções literárias.

deu origem a isto? Sugerimos retornar para o fim do século VI d. C., para a ilha da Britannia⁷. Outrora província de Roma, o território passou a receber sucessivas ondas de povos germânicos que expulsaram a população romano-celta local entre os anos de 410 e 600⁸.

A história de Arthur, em uma das suas formas arcaicas⁹, surgiu em relação a este momento, a partir de Gildas Sapiens (500–570). No seu *De Excidio et Conquestu Britanniae*¹⁰, o monge cristão narrou como um chefe de guerra local foi responsável pela defesa dos territórios contra os invasores “bárbaros” pagãos.

A noção e a proeza militar desse chefe atravessarão o medievo e serão imaginadas e interpretadas por diferentes autores, como Chrétien de Troyes (fim do XII)¹¹ e Sir Thomas Malory¹². Na modernidade, por

⁷ Em torno de questões pertinentes a *Britannia*, ver: CREIGHTON, John, **Britannia - The Creation of a Roman Province**, London: Routledge, 2006; LAYCOCK, Stuart, **Britannia The Failed State - Tribal Conflicts and the End of Roman Britain**, Stroud: The History Press, 2008.

⁸ CRAUGHWELL, Thomas J., **How the Barbarian Invasions shaped the modern world - The Vikings, Vandals, Huns, Mongols, Goths, and Tartars who Razed the Old World and Formed the New**, Singapore: Fair Wind Press, 2008; SAWYER, P. H., **King and Vikings - Scandinavia and Europe AD 700-1100**, London & New York: Routledge, 1982.

⁹ Convém lembrar que a narrativa de um rei que protege seu reino de invasores não era algo inédito. Há aspectos das histórias de Arthur que comungam com outros textos da Antiguidade. Ver: ANDERSON, Graham, **King Arthur in Antiquity**, London & New York: Routledge, 2004.

¹⁰ GILDAS, **De Excidio et Conquestu Britanniae**, Cambridge: Medieval Latin Series, 540.

¹¹ DE TROYES, Chrétien, **Oeuvres complètes**, Paris: Gallimard, 1994.

¹² MALORY, Sir Thomas, **Le Morte D'Arthur. Vol. 1-2**, London: Penguin Books, 1969.

figuras como Edmund Spenser (1552–1599)¹³, Lord Alfred Tennyson (1809–1892)¹⁴ e Wilhelm Richard Wagner (1813–1883)¹⁵, para citar alguns poucos.

O que nos leva a uma primeira pergunta – o que conectou os feitos do guerreiro de Gildas, Ambrosius Aurelianus, protetor da província romana da Britannia no século V, com a cavalaria, o Santo Graal, a Távola Redonda, e os outros elementos que vieram a compor a história arthuriana?

Qualquer obra sobre Arthur que tenha sido produzida no medievo pode fornecer um ponto de partida. Nossa opção foi pela *Le Morte D'Arthur*¹⁶, concebida por Sir Thomas Malory. Uma significativa empreitada que teve como objetivo organizar, de modo cronológico, coerente e sequencial a história de Arthur. Enquanto Gildas Sapiens escrevera para um mundo medieval que se organizava, Malory experimentou um momento diferente, no fim do século XIV. Dentro deste espaço temporal, os feitos do Rei Arthur e da sua “corte” circulavam pela tradição oral e escrita, não restrita ao inglês, mas também francês¹⁷, italiano, espanhol, alemão, nórdico e russo¹⁸.

¹³ BURLINSON, Christopher, **Allegory, Space and the Material World in the Writings of Edmund Spenser**, Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

¹⁴ LAMBDIN, Laura Cooner; LAMBDIN, Robert Thomas, **Camelot in the Nineteenth Century - Arthurian Characters in the Poems of Tennyson, Arnold, Morris, and Swinburne**, London: Greenwood Press, 2000.

¹⁵ HÉBERT, Marcel, **Religious Experience in the Work of Richard Wagner**, Washington: The Catholic University of America Press, 2015.

¹⁶ MALORY, **Le Morte D'Arthur. Vol. 1-2**.

¹⁷ GREENE, Virginie (Org.), **The Medieval Author in Medieval French Literature**, New York: Palgrave Macmillan, 2006.

O texto de Malory foi redigido em inglês médio¹⁹, por volta de 1468 e 1470, a fazer uso majoritário de fontes inglesas e francesas. O resultado (ou parte dele) foi publicado em 1485 por William Caxton (1422-1491). O ponto de diferenciação entre a escrita e a circulação foram a introdução da máquina de impressão em 1476 na Inglaterra por Caxton. Portanto, há um contraste entre o público-alvo de Malory e o de Caxton²⁰.

A noção de obra literária medieval, bem como a figura do autor, cruzam-se com práticas de transmissão cultural previamente enraizadas e que diferem do padrão contemporâneo. Como explicitou o historiador francês Jean Flori, “os autores medievais eram ouvidos, entendidos, lidos durante a vida; eles também eram, durante muito tempo, copiados e recopiados, traduzidos e imitados”²¹.

Tomando a cultura literária e documental da Inglaterra medieval²², a principal análise contemporânea orientada para compreender a historicidade do Rei Arthur partiu de Leslie Alcock²³

¹⁸ HOWEY, Ann F.; REIMER, Stephen R. (Orgs.), **A Bibliography of Modern Arthuriana 1500-2000**, Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

¹⁹ DALRYMPLE, Roger (Org.), **Middle English Literature - A Guide to Criticism**, Malden: Blackwell Publishing, 2004.

²⁰ SAYLE, C. E., **Early English Printed Books in the University Library, Cambridge, 1475 to 1640. Vol. 1: Caxton to F. Kingston**, Cambridge: Cambridge University Press, 1900.

²¹ Tradução nossa. No original: “les auteurs médiévaux furent écoutés, entendus, lus de leur vivant; ils furent aussi, et long-temps, copiés et recopiés, traduit et imités”. FLORI, **Chevaliers et chevalerie au Moyen Age**, p. 235.

²² Por “Inglaterra medieval” entendemos o agrupamento das ilhas britânicas.

²³ Professor de Arqueologia na Universidade de Glasgow, e um dos estudiosos mais importantes no que tange o período da Antiguidade Tardia.

(1925-2006). Em *Arthur's Britain - History and Archaeology AD 367-634*²⁴, publicado em 1971, Alcock iniciou por evidências documentais e de suas restrições, para desembocar em uma investigação sobre as possíveis contribuições da cultura material para a discussão.

O argumento de Alcock ganhou forma na medida em que as histórias sobre Arthur convergiram numa figura bélica e marcial da Britannia, que, como aparece em Gildas²⁵, representava a população romano-celta local. As suas vitórias militares, mesmo que espaçadas e fragmentadas e sem total certeza sobre as datas específicas, números e locais, acabaram por armar um tipo figurativo de um líder que venceu os invasores saxões. Este, a nosso ver, é o núcleo básico da lenda.

Graham Anderson²⁶, em *King Arthur in Antiquity*, de 2004²⁷, deslocou a discussão para o estudo comparativo de narrativas sobre realeza e proeza militar que perscrutam o campo nos estudos de Antiguidade. A sua conclusão é de que Arthur Pendragon, o modelo bretão, tem similaridades com Arktouros de Arcadia, Arktouros de Atenas, Ardus e Ardys da Lídia, e Lucius Artorius Castus.

O ponto comum entre Anderson e Alcock é Arthur como um líder bélico. Mesmo que a natureza da pesquisa de Anderson²⁸ e Alcock seja diferente em recorte, escopo e conclusão, eles corroboram para

²⁴ ALCOCK, Leslie, *Arthur's Britain - History and Archaeology AD 367-634*, New York: Penguin Books, 1971.

²⁵ GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*.

²⁶ Professor emérito da Universidade de Kent, e amplamente reconhecido no campo dos estudos arthurianos.

²⁷ ANDERSON, *King Arthur in Antiquity*.

²⁸ ANDERSON, *King Arthur in Antiquity*.

uma acepção de que a figura arthuriana é cruzada pelo vetor marcial, e pensamos que isso teve implicações no trabalho de Sir Thomas Malory.

Em 1125, William de Malmesbury (1090/1095-1143) compôs seu *De rebus gestis regum Anglorum*, e nele Arthur é significativamente aproximado com uma simbologia e imagética do próprio Cristo²⁹. A principal diferença entre Gildas e William de Malmesbury é o contexto social e político da Inglaterra no momento da produção literária. Gildas experimentava uma nova onda de invasões e conquistas saxônicas, portanto um cenário caótico e inseguro.

William de Malmesbury, como pontuou R. M. Thomson³⁰, nasceu em uma Inglaterra que experimentava sua fase final de reorganização após a conquista normanda. Isto implicou em uma nova hierarquia eclesiástica que imputou na mudança de “estilo de vida cristão e uma organização modelada nas instituições e no ethos beneditino”³¹. Assim, a associação do Rei Arthur com Cristo foi possível, pois existia um pano de fundo religioso que corroborou para tal.

Em 1136, Geoffrey de Monmouth (c. 1095-1155) publicou seu *Historia regum Britanniae*³², obra que estabeleceu uma filiação de

²⁹ FENTON, Kirsten A., **Gender, Nation and Conquest in the Works of William of Malmesbury**, Woodbridge: The Boydell Press, 2008.

³⁰ THOMSON, R. M., **William of Malmesbury**, Woodbridge: The Boydell Press, 1987.

³¹ Tradução nossa. No original: “style of Christian life and organization modelled on the Benedictine institutions and ethos” *Ibid.*, p. 03.

³² OF MONMOUTH, Geoffrey, **History of the Kings of Britain**, Cambridge: Medieval Latin Series, 1136.

Arthur ao mundo clássico, junto com uma narrativa histórica da Inglaterra. Começando desde Brutus, descendente de Enéias, e indo até Cadwaladr (655–682), o autor arquitetou uma base genealógica no mundo clássico greco-romano para a Inglaterra e seu povo. Novos elementos foram integrados na narrativa, sendo o conflito com Roma um deles.

No fim do século XII, Chrétien de Troyes³³ contribui para a arthuriana de modo significativo. Os seus romances enfatizavam menos Arthur e sim os feitos dos seus cavaleiros e a sociedade que compunham. Em *Erec* (1170), o foco é Erec, que após atingir certo renome e casar, acaba por perder seu status por não participar mais dos torneios nem executar os feitos que se esperava de um cavaleiro.

A importância da corte ganha mais força em histórias como *Cligés* (1176) e *Yvain* (1117). Em *Lancelot* (1181), o casamento funcionava para atender aos interesses econômicos e políticos, enquanto o amor passava a ser algo negociado, buscado e almejado para fora do matrimônio. Para além destas, Chrétien de Troyes colocou a história de Arthur em direta relação com o Graal, a partir de Percival (1181-1190).

Toda essa contextualização cultural e literária desemboca para Malory, que tem o tom marcial da cavalaria como o seu ponto-chave. A cavalaria e Arthur são indicados a partir de feitos militares. A cavalaria como uma ideia é uma força militar que, em torno de Arthur, serve para constituir o seu reinado bem como o seu nome. O segundo tópico é a

³³ DE TROYES, *Oeuvres complètes*.

sociedade que essa cavalaria constrói e na qual é construída – com uma ideia de corte que marcou alianças e antagonismos. Por fim, o terceiro é o cunho religioso, que vai ganhando tom ao longo dos textos de Arthur e também aparece em Malory.

Dorsey Armstrong (1970-), professora de Literatura Inglesa e Medieval da Universidade de Purdue, argumentou que Sir Thomas Malory lida com a questão da cavalaria de um modo específico³⁴. Em termos comparativos, o trabalho de Malory diferencia-se da literatura que o precedeu, pois tem um modo de “uma legislação explícita (oposta a uma codificação implícita) dos valores cavaleirescos”³⁵, manifestado pelo Juramento do *Pentecostes*.

Armstrong, inclusive, visou compreender como a instituição desse juramento foi responsável por definir, como também identificar noções específicas sobre a performance de gênero masculino e feminino dentro da comunidade arthuriana. A hipótese da autora é de que o texto de Malory retrata cavaleiros que eram “engajados num processo perpétuo de contação de histórias como um mecanismo de definir e legitimar a ocupação de cavaleiros e a comunidade cavaleiresca que o mantinha”³⁶. O que significa dizer, com Armstrong, que há uma natureza dupla no texto. Malory parece ter uma percepção que é “tanto

³⁴ ARMSTRONG, Dorsey, **Gender and the Chivalric Community in Malory's Morte d'Arthur**, Gainesville: University Press of Florida, 2003.

³⁵ No original: “explicit legislation (as opposed to implicit coding) of chivalric values” *Ibid.*, p. 01.

³⁶ No original: “engage in perpetual storytelling as a means to define and legitimize the office of knighthood and the chivalric community that supports it”. *Ibid.*, p. 06.

nostálgica quanto cautelar”³⁷. Assim, as turbulências do período em que Malory vivia e os problemas inerentes da cavalaria são levantados com a criação de um código, um compromisso de lealdade na forma do Juramento de *Pentecostes*.

O significado desse juramento é, no entender de Armstrong, estabelecer “uma série de parâmetros cavaleirescos para a ação”³⁸, e como se trata de algo que ocorre em um momento relativamente inicial do texto, “o resto da narrativa testa esses valores cavaleirescos”³⁹, visando tensioná-los com as situações do mundo que circunda os cavaleiros. O resultado é a proliferação de tensões em que “o comportamento cavaleiresco e a identidade são exacerbados na medida que o texto desenrola”⁴⁰.

Em vista da hipótese de Armstrong, podemos orientar o nosso problema de pesquisa para compreender o que é esse ritual, sua estrutura e funcionamento. A institucionalização da cavalaria em Malory ganhou forma no momento em que há uma corte, composta pelo antagonismo dialógico entre um suserano (o rei) e os seus vassalos (os cavaleiros).

³⁷ No original: “both nostalgic and cautionary”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 07.

³⁸ No original: “a series of chivalric guidelines into action”. Tradução nossa. *Ibid.*

³⁹ No original: “the rest of the narrative test those chivalric rules”. Tradução nossa. *Ibid.*

⁴⁰ No original: “chivalric behavior and identity are increasingly exacerbated as the text progresses”. Tradução nossa. *Ibid.*

Richard Barber⁴¹ demarcou que há três níveis básicos para o funcionamento da cavalaria no contexto que circunda Malory. O primeiro era social, inscrito no âmbito da prática política, bem como das relações econômicas. É a função do guerreiro oferecendo serviço para seu suserano. E, conforme visto em nossa pesquisa até então, um traço fundamental das narrativas de tipo arthuriano.

O segundo nível é do campo ideativo, uma vez que a Cavalaria é uma instituição. Isto significa que há um conjunto de ideias, um núcleo, que fomenta o cavaleiro como alguém “bravo, generoso e cortês”,⁴² e formulam aquilo que é o “aspecto cavalheiresco da cavalaria”⁴³. O terceiro nível diz respeito ao papel da religião.

Barber sugeriu que a cavalaria secular, ao traçar relações com a religião, passou a reificar e ser reificada por esta, de modo que era “parte da estrutura social preordenada por Deus”⁴⁴. O resultado foi uma formação militar que operava na medida em que estava apta a “travar guerra secular por razões espirituais”⁴⁵.

Em vista deste último ponto, retomamos que Jean Flori, ao analisar como o Cristianismo foi ganhando espaço dentro das narrativas Arthurianas de cunho francês, percebeu que isto foi feito pela figura do

⁴¹ BARBER, Richard, Chivalry and the Morte Darthur, in: ARCHIBALD, Elizabeth; EDWARDS, A. S. G. (Orgs.), **A Companion to Malory**, Cambridge: D. S. Brewer, 1996, p. 19–36.

⁴² No original: “brave, generous, and courteous”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 22.

⁴³ No original: “chivalric aspect of knighthood”. Tradução nossa. *Ibid.*

⁴⁴ No original: “part of a God’s preordained structure of society”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 23.

⁴⁵ No original: “wage secular war for spiritual reasons”. *Ibid.*, p. 51.

Graal. Assim, “as aventuras dos cavaleiros do Graal tomam uma dimensão escatológica, elas implicam uma humanidade participante dos mistérios da Redenção”⁴⁶. O que nos leva a perguntar se essa guinada escatológica é um elemento que integra o Juramento de *Pentecostes*, ou algo externo a ele.

Recolocando nossa questão, partimos do trabalho de Armstrong para perceber que uma das diversas contribuições de Sir Thomas Malory para a narrativa arthuriana é o Juramento de *Pentecostes*. Tanto Armstrong⁴⁷, quanto Barber⁴⁸ concordam por caminhos diferentes que o interesse de Malory em tensionar e problematizar a Cavalaria acaba levando-o para o afastamento do mundo religioso.

Para Émile Littré⁴⁹, o primeiro sentido do termo “*chevalier*” está ligado com o mundo clássico romano. Foi somente no medievo que a figura latina do “*miles*”, homem das armas, diferiu do “*chevalier*” a partir de um tipo de ritual de adubamento. O *chevalier* estava inscrito dentro de um conjunto de rituais e cerimônias de recepção e transmissão do estatuto social.

⁴⁶ No original: “les aventures des chevaliers du Graal prennent alors une dimension eschatologique, elles impliquent l’humanité et participent au mystère de la Rédemption”. Tradução nossa. FLORI, **Chevaliers et chevalerie au Moyen Age**, p. 253.

⁴⁷ ARMSTRONG, **Gender and the Chivalric Community in Malory’s Morte d’Arthur**.

⁴⁸ BARBER, *Chivalry and the Morte Darthur*.

⁴⁹ LITTRÉ, Émile, **Dictionnaire de la langue française**, Paris: Librairie Hachette et C, 1873, p. 525.

Esse movimento histórico da vassalagem [*vasselage/vaillance*], indicado por Littré, no século XI, é o que produzia um cavaleiro. A fonte histórica do lexicógrafo francês foi *La Chanson de Roland*, poema escrito em francês antigo (c. XI), baseado na batalha de Roncevaux (778) e na morte de Rolando, sobrinho de Carlos Magno (742-814). Todavia, foi somente no século XIII que Littré aproximou a ideia do *chevalier* ao rito religioso de *Pentecostes*, a partir das trovas de Rutebeuf (1245-1285).

A definição de Littré é interessante, mas demanda de nossa parte uma depuração em vista de análises específicas sobre o fenômeno da cavalaria. Ressaltamos que seguimos aqui a ideia de Antoine Meillet⁵⁰ sobre as mudanças de sentido em torno de uma palavra.

A linguagem está moldada em transmissões, permanências e rupturas no âmbito social e o “princípio essencial de mudança de sentido está na existência de grupos sociais no interior do meio”⁵¹ em que uma língua circula, “ou seja, em um fato de estrutura social”⁵². Exportando isso para nosso caso, recusamos que seja possível produzir uma definição atemporal e meramente formal da cavalaria. Esta precisa, antes de mais nada, ser pensada em seu contexto e função social.

⁵⁰ MEILLET, Antoine, **Como as Palavras Mudam de Sentido**, São Paulo: EDUSP, 2016.

⁵¹ *Ibid.*, p. 75.

⁵² *Ibid.*

Para Georges Duby⁵³, sujeitos inscritos em uma situação social não têm seus comportamentos e sentimentos completamente dominados apenas por sua situação econômica. Pelo contrário, a ação humana é reflexiva, e uma imagem perceptual emerge, que “nunca é uma imagem fiel mas sempre refratada por um jogo complexo de representações mentais”⁵⁴.

No entender de Duby, três categorias sociais estáveis formam a base hierárquica da sociedade medieval. Em forma de pirâmide, o topo seria habitado pelo poder eclesiástico assentado na “superioridade espiritual sobre o temporal”⁵⁵. Logo abaixo, e mais ampla, o campo marcial, “a ordem dos que combatem, dos que têm por missão defender o conjunto do povo”⁵⁶, adentrando no campo da cavalaria. Por fim, na ampla base, “a ordem dos camponeses, inteiramente submetida, toda ela vivendo curvada sobre o labor de que se alimentam as outras duas”⁵⁷.

Com Duby, podemos afirmar que a Cavalaria é um fenômeno medieval e precisou de um contexto específico para ocorrer. Uma definição tripartite também está presente em Jean Flori, que sugeriu que existiram três “atores” entre os séculos III e VI que contribuíram para a produção de uma Cristandade ocidental. São eles: o substrato cultural

⁵³ DUBY, *As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo*.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 09.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 32.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 33.

⁵⁷ *Ibid.*

romano, os povos germânicos e a matriz ideológica cristã que atravessa romanos e germânicos, criando uma “nova sociedade”⁵⁸.

O cavaleiro do mundo romano indicado por Littré, não tem mais espaço aqui. A aristocracia romana foi progressivamente recusando “o serviço militar como uma carga insuportável”⁵⁹. Em contraste, os povos germânicos “que eram excelentes na guerra e almejavam ingressar no império, procurando empregos para os quais haviam sido treinados desde a infância”⁶⁰.

A transformação vista por Flori, a partir desta participação cada vez maior dos germânicos nas forças armadas romanas é importante. O sistema de federalização, empregado para os romanos visando “a integração dos povos migrados fornecendo-lhes o único trabalho que lhes era conveniente e atribuindo-lhes o papel de garantir sua segurança”⁶¹.

De modo que as “as elites bárbaras que dominam os principais papéis dentro do domínio militar primeiramente vão vir a ocupar toda a

⁵⁸ No original: “nouvelle société”. Tradução nossa. FLORI, **Chevaliers et chevalerie au Moyen Age**, p. 11.

⁵⁹ No original: “le service militaire comme une charge insupportable”. Tradução nossa. FLORI, **Chevaliers et chevalerie au Moyen Age**, p. 15.

⁶⁰ No original: “qui excellent à la guerre et aspirent à entrer dans l’empire, recherchent au contraire ces emplois pour lesquels ils sont entraînés dès leur enfance”. Tradução nossa. *Ibid*.

⁶¹ No original: “l’intégration de peuples immigrés en leur fournissant le seul travail qui soit à leur convenance et en leur assignant le rôle qu’elle ne peut plus jus, assurer sa protection”. Tradução nossa. *Ibid*.

cena”⁶². A célula básica que emergiu é a do rei, acompanhado por seus guerreiros. Padrão que dominaria a Europa, sendo aquilo que “forma as estruturas sociais que são de fato o nascimento da cavalaria”⁶³.

Com o Império Carolíngio, a vassalagem foi elevada a uma instituição. Flori explicou que a vassalagem, em um nível mais alto, estrutura a autoridade dos reis carolíngios como “os chefes naturais das unidades territoriais distantes ou dissidentes”⁶⁴.

E, em outro nível, era um sistema de governo em que as relações locais eram valorizadas, pois “de fato, eles encorajaram todos os seus vassalos diretos a transformar pessoas influentes de sua região em sua vassalagem”⁶⁵, permitindo assim que “todos os homens livres escolhessem um senhor”⁶⁶, que serve como uma representação do poder estatal, e “que os levaria a hoste (exército real) e receberia os impostos”⁶⁷.

⁶² No original: “élites barbares jorner les premier rôles dans le domaine militaire devenu primordial, avant d’occuper toute la scène”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 29.

⁶³ No original: “formées les structures sociales qui ont fait naître le chevalerie”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 30.

⁶⁴ No original: “les chefs naturels de unités territoriales lointaines ou dissidentes”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 43.

⁶⁵ No original: “ils ont en effet encouragé tous leurs vassaux directs à faire entrer à leur tour dans leur propre vassalité des personnages influentes de leur région”. Tradução nossa. *Ibid.*

⁶⁶ No original: “tous les hommes libres à se choisir un seigneur”. Tradução nossa. *Ibid.*

⁶⁷ No original: “qui les mènerait à l’ost (l’armée royale) et recevrait les impôts”. Tradução nossa. *Ibid.*

Na análise feita por Dominique Barthélemy, “os cavaleiros do ano 1100 são todos feudais, senhores e vassalos”⁶⁸. A definição principal destes é marcada pelos feitos bélicos, bem como um modo de conduta específico, que se mostra amplamente transgressor tanto em “relação a seus reis e príncipes, ou à igreja que lhes prescreve a guerra santa”⁶⁹. O cavaleiro, nesse entendimento, é marcado por um tipo de demanda social que “os empurra a se distinguir, a brilhar, a rivalizar em valentia, mas também a colocar condições e limites ao serviço de seu senhor”⁷⁰. O que os move efetivamente é um imperativo categórico de honra. Assim, “cavalaria é apenas um aspecto, entre – e após – outros, da dominação feudal”⁷¹.

Seguindo tal argumentação, cavalaria e vassalidade são elementos constitutivos do medievo. Para Barthelemy, *vassus* e depois *vassal* são termos tão importantes que quando aplicados implicam, em si, “um estatuto honrável que evoca a valentia guerreira e que traz honra”⁷².

A relação com outrem, dentro da vassalidade, é estabelecida por ritos, promessas e um acordo social entre a elite. Interação vassalo e senhor que foi construída de tal modo que constantes “esforços de moderação e de justificação” balizaram os papéis sociais.

⁶⁸ BARTHÉLEMY, A Cavalaria - Da Germânia Antiga à França do século XII, p. 17.

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ *Ibid.*

⁷² *Ibid.*, p. 102.

Mesmo porque, “o serviço do vassalo é para ele uma obrigação”⁷³, que pode resultar em punições por faltas, desde exílio até morte. Problematicar este modelo histórico em relação ao texto literário de Sir Thomas Malory será essencial para compreender como o funcionamento da instituição da cavalaria operava, considerando que há estruturas imaginárias de permanência histórica que devem guiar a análise.

II

A elucidação do contexto de Sir Thomas Malory demanda, de antemão, a caracterização do próprio autor. E, no que tange a Malory, a situação não é tão simples quanto parecia de antemão. Em linhas gerais, sabe-se que houve um Sir Thomas Malory que escreveu *Le Morte D'Arthur*. Mas qual Malory? No período da escrita e publicação do texto, havia, pelo menos, quatro pessoas com este nome.

A identidade do autor não foi confirmada e é um dos principais tópicos de disputa dentre os diferentes estudiosos do assunto. A nossa análise tomou como base o trabalho de William Matthews, que em *The Ill-Framed Knight: A Skeptic Inquiry into the identity of Sir Thomas Malory*⁷⁴, explicitou como as principais hipóteses surgiram, seu

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ MATTHEWS, William, **The Ill-Framed Knight - A Skeptic Inquiry into the identity of Sir Thomas Malory**, Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1966.

conteúdo bem como defensores, assim como suas estratégias de argumentação e seus problemas.

A primeira hipótese, conforme rastreada por Matthews⁷⁵, pauta pela ideia de que o autor de *Le Morte D'Arthur* foi Edward Maelor (1586–1620). Quem levantou originalmente essa possibilidade foi Oskar Sommer, em 1890. Mas foi John Rhys, a partir de uma indicação documental, que desenvolveu a ideia. Para Matthews, há, pelo menos, três problemas neste argumento: o texto está em inglês médio (Maelor era galês), não há menções que Thomas Malory era galês, e nos momentos textuais da obra que o autor refere-se a si, evidencia-se que o mesmo se pensava como inglês.

A segunda hipótese mencionada por Matthews⁷⁶ é de que Thomas Malory era oriundo de Papworth (1425-1469), em Huntingdonshire. Essa possibilidade foi proposta pelo antiquário A.T. Martin. Junto com ela Martin elaborou uma biografia para este Malory. Como alertou Matthews⁷⁷, esta tese foi criticada por George Lyman Kittredge e teve mínima aderência, pois o Malory de Papworth não tinha o título de cavaleiro e sim de escudeiro (*squire*).

A terceira hipótese, que exerce uma certa hegemonia nos estudos atuais, é de que o autor foi Sir Thomas Malory de Newbold Revel (1415-1471). Foi Kittredge que a promulgou, a partir de 1894. Sua consolidação garantiu-se por conta de dois colaboradores, Edward

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.*

Hicks, que era aluno de Kittredge, e Albert C. Baugh. Sir Thomas Malory de Newbold Revel era um cavaleiro e estava vivo entre 1469-1470, momento de conclusão da obra. Faleceu antes de 1485, ocasião da publicação de Caxton.

Apesar de cavaleiro, sua vida, conforme foi narrada por Hicks, e retomada por Matthews⁷⁸, passou bem longe do “ideal” cavaleiresco. Acusado de furtos, como cerca de 300 ovelhas e igrejas, emboscadas contra outros nobres e estupro, este Malory passou um período relativamente longo de sua vida preso, fato principal para aqueles que suportam a terceira hipótese. Isto porque no texto de Malory há uma indicação sobre sua autoria, um pedido de oração para o autor que se encontrava prisioneiro. Matthews recolocou que há uma ambiguidade de extrema importância na maneira pela qual Malory requisitará orações em seu texto. Não fica claro que tipo de prisão se tratava, poderia ser algo com “um sentido secular”⁷⁹, ou com “sentido espiritual, livre da prisão do corpo”⁸⁰. No mais, Matthews desmontou extensamente cada um dos argumentos que suportam esta causa, demonstrando que nenhum deles pode ser aceito integralmente sem implicar no surgimento de novas dificuldades interpretativas.

A quarta hipótese, que foi defendida pelo próprio Matthews, partiu de um caminho diferente, o dialeto usado na composição da obra.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ No original: “a secular meaning”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 41.

⁸⁰ No original: “spiritual meaning, deliverance from the prison of the body”. Tradução nossa. *Ibid.*

O resultado foi “o autor deve ter vivido no norte e provavelmente em Yorkshire”⁸¹. O segundo passo de Matthews foi demonstrar que naquela região havia, no momento de confecção do texto, a presença das fontes utilizadas por Malory, algo que não ocorria na terceira hipótese. Por exemplo, a *Mort Arthure Alliterativa* e a *Le Mort D’Arthur Stanzaic*. Duas dessas fontes produzidas em Yorkshire. O terceiro passo de Matthews foi a existência documental de um Thomas Malory, filho de Sir William Malory. Thomas foi prisioneiro de guerra no período da conclusão do texto.

A terceira hipótese implica em um autor que seria de Lancaster, enquanto a quarta nos remete a um apoiador de York. O argumento de Matthews⁸² nos parece o mais forte, mas não precisamos estabelecer um juízo final para compreender que independente de qual delas escolhermos, o autor estava inserido dentro dos conflitos entre barões e reis que marcaram a polarização de uma série de batalhas que, posteriormente, ficaram conhecidas como “Guerras das Rosas”.

Quando Henry V (1386-1422), rei da Inglaterra desde 1413, faleceu, deixou o trono para seu filho, de um ano de idade, Henry VI (1421-1471). Quem assumiu o controle do Estado foi John de Lancaster, Duque de Bedford (1389-1435). A situação com a França havia fugido do controle e o poder estatal estava passando da Coroa

⁸¹ No original: “the author must have lived in the north and probably in Yorkshire”. Tradução nossa.

⁸² MATTHEWS, **The Ill-Framed Knight - A Skeptic Inquiry into the identity of Sir Thomas Malory.**

para o Parlamento. William de La Pole, Duque de Suffolk (1396-1450) foi derrotado pelas forças francesas lideradas por Joana D'Arc (1412-1431) em 1429, o que implicou em um recuo geral, ao ponto de que em 1453, quase todo o território francês já havia sido retomado⁸³.

Na Inglaterra, o controle da Coroa passou a ser disputado por dois grupos diferentes. De um lado, Humphrey de Lancaster, duque de Gloucester (1390-1447) e de outro, Henry Beaufort (1375-1447), bispo e depois cardeal. O casamento de Henry VI com Margaret de Anjou (1430-1482) foi arquitetado para estabilizar a situação na França, mas implicou na concessão de dezenas de territórios para os franceses, afetando a nobreza inglesa. A rainha passou a ser apoiada pelos Lancaster, e a oposição que se construiu ao seu controle foi liderada por Richard de Conisburgh, Conde de Cambridge e depois Duque de York (1375-1415).

Quando Henry VI cedeu os territórios restantes para os franceses, a autoridade do Conde, que ocupava o posto de comandante militar na Normandia, foi ameaçada. Para conter uma possível retaliação, o comando foi retirado e ele foi enviado para a Irlanda⁸⁴. A partir de 1450, com uma revolta em Londres, as tensões entre as facções aumentou e, em 1461, os York conseguiram tomar o trono e permanecer

⁸³ HICKS, Michael, **The Wars of the Roses 1455-1487**, Cambridge: Osprey Publishing, 2003.

⁸⁴POLLARD, A. J., **The Wars of the Roses**, London: Palgrave Macmillan, 2001.

até 1471. Os Lancaster encenaram uma retomada breve, que abriu espaço para a vitória final (1485) e o surgimento da dinastia Tudor⁸⁵.

O termo “Guerras das Rosas” é uma invenção romântica e foi criado posteriormente por escritores patrocinados pelo governo Tudor, com interesse propagandístico. Nele, Henry VII (1457-1509) surgiu como uma figura que garantia a paz e a estabilidade em um período caótico⁸⁶. Polydore Vergil (1470-1555), humanista italiano e historiador da corte de Henry VII, em seu *Anglica Historia*⁸⁷, de 1535, associou a rosa vermelha ao governo Tudor.

Ali, Henry VII defendeu a rosa vermelha, enquanto os Lancaster a branca. Todavia, Henry VII só tomou a rosa vermelha como símbolo depois de sua vitória sobre Richard III. Raphael Holinshed (1529-1580) adotou a ideia de Vergil em seu *The Chronicles of England, Scotland, and Ireland*⁸⁸, de 1577. Que por sua vez serviu de base para Shakespeare (1564-1616) em seu *Henry VI, parte I*, em que ocorre o encontro entre o Duque de York e o Conde de Summerset, caracterizados pelas rosas⁸⁹.

⁸⁵ WEBSTER, Bruce, **The War of the Roses**, London: UCL Press Limited, 1998.

⁸⁶ POLLARD, **The Wars of the Roses**.

⁸⁷ VERGIL, Polydore, **Three Book of Polydore Vergil's English History Comprising the Reigns of Henry VI, Edward IV, and Richard III**, London: The Camden Society, 1884.

⁸⁸ HOLINSHED, Raphael, **Chronicles of England, Scotland, and Ireland**, London: State Press, 1807.

⁸⁹ SHAKESPEARE, William, **William Shaspeare - Henry VI Parts I, II and III**, New York: Modern Library, 2007.

No século XVIII, David Hume (1711-1776)⁹⁰ retomou o termo “Guerra das Rosas”, sendo seguido por Sir Walter Scott (1771-1832) em *Ivanhoe* (1820) e depois em Anne de Geierstein (1890). Scott⁹¹ falou das rosas como branca para Lancaster e vermelha para York. A popularização da consolidação ocorreu com *A Short History of the English People*, de John Richard Green (1837-1883)⁹², publicado em 1874.

O termo “Guerras das Rosas” surgiu, portanto, para justificar e legitimar o governo Tudor. Convém lembrar que os conflitos não se encerraram com a vitória em 1485 e Henry VII enfrentou diversas resistências e insurreições contra seu governo. O contexto de *Le Morte D'Arthur* e de Sir Thomas Malory, foi, no mínimo, interessante. A posição do rei, de Henry VI até Henry VII, era disputada, e sua autoridade não estava garantida. Assim, quando Malory escrevia, a cavalaria experimentava um grande momento de mudanças e transformações.

III

Trabalhar com Sir Thomas Malory e sua obra implica compreender a existência, bem como o funcionamento de um campo

⁹⁰ HUME, David, **The History of England from the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688**, London: T. Cadell, 1786.

⁹¹ LINCOLN, Andrew, **Walter Scott and Modernity**, Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

⁹² GREEN, John Richards, **A Short History of the English People**, London: Macmillan and Co., 1878.

específico: *Arthurian Studies* em sua corrente inglesa. Esse exercício de compreender as camadas da historiografia carregam consigo a ideia que nenhum objeto é “puro”, mas composto por camadas de sentido. Com isso deve-se considerar que há correntes teóricas de interpretação, bem como diferentes concepções da função e do desenvolvimento das histórias do Rei Arthur.

Para o medievalista Roger Dalrymple⁹³, o campo Arthuriano de língua inglesa se estruturou a partir de três grandes textos: *Sir Gawain and the Green Knight*, *Alliterative Mort Darthur* e *Le Mort Darthur* de Sir Thomas Malory. Dalrymple explicitou que quatro fases principais guiaram a construção deste campo, começando no século XIX e seguindo até os dias de hoje. A primeira linha de interpretação seguiu a emergência dos estudos filológicos e biográficos. Os principais teóricos são Frederic Madden e Frederick Furnivall. A segunda linha de interpretação surgiu em paralelo com a primeira, protagonizada por George Lyman Kittredge e Roger Sherman Loomis, ambos interessados na busca pelas fontes utilizadas pelos autores medievais na produção de suas obras.

Há um grupo paralelo ao arthuriano, influenciado pela escola antropológica britânica, protagonizada por Jessie L. Weston⁹⁴. Além de traduzir diversos textos arthurianos para o inglês moderno, Weston foi

⁹³ DALRYMPLE, Roger, *English Arthurian Literature*, in: LACY, Norris J. (Org.), **A History of Arthurian Scholarship**, Cambridge: D. S. Brewer, 2006, p. 140–157.

⁹⁴ WESTON, Jessie L., **From Ritual to Romance**, New York: Doubleday Anchor Books, 1957.

influenciada pelo antropólogo Sir James George Frazer⁹⁵. A partir dos trabalhos deste, a autora desenvolveu uma teoria sobre o Santo Graal. Cruzando a ideia de rito presente em autores como von Schroeder, Cumont, Scheftelotizz, Harrison, Sir G. Murray, Anrich e G. R. S. Mead, Weston concluiu que os romances medievais sobre o Graal tratavam-se, na realidade, de ritos de fertilidade antiquíssimos que foram transmitidos do mundo pagão para o cristão⁹⁶. O argumento de Weston exerceu ampla influência nos setores intelectuais no começo do século XX, e depois foi extensivamente criticado.

Para Weston⁹⁷, a questão do Graal precisa ser compreendida a partir de seus aspectos: a Terra Devastada, o Rei Pescador, o Castelo Secreto, a Refeição Comunal, o Instrumento de Alimentação, a Lança Sangrenta e o Copo. Frazer propôs que havia uma semelhança entre a história do Graal e os cultos primitivos da Natureza e Weston explorou isso. Das histórias de Perceval até Gawain, o que se apresentava era a ideia de que a vitalidade do rei estava amarrada com a prosperidade do reino, e quando isso era quebrado, o herói aparecia com a tarefa de restaurar o equilíbrio⁹⁸.

Esse tema que caracterizava as narrativas arthurianas não era uma exclusividade e Weston recuou até os contos indianos (Indra),

⁹⁵ FRAZER, James George, **The Golden Bough - A Study in Magic and Religion. Part I The Magic Art and the Evolution of Kings**, London: MacMillan & Company, 1911.

⁹⁶ WESTON, **From Ritual to Romance**.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ *Ibid.*, p. 23.

gregos (Adonis e Attis), celtas e russos. Com isso, ela expandiu a sua conclusão inicial, sugerindo que há uma relação estrita entre rei e terra que é marcada pela religião: o rei é sagrado⁹⁹.

Como explicou Dalrymple¹⁰⁰, a partir da segunda metade do século XX, há uma reação às leituras míticas arthurianas. É neste momento que autores como L.D. Benson, J.A. Burrow e R. M. Lumiansky se interessam por interpretações exclusivamente textuais, almejando compreender e elucidar a estrutura das obras. Este terceiro grupo foi influenciado pelas teorias da antropologia estruturalista francesa, liderada por Claude Lévi-Strauss¹⁰¹. A quarta fase proposta por Dalrymple pode ser pensada sob o selo do “Crítico Histórico¹⁰²”, que almeja aplicar teorias literárias modernas nos textos medievais. Assim, intérpretes como M.J. Bennet, David Aer, P.J.C Field e Mark Lambert ganharam amplo destaque, além de Carolyn Dinshaw e, mais recentemente, Dorsey Armstrong.

IV

O Juramento de *Pentecostes* estabelece um horizonte ideal sobre o que era esperado da cavalaria. Todas as prescrições dadas pelo texto,

⁹⁹ *Ibid.*, p. 63.

¹⁰⁰ DALRYMPLE, English Arthurian Literature.

¹⁰¹ LÉVI-STRAUSS, Claude, **Antropologia Estrutural**, São Paulo: Cosac-Naify, 2012; LÉVI-STRAUSS, Claude, **Antropologia Estrutural Dois**, São Paulo: Cosac-Naify, 2013; LÉVI-STRAUSS, Claude, **O pensamento selvagem**, São Paulo: Papirus, 1989.

¹⁰² Sobre o Crítico Histórico e o Novo Crítico, ver: CASTLE, Gregory, **The Blackwell Guide to Literary Theory**, Oxford: Oxford University Press, 2007.

quando lidas em vista do contexto conturbado de produção, revelam a contradição social e cultural que o perpassa. A consolidação de Arthur, como rei, dentro do texto de Sir Thomas Malory, não acontece de uma hora para outra. Não basta retirar a espada da pedra, que inclusive não é *excalibur*, mas outra. Deve o rei se provar como um exímio guerreiro e ser seguido e venerado por outros guerreiros. Após o seu casamento com Guinevere, a Távola Redonda tornou-se um espaço que organizava a corte e submetia os cavaleiros ao rei.

O juramento começa com: “*than the kynge stablysshed all the knyghtes*¹⁰³”. *Stablysshed* – estabelecer – funciona como um processo ritualístico vassálico adaptado para o contexto literário e imagético Arthuriano. Para produzir seus vassallos, estabelecendo-os como tal, é necessário um ato de doação e, portanto, de confiança do rei: “*gaff them rychesse and londys*¹⁰⁴”. A confiança de Arthur em seus cavaleiros foi materializada pela riqueza e pela terra. Partimos do pressuposto de que a riqueza a que se refere, neste momento, está ligada com a fertilidade, e que constitui, posteriormente, a questão do Santo Graal na narrativa.

Para além disto, o contexto histórico do texto de Malory revela a importância das terras para os vassallos dentro do mundo medieval. Um dos motivos para o governo de Henry VI se revelar desastroso, como mencionado, foi a sistemática derrocada das forças inglesas dentro do território que havia sido conquistado na França. O casamento de Arthur

¹⁰³ VINAVER, Eugène (Org.), **The Works of Sir Thomas Malory**, Oxford: Clarendon Press, 1947, p. 119.

¹⁰⁴ *Ibid.*

com Guinevere é o espelho que mostra uma imagem invertida do casamento de Henry VI com Margaret de Anjou. Enquanto o primeiro estabelece a corte de Arthur, e todo seu aparato simbólico, o segundo serviu para marcar o fim das pretensões inglesas dentro da França.

A doação, por parte do rei, implica em estabelecer uma vassalagem que tem um conjunto de normas: “*and charged them never to do outerage nothir morthir*”¹⁰⁵. *Charged* nos parece como uma forma de mana e hau, no sentido dado por Marcel Mauss¹⁰⁶ no contexto de trocas melanésio, transportado para o cenário medieval. Como postulou Andrew Cowell, “*the gift is essentially a classificatory mechanism*”¹⁰⁷, que estabelece e sustenta “*bonds between various allies, and delineates the enemy as the one to whom one does not give*”¹⁰⁸. Os cavaleiros que recebem o dom de Arthur, carregados pelo rito vassálico, passam a integrar seu sistema político e social. *Outerage* e *morthir* são duas obrigações éticas que, de modo coercitivo, amarram a cavalaria com a questão cortesã.

Segue no juramento que os Cavaleiros devem “*allwayes to fle treson*” e “*to gyff mercy unto hym that askith mercy, uppon payne of*

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri, **Sacrifice: Its Nature and Its Function**, Chicago: University of Chicago Press, 1964; MAUSS, Marcel, **A Origem dos Poderes Mágicos nas Sociedades Australianas. Estudo Analítico e Crítico de Documentos Etnográficos**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017; MAUSS, Marcel, Ensaio sobre a Dádiva - Forma e Razão da troca nas sociedades arcaicas, in: **Sociol. e Antropol.**, São Paulo: Cosac-Naify, 2003, p. 183–314.

¹⁰⁷ COWELL, Andrew, **The Medieval Warrior Aristocracy - Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**, Cambridge: D. S. Brewer, 2007, p. 07.

¹⁰⁸ *Ibid.*

*forfiture [of their] workshop and lordship of kyng Arthure for evirmore*¹⁰⁹”. Assim, o vassalo é posto sob o total controle de seu senhor, na medida em que cumpre suas obrigações com o rei. O juramento tem uma transformação em sua perspectiva, pois passa a falar sobre como os cavaleiros devem se comportar uns perante os outros, algo que remete não apenas à própria corte, mas aos próprios torneios. Não agir de modo cavaleiresco deixa de ser uma ofensa para outrem que é antagônico, para ser ofensivo ao próprio senhor de quem o cavaleiro é vassalo.

O Juramento de *Pentecostes*, após estabelecer a relação do rei para com os cavaleiros, e destes uns para com os outros, insere a questão feminina: “*and allwayes to do ladyes, damesels, and jantilwomen and wydowes [socour] strengthe hem in hir ryghtes*¹¹⁰”. Assim, a performance do cavaleiro depende, também, da assistência e proteção às mulheres, que serviram para reificar as ações dos cavaleiros, visto que elas circulam dentro da corte, enquanto os cavaleiros passam a maior parte do tempo fora dela, em aventuras. É em função do romance cortês que a vassalagem ganha sentido.

A segunda orientação vai ainda mais longe: “*and never to enforce them uppon payne of dethe*¹¹¹”. Como Armstrong¹¹² notou, esta passagem específica não estava presente no texto de William Caxton,

¹⁰⁹ VINAVER (Org.), **The Works of Sir Thomas Malory**, p. 119.

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ *Ibid.*

¹¹² ARMSTRONG, **Gender and the Chivalric Community in Malory's Morte d'Arthur**.

apenas no Manuscrito de Manchester. É possível que Caxton tenha suprimido esta passagem, pois visava passar para seu público, uma burguesia emergente, uma noção mais positiva da cavalaria. Todavia, uma proibição só faz sentido se aquilo acontecia dentro da sociedade. Sir Thomas Malory de Newbold Revel, que conforme vimos é aceito por vários dos estudiosos arthurianos como o autor de *Le Mort Darthur*, acumulou entre suas várias acusações, o estupro. Para William Matthews este é um, entre os vários motivos, para demonstrar que “*the man’s carrer seems morally discordant with the book*”¹¹³, uma vez que Malory era um cavaleiro. Mesmo que este não seja o principal argumento de Matthews, o que nos interessa é perceber que, no contexto histórico no qual o livro foi escrito, cavaleiros eram acusados de estupro.

Ao cavaleiro da Távola Redonda, o Juramento também veta o conflito sem sentido, “*Also that no man take no batayles in a wrongefull quarell for no love ne for no wordldis goodis*”¹¹⁴. Em nossa perspectiva, parece haver uma transição prescrita dentro da cavalaria neste momento. Um conflito equivocado ou um egoísmo individual que contraria a honra parece preparar o terreno para a relação entre a cavalaria e o sagrado. No mais, o juramento é inclusivo, pois “*So unto thys were all knyghtis sworne of the Table Rounde both olde and*

¹¹³ MATTHEWS, *The Ill-Framed Knight - A Skeptic Inquiry into the identity of Sir Thomas Malory*, p. 73.

¹¹⁴ VINAVER (Org.), *The Works of Sir Thomas Malory*, p. 120.

yonge¹¹⁵”. Outra situação completamente inversa aos conflitos experimentados dentro da Inglaterra no período. As motivações econômicas e políticas dos barões contra os reis são exemplos de batalhas não inscritas dentro daquilo que seria justo.

Sir Thomas Malory encerra demarcando não apenas a ocasião festiva no qual havia ocorrido o evento, mas seu horizonte de repetição: “*And every yere so were the[y] sworne at the hygh feste of Pentecoste*”¹¹⁶. Não se trata de uma ocorrência singular, mas um tipo de juramento repetido anualmente na festa de *Pentecostes*, sendo na prática, na conduta dialógica e concreta dos cavaleiros, que a reificação vassalica e cortês da cavalaria ocorrerá.

Conclusão

O texto de Malory é uma materialidade literária que revela e aponta para problemas históricos que, inscritos no período medieval, seguem para a modernidade. Partido da inscrição marcial da cavalaria, pudemos perceber que o Juramento de *Pentecostes* serve para marcar a construção de uma ritualização que coloca em jogo elementos culturais e políticos.

Os debates sobre a identidade do autor bem como da existência de Arthur, que como mostramos ocupa parcelas significativas dentro do debate científico contemporâneo, recolocam a capacidade de

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 122.

atualização que a própria narrativa sobre o rei e seus cavaleiros invoca dentro do imaginário. Assim, de um lado o rito demonstra a construção de um campo simbólico de significações e de outro o texto revela a mutabilidade imagética que está presente na cavalaria e vai ganhando novos sentidos ao longo do tempo.

Referências;

ALCOCK, Leslie. **Arthur's Britain - History and Archaeology AD 367-634**. New York: Penguin Books, 1971.

ANDERSON, Graham. **King Arthur in Antiquity**. London & New York: Routledge, 2004.

ARMSTRONG, Dorsey. **Gender and the Chivalric Community in Malory's Morte d'Arthur**. Gainesville: University Press of Florida, 2003.

ASHLEY, Mike. **The Mammoth Book of King Arthur**. New York: Carroll & Graf Publishers, 2005.

BARBER, Richard. Chivalry and the Morte Darthur. *In*: ARCHIBALD, Elizabeth; EDWARDS, A. S. G. (Orgs.). **A Companion to Malory**. Cambridge: D. S. Brewer, 1996, p. 19–36.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria - Da Germânia Antiga à França do século XII**. Trad. Néri de Barros Almeida; Carolina Gual da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BURLINSON, Christopher. **Allegory, Space and the Material World in the Writings of Edmund Spenser**. Cambridge: D. S. Brewer, 2006. (Studies in Renaissance Literature, 17).

CASTLE, Gregory. **The Blackwell Guide to Literary Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy - Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Cambridge: D. S. Brewer, 2007.

CRAUGHWELL, Thomas J. **How the Barbarian Invasions shaped the modern world - The Vikings, Vandals, Huns, Mongols, Goths, and Tartars who Razed the Old World and Formed the New**. Singapore: Fair Wind Press, 2008.

CREIGHTON, John. **Britannia - The Creation of a Roman Province**. London: Routledge, 2006.

DALRYMPLE, Roger. English Arthurian Literature. In: LACY, Norris J. (Org.). **A History of Arthurian Scholarship**. Cambridge: D. S. Brewer, 2006, p. 140–157.

DALRYMPLE, Roger (Org.). **Middle English Literature - A Guide to Criticism**. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

DE TROYES, Chrétien. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1994.

DUBY, Georges. **Ano 1000, Ano 2000 - Na Pista de Nossos Medos**. Trad. Eugênio Michel Silva; Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: UNESP, 1998.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo**. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1994.

DUBY, Georges. **Sociedades Medievais**. Trad. Augusto Joaquim. Lisboa: Terramar, 1999.

FENTON, Kirsten A. **Gender, Nation and Conquest in the Works of William of Malmesbury**. Woodbridge: The Boydell Press, 2008.

FLORI, Jean. **Chevaliers et chevalerie au Moyen Age**. Paris: Hachette Littératures, 1998.

FRAZER, James George. **The Golden Bough - A Study in Magic and Religion. Part I The Magic Art and the Evolution of Kings**. London: MacMillan & Company, 1911. 12v.

GILDAS. **De Excidio et Conquestu Britanniae**. Trad. John Allen Giles. Cambridge: Medieval Latin Series, 540.

GREEN, John Richards. **A Short History of the English People**. London: Macmillan and Co., 1878.

GREENE, Virginie (Org.). **The Medieval Author in Medieval French Literature**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

HÉBERT, Marcel. **Religious Experience in the Work of Richard Wagner**. Trad. C. J. T Talar; Elizabeth Emery. Washington: The Catholic University of America Press, 2015.

HICKS, Michael. **The Wars of the Roses 1455-1487**. Cambridge: Osprey Publishing, 2003.

HOLINSHEAD, Raphael. **Chronicles of England, Scotland, and Ireland**. London: State Press, 1807.

HOWEY, Ann F.; REIMER, Stephen R. (Orgs.). **A Bibliography of Modern Arthuriana 1500-2000**. Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

HUME, David. **The History of England from the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688**. London: T. Cadell, 1786.

LAMBDIN, Laura Cooner; LAMBDIN, Robert Thomas. **Camelot in the Nineteenth Century - Arthurian Characters in the Poems of Tennyson, Arnold, Morris, and Swinburne**. London: Greenwood Press, 2000.

LAYCOCK, Stuart. **Britannia The Failed State - Tribal Conflicts and the End of Roman Britain**. Stroud: The History Press, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac-Naify, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac-Naify, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papirus, 1989.

LINCOLN, Andrew. **Walter Scott and Modernity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

LITTRÉ, Émile. **Dictionnaire de la langue française**. Paris: Librairie Hachette et C, 1873. 3v.

MALORY, Sir Thomas. **Le Morte D'Arthur. Vol. 1-2**. London: Penguin Books, 1969.

MATTHEWS, William. **The Ill-Framed Knight - A Skeptic Inquiry into the identity of Sir Thomas Malory**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1966.

MAUSS, Marcel. **A Origem dos Poderes Mágicos nas Sociedades Australianas. Estudo Analítico e Crítico de Documentos Etnográficos**. Trad. Fernando Marcial Ricci Araújo; Rafael Faraco Benthien. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva - Forma e Razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociol. e Antropol.** São Paulo: Cosac-Naify, 2003, p. 183–314.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sacrifice: Its Nature and Its Function**. Trad. W. D. Hall. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

MEILLET, Antoine. **Como as Palavras Mudam de Sentido**. São Paulo: EDUSP, 2016.

OF MONMOUTH, Geoffrey. **History of the Kings of Britain**. Trad. Aaron Thompson; John Allen Giles. Cambridge: Medieval Latin Series, 1136.

POLLARD, A. J. **The Wars of the Roses**. London: Palgrave Macmillan, 2001.

SAWYER, P. H. **King and Vikings - Scandinavia and Europe AD 700-1100**. London & New York: Routledge, 1982.

SAYLE, C. E. **Early English Printed Books in the University Library, Cambridge, 1475 to 1640. Vol. 1: Caxton to F. Kingston**. Cambridge: Cambridge University Press, 1900.

SHAKESPEARE, William. **William Shaspeare - Henry VI Parts I, II and III**. New York: Modern Library, 2007.

THOMSON, R. M. **William of Malmesbury**. Woodbridge: The Boydell Press, 1987.

VERGIL, Polydore. **Three Book of Polydore Vergil's English History Comprising the Reigns of Henry VI, Edward IV, and Richard III**. London: The Camden Society, 1884.

VINAVER, Eugène (Org.). **The Works of Sir Thomas Malory**. Oxford: Clarendon Press, 1947. 3v.

WEBSTER, Bruce. **The War of the Roses**. London: UCL Press Limited, 1998.

WESTON, Jessie L. **From Ritual to Romance**. New York: Doubleday Anchor Books, 1957.

Recebido em 10/09/18 aceito para publicação em 01/02/19

As habilidades militares de Ricardo I no *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi* (1217-1222)¹

Gabriel Toneli Rodrigues²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo expor as habilidades militares ideais na crônica *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*, que se dedica a narrar a participação de Ricardo I na Terceira Cruzada do Oriente. Considerado o primeiro rei-cavaleiro, abordaremos brevemente o estado da cavalaria medieval durante o período deste rei inglês, sua ética e seu processo histórico que levaria no aumento do grau de formalização, se instituindo em uma ordem distinta de combatentes. Faremos também uma pequena exposição da visão historiográfica moderna sobre a cruzada, mais precisamente da atuação de Ricardo I. Escrito entre 1217 e 1222, procuramos salientar o aspecto de crítica a João I da crônica e também seu caráter de promoção de uma figura régia vista como ideal destinada a Henrique III. Procuramos desta forma demonstrar como é feita a caracterização de um rei ideal, em especial no tocante à guerra, indicando quais as virtudes militares celebradas pelo autor.

Palavras-chave: Rei ideal – cavalaria – Ricardo I – modelo régio

Abstract: This article aims to expose the ideal military skills in the chronicle *Itinerarium Peregrinorum and Gesta Regis Ricardi*, which is dedicated to narrating the participation of Richard I in the Third Crusade of the East. Considered the first knight-king, we will briefly discuss the state of medieval cavalry during the period of this english king, its ethics and its historical process that would lead to an increase in the degree of formalization, establishing itself in a different order of combatants. We will also make a brief exposition of the modern historiographical view of the crusade, more precisely of the performance of Ricardo I. Written between 1217 and 1222, we tried to emphasize the criticism aspect to John I of the chronicle and its character of

¹ Este artigo baseia-se em pesquisa anterior realizada durante o trabalho de conclusão de curso, porém com um novo enfoque na problemática. Para procurar nossa pesquisa anterior, pesquisar: RODRIGUES, G. **Ricardo I: o rei ideal no *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi***. 69 f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

² Graduado em História, Memória e Imagem pela Universidade Federal do Paraná.

promoting a royal figure seen as an ideal destined for Henry III. In this way, we try to demonstrate how the characterization of an ideal king is build, especially in terms of warfare, indicating the military virtues celebrated by the author.

Keywords: Ideal king - cavalry - Richard I - royal model

O início do século XIII foi palco de sensíveis mudanças na configuração geopolítica entre os reinos de França e da Inglaterra. Com a morte do rei inglês Ricardo I (1157-1199), iniciou-se um importante processo que culminaria com a perda dos principais territórios ingleses no continente em favor da coroa francesa, notabilizando-se a Normandia, a Bretanha, Anjou e consideráveis porções da Aquitânia (GILLIGHAM, J. 2001, p. 92-94). A privação de todos estes territórios se concretizou durante o reinado de João I (1166-1216), sucessor de seu irmão Ricardo. O reinado de João, mais conhecido como João-sem-terra, ficou deste modo caracterizado por suas debilidades militares, verificando efetivamente a perda da maior parte das possessões inglesas no continente. A batalha de Bouvines em 1214, selaria o domínio para a coroa francesa de grande parte do território que hoje configura a França moderna (GILLIGHAM, J. 2001, p. 103-107). A derrota em Bouvines ofereceu uma nova oportunidade para que os barões ingleses, já descontentes a muito pelas ações centralizadoras de João, pudessem impor a assinatura da Magna Carta em 1215 apoiados por parte do clero (GILLIGHAM, J. 2001, p. 107). Em conjunto com a revolta dos barões, no final de seu reinado João também precisou enfrentar uma invasão francesa na Inglaterra, liderada por Luís, filho de Felipe Augusto, a qual

receberia apoio de parte dos barões descontentes (GILLIGHAM, J. 2001, p. 108). Com a morte de João em 1216, a coroa inglesa se deparava com uma classe baronial dividida e revoltosa, uma invasão francesa que já chegara a Londres e um herdeiro de apenas nove anos, que viria a ser coroado como Henrique III (1207-1272)³.

A falta de um governante hábil no reinado de João (GILLIGHAM, J. 2001, p. 95) gerou a preocupação para que seu sucessor fosse diferente, respeitando os barões e o clero, sendo um líder militar mais bem preparado do que João fora. Relembrar o passado para ter um futuro mais promissor, parece ter sido o caminho escolhido por membros da Igreja. A redação do *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi* entre 1217 e 1222 é oportuna por idealizar a figura não só de Ricardo I, mas a do próprio conceito de Rei. Redigida em latim por Richard de Templo, a crônica se detém na narração da Terceira Cruzada do Oriente (1189-1192), mais precisamente na participação de Ricardo nela⁴. O cronista foi um capelão do priorado agostiniano da Santíssima Trindade em Londres entre 1222 e 1248 ou 1250, sendo subordinado a Stephen Langton (1150-1228), arcebispo de Canterbury, um dos

³ Sobre o reinado de João I, ver: BARLOW, F. **The Feudal Kingdom of England**, 1042–1216. Harlow: Pearson Education. 1999 / CARPENTER, D. **Struggle for Mastery: The Penguin History of Britain 1066–1284**. Londres: Penguin. 2004 / DANZIGER, D; GILLINGHAM, J. 1215: **The Year of the Magna Carta**. Londres: Coronet Books. 2003 / HUSCROFT, R. **Ruling England**, 1042–1217. Harlow: Pearson. 2005

⁴ Para saber mais sobre a confecção da obra, ver: STAUNTON, M. *Richard of Devizes, Walter Map, and Richard de Templo: History and Literature*. In: **The Historians of Angevin England**. Oxford University Press: Oxford, 2017. P. 128-152

principais rivais de João I e um dos idealizadores da Magna Carta. Como H. Nicholson aponta, o objetivo do autor não se limitava a expor a visão dos contemporâneos de Ricardo I sobre este monarca inglês, mas principalmente expor os feitos de Ricardo para a nova geração (NICHOLSON, H. J, 2016, p. 19). Ao mostrar um comandante militar mais habilitado e eficiente, que garantia a lealdade de sua hoste sendo generoso e liderando através do exemplo, o autor demonstra o contraste entre o antigo rei e o novo. Utilizaremos neste artigo a edição crítica realizada pela Dr. Helen J. Nicholson no ano de 1997 e reeditada em 2016 (NICHOLSON, H. J, 2016), na qual a autora utiliza de uma edição publicada por William Stubbs em 1864 (STUBBS, W. 1864) para traduzir a crônica do latim para o inglês moderno.

Entendemos a crônica medieval como sendo uma realização discursiva narrativa, feita com bases de uma tradição literária cristã, num processo de recriação com intenção de registrar uma verdade mesmo que incorpore alguns elementos ficcionais (GUIMARÃES, M. L, 2012, p. 57). Ela pode ser geral ou particular, tratando de um indivíduo ou de um reino inteiro, com a proposta de legitimar seus promotores e servir como uma fonte de exemplos e contraexemplos para a sociedade⁵.

⁵ Para saber mais sobre o estudo de crônicas medievais, ver: GUIMARÃES, M. L. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV)**. O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”. 289f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. / GUIMARÃES, M. L. Crônica de um gênero histórico. In: **Revista Diálogos Mediterrâneos**, n. 2 – maio, 2012, p. 67-78 / GUIMARÃES, M. L.

Em pesquisa anterior (RODRIGUES, G. T, 2017), identificamos um conjunto de habilidades que caracterizavam Ricardo como um rei ideal, do qual separamos entre habilidades militares e habilidades cristãs. Acreditamos que a valorização das habilidades de Ricardo na Cruzada pode ser considerada uma afronta a João-sem-terra, ao tempo em que é construído uma definição de perfil régio com tonalidades cristãs, no qual o principal aspecto deste modelo de rei é a identificação com os valores da cavalaria medieval. Nosso trabalho se centrou na caracterização desse ideal de rei na crônica como crítica a João e como modelo de referência a seu filho, Henrique III. Para isso, almejamos realizar uma reflexão acerca da própria cavalaria medieval, entendida como repositório de valores vistos como primordiais para a constituição de um bom rei, tais como: valentia, generosidade e amizade. Buscamos, desta forma, analisar também outros aspectos entendidos como positivos com base a mentalidade da época, como: a aplicação da justiça, o combate a tirania, a proteção dos fracos e oprimidos e a manutenção da paz.

A escrita no século XIII recebeu cada vez mais importância na promoção da figura régia ou para propor um modelo de rei ideal (MOCELIM, A. 2013, p. 142), deste modo, na crônica Ricardo I reuni todas as características de um bom rei: cristão, virtuoso, conquistador e

As intenções da escrita da História no outono da Idade Média. In: TEIXERA, I. S; BASSI, R. (org.). **A Escrita da História na Idade Média.** São Leopoldo: Editora Oikos, 2015. P. 76-89 / SANCHEZ, P. J. G. **El género historiográfico de la chronica:** las crónicas hispanas de la época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura. 1994

justo⁶. O rei inglês acaba inaugurando uma nova concepção de modelo régio no qual as virtudes cavaleirescas formam o princípio de governo: o rei-cavaleiro (FLORI, J. 2002). Indicamos em nosso TCC como a valorização do caráter guerreiro pela Igreja se insere na aproximação entre ela própria e a cavalaria, constituindo, deste modo, o comportamento visto como digno aproximado da ética cavaleiresca entre os séculos XII e XIII. Este período também é um momento importante para a afirmação da cavalaria como ordem, assumindo um perfil social, ético e ideológico. Foi verificado deste modo, que para a Igreja cada vez mais a função de líder militar do rei é valorizada.

Nossa proposta para este artigo é apresentar as habilidades militares de Ricardo I e demonstrar como essas destrezas são expostas na crônica. Faremos uma breve exposição da própria Terceira Cruzada no intuito de auxiliar o leitor a se situar durante a abordagem dos trechos da crônica, que será feito em um momento posterior. Será exposto da mesma forma um sucinto resumo do desenvolvimento da cavalaria medieval, levando em consideração a relação de Ricardo I com essa confraria de guerreiros, sendo considerado um rei-cavaleiro (FLORI, J. 2002).

⁶ Estas quatro características de modelo régio foram identificadas por A. Mocalim em sua tese sobre a Crônica Geral da Espanha: MOCELIM, A. **“Segundo conta a estória...” A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. 2013. 317. Tese (doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFPR. Curitiba, 2013.

A Terceira Cruzada do Oriente (1189-1192)

A origem da Terceira Cruzada do Oriente é consequência da derrota das forças cristãs na batalha de Hattin em 1187 frente as forças de Saladino (Salah al-Din Yusuf **ibn** Ayub, 1138-1193), no que ocasionou a perda da cidade de Jerusalém. O que restara dos territórios francos na Síria se constituía no combalido principado da Antioquia, do condado de Trípoli e da cidade costeira de Tiro (ROUSSET, P. 1980, p. 150). Conclamando uma nova Cruzada, Gregório VII (1108-1187) proclamou uma Trégua de Deus de sete anos, auxiliando o cardeal de Albano, Henrique de Mercy, e o Arcebispo de Tiro na pregação para que os monarcas cristãos tomassem a cruz (ROUSSET, P. 1980, p. 151). Desta forma, três soberanos tomaram o manto cruzado: Frederico I (1122-1190), imperador do Sacro Império; Felipe II (1165-1223), rei da França e Henrique II (1133-1189), rei da Inglaterra, mas substituído por seu filho Ricardo I após sua morte.

Optando por partir à frente de seus companheiros cruzados, Frederico I escolheu por seguir a rota pelos Balcãs e por Constantinopla (ROUSSET, P. 1980, p. 153). Chegando à Ásia Menor, ao tentar atravessar o rio Selef na Cilícia no começo de julho de 1190, acabou caindo do cavalo e morrendo afogado em decorrência do peso da armadura (ROUSSET, P. 1980, p. 154). Apenas uma pequena parte da hoste alemã conseguiu chegar até São João d'Acre, ajudando no cerco cristão desta.

As hostes inglesa e francesa saíram juntas de Vézelay em 4 de julho de 1190 em direção à Sicília (RUNCIMAN, S. 1958, p. 34). A hoste cruzada ficou todo o inverno na ilha, enquanto não era possível fazer a viagem por mar até a Síria. Quando chegou a primavera, os reis cruzados começaram a fazer as preparações para a viagem. Felipe Augusto zarpuu de Messina em 30 de março de 1191 e Ricardo partiu da cidade no dia 10 de abril (RUNCIMAN, S. 1958, p. 40). Ventos fortes e uma tempestade forçariam, entretanto, a frota inglesa a se dispersar, levando alguns dos navios até o Chipre que à época era governada por Isaac Ducas Comneno. No período em que esteve na ilha, durante a maior parte de maio e começo de junho, Ricardo I se empenhou na conquista do território cipriota, tendo efetivo sucesso (RUNCIMAN, S. 1958, p. 41-44). Segundo Runciman “A Ricardo personalmente la conquista de Chipre le pareció más valiosa aún por las inesperadas riquezas que le trajo. Pero de hecho fué el éxito de más largo alcance y duración de todos los que obtuvo él em la Cruzada” (1958, p. 44).

Chegando em Acre, onde já se encontrava Felipe II, Ricardo I compensou a falta de iniciativa dos líderes cristãos reanimando o espírito combativo da hoste cruzada (RUNCIMAN, S. 1958, p. 45). A situação do cerco que havia sido iniciado em 1189 era bem peculiar, visto que ao redor do acampamento cruzado, se encontrava também um cordão de forças muçulmanas. Qualquer ataque a Acre empreendido pelos cruzados prontamente resultava no contra-ataque pelas forças de

Saladino, dificultando as iniciativas dos sitiadores. O desgaste natural depois de dois anos de sítio e o novo vigor trazido pelas forças inglesas e francesas, contribuíram para que no começo de julho a guarnição da cidade optasse a abandonar a luta (ROUSSET, P. 1980, p. 154-157).

Após a reconquista de Acre, Felipe II parte da Terra Santa de volta à França, deixando Ricardo I como líder único das forças cruzadas. No caminho até Jaffa, a hoste cristã teria seu maior êxito dentro da cruzada na vitória em Arsuf, mas não chega a representar muito para o restante da campanha. Ricardo lideraria as forças cristãs por duas vezes em direção à Jerusalém, em novembro de 1191 e junho de 1192, sem assediá-la, no entanto.

Durante sua passagem pela Síria, Ricardo I notabilizou-se por suas rixas com outros líderes cristãos, especialmente o marquês Conrado de Monferrato (1140-1192). Sua intervenção na manutenção da coroa do reino de Jerusalém em favor de Guido de Lusignan, fez com que entrasse em choque com o marquês, que também tinha pretensões ao trono, e com a hoste francesa, que apoiava Conrado (OLDENBOURG, Z. 1968, p. 514).

Ao final da cruzada, já combalida em razão do esfacelamento das forças cristãs, Ricardo I ainda venceria uma vez mais Saladino⁷ em Jaffa no final de setembro de 1192, reconquistando a cidade do líder aiúbida novamente e guardando-a contra uma nova investida

⁷ Para saber mais desse líder muçulmano: HINDLEY, G. **Saladin**. London: Constable & Company Ltd., 1976.

muçulmana (RUNCIMAN, S. 1958, p. 68). Neste momento o rei inglês não se encontrava bem de saúde e lhe chegavam notícias alarmantes das movimentações de seu irmão João na Inglaterra, culminando na assinatura de um tratado de paz por cinco anos entre os cristãos e muçulmanos, garantindo o controle das cidades costeiras até Jaffa para os cristãos, a peregrinação até Jerusalém e a livre passagem de sarracenos e cristãos em territórios de ambos, em contrapartida a fortaleza de Ascalão deveria ser demolida. Z. Oldenbourg ressalta o aspecto negativo de tal acordo, no qual ratifica o abandono de Jerusalém, da Galileia, da Judéia e da Transjordânia (1968, p. 523)⁸.

A cavalaria no tempo de Ricardo I

A cavalaria medieval pode ser entendida como um grupo profissional formado por guerreiros de elite em sua essência, no qual além de seu aspecto militar agrega uma conotação cada vez mais aristocrática (FLORI, J. 2002b, p. 185). Para L. Hoecke:

Estabelecendo tal ordem feudal (tripartida), diante das movimentações populacionais europeias a partir do século

⁸ Neste artigo optamos por utilizar uma bibliografia mais básica sobre a cruzada por não ser nosso foco neste trabalho, mesmo que tenhamos contato com diversas outras obras mais recentes e por entendermos que a bibliografia selecionada é o suficiente para contextualizar o leitor. Sobre as Cruzadas: CHRISTIE, N. **Muslims and Crusaders: Christianity's Wars in the Middle East, 1095-1382, from the Islamic Sources**. Routledge: London, 2014 / JOTISCHKY, A. **Crusading and the Crusader States**. Routledge: London, 2004. / MACEVITT, C. **The Crusades and the Christian World of the East: Rough Tolerance**. University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 2008 / PHILLIPS, J. **The Crusades, 1095-1197**. Longman: Edinburgh, 2002.

IV, as ações dos diferentes povos bárbaros diluindo a ordem romana do mundo, põem em questão o guerreiro expropriador e angariador de espólios de guerra que migra de lado a lado buscando conquistas, com ou sem exército/agrupamento fixo. A ordem que se estabelece é a das propriedades protegidas por reis e súditos com relações determinadas por laços morais, que cria e delimita uma categoria muito valorizada pela força: os cavaleiros. (2014, p. 114)

Para J. Flori a cavalaria é fruto da fusão gradual na sociedade aristocrática e guerreira entre o final do século X e o fim do XI, de elementos de ordem política, militar, cultural, religiosa, ética e ideológica, resultando no decorrer do século XII nos traços característicos da cavalaria, com uma ética própria, uma instituição moral e ideologia (FLORI, J. 2005, p. 15). Este corpo de guerreiros começa se tornar cada vez mais uma ordem por conta de seus privilégios, pela adoção de comportamentos e mentalidade vindos da aristocracia, acabando por conferir uma posição mais alta do que os simples trabalhadores na pirâmide social (DUBY, G. 1979a, p. 49).

Já no final do século XI os cavaleiros são vistos juridicamente como um grupo coeso, limitado, reunido na qualidade de famílias e hereditariedade (DUBY, G. 1979b, p. 34). A definição jurídica designada aos cavaleiros, *miles*, torna-se cada vez mais um título (DUBY, G. 1979b, p. 36), reunindo os valores morais e superioridade hereditária das quais eram comuns as diversas camadas da aristocracia acabava por reuni-las e misturá-las com os mais altos estratos da estrutura social, juntando aqueles provenientes a aristocracia tradicional com indivíduos das camadas mais ínfimas (DUBY, G. 1979b, p. 36).

Além disso a ascensão do termo *miles* como título é resultado da isenção da aplicação das banalidades neste grupo, juridicamente caracterizando-o como classe coerente, delimitada e que necessita de um título para expressar sua singularidade (DUBY, G. 1979b, p. 46). O processo de aliciamento da cavalaria pela aristocracia desde o século XI torna-se completo por assim dizer no século XIII (FLORI, J. 2002a, p. 185), quando esse grupo de guerreiros assume a ideologia aristocrata, constituindo-se como expressão militar dessa aristocracia, que a domina e limita a entrada de novos membros (FLORI, J. 2002a, p. 185). Surge então uma ideologia cavaleiresca influenciada também pela literatura, na idealização de personagens como Rolando ou Lancelot. Este tipo de literatura contribui na formação de um espírito da cavalaria, transformando-a em instituição, com um modo de viver e pensar (FLORI, J. 2002a, p. 186). Segundo A. Bertoli:

Os cavaleiros sonhavam com um modelo de nobreza, normalmente espelhado em reis e príncipes que eram “pintados” como belos, bons, ousados, valentes, valorosos, leais, protetores e, acima de tudo, justos. Ou seja, idealizavam e almejavam atingir a perfeição através da prática das virtudes cavaleirescas, o que havia sobrado daquele ideal de nobreza. (2009, p. 73)

Retornando ao termo *miles*, G. Duby indica três fatores para seu sucesso: o primeiro fator é técnico, com a superioridade do combate a cavalo; o segundo fator é social, já que existia a ligação entre o andar a cavalo com o gênero de vida aristocrático; por fim, é institucional na limitação do serviço armado a uma camada restrita (DUBY, G. 1979, p.

39). A unidade da cavalaria como instituição também é entendida por três aspectos: econômico (dado sua diferenciação dos trabalhadores braçais), o caráter de missão da cavalaria (referindo-se à proteção dos desfavorecidos e da Igreja) e a moral envolta à cavalaria (isto é, seus deveres principais, que seriam o de *miles Christi*, a valentia, lealdade e submissão a Igreja) (DUBY, G. 1979, p. 112). Assim, para G. Duby, são os exercícios das virtudes acima possibilitam a aristocracia reunir-se num grupo homogêneo, se tornando *prud'hommes* (DUBY, G. 1979, p. 112). Cabe destacar a influência da Igreja no processo de criação da mentalidade cavaleiresca, na lenta introdução de alguns valores como: a proteção das igrejas, dos fracos e desarmados e a luta no exterior da Cristandade contra o infiel (FLORI, J. 2002a, p. 186)⁹.

No que se refere a Ricardo I e a sua relação com a cavalaria, de acordo com J. Flori, o rei inglês assumia valores cavaleirescos como generosidade, cortesia, respeito pelos juramentos (FLORI, J. 2002, p. 295). Notamos no *Itinerarium* como Ricardo procura assumir uma postura de *faire chevalerie* (FLORI, J. 2002, p. 298), isto é, cumprir o ato de guerra à maneira dos cavaleiros, com cargas gloriosas e heroicas, seguindo um comportamento considerado digno e alinhado a ética cavaleiresca do final do século XII e durante o século XIII, quando adquire valor institucional, impondo, segundo J. Flori um modelo cultural: o ideal cavaleiresco (FLORI, J. 2002, p. 298). No século XIII a

⁹ Para saber mais sobre o papel da Igreja no desenvolvimento da cavalaria medieval, ver: KAEUPER, R. W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford: Oxford University. 1999

cavalaria já havia se constituído num corpo bem delimitado, posicionado no centro do edifício social, depois de ter adquirido a superioridade e excelência antes ligada à nobreza (DUBY, G. 1979, p. 31)¹⁰. Para J. Flori, foi durante a vida do rei inglês o período da fusão entre os termos *mile*, *milites* e *militia* com os de *chevalier* e *chevalerie* (FLORI, J. 2002, p. 298). Portanto, além da função puramente militar da terminologia, desenvolve-se uma diversidade de significados, abrangendo a ordem social, ética e ideológica (FLORI, J. 2002, p. 298). O desenvolvimento da cavalaria pesada como força principal no campo de batalha, dotada de um armamento, técnica e táticas de combates específicas, de um prestígio e uma ética própria, transformam a antiga cavalaria de transporte para uma cavalaria de combate (FLORI, J. 2005, p. 71).

Como vimos, o processo de formalização da cavalaria se tornou mais agudo na época de Ricardo, se transformando mais sensivelmente no período posterior a sua morte numa confraria de nobres cavaleiros da elite social (FLORI, J. 2002, p. 304). De acordo com J. Flori, durante a vida de rei inglês que a cavalaria passa a imitar as cortes principescas, adota a ideologia aristocrática e tende a fundir-se com a nobreza (FLORI, J. 2002, p. 304). Por outro lado, os príncipes adotam também

¹⁰ Compreendemos o conceito de nobreza na Idade Média como, sobretudo ser percebido e considerado como nobre, com uma maneira característica de viver, se mostrar e agir. São fatores determinantes que a definem e a delimitam: o nascimento, a generosidade e a pompa. Para ver mais: FLORI, J. **A cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Tradução de: SANTOS, E. T. Editora Madras: São Paulo. 2005. Título original: La chevalerie. P. 117.

valores ditos cavaleirescos, como a valorização do papel de guerreiro e do companheirismo guerreiro (FLORI, J. 2002, p. 304). Esse processo já vinha se desenvolvendo por parte da aristocracia desde o século XI, quando há uma valorização da profissão dos cavaleiros decorrente da militarização da sociedade medieval (FLORI, J. 2002a, p. 189).

Como um dos expoentes de rei-cavaleiro, Ricardo I procurou realizar proezas no campo de batalha. Segundo J. Flori, o que identifica um rei-cavaleiro é a adoção dos valores guerreiros e cavaleirescos como virtudes cardinais e também a adoção da cavalaria como princípio de governo feito por Ricardo, que se identificava com esta ordem, assumindo-a e exaltando seus valores, criando para o autor um novo modelo de soberano (FLORI, J. 2002, p. 306).

Retornando aos séculos X, XI e XII, a Igreja se esforçou em tentar limitar por meio das instituições de paz, a belicosidade dos cavaleiros e promover a defesa da própria Igreja, das mulheres, dos pobres e desprotegidos (FLORI, J. 2002a, p. 192). Isso porque a própria Igreja era a principal vítima das guerras feudais. Não se limitando as instituições de paz, outra ferramenta no controle do conflito armado foi o estabelecimento da Trégua de Deus, regrando certos dias semana e dias santos nos quais não poderia haver combates (FLORI, J. 2002a, p. 192). A promulgação da Paz de Deus, por outro lado, foi a grande tentativa do poder eclesiástico para colocar a cavalaria sobre sua influência, impondo certas regras de conduta, como a proibição de atacar pessoas desarmadas e não saquear igrejas, além do aliciamento

da força guerreira para enfrentar os inimigos da cristandade. Ao valorizar a atividade militar na forma de proteção da cristandade, o pensamento religioso no século X possibilitou no serviço de Deus e dos pobres, que a *nobilitas* e a *militia* se reunissem (DUBY, G. 1979, p. 45). A Paz de Deus acabou por exaltar a função militar, associando-se a uma noção de reino de Deus (DUBY, G. 1979, p. 48). Aliada a trégua de Deus e ao espírito de Paz que está relacionado com a cruzada, a cavalaria torna-se uma das vias da *militia Dei*, se configurando em seu braço armado (DUBY, G. 1979, p. 48). Isso atribuiu tantos valores espirituais a cavalaria que a tornou mais atrativa para que membros da alta nobreza também tomassem o título de cavaleiros (DUBY, G. 1979, p. 48). Essas ações constituem os primeiros passos para J. Flori para a formação de uma ética cavaleiresca, sendo complementada pela reafirmação do papel régio, neste caso na segunda metade do século XII, compreendendo em parte o reinado de Ricardo I (FLORI, J. 2002, p. 318)¹¹.

As habilidades militares de Ricardo I

Ao longo do *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi* são encontradas referências ao código ético cavaleiresco medieval, identificando os modelos de virtude baseados no mesmo código sendo aplicados pela realeza, desenvolvendo-se assim um modelo de agir.

¹¹ Para ver mais sobre este tema relacionado aos mecanismos de controle por parte da Igreja para limitar a violência cavaleiresca, procurar: RUST, L. D. **Bispos guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. Editora Vozes: Petrópolis, 2018. P. 78-79

Distinguimos que ocorre uma identificação da nobreza/realeza e a cavalaria, expressando um modelo ideal de comportamento para aristocracia. Este ideal foi construído a partir de valores ligados a tradição, generosidade, firmeza, valentia e honra.

Tendo em mente a ordem tripartida no âmbito da sociedade feudal, constituída por “*oratores*”, “*bellatores*” e “*laboratores*”, a função do rei é aplicar a justiça, manter a paz, proteger a fé cristã e defender o território (DUBY, 1994). A partir do ano mil da era cristã, foi cada vez mais realçado o papel de guerreiro da nobreza e do monarca (BARTHLÉMY, 2010, p. 205).

No contexto em que a crônica foi redigida, entre 1217 e 1222, havia sido reconhecido uma falta de comando e quebra das tradições por parte da realeza, entrando assim a construção da imagem de um rei ideal, como mantenedor da paz e aplicador da justiça, responsável pela garantia do bem comum, defensor da Cristandade e sobretudo um exemplo das virtudes cavaleirescas. Como afirma A. Mocelim, durante o século XIII a escrita passa a ter cada vez mais importância (MOCELIM, A. 2013, p. 105), se impondo como mecanismo de poder referente à promoção da figura régia, cujas “ideias, ainda que geradas num determinado contexto são imagens modelares e buscam construir modelos projetados sobre a realidade concreta” (MOCELIM, A. 2013, p. 105-106).

De acordo com a pesquisa de P. Contamine debruçada sob epopeias, crônicas, biografias e novelas medievais, o autor concluiu que

o valor na ética medieval é sobretudo um comportamento formalizado, relacionado a linhagem, baseada nos conceitos de honra, glória e renome póstumo (CONTAMINE, P. 1980, p. 480). Podemos notar na leitura da fonte que estes mesmos conceitos fazem parte de um projeto de realização pessoal de Ricardo I. J. Flori afirma que o valor e a coragem tornam-se cada vez mais importantes na aristocracia no século XI e principalmente no século XII (FLORI, J. 2002, p. 372), resultando em cada vez mais príncipes e reis participando ativamente durante os combates, exortando o valor aos seus guerreiros por meio da palavra e do exemplo (FLORI, J. 2002, p. 372).

No caso do conceito de realeza medieval, optamos por adotar a definição do Dicionário Temático do Ocidente Medieval, definindo o rei no medievo como produto de uma ruptura e de uma inovação em matéria política, havendo uma unicidade do poder real no Ocidente medieval (2002b, p. 395). Distinguem-se três momentos da realeza neste período como parte de sua evolução, na qual são definidos em: o rei na época carolíngia, que se torna um rei ungido e um rei ministerial (torna-se um dever funcional defender a fé cristã); o rei administrativo que surge entre 1150 e 1250; e por fim, ao final da Idade Média, um rei que se encontra diante de um Estado sacralizado (2002b, p. 395). São características dessa realeza a hereditariedade, seu caráter cristão e sua ligação com a nobreza (2002b, p. 395-397), dependendo de uma estrutura fundamental de poder: a monarquia (2002b, p. 395).

Introduzindo-se à fonte, o primeiro extrato analisado se situa durante o percurso entre a Sicília e a Palestina, quando uma tempestade atinge a frota inglesa e força os navios a se dispersarem. No decorrer da tempestade, o desespero da tripulação não afetou Ricardo I, que manteve sua firmeza e encorajou seus homens: “Em toda aquela grande confusão, o rei permaneceu inabalável. Ele nunca desistiu de encorajar os outros e pediu que eles se sentissem confiantes e esperassem uma melhora nas condições” (NICHOLSON, H, J. 2016, p.158 – tradução nossa)¹².

Ao chegar à costa do Chipre, notando a relutância de seus companheiros em enfrentar os guerreiros cipriotas, Ricardo se lança sozinho contra os defensores, demonstrando sua bravura: “Então o rei, percebendo que nosso povo não era corajoso o suficiente para sair dos botes e avançar para a costa, assumiu a liderança em saltar de sua barcaça para o mar, e corajosamente atacou os cipriotas” (NICHOLSON, H, J. 2016, p. 166 – tradução nossa)¹³. Seguindo o exemplo de seu rei, os soldados ingleses também desembarcaram, resultando em sua vitória:

¹² Optamos por colocar a versão traduzida de cada passagem analisada no corpo do texto para deixar a leitura mais fluida. As versões originais da edição utilizada serão indicadas nas notas de rodapé: “In all that great confusion the king remained unshaken. He never gave up encouraging others and urging them to be confident and hope for an improvement in conditions.”

¹³ “Then the king, realising that our people were not bold enough to get out of the skiffs and advance on to the shore, took the lead himself in jumping out of his barge into the sea, and boldly attacked the Griffons.”

“O resto do nosso povo imitou sua determinação, acompanhou o rei de ambos os lados e se esforçou para colocar a resistência dos Grifos em fuga. Enquanto nosso povo corria sobre eles, seu exército fugiu, cortado em pedaços” (NICHOLSON, H, J. 2016, p. 166-167 – tradução nossa)¹⁴.

A próxima passagem situa-se após a chegada da força inglesa ao cerco à Acre, no qual já havia chegado a hoste francesa. Neste momento tanto Ricardo I e Felipe II adoecem e precisam se manter afastados do teatro de operações do cerco. Percebendo os recorrentes fracassos das forças cristãs, mesmo não recuperado, o rei inglês, estando ansioso para participar dos combates ignora sua situação e organiza pessoalmente seus homens para tentar uma vez mais a tomada da cidade. Outra vez o cronista nos relata o papel de Ricardo de animar suas forças, arranjando seus soldados da melhor forma na visão do autor:

O rei Ricardo ainda não estava totalmente recuperado de sua doença. No entanto, ansioso por agir e decidido a tomar a cidade, tomou providências para que seus homens assaltassem a cidade, na esperança de que, sob a divina providência, ele fosse bem-sucedido. Ele tinha uma estrutura entrelaçada chamada *cercleia* [uma arma de cerco] construída, montada com grande cuidado. Ele decidiu que deveria ser levada para a vala do lado de fora da muralha da cidade. Por baixo ele colocou seus besteiros mais experientes, **e fez com que ele [Ricardo] fosse levado junto com um leito de seda, para desencorajar os sarracenos com sua presença e encorajar seu próprio hoste a lutar.** Lá ele usou sua besta, com a qual ele era habilidoso, e matou muitos atirando flechas e dardos contra

¹⁴ “The rest of our people imitated his resolve, accompanied the king on both sides and strove to put the Griffons resistance to flight. As our people rushed on them their army fled, cut to pieces.”

eles. (NICHOLSON, H, J. 2016, p. 196 – tradução e grifos nossos)¹⁵

O próximo trecho analisado situa-se no momento posterior das forças cristãs saírem da cidade de Acre em direção à cidade de Jaffa, localizada no meio do caminho até Jerusalém, no qual Ricardo I organiza a hoste cruzada e se mantém na vanguarda da marcha. Neste momento, o cronista ressalta a importância do monarca estar à frente da hoste, sendo visto por seus guerreiros, a peça chave para a coesão do exército. Segue a passagem:

Seus corações tremem e eles pensam que seu comandante foi derrotado quando eles não podem ver seu emblema em exibição - e quando as pessoas estão aterrorizadas que o desastre se abateu sobre seu príncipe porque sua bandeira foi jogada para baixo, eles não recuperam facilmente sua força e não continuam resistindo ao adversário. (NICHOLSON, H, J. 2016, p. 298-299 – tradução nossa)¹⁶

Logo após o último trecho o cronista inicia seu relato da batalha de Arsuf, o mais emblemático combate direto entre Saladino e Ricardo

¹⁵ “King Richard had not yet completely recovered from his sickness. However, he was eager to for action because he was very anxious to capture the city. So he arranged for his forces to storm the city, hoping that perhaps by divine grace might gain his wish. He had an interwoven framework called a *cercleia* built, constructed with great care. He decided that it should be brought out into the ditch outside the city wall. His most skilled crossbowmen stood underneath it. He had himself carried out to it on a silked bed, to discourage the Saracens with his presence and encourage his own people to fight. There he used his crossbow, with which he was skilled, and killed many by firing bolts and darts at them.”

¹⁶ “Their hearts tremble and they think that their commander has been overcome when they cannot see his emblem on display - and when the people are terrified that disaster has befallen their prince because his banner has been thrown down, they do not easily recover their strength and continue to resist their adversary.”

I. Saindo vitorioso do combate, a atuação do rei inglês é dita de vital importância para o sucesso dos cristãos, liderando a carga da cavalaria contra as fileiras muçulmanas. Ao final do relato da batalha, Richard de Templo indica uma conversa entre os guerreiros muçulmanos e Saladino, ressaltando o valoroso e valente cavaleiro o qual Ricardo I era, se tornando impossível enfrentá-lo no campo de batalha. Segundo o autor:

Além disso, há algo especialmente surpreendente em um deles. Ele jogou nosso povo na desordem e os destruiu. Nós nunca vimos o seu tipo, nem conhecido alguém semelhante. Ele estava sempre à frente dos outros; em todos os combates ele era em primeiro lugar e acima de tudo como um valente cavaleiro de elite deveria ser. É ele quem mutila nosso povo. Ninguém pode ficar de pé contra ele, e quando ele captura alguém, ninguém pode resgatá-lo de suas mãos. Eles o chamam em sua língua “*Melech Ricardo*” [Rei Ricardo]. **Um rei assim, dotado de tamanha bravura e poderosamente conquista terras para si, certamente merece governar.** E o que pode ser feito contra um homem tão forte e invencível? (NICHOLSON, H. J. 2016, p. 237 – tradução e grifos nossos)¹⁷

Além do aspecto guerreiro de Ricardo, é interessante notar a vinculação entre o direito de governar e a conquista feita no final da

¹⁷ “Besides, there is something especially amazing about one of them. He threw our people into disorder and destroyed them. We have never seen his like nor known anyone similar. He was always at the head of the others; in every engagement he was first and foremost as an elite and most doughty knight should be. It is he who mutilates our people. No one can stand against him, and when he seizes anyone, no one can rescue them from his hands. They call him in their language “ *Melech Richard*” [King Richard]. A king like this who is endowed with such great valour and powerfully conquers lands for himself certainly deserves to govern. And what can be done against such a strong and invincible man?”

passagem: Ricardo I mereceria o governo de seu território por ser valoroso e conquistador.

Durante a estadia da hoste cruzada em Jaffa, os cristãos tomaram uma série de iniciativas por ordem de Ricardo para tomar as fortificações ao redor da cidade. Enquanto o rei inglês estava coordenando a reconstrução de uma dessas fortaleza, Maen, um destacamento muçulmano emboscou um grupo de escudeiros cristãos que estavam recolhendo comida para os cavalos e mulas. Sabendo desse acontecimento, Ricardo reúne alguns poucos cavaleiros e parte em socorro de seus comandados, entretanto, ao chegar no local da combate é então aconselhado por seus companheiros a não participar da batalha em razão da debilidade de combatentes cristãos face ao número de muçulmanos, devendo então fugir dali. Tal opção deixa Ricardo irado, sendo uma das únicas situações em que o cronista dá voz ao monarca inglês:

O rei mudou de cor enquanto seu sangue fervia, e respondeu às suas persuasões: 'Quando eu tiver pedido aos meus amados companheiros para irem em frente - que Deus me livre - porque eu estou ausente e ocioso, então eu nunca mais usurpar o nome do rei! ' E sem outra palavra ele colocou a espora a cavalo e com uma fúria indescritível - eu quase poderia dizer loucura - ele atacou os turcos, espalhou suas fileiras muito unidas com seu impacto poderoso, passando por eles como raios e derrubando muitos com um único golpe. (NICHOLSON, H. J. 2016, p. 245-246 – tradução e grifos nossos)¹⁸

¹⁸ “When I have requested my beloved companions to go ahead to battle on the solemn promise that aid would follow, if I fail to do as I said and am not there to

A defesa de Ricardo do companheirismo aos seus guerreiros alinha-se, em nossa visão, ao que G. Duby escreve, sendo a sociedade medieval baseada na amizade e fé, no que gera uma combinação de confiança e fidelidade e fornece suporte para a existência de uma ordem hierarquizada da sociedade (DUBY, G. 1988, p. 183). Portanto, a ordem se mostrava fundada numa combinação de desigualdade, serviço e lealdade (DUBY, G. 1988, p. 183). Neste trecho podemos perceber a natureza dúbia dessa lealdade, isto é, não só seus companheiros partiam ao auxílio de seu senhor, mas também Ricardo fazia o mesmo em relação aos seus subordinados.

Essa notada luta incessante por glória por parte de Ricardo na crônica, insere-se na própria ética cavaleiresca ao ponto da importância da glória, do renome, junto ao senso de honra, já ligada a questões de linhagem e família, fazendo parte dos valores cavaleirescos, resulta na exaltação de virtudes de coragem, audácia e até, para J. Flori, de temeridade (FLORI, J. 2005, p. 91). A concepção de honra, intimamente ligada à coragem, se mantém presente em toda literatura relacionada a cavalaria no medievo, constituindo-se como a principal fundamento da ideologia cavaleiresca (FLORI, J. 2002, p. 159).

defend those who trust me so that they meet their deaths – which God forbid – because I am absent and idle, then may I never again usurp the name of king! And without another word he put spur to horse and with indescribable rage – I might almost say madness – he charged the Turks, scattered their close-knit ranks with his powerful impact, passing through them like lightning and throwing down a great many with a single blow.”

A natureza temerária do rei inglês em várias ocasiões foi alvo de avisos de seus companheiros durante a cruzada, que o alertaram do perigo de tal comportamento. Porém, como aponta o cronista, mesmo assim Ricardo manteve seu espírito bravio e era frequentemente o primeiro a pegar em armas e o último a abandonar o combate:

No entanto, em todos os combates ele ainda se alegrava em ser o primeiro a atacar e o último a recuar depois de terminado. Pois quem pode renunciar completamente à sua própria natureza, mesmo sob pressão? **De fato, ou através de seu valor ou certamente através da graça divina, ele quase sempre teve sucesso em seus empreendimentos, trazendo muitos turcos de volta com ele como prisioneiros e esmagando e decapitando aqueles que resistiram a ele.** (NICHOLSON, H. J. 2016, p. 243 – tradução nossa e grifos nossos)¹⁹

É interessante notar a ligação feita entre ser um valoroso guerreiro e o favor divino, alinhando-se ao que já foi citado anteriormente, na figura de Ricardo como defensor da fé cristã e, desse modo, abençoado por Deus em qualquer iniciativa tomada.

Escolhemos apresentar por último a exaltação de Richard de Templo para Ricardo I no momento de sua coroação, que se constituiu, em nossa visão, em um dos pontos máximos de elogio e figuração de um tipo régio ideal. Neste momento, o cronista compara e liga o recém coroado rei inglês aos heróis do passado, da mitologia grega e romana:

¹⁹ “Nevertheless, in every engagement he still rejoiced to be first to attack and last to retire after it was over. For who can completely renounce their own nature, even under pressure? In fact, either through his valour or certainly through divine grace, he almost always succeeded in his undertakings, bringing many Turks back with him as prisoners and crushing and beheading those who resisted him.”

O rei Ricardo tinha o valor de Heitor, o heroísmo de Aquiles; ele não era inferior a Alexandre, nem menos valente que Roland. Não, ele facilmente superou em muitos aspectos as figuras mais louváveis de nossos tempos. Como outro Tito, sua mão direita espalhou ajuda. Além disso, o que é muito incomum para alguém tão renomado como um cavaleiro, a língua de Nestor e a sabedoria de Ulisses permitiram que ele superasse os outros em todo empreendimento, tanto em falar quanto em agir. Sua habilidade e experiência em ação igualaram seu desejo por isso; Seu desejo não revelou a falta de habilidade ou experiência. (NICHOLSON, H. J. 2016, p. 137 – tradução nossa)²⁰

Este trecho se adequa ao que J. Le Goff afirma sobre a literatura medieval, na qual definia o bom rei como nascido na Antiguidade, seja de origem hebraica, helenística ou cristã (LE GOFF, J. 2002b, p. 401), então nada mais pertinente ao cronista em relacionar Ricardo a essas figuras da antiguidade. Além disso, no período das Cruzadas viu-se um ciclo literário relacionado ao tema dos denominados “Novos Bravos”, junto a elaboração de uma espécie de história santa da cavalaria, ligando modelos da Antiguidade, como Heitor e Alexandre, juntos com heróis da cavalaria cristã, como Carlos Magno e Arthur, e aos heróis da cavalaria bíblica, como Josué e Davi (FLORI, J. 2002, p. 197).

²⁰ King Richard had the valour of Hector, the heroism of Achilles; he was not inferior to Alexander nor less valiant than Roland. No, he easily surpassed in many respects the most praiseworthy figures of our times. Like another Titus, ‘his right hand scattered help’. Also, which is very unusual for one so renowned as a knight, Nestor’s tongue and Ulysses’s wisdom enabled him to excel others in every undertaking, both in speaking and acting. His skill and experience in action equalled his desire for it; his desire did not betray a lack of skill or experience.”

Conclusão

Indicamos neste artigo a importância da escrita na promoção da figura régia ou para propor um modelo de rei ideal durante o século XIII, como também a importância de Ricardo I na inauguração de um novo modelo régio, o de rei-cavaleiro, no qual as virtudes cavaleirescas formam o princípio de governo. Podemos verificar na fonte Ricardo aplicando a justiça, sendo protetor da fé cristã e defensor dos territórios, congregando todas as principais funções que o rei medieval ideal necessitava possuir, mas sobretudo como um líder militar e um grande cavaleiro.

É ressaltado na crônica este aspecto guerreiro de Ricardo, sua valentia e aspecto bravio no campo de batalha. Como indicado, esta valorização do caráter guerreiro pela Igreja se insere na aproximação entre ela própria e a cavalaria. Deste modo, o comportamento visto como digno é aproximado da ética cavaleiresca entre os séculos XII e XIII, mesmo período em que há a afirmação da cavalaria como ordem, assumindo um perfil social, ético e ideológico. Esta ordem sofre um processo de formalização mais acentuado durante o período de vida de Ricardo, resultando em um novo modelo de soberano, o qual seria o de rei-cavaleiro. É verificado, deste modo, que para a Igreja a função de líder militar do rei é cada vez mais valorizada.

A falta de críticas a Ricardo na fonte e a valorização de suas habilidades o fazem ser um modelo de rei ideal. Pudemos então demonstrar como os valores da ética cavaleiresca se tornam ideais para

o soberano medieval. A falta de maestria de João I como *estratega* gerou uma demanda para relembrar a figura de um rei exemplar, um rei-cavaleiro, feita então na figura de Ricardo. Suas proezas cavaleirescas e seus dons como estratega são ressaltados, servindo de exemplo para o novo rei, Henrique III.

Referências:

BARLOW, F. **The Feudal Kingdom of England**, 1042–1216. Harlow: Pearson Education. 1999

BERTOLI, A. L. **O cronista e o cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da Idade Média portuguesa (século XV)**. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009

CARPENTER, D. **Struggle for Mastery: The Penguin History of Britain 1066–1284**. Londres: Penguin. 2004

CHRISTIE, N. **Muslims and Crusaders: Christianity's Wars in the Middle East, 1095-1382, from the Islamic Sources**. Routledge: London, 2014

CONTAMINE, P. **La guerre au Moyen Âge**. Presses universitaires de France, 1980.

DANZIGER, D; GILLINGHAM, J. 1215: **The Year of the Magna Carta**. Londres: Coronet Books. 2003

DUBY, G. **A sociedade cavaleiresca**. Tradução de COSTA, T. Editorial Teorema: Lisboa. 1979. Título original: La Société Chevaleresque

_____, G. **“As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo”**
Tradução de: DIAS, M. H. C. 2ª edição. Lisboa: EDITORIAL
ESTAMPA, 1994. Título original: *Les Trois Ordres ou l'Imaginaire du
Feodalisme*

_____, G. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo.**
Tradução de: RIBEIRO, R. J. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1988.
Título original: *Guillaume le Maréchal ou Le meilleur chevalier du
monde*

_____, G. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980-1420.**
Tradução de: SARAMAGO, J. Editora Estampa: Lisboa. 1979. Título
original: *Le Temps des Cathédrales: L' Art et la Société, 980-1420.*

FLORI, J. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade
Média.** Tradução de: SANTOS, E. T. Editora Madras: São Paulo. 2005.
Título original: *La chevalerie*

_____, J. **Cavalaria.** Tradução de: MONGELLI, L. M. In: LE
GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do
ocidente medieval.* Vol. I. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa
Oficial do Estado, 2002a.

_____, J. **Ricardo Corazón de León: El rey cruzado.** Editora
Edhasa: Barcelona, 2002.

GILLINGHAM, J. **The angevin empire.** Londres: Arnold, 2001

GUIMARÃES, M. L. *Crônica de um gênero histórico.* In: **Revista
Diálogos Mediterrâneos**, n. 2 – maio, 2012, p. 67-78

_____, M. L. **Estudo das representações de monarca nas
crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV).** O espelho do rei: “-
Decifra-me e te devoro”. 289f. Tese (Doutorado em História) – Setor de
Ciências Humanas, Letras e Arte. Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, 2004.

_____, M. L. *As intenções da escrita da História no outono da Idade Média*. In: TEIXERA, I. S; BASSI, R. (org.). **A Escrita da História na Idade Média**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015. P. 76-89

HINDLEY, G. **Saladin**. London: Constable & Company Ltd., 1976.

HOECKE, L. **Alguas perspectivas do Cavaleiro Medieval na obra de Georges Duby**. Revista Trilhas da História: Três Lagoas, v.3, nº6 jan-jun, 2014.p.113-120.

HUSCROFT, R. **Ruling England**, 1042–1217. Harlow: Pearson. 2005

JOTISCHKY, A. **Crusading and the Crusader States**. Routledge: London, 2004.

KAEUPER, R. W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford: Oxford University. 1999

LE GOFF, J. **Rei**. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. II. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002b.

MACEVITT, C. **The Crusades and the Christian World of the East: Rough Tolerance**. University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 2008

MOCELIM, A. **“Segundo conta a estória...” A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. 2013. 317. Tese (doutorado em História). UFPR. Curitiba, 2013

NICHOLSON, H. J. (ed.). **Chronicle of the Third Crusade: A translation of the *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi***. Ashgate: New York, 2016.

OLDENBOURG. Z. **As Cruzadas**. Tradução de: SARDINHA, M. R., PEDROSA, V. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968. Título original: Les Croisades

PHILLIPS, J. **The Crusades**, 1095-1197. Longman: Edinburgh, 2002.

ROUSSET, P. **História das Cruzadas**. Tradução de: LACERDA, R. C. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1980. Título original: Histoire des Croisades.

RUNCIMAN. S. **Historia de las Cruzadas: El Reino de Acre y las últimas Cruzadas v.3**. Tradução de: BLEIBERG, G. Revista de Occidente. Madrid, 1958. Título original: Volumen III: The Kingdom of Acre and the Later Crusades

RUST, L. D. **Bispos guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. Editora Vozes: Petrópolis, 2018.

SANCHEZ, P. J. G. **El género historiográfico de la chronica: las crónicas hispanas de la época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura. 1994

STAUNTON, M. *Richard of Devizes, Walter Map, and Richard de Templo: History and Literature*. In: **The Historians of Angevin England**. Oxford University Press: Oxford, 2017. P. 128-152

STUBBS, W. **Itinerarium peregrinorum et gesta regis Ricardi**. Londres: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green. 1864

Recebido em 19/08/18 aceito para publicação em 03/01/19

Cavalaria e prática militar na fase inicial da Guerra dos Cem Anos (1346-1356)

Ives Leocelso Silva Costa¹

Resumo: Este artigo pretende analisar as práticas militares dos reinos da França e da Inglaterra durante a fase inicial da Guerra dos Cem Anos, destacando a atuação da Cavalaria, força montada de cunho aristocrático que veio a se tornar sinônimo da ordem senhorial. Para tanto foram escolhidos como marcos temporais as batalhas de Crécy (1346) e Poitiers (1356), confrontos excepcionais nos quais tropas inglesas de arqueiros e guerreiros a pé venceram os cavaleiros franceses. Norteador o trabalho encontra-se uma pergunta fundamental: por quê a Cavalaria francesa, mesmo diante do fracasso, não buscou se adaptar às realidades da guerra, à semelhança dos ingleses? O resultado é um estudo sobre os elementos políticos e sociais da guerra no medievo, bem como um exercício comparativo entre as formas de organização militar destes dois reinos.

Palavras-chave: Guerra dos Cem Anos. Cavalaria. História Militar.

Abstract: This article intends to analyze the military practices of the kingdoms of France and England during the initial phase of the Hundred Years' War, highlighting the performance of the Knighthood, an aristocratic force that came to be synonymous with the feudal order. To that end, the battles of Crécy (1346) and Poitiers (1356) were chosen as timeframe, as exceptional confrontations in which English armies of archers and warriors defeated the French knights. There is a fundamental question guiding the paper: why the French Cavalry, even in the face of failure, did not seek to adapt to the realities of war, as the English did? The result is a study of the political and social elements of war in the Middle Ages, as well as a comparative exercise between the forms of military organization of these two kingdoms.

Keywords: Hundred Years' War. Knighthood. Military History.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES/DS. Integrante do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq-UFS). E-mail: ivesleocelso@gmail.com.

A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) foi caracterizada por Hilário Franco Júnior² como sendo ao mesmo tempo o grande conflito nacionalista e o grande conflito feudal da Idade Média. Duas das mais poderosas monarquias do período, França e Inglaterra, envolveram-se num longo e arrastado embate que teve inúmeras consequências políticas e sociais para ambos. Proeminente neste cenário, estava aquela que Jacques Le Goff considerou “[...] expressão mais característica do feudalismo”³: a Cavalaria.

Por “cavalaria” compreendemos uma força de soldados montados, podendo existir em inúmeras formas e períodos (desde Kadesh até a Segunda Guerra Mundial, segundo Álvaro Bragança Júnior⁴). Distinguimos o termo “Cavalaria”, contudo, para realçar os aspectos políticos, sociais, culturais e ideológicos de uma instituição própria do medievo.

A Cavalaria é uma confraria de guerreiros de elite, associados à nobreza, com a qual muitas vezes se confunde; possui uma ética própria, uma cultura de honra onde o comportamento cavaleiresco e a reputação são primordiais; e que é idealizada e alcança patamares míticos através da literatura e da poesia trovadoresca⁵. No século XIV é

² FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: O Nascimento do Ocidente*. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.p. 86.

³LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*.2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 93.

⁴BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro. *A Cavalaria na Idade Média: Entre a Guerra e a Civilização*. In: ZIERER, Adriana; _____. *Cavalaria e Nobreza: Entre a História e a Literatura*. Maringá: Eduem, 2017. p. 25-45. p. 25.

⁵FLORI, Jean. *A Cavalaria*.São Paulo: Madras, 2005. passim.

cada vez maior o número de soldados a cavalo que não possuem o título. Por outro lado, muitos cavaleiros passam a combater a pé, como será visto adiante.

Clifford J. Rogers, historiador norte-americano da Academia Militar de West Point especializado na guerra medieval, realiza uma comparação entre os exércitos medievais (metade do século XI a início do século XIV) e aqueles do princípio da “Idade Moderna”, que viriam a conquistar impérios globais para os príncipes europeus, estabelecendo os seguintes critérios: enquanto os primeiros eram formados por guerreiros aristocratas que lutavam como cavalaria pesada, usavam lança e espada, e combatiam mais para capturar e obter resgate que para matar; os segundos eram compostos por homens comuns do povo, que lutavam a pé, disparavam projéteis e lutavam para matar⁶.

A Guerra dos Cem Anos situa-se na transição entre ambos: apresenta a decadência militar da Cavalaria (e seu paradoxal fortalecimento ideológico) e o crescimento das forças de infantaria e, em sua fase final, da artilharia.

No período de 1346-1356, França e Inglaterra representam pólos opostos deste cenário. O exército inglês era formado por grande número de arqueiros recrutados por cavaleiros e senhores locais, que formam unidades regionais e lutam em conjunto com os homens-de-armas

⁶ ROGERS, Clifford J. The Military Revolutions of the Hundred Years' War. *The Journal of Military History*, Lexington, v. 57, p. 1-33, 1993. Disponível em: <<http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/>>.p. 2.

(denominação dos guerreiros montados, nobres ou não). O serviço era pago e as comitivas contratadas pelo rei e pagas pelo erário, que possuía uma burocracia bem desenvolvida. O francês era, em essência, uma hoste de cavalaria aristocrática, reunida por meio de uma convocação geral, além de mercenários contratados, especialmente besteiros genoveses. Ainda que haja pagamento, espera-se que a convocação seja obedecida por lealdade e cumprimento do dever vassalico⁷.

A nobreza de ambos os reinos abraçava os ideais da Cavalaria. Participavam dos mesmos torneios, enfrentavam-se nas mesmas justas e ouviam os mesmos poemas. Entretanto, diferenças cruciais seriam reveladas, especialmente a partir da Batalha de Crécy (1346), na forma de condução da guerra, com consequências desastrosas para a França.

A Campanha de Crécy (1346)

Após a morte de Filipe IV da França, três de seus filhos o sucederam sem deixar herdeiros masculinos. A aristocracia reunida decidiu, então, transmitir a coroa à Filipe, conde de Valois, seu sobrinho, que foi coroado Filipe VI em 1328. Entre os pretendentes rejeitados estava Eduardo III, o jovem rei da Inglaterra, neto de Filipe IV através de sua mãe. Complicando a questão, Eduardo era também duque de Aquitânia e, portanto, vassalo do rei francês.

⁷ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. I: Trial by Battle*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990. passim. Id. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. passim.

As tensões resultantes desta relação eram muitas e diversas vezes os monarcas franceses procuraram confiscar o ducado dos reis da Inglaterra, acusando-os de descumprir suas obrigações vassálicas. Quando Filipe tentou VI fazê-lo, em 1337, Eduardo, em uma manobra jurídica, recusou sua legitimidade para tal, afirmando ser o verdadeiro rei da França. Nigel Saul, historiador britânico da Universidade de Londres, promine nte no estudo da Cavalaria inglesa, ressalta o elemento cavaleiresco no desafio do rei inglês:

Para atrair atenção para seu novo título, ele dividiu seu escudo em quartos colocando a flor-de-lis do rei da França com os leões da Inglaterra. A Guerra dos Cem Anos foi, portanto, em um sentido técnico, uma disputa cavaleiresca, uma contenda entre dois cavaleiros pelo direito de portar um brasão em particular.⁸⁹

De modo geral, a guerra medieval se caracterizava por evitar grandes batalhas, sendo as cavalgadas e os cercos suas características principais. Estes embates indiretos visavam espoliar a base econômica do inimigo, assolando seus homens e bens, assim como desmoralizá-lo e provocar seu enfraquecimento político¹⁰. Apesar disso, Philippe Contamine, medievalista francês pioneiro na pesquisa sobre a guerra no medievo naquele país, afirma que “[...] a batalha campal era concebida

⁸To draw attention to his new style, he quartered the fleur-de-lys of France on his shield with the lions of England. The Hundred Years War was therefore in a technical sense a chivalric dispute, a quarrel between two knights over the right to bear a particular coat of arms.

⁹SAUL, Nigel. *Chivalry in Medieval England*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 94-95.

¹⁰ GARCÍA FITZ, Francisco. *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*. Madri: Arco Libros, 1998. *passim*.

como o ponto culminante de uma guerra, o grande evento que dava sentido a uma campanha, o episódio principal que, apesar de limitado em área e concentrado no tempo, era o objeto de todos os medos, expectativas e esperanças”¹¹¹².

A tática adotada por Eduardo III na França foi a *chevauchée*, grandes cavalgadas de propósito de pilhagem e destruição. Seus homens-de-armas e arqueiros montados espalhavam-se em vastas colunas atacando todas as fazendas, vilas e cidades que não oferecessem séria resistência. Durante a campanha de Crécy, o cronista Jean Froissart estabelece um cenário de saques abundantes, destacando a inatividade das forças francesas:

Eles faziam o que queriam, pois ninguém lhes resistia. Em tempo eles chegaram a uma grande e rica cidade e porto chamada Cherbourg. Eles a saquearam e queimaram parte dela, mas descobriram a cidade defendida demais para ser tomada, então seguiram adiante para Montbourg e Valogne. Esta última eles saquearam completamente e puseram-lhe fogo. Eles fizeram o mesmo a um número de outras cidades na região, levando tanto saque valioso que teria sido impossível contá-lo.¹³¹⁴

¹¹ [...] the pitched battle was conceived as the culminating point of a war, the major event which made sense of a campaign, the chief episode which, although limited in area and concentrated in time, was the object of all fears, expectations and hopes.

¹² CONTAMINE, Philippe. *War in the Middle Ages*. New York: Barnes & Noble, 1998. p. 228-229.

¹³ They did whatever they pleased, for no one resisted them. They came in time to a large wealthy town and port called Cherbourg. They sacked and burnt part of it, but found the citadel too strongly defended to be taken, so they went on towards Montbourg and Valogne. This last they sacked completely and then set fire to it. They did the same to a number of other towns in the region, taking so much valuable booty that it would have been an impossible task to count it.

Eduardo, contudo, precisava atrair o monarca francês para a batalha, uma vez que suas campanhas de 1338 e 1340 haviam causado pesados gastos e obtido poucos resultados concretos. Uma vitória era necessária para manter viva sua reivindicação ao trono da França¹⁵.

Mas se a situação era politicamente delicada para o rei inglês, para Filipe VI era ainda pior. Após evitar batalha por duas vezes, a reputação do rei da França estava danificada. Andrew Ayton, historiador britânico da Universidade de Hull conhecido por seu trabalho sobre a Batalha de Crécy, afirma que um exército medieval é uma entidade política¹⁶: nobres de todo o reino se reúnem; príncipes, duques e cavaleiros confraternizam, discutem e observam. O rei estava sob o escrutínio de seus senhores. De acordo com Jonatham Sumption, renomado pesquisador inglês da Guerra dos Cem Anos: “Em 1346 sua reputação não podia suportar um impasse mais do que uma derrota”¹⁷¹⁸. Uma batalha precisava ser travada.

Após uma perseguição pelas travessias do Sena, os exércitos finalmente se encontraram próximos à vila e à floresta de Crécy, no condado de Ponthieu. Os ingleses somavam cerca de 10.000 homens,

¹⁴ FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 71.

¹⁵ SAUL, Nigel. *Chivalry in Medieval England*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 95.

¹⁶ AYTON, Andrew. The Battle of Crécy: Context and Significance. In: _____; PRESTON, Philip. *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge: The Boydell Press, 2007. p. 21-22.

¹⁷ By 1346 his reputation could not bear a stalemate any more than a defeat.

¹⁸ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. I: Trial by Battle*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990. p. 526.

enquanto o número de franceses girava entre 20.000 e 25.000. As forças sob o comando de Eduardo III eram formadas por arqueiros (cerca de metade), cavaleiros desmontados e lanceiros galeses. Filipe VI tinha à sua disposição um contingente de cerca de 6.000 besteiros genoveses, 12.000 cavaleiros e alguns milhares de tropas de infantaria, provavelmente mal-treinada e mal-equipada¹⁹. O que se seguiu foi um grande massacre.

O primeiro ataque foi realizado pelos besteiros genoveses. Suas armas de carregamento lento, contudo, não foram páreo para os disparos céleres dos arqueiros ingleses, que os dispersaram. Vendo sua fuga, o rei francês, furioso, ordenou o avanço de seus cavaleiros sobre eles, direto para os disparos dos arcos de guerra²⁰. Segundo narra Froissart, “os ingleses continuaram a disparar na parte mais densa da multidão, sem desperdiçar nenhuma de suas flechas. Eles impalaram ou feriram cavalos e cavaleiros que caíam ao chão em grande desespero, incapazes de se levantar de novo sem a ajuda de vários homens”²¹²².

Dada a natureza da carga de cavalaria, uma massa sólida de homens e montarias, a chuva de flechas era letal, uma vez que os animais feridos rompiam a formação e causavam caos. Um ponto

¹⁹ Ibid.

²⁰ FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 88-89.

²¹ The English continued to shoot into the thickest part of the crowd, wasting none of their arrows. They impaled or wounded horsers and riders, who fell to the ground in great distress, unable to get up again without the help of several men.

²² FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 89.

relevante para a nossa análise, que será retomado adiante, é que, mesmo diante do fracasso, a honra cavaleiresca dos franceses os impelia a renovar os ataques, ocasionando baixas imensas. Guilherme Saccomori, em dissertação orientada pela professora Marcella Lopes Guimarães (UFPR), afirma que:

A honra de um cavaleiro seria oriunda de seus atos, principalmente em duelos e combates. A honra, seu orgulho como guerreiro, era o que guiava a identidade de um cavaleiro, lhe dava sentido. Engrandecê-la tornaria o cavaleiro alguém maior, famoso, e objeto de cantigas e poemas que seriam compostos a partir de seus feitos. Os combates justos o tornariam alguém superior quando confrontado em condições iguais. A honra estaria atrelada a um cavaleiro durante toda sua vida, e manchá-la poderia comprometer seu legado, inclusive seus filhos.²³

Lutando por sua honra, um contingente francês conseguiu chegar até o Príncipe de Gales, Eduardo de Woodstock, que, aos 16 anos, estava em sua primeira batalha. Diante do ataque, o cavaleiro sir Thomas de Norwich foi enviado ao rei, que comandava a reserva, pedindo reforços, ao que Eduardo teria respondido:

- Está meu filho morto ou atordoado, ou tão seriamente ferido que não pode continuar lutando? – Não, graças a Deus – retrucou o cavaleiro – mas ele está sendo pressionado muito duramente e precisa muito de vossa ajuda. – Sir Thomas – respondeu o rei – volte para ele e para aqueles que o enviaram e diga-lhes para não me requisitarem hoje, enquanto meu filho estiver vivo. Dê-lhes

²³SACCOMORI, Guilherme Floriani. *Guerreiros e Batalhas na Mira de Jean Froissart (1337-1405): Cenário em Transformação*. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. p. 67-68.

meu comando para deixar o garoto ganhar suas esporas, pois se for a vontade de Deus, eu desejo que o dia seja dele e que a honra vá para ele e para aqueles em cuja custódia eu o deixei.²⁴²⁵

Esta cena, de forte teor simbólico, ressalta a proeza militar como valor aristocrático e a necessidade dos grandes senhores de se provarem em batalha. O Príncipe de Gales triunfou e com ele o exército inglês. As perdas francesas foram catastróficas, estimadas em milhares, mais lamentadas ainda pelo grande número de aristocratas entre eles. Segundo Jean le Bel: “Foi dito por muito tempo que ninguém havia ouvido falar de tantos príncipes mortos em um único dia, nem em Courtrai, nem em Benevento, nem em nenhum outro lugar”²⁶²⁷.

A vitória em Crécy permitiu aos ingleses a tomada de Calais, grande cidade do norte da França que viria a permanecer em suas mãos até a metade do século XVI, muito após o término da Guerra dos Cem Anos. Enquanto a elite da Cavalaria francesa jazia no campo de batalha,

²⁴ 'Is my son dead or stunned, or so seriously wounded that he cannot go on fighting?' 'No, thank God,' replied the knight, 'but he is very hard pressed and needs your help badly.' 'Sir Thomas,' the King answered, 'go back to him and to those who have sent you and tell them not to send for me again today, as long as my son is alive. Give them my command to let the boy win his spurs, for if God has so ordained it, I wish the day to be his and the honour to go to him and to those in whose charge I have placed him.'

²⁵FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 92.

²⁶It was said for a long time that no one had heard of so many princes killed on a single day, not at Courtrai, nor at Benevento, nor anywhere else.

²⁷apud AYTON, Andrew. The Battle of Crécy: Context and Significance. In: _____; PRESTON, Philip. *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.p. 20.

Filipe VI escapava. A perda de reputação causada pela fuga do rei se tornaria uma marca sobre os Valois e seria um fator importante na política militar adotada pela realeza na década seguinte.

A Ordem da Estrela e a Reforma Cavaleiresca de João II

Segundo a medievalista francesa Françoise Autrand:

O desastroso efeito psicológico produzido pela fuga do rei não foi esquecido durante os anos após Crécy; de fato, não é impossível que tenha tido alguma influência sobre a fundação da ‘Ordem da Estrela’. Em 1351, o rei João tinha acabado suceder ao trono e querendo trazer as fileiras da comunidade cavaleiresca francesa, instituiu a Ordem dos ‘*chevaliers de Notre-Dame de la Noble Maison*’ [...].²⁸²⁹

A Ordem da Estrela, pretendia rivalizar a Ordem da Jarreteira, de Eduardo da Inglaterra, que reunia em suas fileiras veteranos da Campanha de Crécy e viria a se tornar a mais prestigiosa ordem cavaleiresca do período. Sobre a Ordem da Jarreteira, Saul afirma que:

De modo geral, o *ethos* da companhia era fortemente militar. Grande ênfase era colocada nos estatutos no esforço cavaleiresco e na lealdade ao rei como superior da ordem. Os cavaleiros eram escolhidos por eleição baseada em seu

²⁸The disastrous psychological effect produced by the flight of the king was not forgotten during the years that followed Crécy; indeed, it is not impossible that it had some influence on the foundation of the ‘Order of the Star’. In 1351, King John who had just succeeded to the throne, and wanting to draw the ranks of the French chivalric community more closely around the crown, instituted the Order of the ‘*chevaliers de Notre-Dame de la Noble Maison*’[...].

²⁹AUTRAND, Françoise. The Battle of Crécy: A Hard Blow for the Monarchy of France. In: AYTON, Andrew; PRESTON, Philip. *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge: The Boydell Press, 2007. p. 276-277.

valor pessoal, seu renome marcial e a natureza imaculada de suas reputações.³⁰³¹

As ordens reais de Cavalaria foram um fenômeno característico dos séculos XIV e XV. A seu respeito, Jean Flori, conhecido especialista francês em Cavalaria, observa:

Protegidas por reis ou grandes príncipes rivais ou inimigos, elas elaboram estatutos que, sob a aparência de glorificar e “restaurar” a cavalaria, constituem ligas honoríficas destinadas a reforçar o prestígio de seu fundador, a forjar redes de alianças políticas e diplomáticas. A ideologia cortês e cavaleiresca se vê assim confiscada, desviada em proveito da ideologia real.³²

O que diferencia a Ordem da Estrela das demais ordens monárquico-cavaleirescas do século XIV é um de seus estatutos que determina que aquele que fugir do campo de batalha seria suspenso, no qual é notável o peso que a fuga de Filipe VI exercia sobre a Cavalaria francesa³³. Em uma carta de autoria de João II, datada de 1352 e transcrita pelo especialista em heráldica D’Arcy Boulton, percebe-se a forma como a Cavalaria era percebida no período pós-Crécy e a motivação que levou à fundação da referida companhia:

³⁰ Overall, the ethos of the company was strongly military. Great emphasis was placed in the statutes on knightly endeavor and loyalty to the king as superior of the order. Knights were to be chosen for election on the basis of their personal worthiness, their martial renown and the unblemished nature of their reputations.

³¹ SAUL, Nigel. *Chivalry in Medieval England*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 103.

³² FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005. p. 185.

³³ AUTRAND, op. cit. p. 277.

João pela Graça de Deus Rei da França... Entre outras preocupações de nossa mente, nós temos muitas vezes nos perguntado com toda a energia da reflexão por quais meios a cavalaria de nosso reino tem, desde tempos antigos, enviado para todo o mundo tamanha irrupção de probidade e tem sido coroada com uma auréola tão vívida de valentia e honra; de tal modo que nossos ancestrais, os Reis da França, graças a intervenção poderosa do céu e à fiel devoção desta cavalaria, que lhes concedeu o sincero e unânime suporte de suas armas, tem sempre triunfado sobre todos os rebeldes a quem desejaram reduzir [...]; e finalmente que eles tenham estabelecido no reino uma paz e segurança tão profundos que, após muitos longos séculos, alguns dos membros desta ordem, desacostumados às armas e privados de exercícios, ou por outra causa por nós desconhecida, tem se atirado imoderadamente na ociosidade e na vaidade da época, ao desprezo da honra e, lamentavelmente, de seu próprio bom renome, para diminuir sua alegria de coração em troca do conforto de suas pessoas. Por esta razão, nós, conscientes de tempos passados, da honrada e constante proeza dos vassallos mencionados, que trouxeram tantos trabalhos vitoriosos, virtuosos e afortunados, resolvemos com sinceridade convocar estes mesmos vassallos, presentes e futuros, para uma união perfeita, com a finalidade de que nesta união íntima eles irão respirar nada além de honra e glória, renunciando às frivolidades da inação, e irão, através do respeito pelo prestígio da nobreza e da cavalaria, restorar à nossa época o brilho de seu renome antigo e de sua companhia ilustre, e que depois que eles tiverem trazido o reflorescimento da honra da cavalaria através da proteção do bem divino, uma paz tranquila renascerá para o nosso reino e os nossos súditos, e os louvores a sua virtude serão publicados em toda a parte. Desta forma, na expectativa destes benefícios e de muitos outros, nós... fundamos [a Companhia da Estrela e seu colégio de clérigos]. E nós temos firme confiança de que com a intercessão da dita mais gloriosa Virgem Maria por nós e por nossos fiéis súditos, o Senhor Jesus Cristo irá misericordiosamente derramar sua graça sobre os cavaleiros da mencionada companhia ou associação, com o resultado de que estes mesmos cavaleiros, ansiosos por honra e glória no exercício das armas, se portarão com tal harmonia e valentia, que a

flor da fidalguia, que por um tempo e pelas razões mencionadas tinha murchado nas sombras, irá desabrochar em nosso reino, e brilhar resplandecente em uma perfeita harmonia para a honra e glória do reino e de nossos súditos fiéis.³⁴³⁵

³⁴ Jean by the Grace of God King of France... Among the other preoccupations of our mind, we have many times asked ourself with all the energy of reflection, by what means the knighthood of our realm has, from ancient times, sent forth into the whole world such a burst of probity, and has been crowned with so lively an aureole of valiance and honour; so well that our ancestors the Kings of France, thanks to the powerful intervention of heaven and to the faithful devotion of this knighthood, which has bestowed upon them the sincere and unanimous concourse of its arms, have always triumphed over all the rebels whom they have wished to reduce [...]; and finally that they had established in the realm a peace and security so profound that, after many long centuries, some of the members of this order, unaccustomed to arms and deprived of exercises, or for some other cause unknown to us, have immoderately plunged themselves into the idleness and vanity of the age, to the contempt of honour, alas, and of their good renown, to diminish their gaiety of heart in exchange for the comfort of their persons. For this reason we, mindful of former times, of the honourable and constant prowess of the aforesaid liegemen, who brought forth so many victorious, virtuous, and fortunate works, have taken it to heart to recall these same liegemen, present and future, to a perfect union, to the end that in this intimate unity they will breathe nothing but honour and glory, renouncing the frivolities of inaction, and will, through respect for the prestige of the nobility and knighthood, restore to our epoch the lustre of their ancient renown and of their illustrious company, and that after they have brought about the reflowering of the honour of knighthood through the protection of divine goodness, a tranquil peace will be reborn for our reign and our subjects, and the praises of their virtue will be published everywhere. Therefore, in expectation of these benefits and of many others, we ... have founded [the Company of the Star and its college of clerics]. And we have firm confidence that with the intercession of the said most glorious Virgin Mary for us and our faithful subjects, the Lord Jesus Christ will mercifully pour out his grace upon the knights of the aforesaid company or association, with the result that the same knights, eager for honour and glory in the exercise of arms, shall bear themselves with such concord and valiance, that the flower of chivalry, which for a time and for the reasons mentioned had faded into the shadows, shall blossom in our realm, and shine resplendent in a perfect harmony to the honour and glory of the kingdom and of our faithful subjects.

³⁵BOULTON, D'Arcy J. D. *Knights of the Crown: The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe, 1325-1520*. Woodbridge, The Boydell Press, 1987.p. 196.

O retorno à era de ouro da Cavalaria é um tema recorrente entre seus comentadores na Baixa Idade Média, com alusões frequentes aos Cavaleiros da Távola Redonda e aos guerreiros de Carlos Magno. Esta retórica de apelo a um passado mitificado era tão forte na França que os mesmos argumentos se repetem após a derrota em Agincourt (1415) duas gerações após os eventos aqui expostos³⁶.

A fala de João II deixa claro que as agruras sofridas pelo reino eram causadas pela perda do valor de seus cavaleiros. Os termos honra e glória são continuamente repetidos como valores a serem buscados acima de considerações superficiais com conforto e segurança pessoal. Sob este ângulo, a derrota em Crécy e a perda de Calais não foram causadas por questões táticas ou puramente militares, mas por falta de coragem e resolução. Isto não deixa de ser irônico, visto que a grande perda de vidas ocorrida na batalha de 1346 foi causada em grande parte pela bravura teimosa dos homens-de-armas franceses que continuaram avançando diante da morte.

Não se deve compreender, contudo, o projeto reformador de João II e sua Ordem da Estrela como uma tentativa desinteressada de reacender a glória militar da nobreza da França. O rei pretendia ligar os cavaleiros a ele por vínculos de lealdade e fidelidade, fortalecendo assim sua posição num momento em que a jovem dinastia Valois era

³⁶BARKER, Juliet. *Agincourt*. Rio de Janeiro: Record, 2009. passim.

ameaçada externa e internamente. Dissensão e faccionalismo predominaram na política francesa na Guerra dos Cem Anos³⁷.

O braço direito de João II na sua tentativa de “revitalização” da Cavalaria foi Geoffroi de Charny, autor do *Livro da Cavalaria*, escrito provavelmente entre 1350 e 1351. Nascido em uma família dos baixos escalões da aristocracia, Charny era um cavaleiro de grande reputação, considerado por Froissart o mais sábio e corajoso entre os franceses³⁸. Não tendo estado em Crécy, não foi associado à sua infâmia e por sua habilidade militar, foi nomeado Capitão das Guerras da Picardia e das Fronteiras da Normandia e ingressou no Conselho Real³⁹.

Charny compartilhava da visão de seu rei e parecia chocado por aqueles que “[...] aparentavam preferir a vida suave e a vida fácil, cegos para a grandiosa visão de uma existência investida em feitos vigorosos, [...] uma vida de honra abençoada pelo favor divino”⁴⁰⁴¹. Sem dúvida com a aprovação de João II, Charny justifica as razões para se servir a um grande senhor:

³⁷ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. *passim*.

³⁸ FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 129.

³⁹ KAEUPER, Richard. Historical Introduction to the Text. In: CHARNY, Geoffroi de. *A Knight's Own Book of Chivalry*. Trad. Elspeth Kennedy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005. *passim*.

⁴⁰ “[...] appeared to prefer the soft life and the safe life, blind to the grand vision of an existence vested in vigorous deeds, [...], a life of honour blessed by divine favour.

⁴¹ KAEUPER, Richard W. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 285.

[...] cem homens habilidosos em feitos de armas fazem um nome pra si mesmos muito mais rápido através de um grande e valoroso senhor do que fariam dez servindo a dois homens pobres de grande valor, pois o grande senhor os tem em sua companhia e os ama, honra, valoriza e recompensa, e eles o respeitam, amam, honram e estimam pelo grande valor que vêem nele [...]. Nem são os homens pobres e valentes tão respeitados e obedecidos no momentos da ação quanto os grandes senhores [...].⁴²⁴³

Que melhor maneira de conquistar fama e fortuna, desta forma, do que servindo ao rei em sua na Ordem da Estrela?Ao contrário de sua contraparte inglesa, de número estritamente limitado, a Ordem da Estrela pretendia alcançar quinhentos adeptos⁴⁴.

Contudo, por mais que se falasse em recuperar o espírito perdido da verdadeira Cavalaria e por mais que Charny⁴⁵ discorra sobre o comportamento apropriado para um cavaleiro, pouco foi feito para lidar com os problemas concretos que assolavam as forças francesas e que seriam expostas mais uma vez na Batalha de Poitiers, em 1356. As razões para tanto serão examinadas a seguir.

⁴² [...] one hundred men skilled in deeds of arms make themselves a name all the sooner through one great and worthy lord than would ten by two poor men of great worth, for the great lord has them in his company and loves, honors, and values them and rewards them, and they respect him, love, honor, and esteem him for the great valor they see in him [...]. Nor are the valiant poor men as much respected and obeyed in time of action as are the great lords [...].

⁴³ CHARNY, Geoffroi de. *A Knight's Own Book of Chivalry*. Trad. Elspeth Kennedy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 59.

⁴⁴ WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. Westport: Greenwood Press, 2006.p. 289.

⁴⁵ CHARNY, op. cit. passim.

Considerações políticas e militares sobre a prática da guerra na França e na Inglaterra no século XIV

O papel proeminente da Cavalaria, muito antes de sua consagração no imaginário medieval, tem uma origem militar:

O cavaleiro medieval, sustentado como era pelo trabalho de outrem, possuía bastante tempo para treinar para o combate. Sua dieta melhor o tornava maior e mais forte que a maioria dos plebeus que formavam a infantaria. [...] A cota de malha, reforçada por uma couraça de couro ou um *gambeson* acolchoado, o tornava quase invulnerável no campo de batalha. A mobilidade permitida por seus cavalos, em adição a seu óbvio valor estratégico, o tornava capaz de perseguir um inimigo derrotado com eficiência, de fugir rapidamente em caso de derrota própria e de evitar batalhas indesejadas com forças lentas de infantaria.⁴⁶⁴⁷

A França era tão populosa e possuía uma riqueza agrícola tão vasta, que conseguia reunir com frequência verdadeiras hostes de guerreiros montados. Outros reinos e regiões periféricos, tais como a Escócia, Flandres e a própria Inglaterra, tinham dificuldades em recrutar

⁴⁶ The medieval knight, supported as he was by the labor of others, had plenty of time to train for combat. His better diet made him larger and stronger than most of the commoners who formed the infantry. Most importantly, the capital he had invested in horses, arms, and armor magnified his capabilities. Mail armor, reinforced by a leather cuirass or a padded gambeson, made him nearly invulnerable on the battlefield. The mobility afforded by his horses, in addition to its obvious strategic value, enabled him to pursue a defeated enemy effectively, to flee rapidly if himself defeated, and to avoid unwanted battles with slow-moving infantry forces.

⁴⁷ ROGERS, Clifford J. *The Military Revolutions of the Hundred Years' War*. *The Journal of Military History*, Lexington, v. 57, p. 1-33, 1993. Disponível em: <<http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/>>. p. 3.

cavaleiros, razão pela qual passaram a utilizar cada vez mais soldados de infantaria, muito mais baratos de equipar e manter⁴⁸.

Há que se destacar, porém, a transformação pela qual a Inglaterra passou no início do século XIV. Assim como os franceses, os ingleses contavam com a cavalaria pesada para garantir a vitória. Isto mudou após Batalha de Banockburn, em 1314, na qual guerreiros escoceses a pé, lutando em em *schiltrons* – formações circulares armadas com piques – venceram os cavaleiros ingleses. Além de usarem armas longas, os escoceses prepararam o terreno, cavando buracos e fincando estacas para desequilibrar os cavalos. Os ingleses aprenderam a lição e, além de adotarem diversas táticas dos escoceses, acrescentaram um elemento próprio: os arqueiros.

O arco longo ou arco de guerra era praticado em diversas regiões da Inglaterra e do País de Gales por aldeãos e agricultores. Para utilizá-lo eram necessários anos de prática e força física prodigiosa, mas seu poder de penetração era incrível, além de possuir um ritmo de disparo incomparavelmente superior ao das bestas⁴⁹. Uma salva contínua de flechas podia ferir, atordoar e incapacitar homens e cavalos. A utilização dos arqueiros permitiu que os ingleses obtivessem a revanche sobre os escoceses em Duplin Moor (1332) e Halidon Hill

⁴⁸ ROGERS, Clifford J. The Age of The Hundred Years War. In: KEEN, Maurice (ed.). *Medieval Warfare: A History*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 136-160.p. 144.

⁴⁹ Id. The Military Revolutions of the Hundred Years' War. *The Journal of Military History*, Lexington, v. 57, p. 1-33, 1993. Disponível em: <<http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/>>. p. 5.

(1333). Por outro lado, as forças que invadiram a França utilizaram arqueiros montados, uma inovação para a época, o que facilitava seu deslocamento e sua participação no saque das vilas e campos. Seus cavalos, que não eram utilizados em batalha, eram muito mais baratos que os corcéis de guerra dos cavaleiros, e mais fáceis de obter⁵⁰.

A França, por sua vez, também teve sua forma tradicional de combate sobrebujada em certas ocasiões, como na Batalha de Courtrai (1302), onde milicianos flamengos utilizaram armas de haste e um terreno favorável para vencer sua Cavalaria. Isto não levou, contudo, a uma perceptível adaptação, ou mudança de táticas. As razões para tal não podem ser exauridas dentro dos limites deste trabalho, mas algumas reflexões podem ser iniciadas.

A França do século XIV era considerada o maior poderio militar da Cristandade. A história da Cavalaria perpassa a sua própria e os nobres franceses percebiam-se como herdeiros de uma longa tradição que remontava ao Império Carolíngio, o que pode ajudar a explicar o seu conservadorismo. Na Inglaterra, por outro lado, por muitos séculos prevaleceu o combate de infantaria. Tanto anglo-saxões, quanto dinamarqueses, galeses e escoceses lutavam a pé, geralmente em uma parede de escudos. Somente com a conquista normanda é que lutar a cavalo tornou-se comum.

⁵⁰ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. *passim*.

Entretanto, a cultura cavaleiresca floresceu na Inglaterra. Um dos maiores heróis da Cristandade, Ricardo Coração-de-Leão, havia sido seu rei e Eduardo III era um entusiasta dos torneios e dos romances arturianos, chegando a competir nas justas disfarçado como um dos Cavaleiros da Távola Redonda⁵¹. Porém, no século XIV, parecia haver uma limite estabelecido entre o lúdico e o real. Na prática da guerra, a aristocracia inglesa não hesitava em tirar proveito de todas as vantagens possíveis, fosse combatendo a pé, fosse mantendo sua posição enquanto os arqueiros atacavam.

A elite francesa, por outro lado, parecia incorporar de forma muito mais literal o exercício da Cavalaria. Preferiam lutar sobre os cavalos e demonstravam desprezo pelos soldados a pé, conforme demonstrado pelo investida contra seus aliados genoveses em Crécy. O desejo por honra e glória fizeram com que diversas vezes os cavaleiros franceses atacassem impetuosamente ou abandonassem a liderança das tropas em busca de uma posição mais privilegiada no campo⁵². Ao contrário do que seus críticos afirmavam, a bravura e o espírito cavaleiresco não parecem ter sido o que lhes faltava, sendo na verdade um fator em sua ruína.

⁵¹ SAUL, Nigel. *Chivalry in Medieval England*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.p. 105.

⁵² SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. I: Trial by Battle*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990. passim. Id. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.passim. BARKER, Juliet. *Agincourt*. Rio de Janeiro: Record, 2009.passim.

Por outro lado, há que se considerar o elemento político. Adinastia dos Plantagenetas estava solidamente estabelecida no poder, enquanto os Valois eram recém-chegados ao trono, mais vulneráveis a contestações. Abraçar o discurso cavaleiresco era uma forma da realeza buscar legitimidade, uma vez que, segundo Geoffroi de Charny, “estes personagens e estes senhores não foram elevados para terem grandes períodos de descanso, nem grandes prazeres ou grandes deleites, mas para suportar mais e esforçar-se com mais empenho do que quaisquer outros.”⁵³⁵⁴

Caberia, portanto, aos monarcas franceses realizar feitos de proeza e alcançar a vitória, obtendo assim honra e reputação, demonstrando o favor divino à sua causa e legitimando sua posição. Além disso, havia a presença de poderosos príncipes territoriais dentro de seu próprio reino, o que exigia dos reis da França um grau maior de negociação para o exercício de seu poder. Para conquistar o apoio da aristocracia, representar o papel tradicional de cavaleiro era uma necessidade.

Há também um elemento social na relutância francesa em se adaptar às novas táticas uma vez que há, no caso inglês, uma correlação entre a utilização cada vez maior de camponeses e cidadãos no exército e o crescimento do poder da Câmara dos Comuns no Parlamento. A

⁵³ These personages and these lords were not raised up to have great periods of rest nor great pleasures nor great delights, but to endure more and to strive harder than any of the others.

⁵⁴ CHARNY, Geoffroi de. *A Knight's Own Book of Chivalry*. Trad. Elspeth Kennedy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 76.

participação dos homens comuns na guerra se convertia num aumento de suas demandas, bem como numa regulamentação cada vez mais incisiva sobre os impostos e taxaões. Por outro lado, os arqueiros tiveram uma grande participação na Revolta Camponesa de 1381 e Froissart afirma que seu principal líder, Wat Tyler, havia servido nas guerras na França⁵⁵. Talvez para evitar um possível fortalecimento das classes inferiores, a nobreza francesa tenha desistido de tentar recrutar arqueiros em suas terras – Carlos VI teria afirmado que “se eles tivessem sido reunidos, teriam sido mais poderosos do que príncipes e nobres”⁵⁶⁵⁷.

As razões para a divergência na forma de realizar a guerra entre os reinos da França e da Inglaterra na metade do século XIV são complexas e merecem estudo aprofundado. O que se observa é que no início da década de 1350 acreditava-se que se os cavaleiros franceses redobrassem seus esforços e se inspirassem na tradição cavaleiresca de seus antepassados, a vitória seria alcançada. Em pouco tempo esta teoria seria testada, com resultados desastrosos.

⁵⁵ FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 218.

⁵⁶ If they had been gathered together, would have been more powerful than princes and nobles.

⁵⁷ apud ROGERS, Clifford J. The Military Revolutions of the Hundred Years' War. *The Journal of Military History*, Lexington, v. 57, p. 1-33, 1993. Disponível em: < <http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/>>. p. 6.

O fim da Ordem da Estrela e a Batalha de Poitiers (1356)

Em 1352, após um enfrentamento próximo à cidade de Mauron, na Bretanha, “os cadáveres de oitenta e nove cavaleiros da Ordem da Estrela de João II foram encontrados entre os mortos, cercados pelos de seus escudeiros e seguidores”⁵⁸⁵⁹. Seguindo os preceitos da ordem, eles não haviam se retirado do campo de batalha, mesmo enquanto outras divisões francesas o faziam.

Este evento, que poderia ser relegado a uma pequena escaramuça não fosse o número de mortos envolvidos, pairava como um agouro sobre a reforma cavaleiresca do rei da França. Segundo John Wagner: “Em outubro de 1352 o rei reconheceu esta falha emitindo um decreto que transformava a ordem de uma instituição político-cavaleiresca em uma confraternidade para culto comum”⁶⁰⁶¹.

Em 1355, o agora veterano Príncipe de Gales conduziu uma grande *chevauchée* de Bordeaux ao Mediterrâneo e de volta, capturando diversas cidades e castelos e arrasando a economia do sul da França. Para complicar a situação, o reino estava à beira da guerra civil, com

⁵⁸ The corpses of eighty-nine knights of John II's Order of the Star were found among the dead, surrounded by those of their squires and retainers.

⁵⁹ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 95.

⁶⁰ In October 1352, the king acknowledged this failure by issuing an ordinance that transformed the order from a political chivalric institution to a confraternity for common worship.

⁶¹ WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. Westport: Greenwood Press, 2006. p. 289.

uma escalada de conflitos entre os Valois e os partidários de Carlos de Navarra, cunhado de João II e pretendente à coroa⁶².

João II não podia ignorar o exército inglês, assim como seu pai não pôde fazê-lo dez anos antes. Em 1356, conduziu uma força de cerca de 8.000 homens-de-armas e 3.000 tropas de infantaria para as proximidades de Poitiers, onde Eduardo de Woodstock o esperava com cerca de 6.000 homens, sendo 2.000 arqueiros, 1.000 infantes gascões e 3.000 homens-de armas. Mais uma vez a quantidade de combatentes montados franceses era superior ao todo do contingente inglês, desta vez, entretanto, decidiram que a maioria deles lutaria a pé – algo que não estavam acostumados a fazer –

pois os ingleses estavam no topo de uma colina protegidos por uma cerca-viva, o que impediria uma carga de cavalaria⁶³.

Ainda assim, uma força de elite de 500 guerreiros a cavalo sob o comando dos marechais Audrehem e Clermont foi designada para atacar os arqueiros nas alas do exército inglês. Entretanto, de acordo com Froissart:

Mal haviam entrado em ação quando os arqueiros começaram a disparar sanguinariamente de ambos os flancos, derrubando cavalos e e perfurando tudo diante deles com suas longas flechas farpadas. Os cavalos feridos e aterrorizados se recusaram a ir em frente. Eles desviaram ou voltaram, ou então caíram sob seus cavaleiros, que não

⁶² FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 120.

⁶³ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 235-236.

podia nem usar suas armas nem levantar novamente, de forma que o batalhão dos Marechais jamais chegou perto da divisão do príncipe.⁶⁴⁶⁵

O contingente desmontado francês estava ordenado em três divisões, liderados respectivamente pelo Delfim, o príncipe herdeiro da França, o duque de Orléans e o próprio rei. Após o ataque da cavalaria, as forças do Delfim se engajaram no combate, mas não conseguiram romper a linha inglesa e recuaram. Possivelmente por ordem do rei, o Delfim foi removido da batalha por seus companheiros. Contudo, “o duque de Orléans, vendo o Delfim se retirando, o seguiu para fora do campo, levando com ele os jovens condes de Anjou e Poitiers e toda a segunda linha”⁶⁶⁶⁷.

Esta decisão inexplicável realça os problemas de comando do exército francês. Não se sabe se o duque achou que uma retirada geral estava sendo feita ou se abandonou o campo por outra razão, mas o fato é que a divisão do rei ficou sozinha. João II, determinado a não cair em desgraça como seu pai havia feito, e seguindo os preceitos que impusera à Ordem da Estrela, liderou sua divisão para o combate:

⁶⁴ No sooner were they engaged in it than the archers began to shoot murderously from both flanks, knocking down horses and piercing everything before them with their long barbed arrows. The injured and terrified horses refused to go on. They swerved or turned back, or else fell beneath their riders, who could neither use their weapons nor get up again, so that the battaUon of the Marshals never got near the Prince's division.

⁶⁵ FROISSART, op. cit., p. 134-135.

⁶⁶ The Duke of Orléans, seeing the Dauphin leaving, followed him from the field taking with him the young Counts of Anjou and Poitiers and the whole of the second line.

⁶⁷ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 241-242.

Nem deveria ser dito que o Rei da França alguma vez mostrou desalento diante de qualquer coisa que viu ou ouviu reportarem. Ele permaneceu no campo do começo ao fim, como o cavaleiro corajoso e lutador resoluto que era. Ele havia demonstrado sua determinação de nunca bater em retirada quando comendou seus homens a lutarem a pé e, tendo-os feito desmontar, fez o mesmo e se posicionou na frente deles com um machado de batalha em suas mãos, ordenando seus estardantes avante em nome de Deus e Saint-Denis, com sir Geoffroi de Charny carregando o principal^{68 6970}.

Enquanto a linha de frente de ambos os exércitos estava engajada num intenso corpo-a-corpo, destacamentos montados de gascões e ingleses deram a volta pela retaguarda e atacaram os franceses por trás. Ironicamente esta foi, segundo Jonathan Sumption, “[...] uma das raras ocasiões em que a cavalaria decidiu uma grande batalha”⁷¹⁷². Cercados, os franceses tiveram de escolher entre render-se ou lutar até o fim:

Os ingleses e gascões vieram em tais números por todos os lados que esraçalharam a divisão do rei. Os franceses foram tão sobrecarregados por seus inimigos que em alguns lugares haviam cinco homens-de-armas atacando um único

⁶⁸ A *Oriflamme*, o estandarte sagrado dos reis da França.

⁶⁹ Nor should it be said that the King of France ever showed dismay at anything he saw or heard reported. He remained on the field from beginning to end, like the brave knight and stout fighter he was. He had shown his determination never to retreat when he commanded his men to fight on foot and, having made them dismount, he did the same and stood in the forefront of them with a battle-axe in his hands, ordering forward his banners in the name of God and St Denis, with Sir Geoffroy de Charny bearing the principal one.

⁷⁰ FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 138.

⁷¹ It was one of the rare occasions on which cavalry decided a great battle.

⁷² SUMPTION, op. cit., p. 242.

cavaleiro. Sir Geoffroi de Charny foi morto, o estandarte da França em suas mãos.⁷³⁷⁴

Em sua tese de doutorado, Carmem Druciak, também orientada pela professora Marcella Lopes Guimarães (que aos poucos está fazendo escola na Universidade Federal no Paraná na pesquisa sobre Guerra dos Cem Anos no Brasil), afirma que “odesastre na batalha de Poitiers em 1356 ficou registrado nas crônicas e nos tratados religiosos como uma falha da nobreza que compunha as linhas das hostes de Jean II, Le Bon”⁷⁵. Abandonado pelo duque de Orléans, o rei da França, juntamente com seu filho mais novo, Filipe, foram capturados. Ele havia honrado os princípios da Cavalaria. E agora a França mergulhava no caos.

Conclusão

João II morreria no cativeiro. O Delfim, atuando como regente, foi obrigado a assinar Tratado de Brétigny (1360), que concedia grande parte do território oeste da França aos ingleses. Saqueadores e bandidos assombravam as vilas, camponeses se insurgiam e Carlos de Navarra

⁷³ The English and Gascons came in such numbers from all sides that they shattered the King's division. The French were so overwhelmed by their enemies that in places there were five men-at-arms attacking a single knight. Sir Geoffroy de Charny was killed, with the banner of France in his hands.

⁷⁴ FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968. p. 140.

⁷⁵ DRUCIAK, Carmem Lúcia. *A Escrita da História na França de 1380 a 1404: As Representações Discursivas sobre o Cavaleiro Bertrand du Guesclin (†1380)*. 2018. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. p. 259.

almejava coroa. Carlos V, coroado em 1364, após a morte de seu pai, receberia um reino em frangalhos⁷⁶.

Maurice Keen, falecido medievalista britânico da Universidade de Oxford e o grande referencial da pesquisa contemporânea sobre Cavalaria, considera como elemento definidor da mesma o *ethos* cavaleiresco, tido como um modo de vida marcado por um conjunto de costumes e valores, especialmente o código de conduta guerreiro que valoriza a proeza, a honra e a reputação acima de tudo⁷⁷. Neste sentido, a Cavalaria sobreviveria ao século XIV e permaneceria na retórica aristocrática durante o século XV⁷⁸, sendo elemento crucial no debate político da Guerra das Rosas.

Na Inglaterra, Eduardo III se tornaria a imagem ideal do rei-cavaleiro, diante da qual seus sucessores seriam mensurados. Sua reputação só era superada pela de seu filho que, no entanto, não chegaria a ser rei. Seu neto, Ricardo II, após um reinado conturbado, foi deposto. De acordo com Saul: “O usurpador de Ricardo, Henrique IV, que havia sido cruzado, mais do que estava à altura das expectativas dos seus súditos. Ele era tudo que Ricardo, avesso à guerra, não era. Ele

⁷⁶ SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 511-512.

⁷⁷ KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven; London: Yale University Press, 1984. passim.

⁷⁸ BARKER, Juliet. *Agincourt*. Rio de Janeiro: Record, 2009. passim.

representava os mais elevados ideais cavaleirescos da época”⁷⁹⁸⁰.A conexão entre política e Cavalaria mais uma vez se manifestava.

Enquanto os valores cavaleirescos seriam defendidos com grande veemência até o século XVI, principalmente através dos torneios⁸¹, a Cavalaria se retiraria cada vez mais dos campos de batalha. À medida que a Guerra dos Cem Anos progredia, homens-de-armas sem aspiração de se tornarem cavaleiros tornavam-se cada vez mais comuns. Eram soldados profissionais que guerreavam por soldo, pouco se importando com o código de conduta aristocrático. Os duques e condes saíam das linhas de frente e assumiam posições de comando. A “Cavalaria” tornava-se “cavalaria”.

A França terminaria por vencer a guerra. Para tanto seria necessária uma profunda reforma militar no século XV, com a criação de um exército permante, além da liderança inspiradora de Joana D’Arc, que resgataria seu ânimo combalido. Mas houve outro fator fundamental: o desenvolvimento de uma poderosa artilharia, cuja utilização lhes daria o triunfo final sobre os ingleses em Castillon (1453).

O desenvolvimento das armas-de-fogo marcaria o fim de uma era. Nas palavras de Clifford J. Rogers: “E assim a ‘Idade Média’

⁷⁹ Richard’s supplanter, Henry IV, a one-time crusader, more than measured up to the expectations of his subjects. He was everything that the unwarlike Richard was not. He stood for the highest chivalric ideals of the day.

⁸⁰SAUL, Nigel. *Chivalry in Medieval England*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.p. 114.

⁸¹BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do Ano Mil à Conquista da América*. São Paulo: Globo, 2006.p. 255.

chegava ao seu fim, com espessas nuvens de fumaça de pólvora como sua cortina final”⁸²⁸³.

Referências

AUTRAND, Françoise. *The Battle of Crécy: A Hard Blow for the Monarchy of France*. In: AYTON, Andrew; PRESTON, Philip. *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

AYTON, Andrew. *The Battle of Crécy: Context and Significance*. In: _____; PRESTON, Philip. *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

BARKER, Juliet. *Agincourt*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do Ano Mil à Conquista da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BOULTON, D’Arcy J. D. *Knights of the Crown: The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe, 1325-1520*. Woodbridge, The Boydell Press, 1987.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro. *A Cavalaria na Idade Média: Entre a Guerra e a Civilização*. In: ZIERER, Adriana; _____. *Cavalaria e Nobreza: Entre a História e a Literatura*. Maringá: Eduem, 2017. p. 25-45.

CHARNY, Geoffroi de. *A Knight’s Own Book of Chivalry*. Trad. Elspeth Kennedy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

⁸² Thus did the ‘middle ages’ draw to their close, with thick clouds of black-powder smoke as their final curtain.

⁸³ ROGERS, Clifford J. The Age of The Hundred Years War. In: KEEN, Maurice (ed.). *Medieval Warfare: A History*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 136-160.p. 160.

CONTAMINE, Philippe. *War in the Middle Ages*. New York: Barnes & Noble, 1998.

DRUCIAK, Carmem Lúcia. *A Escrita da História na França de 1380 a 1404: As Representações Discursivas sobre o Cavaleiro Bertrand du Guesclin (†1380)*. 2018. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: O Nascimento do Ocidente*. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FROISSART, Jean. *Chronicles*. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968.

GARCÍA FITZ, Francisco. *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*. Madri: Arco Libros, 1998.

KAEUPER, Richard W. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *Historical Introduction to the Text*. In: CHARNY, Geoffroi de. *A Knight's Own Book of Chivalry*. Trad. Elspeth Kennedy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven; London: Yale University Press, 1984.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROGERS, Clifford J. *The Age of The Hundred Years War*. In: KEEN, Maurice (ed.). *Medieval Warfare: A History*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 136-160.

_____. The Military Revolutions of the Hundred Years' War. *The Journal of Military History*, Lexington, v. 57, p. 1-33, 1993. Disponível em: <<http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SACCOMORI, Guilherme Floriani. *Guerreiros e Batalhas na Mira de Jean Froissart (1337-1405): Cenário em Transformação*. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SAUL, Nigel. *Chivalry in Medieval England*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SUMPTION, Jonathan. *The Hundred Years War v. I: Trial by Battle*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.

_____. *The Hundred Years War v. II: Trial by Fire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

WAGNER, John A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. Westport: Greenwood Press, 2006.

Recebido em 17/08/18 aceito para publicação em 27/12 /18

Romanos e Não-Romanos: o nascimento da *Christianitas*

Gabriel Irinei Covalchuk¹

Resumo: No presente artigo, buscamos mostrar a relação entre romanos e não romanos e como elas se travaram até o nascimento da *Christianitas*. Partimos de uma discussão de Momigliano, sobre a recusa de certas práticas que eram consideradas profanas pelos judeus e como esse mesmo método foi adotado pelos cristãos nascentes do primeiro século. Analisaremos as leis de como comportar-se em território não Cristão pregado por Bardaisane uma moral pregada por Tertuliano, também abordando o desenvolvimento da prática cristã e sua legitimação. Encaminhando para o fim dessa primeira ‘etapa’, abordamos o nascimento da Cristandade, percebemos que ela foi desenvolvendo-se durante o governo de Constantino Magno no século IV, concluindo assim, que a demonstração de seu papel ativo e participante na política do Império Romano, mudou um conceito chave, ou seja, antes da ascensão cristã, ser romano era não ser cristão, com a *Christianitas* legitimada, ser romano é ser um genuíno cristão.

Palavras-Chave: Cristandade; Constantino; Romanos.

Resumen: En el presente artículo, buscamos mostrar la relación entre romanos y no romanos y cómo se trabaron hasta el nacimiento de *Christianitas*. Partimos de una discusión de Momigliano, sobre el rechazo de ciertas prácticas que eran consideradas profanas por los judíos y cómo ese mismo método fue adoptado por los cristianos nacientes del primer siglo. Analizamos las leyes de cómo comportarse en territorio no cristiano predicado por Bardaisan y una moral predicada por Tertuliano, también abordando el desarrollo de la práctica cristiana y su legitimación. Encaminándose para el final de esa primera etapa, con el nacimiento de la Cristiandad, y cómo se desarrolló durante el gobierno de Constantino en el siglo IV, concluyendo así, con la demostración de su papel activo y participante en la política del Imperio

¹Gabriel I. Covalchuké graduado em História pela UNESPAR (Universidade Estadual da Paraná), Campus de União da Vitória-PR. Foi bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado ao projeto Linguagens e Tecnologias no Ensino de História, desenvolvido pelo LAPHIS sob orientação do professor Everton Carlos Crema e da professora Dulceli de Lourdes Estacheski Tonet. Atualmente é vinculado ao Núcleo de Estudos *Escrinium* que visa propor um diálogo interdisciplinar (História, Filosofia e Literatura) em pesquisas que detém o recorte temporal no período Antigo, Tardo-Antigo e Medieval.

Romano, cambiando un concepto clave, es decir, antes de la ascensión cristiana, ser romano era no ser cristiano, con la *Christianitas* legitimada, ser romano es ser un genuino Cristiano.

Palabra Clave: Cristianismo; Constantino; Romanos.

De acordo com Momigliano, o povo romano passou por algumas influências, principalmente do helenismo e o judaísmo, no último podemos destacar a ideologia do Deus único que cerca todas as bases, tanto do povo judeu quanto dos cristãos. Podemos perceber que esse ‘etnocentrismo’ em volta de sua própria cultura predominou sempre o imaginário do povo monoteísta, como mostra o autor, “o repúdio ao helenismo em Jerusalém era sem dúvida uma reafirmação da fidelidade da comunidade judia ao Deus de Abraão, Isaac e Jacó, mas era ao mesmo tempo o resultado de muitas escolhas individuais²”.

Destaca ainda o autor, o uso do Antigo Testamento para explicar os moldes da crença monoteísta, mas também podemos utilizar-se do ‘Novo’³, para compreendermos a crença da fé cristã. O historiador por sua vez, não pode nutrir certas ideias preconcebidas e estereotipadas em espécie de fonte antes que o mesmo passe pelo crivo da crítica científica, percebemos, que tanto o Antigo quanto o Novo Testamento passaram por esse processo, e até hoje ‘sofrem’ diversos ataques. Nesse sentido podemos usar ambos os escritos para explicar a ideologia cristã desde o processo judaico e sua total influência na comunidade nascente

² MOMIGLIANO, A. Os limites da Helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991, p.92.

³Todas as citações bíblicas terão como base a Bíblia de Jerusalém, publicada pela editora Paulus em 2002.

no primeiro século, passando por Bardaisan, Tertuliano, até chegar ao Imperador Constantino.

Como se sabe, o Cristianismo surgiu na Palestina no tempo Herodes, iniciado por um processo de concessão a liberdade religiosa dos judeus, e provavelmente no final do seu reino, mais precisamente em 6 a.C. que Jesus nasceu⁴. Na medida do possível⁵, o povo judeu convertido aos passos do ‘messias’ tornaram seguidores praticantes da nova religião ignorando os deuses romanos e tinham apenas certo respeito diante do imperador (não adotavam o culto ao mesmo). No entanto, dentro da sua cultura as regras eram mais restritas, quando “burlados” certos costumes presentes na mesma⁶, como a circuncisão⁷ e o *sabbath*⁸ tinham o “infrator” considerado profano e impuro, ou seja, reprovação do que não era Divino. Podemos ainda pensar essa reprovação já presente no livro de Daniel⁹ quando Israel é levado cativo a Babilônia.

A prática dos judeus estava em apenas de respeitar o imperador Babilônico no século VI a.C, mas não realizar as praticas ordenadas pelo mesmo, fato esse que também fora seguidas pelos cristãos do primeiro

⁴ Diferenças de datas ocorrem devido ao calendário da época ser o Juliano e atualmente usamos o gregoriano.

⁵ Pois envolvia toda uma cultura de época, e o individuo deveria conseguir suportar a rejeição da família e da sociedade judaica.

⁶ O período de entendimento sobre dispensação da graça (lei *versus* graça), só será explicada mais tarde com o apóstolo Paulo.

⁷Gn, 17, 10-14.

⁸Êx, 16, 23-26.

⁹Dn,1, 1-14

século d.C, pois os mesmos entendiam que a adoração (*latreia*¹⁰), deveria ser dada apenas a Deus. É lógico que o imperador não iria aceitar esse ato revoltoso, e logo decretou uma série de castigos aos recém praticantes da nova religião.

A primeira perseguição aos cristãos aparece no livro de Atos dos Apóstolos retratado na figura de Saulo de Tarso¹¹. No ano de 64 d.C. Quando Nero¹² governava o Império Romano, campanhas de perseguição aos cristãos eram frequentes, algumas eram mais amplas, mas a maior parte delas concentrava-se em locais específicos, sob o

¹⁰ Λατρεία, aç (ή): 1 serviço; serviço de assalariados; serviço de mercenário 2 culto de um deus; adoração 3 cuidados com o corpo ou a alma. (Λατρείω). MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. M. (coord.). Dicionário grego-português Vol. 3. Cotia: Ateliê Editorial. 2006, p. 114.

¹¹ A figura de Saulo de Tarso aparece na Bíblia pela primeira vez no livro de Atos dos Apóstolos no capítulo 7, mais precisamente no versículo 58 quando ele consentiu no apedrejamento de Estevão que pregava a Jesus como o esperado messias. No capítulo 8 do mesmo livro mostra Saulo assolando a igreja, entrando nas casas, arrastando homens e mulheres e os colocava na prisão, no capítulo 9 ele pede carta ao sumo sacerdote pedindo a permissão para prender todos que encontrasse professando a fé cristã.

¹² Segundo Balsdon (1968, p.195), Nero colocou fogo em Roma (fato que não se sustenta mais historicamente) e culpou os Cristãos de terem feito isso, Pedro e Paulo, pais da igreja, provavelmente foram incluídos entre os mortos desse episódio. No entantopara Daniel-Rops (1956, p. 180) a afirmação como essa não seria procedente, afinal Roma era uma “cidade sobrepovoada, onde numerosas habitações amontoadas e construídas de madeira eram pasto fácil das chamas”. Como afirmam Corsi e Bottazzini (2011, p. 165) ‘...muito provavelmente o incêndio tenha começado de forma acidental, no entanto a mente do vulgo procurava de qualquer maneira um responsável, afinal não pode haver “acaso” onde os deuses governam’. No livro XV dos Annales de Tácito (XV, 38-44), podemos afirmar que o imperador apenas forjou culpados, mas que o mesmo no momento do incêndio se encontrava em Antium, retornando a cidade somente quando o fogo aproximava-se do seu palácio, mesmo assim, ele montou prédios improvisados para receber a multidão carente e comestíveis foram embarcados emÓstia e municípios vizinhos, e o preço do grão foi reduzido a três sestércios.

comando de governadores de províncias, sendo o número de cristãos presos incalculáveis. Os crentes desafiados que se recusavam a renunciar ao seu Deus, aceitar o culto ao imperador e as práticas da religião romana eram cruelmente torturados em público, embora possa parecer anacrônico, parece que o sentimento “bardaisiano”¹³ já pairava sobre eles. Sua crença sem sombra de dúvida era de serem cuidados e protegidos por Jesus, sem esse ideal, as religiões cristãs não se disseminaria tanto.

Processo de ascensão do cristianismo

Segundo Peter Brown o processo de ascensão do Cristianismo deve ser analisada a partir de uma figura central e culta dos reis da cidade de Osroene, chamado Bardaisan¹⁴ (154 d.C - 222). Tal figura no início do século III na cidade de Edessa produziu um tratado sobre o determinismo e o livre-arbítrio. Edessa localizava entre duas cidades de forte influência cultural, Roma e Pérsia, mas não era miscigenada intelectualmente.

Bardaisan além de cortesão era cristão e no seu tratado, *Livro das Leis das Nações* afirmava que “qualquer que seja o local onde se encontrem, as leis locais nunca os poderão obrigar a esquecer da lei do

¹³ Que será explicado posteriormente.

¹⁴ Conforme afirma o professor da UERJ (Universidade Estadual do Rio Janeiro), André Bueno – “De fato, a reconstituição da vida de Bardasano é bastante dificultada pela escassez de fontes, devendo-se recorrer, em grande parte, ao que restou de sua obra”. BUENO, André. Etnografias religiosas no livro das leis dos países, de Bardasano de Edessa. NEARCO – Revista Eletrônica de Antiguidade, Ano VIII, Número II, Rio de Janeiro, 2015. p. 37-38.

Messias”, ou seja, um dos principio da *Christianitas*. Mesmo depois de sua morte em 222 d.C. o seu ideal de mudança é seguido por muitos, pois como afirma Brown “qualquer livro sobre o papel do cristianismo na formação da Europa Ocidental entre 200 e 800 deve começar por uma visão tão vasta como a de Bardaisan”¹⁵.

Podemos afirmar que assim como Agostinho de Hipona¹⁶, o siríaco também teve um passado ligado ao “paganismo”¹⁷, sendo assim, demonstrar o livre arbítrio justificavatambém seus “erros” anteriores; além disso, Bardaisan quando adepto da astrologia babilônica, entendia que os corpos celestes influenciavam nos movimentos sociais e individuais, “em escala macro-cósmica, os corpos celestes influenciaram as noções gerais de lei, ordem e costume de uma civilização; e em escala micro-cósmica, elas determinam o caráter e as tendências do indivíduos”¹⁸. Após sua conversão ao cristianismo, por conta de sua própria experiência, entende que converter-se à outra

¹⁵BROWN, Peter. A ascensão do Cristianismo no Ocidente. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 22.

¹⁶ Que mais tarde escrevera o *De libero arbítrio*.

¹⁷ Só lembrado No final do século IV que o termo *paganus* começou a ser utilizado como estatuto marginal do politeísmo. Isidoro de Sevilha. Etym. VIII, 10,1: *PaganiexpaganisAtheniensiumdicti, ubiexorti sunt. Ibienim in locisagrestibusetpagisgentileslucosidolaquestatuerunt, et a tali initio vocabulumpaganisortiti sunt*, ou seja, “o nome pagão deriva das aldeias atenienses de onde tive seu início. Naqueles lugares agrestes e naqueles pagos estabeleceram os gentis bosques sagrados e erigiram seus ídolos, e por ser tal sua origem receberam este nome de pagãos”. (Tradução feita pelo professor Dr. Everton Grein)

¹⁸BUENO, André., op. cit., p. 38.

religião revela a falha da astrologia¹⁹ e mostra o indivíduo escolhendo os seus próprios destinos, ou seja, livre arbítrio.

Moral cristã

Partindo de um processo de formação do seguimento e moral cristã, analisaremos um homem chamado Tertuliano que nasceu em Cartago por volta do ano de 155 d.C., de família abastada exercia sua profissão de advogado quando no ano de 193 converteu-se ao cristianismo e assim passou a ter um papel importantíssimo na construção da identidade cristã. Analisando o *Apologeticum* de Tertuliano, escrito no ano 197 e dirigida aos governantes do Império Romano, percebemos que o autor deixa claro a perseguição contra os cristãos.

Se, sendo constituídos para a administração da justiça em vosso elevado Tribunal, sob os olhares de todos os cidadãos, ocupando ali a mais elevada posição no Estado, vós não podeis abertamente inquirir e perscrutar, diante de todo o mundo, a verdade real com respeito às perseguições feitas contra os Cristãos.²⁰

Tertuliano ressalta em quase todos os capítulos que o termo cristão era sinônimo de ódio e ignorância, e contrariando as Leis das XII Tábuas, mostrava um fato que ocorre praticamente em todos os

¹⁹Bardaisan tentava mostrar uma possível falha na astrologia para converter seus adeptos ao cristianismo, assim como os filósofos cristãos dos primeiros séculos alegaram que o λόγος(logos) grego era o Messias, para convertê-los.

²⁰ TERTULIANO. Apologia. Trad. José Fernandes Vidal/ Luiz Fernando KarpasPasquotto. Disponível em: www.tertullian.org/brazilian/apologia.html, acesso dia 24/06/2017 às 23:09, capítulo I p.3.

períodos jurídicos, distância entre a teoria e a prática, “de fato, é contra a lei condenar alguém sem defesa e sem audiência. Somente os cristãos são proibidos de dizerem algo em sua defesa, na salvaguarda da verdade, para ajudar ao juiz numa decisão de direito”²¹. Embora o Império pregasse à ideia que todos tinham o direito a defesa, esse fato era ignorado quando se tratava em defesa cristã.

Assim como Nero acusou os cristãos de terem colocado fogo em Roma²², os governantes do século II-III acusavam os cristãos de práticas “desumanas”, como sacrifícios humanos em ações secretas, Tertuliano mostra que tais práticas eram realizadas pelos não cristãos/*romanos/humanitas*:

Eis como posso refutar tais acusações: mostrar-vos-ei práticas que vigoram entre vós, em parte abertamente, em parte secretamente, que vos levaram, talvez, a nos acusar de coisas semelhantes. Os meninos eram sacrificados abertamente na África a Saturno até o proconsulado de Tibério, que expôs à vista do público os seus sacerdotes crucificados nas árvores sagradas, que lançavam sombras sobre seus templos - tantas eram as cruzes nas quais a justiça exigida aplicou o castigo por seus crimes, como os nossos soldados podem ainda testemunhar, tendo sido, de fato, esta uma obra daquele Procônsul. Até presentemente aquele criminoso culto continua a ser feito, secretamente.²³

Mas qual explicação se daria ao fato de os governos romanos terem tanto ódio e utilizar-se da violência para disseminar os cristãos? Essa resposta ao que nos parece fica clara no capítulo X;a recusa da

²¹*Id.,Ibid.*, capítulo II p.4.

²² Segundo a narrativa de Tácito.

²³*Id., Ibid.*,capítulo IX, p.7.

adoração ou sacrifícios da religião romana, o que pelos imperadores era considerado uma total traição ao Império. Na visão dos governantes os cristãos causavam divisão e estavam apenas buscando seus próprios interesses.

Vós nos acusais: "Não adorais os deuses e não ofereceis sacrifícios aos imperadores". Sim, não oferecemos sacrifícios a outros pela mesma razão pela qual não os oferecemos a nós mesmos, ou seja, porque vossos deuses não são, de modo algum, referenciais para nossa adoração. Por isso, somos acusados de sacrilégio e de traição. Esse é o principal fundamento de vossa perseguição contra nós. Sim, é toda a razão de nossa ofensa. É digna, então, de exame a respeito, se não forem nossos juizes a prevenção e a injustiça, pois a prevenção não leva a sério descobrir a verdade, e a injustiça a rejeita simples e totalmente.²⁴

Essa moral que esta sendo instaurada por Tertuliano²⁵ mostra como estava crescendo o ideal da *Christianitas*, que buscava diálogo com a política. Os cristãos diferentes das acusações não eram vaidosos, mas honravam o imperador com suas orações e não com sacrifícios, não eram entregues a bebida e nem libertinos, andando com prudência e com boa consciência, tendo em si a frase paulina “tudo me é permitido, mas nem tudo convém. Tudo me é permitido, mas não me deixarei escravizar por coisa alguma”.²⁶

²⁴*Id., Ibid.*, capítulo X, p. 9.

²⁵Lógico que não podemos esquecer do braço intelectual filosófico produzido nos primeiros séculos por Justino de Roma, Clemente de Alexandria, Orígenes, etc.

²⁶1Co., 6, 12.

Diocleciano X *Christianitas*

Mesmo com a defesa de fé abordada anteriormente, as perseguições vão oscilando entre mais e menos drásticas, até chegarmos ao entre o ano 238 e 270. Nesse período o Império romano enfrentava as repetidas derrotas de grandes exércitos, a fragmentação política e as bancarrotas, no entanto, em 284, Diocleciano assumiu o poder e garantiu uma administração dividida, colocando coimperadores, que ficou conhecida como Tetrarquia. O imperador vendo a impossibilidade de governar sozinho todo o Império, formula uma ordem de dividir o mesmoprimeiramente em duas partes, futuramente em quatro²⁷, uma divisão que tinha por objetivo garantir a unidade territorial, e a eficiência e integridade do poder imperial.

When Diocletian rose to the imperial dignity after the assassination of Numerian and after rapidly ridding himself of Carinus, he possibly adopted and certainly appointed as Caesar and shortly after as Augustus Maximian, an old comrade in arms and like himself a man of humble origins, whom he sent to control the west. The new system of government was thus diarchic and as such had precedents in the history of the third century. But what was now being given some form of official sanction was a territorial partition of duties between the two Augusti. A few years later, in 293, two other soldiers, Constantius Chlorus and

²⁷OLIVEIRA, W. F. A Antiguidade Tardia. São Paulo: Ática, 1990, p.32: “A partir de então passaram a existir quatro imperadores, dois deles portando o título de Augustus, e os dois outros Césares, cabendo a esse últimos substituírem os Augustus, em caso de sua morte ou após decorridos vinte anos de seus governos”.

Maximianus Galerius, were raised to the purple as Caesars. The diarchy was transformed into a tetrarchy.²⁸

As palavras de ordem da época eram *repatio* e *renovatio*, tanto que Diocleciano manteve praticamente sem alteração a carga fiscal, o que permaneceu assim até o fim do Império Romano. Seu governo tinha uma boa estrutura econômica, mas ainda possuía cristãos e não cristãos em total desigualdade. A religião romana que estava perdendo ‘fiéis’ continuava ligada ao senso comum, o que considerava óbvia a existência de muitos deuses, sendo alguns mais importantes que outros; e cada um exigia uma *religio*²⁹ diferente.

Diocleciano não toleraria o cristianismo em seu território, a dificuldade de mudança do imperador passava do lado econômico e refletia no religioso, pois declarava que a antiga religião não deve ser censurada por uma nova, pois nada pode ser mais criminoso do que inverter aquilo que os antepassados definiram de uma vez por todas, as coisas que guardam e mantêm um lugar e um curso por todos reconhecidos.

Para manter essa estrutura proposta por Diocleciano e percebendo à afronta do cristianismo no ano de 303 d.C., instaurou uma medida contra os Cristãos, que ficou historicamente conhecida como “A Grande

²⁸ Bowman, A. K. Diocletian and the first tetrarchy, a.d. 284–305. In: The Cambridge Ancient History, The Crisis of Empire, a.d. 193–337. London: Cambridge University Press, 2008, p.170.

²⁹ A forma adequada de veneração de cada deus, o que consistia em sacrifícios habituais a favor dos nossos senhores, os imperadores, e das suas vitórias para cada qual a oferta mudava.

Perseguição”. Os cristãos perderam desde terras até postos dentro do estado, foram ainda utilizados como sacrificos aos deuses; esse cenário permaneceu intenso por dois anos e só começou a mudar drasticamente a partir de 312.

Segundo Brown, o protocolo da religião romana é quebrado logo após a batalha da ponte Milvio, do imperador Constantino contra seu rival Maxêncio, pois como de costume, em celebração vitória estavam todos reunidos no Capitólio para adorar a Júpiter, mas ao invés disso o imperador havia se dirigido ao palácio imperial e mais tarde faz saber sobre o *in hoc signo vinces*, o sonho as vésperas da batalha. Podemos afirmar que Veyne³⁰ vai contrapor Brown, dizendo que é impossível dizer se o Imperador submeteu ou não ao costume ancestral dos generais vencedores.

O sonho que mudou a História

Constantino fue advertido en sueños para que grabase en los escudos el signo celeste de Dios y entablase de este modo la batalla. Pone en práctica lo que se le había ordenado y, haciendo girar la letra X con su extremidad superior curvada en círculo, graba el nombre de Cristo en los escudos.³¹

O fato narrado por Lactâncio é claro, um sonho mudaria a história, as vésperas da batalha contra Maxêncio, Constantino recebe

³⁰ VEYNE, P. Quando o nosso mundo se tornou cristão: (312-394). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.125.

³¹ LACTÂNCIO. Sobre la muerte de los perseguidores. Madrid: Editorial Gredos, 2000, p.189-190.

uma “profecia” é o sinal visto no céu, seria o monograma (☩), que até hoje representa a cruz de Jesus. Não é questão de acreditar que Constantino teve fé ou se realmente ele teve esse sonho, mas de compreender que tanto Lactâncio quanto Eusébio narram o mesmo e ambos afirmam que o imperador usou o “X” e o “P” (chi e ro, iniciais de cristo no grego, *Χριστός*) nas armaduras do seu exército.

Constantino é a peça fundamental para a *christianitas*, mas ele não é o criador do cristianismo, nem o criador da igreja. Constantino não surge do nada e também a igreja não nasce com ele, para Peter Brown, ele é o resultado de um longo processo, para Veyne ele é o salvador da humanidade. Enquanto para o primeiro ele é figura principal para entender o processo, para o segundo “[...] na história do triunfo do cristianismo, o nome marcante não foi o de Constantino, o Grande, mas o de seu sucessor, o amargo e devoto Constâncio II.”³²

Constantino, mais reservado, longe de empreender a conversão do Império ao cristianismo, fazendo deste uma religião estatal, dividiu a questão em duas vertentes: na esfera pública, optou pela tolerância e, na privada, escolheu o cristianismo como a religião pessoal do príncipe – que, como tal, tinha direito aos mais abundantes favores, privilégios e liberalidades financeiras.³³

Veyne e Brown concordam que Constantino contribuiu grandemente para que o cristianismo viesse torna-se a religião oficial do Império 68 anos mais tarde. Além de colocar paz na igreja, o imperador

³² VEYNE, P. O Império Greco-Romano. Rio de Janeiro. Campus Elsevier, 2009, p.22.

³³ *Id., Ibid.*, p.21-22.

também ajudou com construções de basílicas em Roma como a de São Pedro e de São João do Latrão e a igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém. Ao contrário do que alguns têm como imaginário, essas construções não eram sozinhas, mas sim anexados a sala de audiências, palácio episcopal extenso além de armazéns com alimentos para os pobres.

Como foi dito, para Veyneé importante ressaltar que quando Constantino assume o poder, o cristianismo não é uma religião tão nova, pois já existia cerca de duzentos e cinquenta anos, o que difere ela das demais religiões é o fato da igreja possuir um código compacto e fácil de transportar, enquanto a base da adoração a deuses era ligada a memória local.

A igreja a que Constantino trouxe a paz em 312 era já um corpo bastante complexo. É impossível saber quantos cristãos havia no Império desta época: já se sugeriu um máximo de 10 por cento da população, com uma concentração maior na Síria, na Ásia Menor e nas principais cidades do Mediterrâneo romano. O que se sabe de certeza é que não há qualquer justificação para o mito romântico que se desenvolveu mais tarde, segundo o qual os cristãos eram uma minoria perpetuamente perseguida, literalmente obrigada a clandestinamente pela severidade da repressão. E também não há qualquer fundamento para esse outro mito, mais moderno, que apresenta o avanço do Cristianismo como o desenvolvimento de uma religião dos menos favorecidos³⁴.

³⁴BROWN, Peter. *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p.42-43.

Com base na afirmação de Brown, é difícil precisar quantos cristãos habitavam na época, e se eram eternamente perseguidos vivendo nas escuras e que apenas os mais pobres adotavam essa religião, sendo praticamente impossível dizer que os cristãos eram totalmente inocentes em termos de riqueza, poder e uso de escravo. A principal marca da igreja era caracterizada pela grande variedade, o que independia de sexo ou classe, o grande e o pequeno estavam à mesma “altura”³⁵, pois, ambos eram regidos por uma lei universal de um único Deus, essa abrangência da igreja favoreceu para seu enorme crescimento.

Todo cristão dizia abertamente aos não cristãos que o erro estava ligado a idolatria e ao poder dos demônios, o que realmente difere do estereótipo criado na atualidade é o fato de que nesse período as pessoas da igreja cristã não negavam a existência dos deuses pagãos, mas consideravam todos maus e capazes de manipulação. Com essas acusações dos cristãos sobre os não cristão começou uma série de martírios, podemos dizer que esses “extermínios” iniciaram na figura de Estêvão³⁶, e com o passar do tempo esse tipo de morte começou a ser

³⁵No sentido de todos serem iguais perante o Deus Cristão, conforme a afirmativa de Paulo em Gálatas. “Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus. E se vós sois de Cristo, então sois descendência de Abraão, herdeiros segundo a promessa” (Gl, 3, 28-29).

³⁶A história de Estêvão aparece em Atos 6 e 7, da Bíblia cristã. Estêvão foi o primeiro mártir da Igreja. Após ser acusado de blasfêmia, Estêvão foi levado perante o Sinédrio, onde falsas testemunhas depuseram contra ele, o acusando de pregar contra a adoração no Templo e contra a Lei (At 6:13), sendo ele expulso da cidade, apedrejado e as testemunhas depuseram as suas capas aos pés de um homem chamado Saulo (que veio depois a se converter e ser chamado Paulo, de Tarso).

visto com “bons” olhos entre os cristãos, pois era como um sinal de triunfo e o *koimetérion*³⁷ local de descanso.

Uma morte ligada a esse contexto era sinal de salvação oferecido diretamente por Deus no próprio centro das cidades. A base encontrava-se na afirmativa de Paulo³⁸ “Porque para mim o viver é Cristo, e o morrer é ganho”, levaram até mesmo jovens sobre martírio com uso de ursos e leopardos a não abrirem a boca, o que Brown julga como um poder divino e incompreensível.

Afastando-se do pecado

Segundo Brown, os filósofos³⁹ contribuíram para a formação da *Christianitas*, argumentando que o cristianismo era uma filosofia dada por Deus, e aquele que desejava ser tornar sábio e ter felicidade, o primeiro passo seria ouvir a voz de Deus. Esses mesmos filósofos mostraram pela intelectualidade o objetivo do logos (λόγος), justificando até mesmo a lógica do batismo, pois embora a sabedoria fosse fundamental, o combate da comunidade cristã estava ligado também ao “aniquilar” o passado ainda existente na pessoa, sendo necessário despir totalmente do velho homem para que toda a malícia fosse eliminada.

³⁷ *Κοιμητήριον* (koimetérion): 1dormitório, 2cemitério. MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. M. (coord.). Dicionário grego-português Vol. 3. Cotia: Ateliê Editorial. 2008, p. 80.

³⁸ Fl,1, 21.

³⁹ Como Justino, Clemente, Orígenes, Agostinho, etc.

O afastar-se do pecado tinha tanta relevância que um agricultor de Fayum chamado Antônio (250-356), dirigiu-se ao deserto para ter uma vida de “santidade”, o que acabou levando consigo algumas pessoas, as quais ficaram conhecidas como os *Monachai*⁴⁰ “Homens Solitários” resumindo em si a figura da simplicidade de coração, retirando para uma vida no deserto homens *erémos* (eremitas) se afastando da vida ‘mundana’ e se tornando heróis e guias espirituais dos aldeões.

O pecado inconsciente era tratado de forma comum a todos os membros da comunidade cristã, e quando um necessitava de reparação todos intercediam em defesa perante Deus pelo indivíduo através da retidão, penitência e uma prática herdada do judaísmo, o dar esmolas pela remissão dos pecados.

***Christianitas* em ação**

Com a moral estabelecida, sentimento de ajuda ao próximo e a liberdade no Império Romano a *Christianitas* estava formada, a igreja recebia um grande apoio, a comunidade trabalhava em repressão ao pecado consciente, no entanto, outros ataques surgem ao sustentáculo da igreja, ou seja, a figura de Jesus. Podemos dizer que essa *Christianitas* que até então combatia fatores externos, agora tinha que repreender certas ideias divergentes do que era considerado como doutrina cristã, como por exemplo, as ideias pregadas por Ário (256 –

⁴⁰ Ver AMARAL, R. A Santidade habita o Deserto. A hagiografia à luz do imaginário social, São Paulo: Editora Unesp, 2009; também sobre a questão LACARRIÈRE, J. Padres do Deserto, homens embriagados de Deus. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

336), um presbítero cristão de Alexandria, fundador da doutrina, tida como herética pelo cristianismo histórico e ortodoxo, essa heresia denominada arianismo negava a divindade Jesus, dizendo que Ele era nada mais do que uma criatura, essas ideias começaram a propagar-se no meio dos povos, forçando assim a igreja a ter uma atitude.

Constantino em uma função de cesaropapismo, convoca no ano de 325 na cidade de Nicéia, um concílio ecumênico onde reuniu mais de 300 bispos. O concílio definiu a natureza divina de Jesus (Credo Niceno), a fixação da data da Páscoa (passou a ser diferente da Páscoa judaica) e a promulgação da lei canônica. Ficou definido também que o domingo seria o dia de descanso dos cristãos.

Brown faz questão de destacar a figura de Atanásio (296-373), como uma das figuras importante da ascensão do cristianismo, narrando como Constâncio II descreve-o, “Um homem que veio das camadas mais baixas da sociedade e que obteve autoridade... Os seus aduladores... aplaudiam, e muitos dos populares mais simples copiavam-no... O homem que dirigia a multidão não era diferente de um vulgar artesão”⁴¹. Foi ele a principal figura do Concílio e quem contribuiu para que a Igreja adotasse a doutrina da Trindade e a consubstancialidade do Pai com o Filho.

Essa *Christianitas*, já estava formada e atuando, inclusive condenando heresias, ganhando todo seu espaço no Império Romano,

⁴¹BROWN, Peter. *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 58.

no entanto, a religião romana começaria a cada vez mais ser pressionada para sua inexistência. No ano de 420 Isidoro de Pelúsia, um padre cristão, escreve “a religião dos gregos (pagãos), que dominou durante tantos anos, com tantos sofrimentos, um tão vasto desgaste de riqueza e tantos feitos de armas, desapareceu da face da terra.”⁴² Constantino em um de seus primeiros éditos já havia dito que os pagãos poderiam continuar em sua ilusão, mas não poderiam forçar os cristãos a participarem dela, se o Imperador Constantino estava sendo duro em palavras, Constâncio II(337-361) e Teodósio I (379-395) foram mais intransigente nas ações e foram paulatinamente fechando os templos pagãos e terminando com sacrifícios públicos, até chegar na destruição do *Serapeum* de Alexandria no ano de 391.

Balsdon⁴³ traz uma ideia oposta a de Isidoro, afirmando que o paganismo não desapareceu da noite para o dia, grande parte dele torna-se clandestina, como ainda permanece, tanto que no dia 25 de dezembro, o aniversário do Sol (*Sol Invictus*), passou a ser observado pela igreja cristã do século IV como o dia do nascimento do Criador do Sol; e quando, no Natal; as pessoas fazem a troca de presentes e usam um gorro de papel, na realidade, estão celebrando as Saturnálias.

Finalizando, é importante frisar que as identidades cristãs também se constituíram nas heresias (pelagianos, valdenses, albigenses, nestorianos, arianos, etc). Também salientamos que as disputas entre

⁴²*Id., Ibid.*,p.42-43.

⁴³ BALSDON J.P.V.D. O Mundo Romano.Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 197.

cristãos solidificaram a proposta da ortodoxia, como a Cláusula *Filioque*, *Theótokos* ou *Christótokos*, iconoclastia ou iconodulia entre outros inúmeros embates.

Considerações finais

Para compreender todo esse processo citado no texto é necessário dois conceitos fundamentais, *romanitas versus christianitas*, sendo assim, exige algumas leituras mais aprofundadas sobre o assunto. Através desse artigo, buscamos demonstrar que antes de Constantino, os cristãos viviam em constante perseguição, onde ser romano era exatamente não ser cristão. Quando Constantino assume o poder esses ideais tem uma mudança de extrema significância, no século IV não há mais essa guerra declarada, onde de um lado se encontrar a *romanidade* e do outro a *cristandade*, no período citado ser romano é ser cristão, ou seja, a *christanistas* e *romanitas* andavam juntas.

Para entender as ações de Constantino utilizamos a fonte *De Mortibus Persecutorum* escrita por Lactâncio, que compreende entre os anos de 314/315, e até o ano da morte do imperador (337 d.C) *Vita Constantini*, escrito por Eusébio de Cesárea. Essa ascensão do cristianismo no Império Romano ligado à figura do Imperador Constantino, terá efeito devido a esse longo processo, tanto que o povo que fazia sacrifícios até mesmo humano, não aceitaria o que estava sendo nupérrio de imediato, mas sim paulatinamente. O século IV não é o momento em que todos os ideais cristãos nascem, mas podemos dizer que é quando os mesmo florescem, pois é nesse período que a

christianitas ganhou força, e a partir desse momento tendeu só em aumentar o poder durante os períodos históricos.

Referências

BALSDON J.P.V.D. **O Mundo Romano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

Bowman, A. K. Diocletian and the first tetrarchy, a.d. 284–305. In: **The Cambridge Ancient History, The Crisis of Empire, a.d. 193-337**. London: Cambridge University Press, 2008.

BROWN, Peter. **A ascensão do Cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

BUENO, André. **Etnografias religiosas no Livro das Leis dos Países, de Bardasano de Edessa**. NEARCO – Revista Eletrônica de Antiguidade, Ano VIII, Número II, Rio de Janeiro, 2015

CESAREIA, Eusébio. **Vida de Constantino**. Madrid. Editorial Gredos, 1994.

CORNÉLIO TÁCITO. **Annales**. ed. Ch.D. Fisher, Oxford, Clarendon Press, 1906.

DANIEL-ROPS. **A história da Igreja de Cristo I: A Igreja dos apóstolos e dos mártires**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1956.

ISIDORO DE SEVILHA. **Etimologías**. Edição bilíngue latim-castellano de OROZ RETA, J; MARCOS CASQUERO, M. A. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, B.A.C., 2004.

JONES, A.H.M. A última crise: O Império romano até seu declínio. In BALSDON J.P.V.D. **O Mundo Romano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LACTÂNCIO. **Sobre la muerte de los perseguidores**. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. M. (coord.). **Dicionário grego-português Vol. 3**. Cotia: Ateliê Editorial. 2006.

MOMIGLIANO, A. **Il conflittotrapaganesimo e cristianesimo nel secolo IV**. Roma: Einaudi, 1968.

MOMIGLIANO, A. **Os limites da Helenização**: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

OLIVEIRA, W. F. **A Antiguidade Tardia**. São Paulo: Ática, 1990

TERTULIANO. **Apologia**. Trad. José Fernandes Vidal/ Luiz Fernando KarpasPasquotto. Disponível em:
www.tertullian.org/brazilian/apologia.html, acesso dia 24/06/2017 às 23:09.

VEYNE, P. **Quando o nosso mundo se tornou cristão: (312-394)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VEYNE, Paul. Humanitas: Romanos e não-romanos. In: GIARDINA, Andréa. (Ed.). **O Homem Romano**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Estampa, 1992.

Recebido em 23/06/18 aceito para publicação em 18/01/19

Invasão ou guerra pela paz? O retorno da rainha Isabella à Inglaterra (1324-1327)

Janaina Bruning Azevedo¹

Resumo: A historiografia sobre a Inglaterra do século XIV nos evidencia pouco sobre as atuações políticas e a importância de Isabella da França (1295-1358), rainha consorte da Inglaterra de 1308 a 1327 e rainha regente de 1327 a 1330. Isabella era esposa de Eduardo II, rei da Inglaterra, e é nesse período que iremos tratar da trajetória de Isabella e de suas atuações como rainha. Com acesso à algumas das documentações, também utilizadas por pelos historiadores dessa historiografia selecionada para a construção desse artigo, tais como o *Calendar of Fine Rolls, 1319-27* (1912), *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, (1972), *Calendar of Patent Rolls, 1324-27* (1971); além da crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England* (1906); conseguimos nos defrontar com a problemática quanto a ida de Isabella para a França, em 1325, e sua volta para a Inglaterra, em 1326. Seu retorno à Inglaterra tratava-se, até então, de uma invasão e, portanto, visto como ilegítimo. No entanto, cabe nos perguntar: o retorno da rainha foi uma invasão no reino ou uma guerra pela paz do reino? O que iremos defender é que Isabella, agindo de acordo com as circunstâncias, conseguiu, de certa forma e até certo ponto, promover uma guerra pela paz do reino. Sendo assim, também visto como legítimo.

Palavras-Chave: Isabella da França; Invasão; Guerra pela Paz.

Abstract: The historiography about the England of the fourteenth century shows us little about the political performances and importance of Isabella of France (1295-1358), queen consort of England from 1308 to 1327 and queen regent from 1327 to 1330. Isabella was the wife of Edward II, king of England, and it is in this period that we will be dealing with the trajectory of Isabella and her political performances as queen. With access to some of the documentation, also used by historians of this historiography selected for the

¹ Graduanda do 6º Semestre do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), vigência de 2017/2018 e de 2018/2019. Integrante do Grupo de Pesquisa Insignia: Estudos Históricos sobre Poder, Sagrado e Violência, vinculado ao departamento de História (IGHD-UFMT). Orientador: Prof. Dr. Leandro Duarte Rust (UFMT). Todas as traduções deste artigo são de nossa autoria. Traduções realizadas para maior facilidade de leitura e compreensão, mantendo as citações originais em notas de rodapé.

construction of this article, such as the *Calendar of Fine Rolls, 1319-27* (1912), *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, (1972), *Calendar of Patent Rolls, 1324-27* (1971); besides the English chronicle *The Brut or The Chronicles of England* (1906); we were able to confront the problem of Isabella's departure for France in 1325 and her return to England in 1326. Her return to England was seen, until now, as an invasion, and was therefore considered illegitimate. However, it must be asked: was the queen's return an invasion of the realm or a war for peace of the realm? What we are going to defend is that Isabella, acting according to the circumstances, managed, in a way and to a certain extent, to promote a war for the peace of the kingdom. Thus, also seen as legitimate.

Keywords: Isabella of France; Invasion; War for Peace.

De antemão, gostaríamos de fazer uma breve contextualização sobre o período que iremos tratar nesse artigo antes de adentrarmos em outras discussões, tais quanto ao uso de determinados termos e palavras que constam no título. Trata-se aqui da Inglaterra do século XIV, um período em que esse reino se encontrava em conflito tanto com o reino da França quanto com o reino da Escócia. A relação conflituosa com os franceses vem desde o século XIII, principalmente quanto a questões aos ducados de Aquitânia e Guienne (Gasconha). Com os escoceses, tem-se a Guerra de Independência da Escócia, dividida em duas fases: a primeira de 1298 a 1328, a segunda de 1332 a 1358. É nesse período que se encontra o reinado de Eduardo II e, conseqüentemente, a trajetória política e vida da rainha Isabella. Mais adiante retornaremos aos aspectos do reinado de Eduardo II. No entanto, a nossa preocupação e objeto de estudo é a rainha Isabella, sobre a qual, por sua vez, tem-se pouco escrito, muito menos sobre suas atuações políticas e sua importância nesse período. Para tratarmos das atuações políticas de

Isabella e sua importância, iremos dispor dos acessos que foram possíveis a essa historiografia sobre o reinado de Eduardo II² e à única obra sobre rainhas medievais de Lisa Benz St. John.³ Também utilizaremos das análises feitas nas documentações de cunho jurisdicional tais como *Calendar of Fine Rolls, 1319-27* (1912), *Calendar of Close Rolls, 1327-30* (1972), *Calendar of Patent Rolls, 1324-27* (1971); além da crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England* (1906).

Desse modo, a problemática desse artigo consiste no período entre a ida de Isabella à França, em 1325, e seu retorno à Inglaterra na segunda metade de 1326. Para essa problemática, temos uma pergunta: o retorno de Isabella foi uma invasão do reino ou uma guerra pela paz do reino? A hipótese que iremos defender é de que, Isabella, agindo de acordo com as circunstâncias, com sua autonomia política (sobre a qual falaremos um pouco mais adiante), conseguiu, de certa forma e até certo ponto, promover uma guerra pela paz do reino. Sendo assim, seu retorno também pode ser visto como legítimo. No entanto, havia aristocratas que acreditavam na restauração da paz e estes, por sua vez, possivelmente enxergaram as ações da rainha

²VALENTE, Claire. *The Theory and the Practice of Revolt in Medieval England*. London: Ashgate, 2003; PRESTWICH, Michael. *The Three Edwards: War and State in England 1272-1377*. 2nd. Ed. Routledge, 1990; BUCK, Mark. *Politics, Finance and the Church in the reign of Edward II*: Walter Stapleton, treasurer of England. Cambridge University Press, 1983; DODD, Gwilym; MUSSON, Anthony. *The Reign of Edward II: New Perspectives*. York: York Medieval Press, 2006.

³ST. JOHN, Lisa Benz. *Three Medieval Queens: Queenship and the Crown in the Fourteenth-Century England*. London: PalgraveMacmillan, 2012.

Isabella como legítimas, com o uso da força, do derramamento de sangue, como meio de pacificar a Inglaterra em seu retorno. Por outro lado, havia outra parcela aristocrática que, possivelmente, enxergavam esse retorno como uma invasão, como ilegítimo, como promotor de mais violência e desordem.

Trataremos agora sobre alguns termos e palavras que constam no título. O uso de “guerra pela paz” é fundamentado no princípio de que a guerra muitas vezes é mais do que derramar sangue do inimigo, mas se derrama o sangue em busca pela “paz”. E o ato de derramar sangue como pacificação é o “resultado de procedimentos políticos que predominam numa época”.⁴Inclusive, Claire Valente em *The Theory and The Practice of Revolt in Medieval England* nos evidencia que guerreavam em busca da paz.

Mais adiante, acerca da concepção de “paz” na Idade Média, trataremos nesse artigo historiadores como Richard W. Kaeuper com seu livro *War, Justice and Public Order: England and France in Later Middle Ages*;⁵Diane Wolfthal com *Peace and Negotiation: Strategies for Coexistence in the Middle Ages and the Renaissance*;⁶R. Landes e T. Head em *The Peace of God: Social Violence and Religious Response in*

⁴ RUST, Leandro Duarte. *Bispos Guerreiros: Violência e Fé antes das Cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 114.

⁵KAEUPER, Richard W. *War, Justice and Public Order: England and France in Later Middle Ages*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

⁶WOLFTHAL, Diane. *Peace and Negotiation: Strategies for Coexistence in the Middle Ages and Renaissance*. Arizona: Brepols, 2000.

France around the Year 1000; ⁷e *Peace and Protection in the Middle Ages* de T. B. Lambert e David Rollason. ⁸Quanto ao uso da violência, temos Leandro Rust, com seu livro *Bispos Guerreiros: Violência e Fé antes das Cruzadas*, e a historiadora Claire Valente, com o livro já mencionado acima. A concepção de violência no livro de Rust é cabível para o século XIV, apesar de se tratar de um período mais recuado no tempo do que será analisado nesse artigo.

Preferimos chamar a volta da rainha Isabella à Inglaterra como retorno. Segundo as leituras da crônica *The Brut*, dos documentos de cunho jurisdicional tais como o *Calendar of Close Rolls*, *Calendar of Fine Rolls*, *Calendar of Patent Rolls*, nos aproximamos mais da interpretação de que a rainha Isabella não foi expulsa. A rainha teria ido à França como “embaixadora” e “mediadora da paz” de conflitos com o estrangeiro. Tendo a rainha aceitado a ir, pode-se dizer, portanto, que ela não partiu forçada. No entanto, se tornaria legítimo o uso da força, do derramamento de sangue, como meio de pacificar e reorganizar a Inglaterra em seu retorno? Falaremos disso mais adiante.

Quanto à questão do termo “invasão”, Michael Prestwich em *The Three Edwards: War and State in England (1272-1377)*, Mark Buck com *Politics, Finance and the Church in the Reign of Edward II: Walter Stapeldon, treasurer of England*, e o livro *The Reign of Edward*

⁷HEAD, Thomas; LANDES, Richard. *The Peace of God: Social Violence and Religious response in France around the Year 1000*. New York: Cornwell University Press, 1992.

⁸LAMBERT, T. B.; ROLLASON, David. *Peace and Protection in Middle Ages*. Durham: Durham University Press, 2009.

II: *News Perspectives*, organizado por Gwilym Dodd e Anthony Musson, retratam este momento como uma incerteza: ora dizem que foi uma invasão, ora uma retomada. Porém, mesmo nessa incerteza, eles estão mais inclinados a aceitar que a volta da rainha à Inglaterra fora uma invasão. A historiadora Lisa Benz St. John, que publicou o livro *Three Medieval Queens: Queenship and the Crown in the Fourteenth-Century England*, afirma ainda nas primeiras páginas que “com o príncipe a seu lado, Isabella começou a procurar apoio para uma invasão da Inglaterra”.⁹No ponto de vista destes historiadores, essa aparente inclinação para uma interpretação do momento como uma invasão se deve ao fato de que a rainha trazia consigo um exército de homens armados e a cavalo, portanto, caracterizando-se como não-legítimo. Por outro lado, apesar de Lisa Benz St. John nos dizer que a volta de Isabella foi uma invasão, esta historiadora tem como principal objeto em seu livro o termo *queenship*, isto é, o poder e autoridade, gênero, *status* e o conceito da “coroa” referente às três rainhas medievais (Margaret, Isabella e Philippa) do século XIV na Inglaterra. Portanto, St. John nos será fundamental para quando formos tratar especificamente da rainha Isabella.

⁹*With the prince at her side, Isabella began to seek support for an invasion of England.*

ST. JOHN, Lisa Benz. *Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 3

Isabella da França (1295-1358)

Isabella nasceu em 1295. Era filha de Philip IV, rei da França, e Joana I, rainha de Navarra. Já aos 13 anos, em 1308, a jovem Isabella casou-se com Eduardo II, rei da Inglaterra. A maior parte da história de vida de Isabella se encontra durante o reinado de Eduardo II, na sua regência, durante a minoridade de seu primogênito, e se estende por mais alguns anos após Eduardo III assumir, de fato, o poder sobre a Inglaterra no ano de 1330.

Durante o reinado de Eduardo II, a rainha consorte teve sua importância. No início, Isabella esteve bastante ao lado do rei em reuniões, assembleias e em viagens para além-mar. A morte de Gaveston¹⁰, um dos favoritos do rei, fez com que as atuações políticas de Isabella mudassem. “Segundo Lisa Benz St. John, “era o status não oficial de Isabella e a natureza “de bastidores” da intercessão que tornavam Isabella valiosa como mediadora de Eduardo”.¹¹ Isabella também passou a atuar na Chancelaria, sobretudo com mais autonomia a partir de 1326. O que iremos defender é que todos esses procedimentos políticos acabaram, posteriormente, se transformando,

¹⁰ Piers de Gaveston, conde de Cornwall, nasceu em 1284 e foi morto em 1312. Antes mesmo da ascensão de Eduardo II ao trono, Gaveston e Eduardo mantinham contato na Corte, eram bastante próximos. Piers foi banido do reino pela oposição de Eduardo II no ano de 1311, mas poucos meses depois ele retornou à Inglaterra. A morte de Gaveston possivelmente foi encomendada pela oposição do rei, que perseguia seus favoritos. O líder dessa oposição era Thomas de Lancaster, conde de Lancaster e primo do rei. Lancaster foi morto em 1322 após ter ocasionado uma grande revolta no ano anterior.

¹¹ *It was Isabella's unofficial status and the “behind-the-scenes” nature of intercession that made Isabella valuable as a mediator for Edward.* Ibid., p. 33.

espontaneamente ou não, em atuações políticas autônomas da rainha. Sua própria relação com o rei lhe dera as forças e condições de promover uma independência em suas atuações políticas. Mesmo quando parte de suas terras foram confiscadas em 1324 e repassadas aos Despenser, outros favoritos do rei, sua autoridade e poder não estavam enfraquecidos. Nesse período do reinado de Eduardo II, Isabella teve oportunidades de agir além de em nome do rei. Suas atuações políticas lhe garantiram uma posição política elevada e legítima, um poder influente sobre a interdependência entre aristocratas e a coroa, permitindo que ela conquistasse confiança e lealdade, tanto na França quanto na Inglaterra. Nesse sentido, quando falarmos mais adiante das evidências de sua guerra pela paz do reino, deve-se lembrar que o apoio desses aristocratas em seu retorno foi substancial para tornar a guerra como uma ferramenta para com fins políticos.

O reinado que falhou

O reinado de Eduardo II foi composto por crises de poder que, para Thomas N. Bisson, eram "consequência de uma mistura constituída pelas constrictões derivadas do costume, posição social e riqueza",¹² podendo, por vezes, ser interpretada como crises de

¹²*Las crisis de poder eran consecuencia de una mezcla constituida por las constricciones derivadas de la costumbre, la posición social y la riqueza.*

BISSON, Thomas N. *Las crisis del siglo XII: el poder, la nobleza y los orígenes de la gobernación europea*. Crítica Barcelona, 2009. p. 330.

“lealdade”¹³. Porém, iremos defender que essas crises não partiam da aristocracia, mas sim, dos tipos de governos vigentes. Sobre isso, Claire Valente e V. H. Green¹⁴ nos dizem que, no reinado de Eduardo II, a crise era o resultado de um acúmulo de insatisfações com os governos. Como bem diz Green, é “como se a crise do reinado não representasse mais do que uma explosão espontânea contra a dura disciplina do antigo rei e a incompetência e má administração de seu filho”.¹⁵ Ou seja, não eram os aristocratas os perturbadores da paz do reino e os causadores da própria crise. Eram os tipos de reis e seus respectivos governos que geravam o conflito. Tanto Valente quanto Green partem do princípio de que os aristocratas possuíam certa consciência de sua posição social, que tinham interesses, e que conheciam as leis e os costumes que se perpetuavam pelo reino. O não reconhecimento, ou o não cumprimento, dessas leis e costumes por parte dos reis era o motivo e legitimava os aristocratas para se posicionarem contra seus governantes.

Para entendermos a crise e oposição no reinado Eduardo II precisamos olhar para trás, alguns séculos antes. “A distribuição de terras feita por Guilherme, O Conquistador, facilitou os contatos e promoveu interesses que eram comum a toda classe donas de terras pela

¹³ Outra definição, digamos que mais simplificada, de Bisson para as crises de poder. Para este historiador, quanto mais crises, mais desordem se teria. Podemos, com certa facilidade, atribuir este sintoma de desordem à sociedade que se encontrava sob reinado de Eduardo II.

¹⁴ GREEN, V. H. H. *The Later Plantagenets*. Arnold, 1955.

¹⁵ [...] *as if the crisis of the reign represented no more than a spontaneous outburst against the harsh discipline of the old king and the incompetence and misgovernment of his son*. Ibid., p. 113.

inteira Inglaterra, pelo menos no que interessava às relações com o suserano”.¹⁶ Os interesses e os impulsos do momento colocavam os aristocratas em situações distintas: às vezes podiam ocasionar um conflito entre si, como às vezes podiam se aliar contra um inimigo maior. Pode-se dizer que esses interesses em comum perpetuaram ao longo dos anos. Posteriormente, esses interesses foram registrados e assinados na Magna Carta no século XIII. A Magna Carta, por sua vez, formalizava as leis e costumes da Inglaterra e cabia ao soberano respeitá-la. Ademais, no século seguinte, em 1311, o aparecimento das Ordenanças tinha como função reforçar as cláusulas da Magna Carta.

Essas cláusulas se configuraram como uma tradição dos ingleses. A oposição a Eduardo II, digamos, seguia as cláusulas da Magna Carta e das Ordenanças de 1311, que legitimavam seus movimentos de resistência à coroa, às vezes violentos, às vezes pacíficos. Por resistência pacífica entende-se, como aponta Claire Valente, uma pressão por parte de demonstração de força, *armed demonstration*, com destruições. O aparecimento dessa oposição tinha como um dos porquês o conhecimento dos próprios aristocratas, um pensamento político partir de seus costumes, de que o rei não correspondia o que estava previsto para ser um bom rei. Os aristocratas

¹⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 97.

da oposição também usavam a *targeted violence*¹⁷, isto é, uma violência dirigida, ou com um alvo. Sua função era perseguir os favoritos do rei com o intuito de pressioná-lo a seguir as “constituições”¹⁸ do reino. Enquanto a demonstração armada apenas destruía bens e terras, a *targeted violence* tinha como resultado o banimento do reino ou a morte do perseguido. Os aristocratas imaginavam e idealizavam os tipos de reis que ocupavam o trono do reino e, provavelmente, Eduardo II era aquele “príncipe enganado por conselhos maldosos”.¹⁹

Esse conselho maldoso de Eduardo II era composto, sobretudo, por alguns de seus favoritos. O primeiro deles, Piers Gaveston. Segundo os historiadores Dodd & Musson, Eduardo II era muito próximo de Gaveston, mesmo antes de assumir o trono inglês. Gaveston se configurava como um dos primeiros favoritos do rei e recebia muitos privilégios do mesmo. Esse favoritismo teria sido um ato que possivelmente contribuiu à uma escalada de insatisfação e violência. O rei governando aparentemente apenas para seus entes próximos causou certo descontentamento. No entanto, com a Magna Carta e com aparecimento das Ordenanças em 1311, esse favoritismo do rei para com Gaveston teve um fim.

¹⁷ Expressão usada por Claire Valente.

¹⁸ Por constituições, podemos entender que eram as cláusulas da Magna Carta e das Ordenanças de 1311.

¹⁹ HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. Cosac & Naify, 2010. p. 21.

As cláusulas foram levadas perante o rei, e ele não teve escolha a não ser aceitar, sob tal pressão. O rei aparentemente não estava ciente de que estes aristocratas, seculares e eclesiásticos, queriam “reformular”²⁰ a política de seu governo. Estes homens ansiavam a redução e o impedimento do rei em fazer imposições ilegais de modo a favorecer apenas quem compunha seu núcleo familiar na corte, sobretudo, obrigar o aumento de concessões para além de seus favoritos. Por conseguinte, o favorito do rei foi expulso do reino ainda em 1311 e ameaçado de morte se ousasse retornar. Gaveston parece não ter levado à sério a ameaça e retornou à Inglaterra poucos meses depois. E a ameaça foi cumprida. Em 1312, Piers Gaveston fora morto, soltando a faísca que ascendeu a divisão política no reino de uma vez por todas. Sua morte possivelmente foi encomendada pelo primo e “maior opositor” de Eduardo II, Thomas de Lancaster, conde de Lancaster. É muito provável que a rainha Isabella usou da morte de Gaveston para aliar-se, contudo, à Lancaster. Entretanto, “Gaveston era o menos perigoso que o favorito dos últimos anos do reinado, Hugh Despenser, o jovem”.²¹

Não obstante, Eduardo II tinha outros favoritos. O Despenser, o jovem, era o mais determinado e habilidoso. “Os últimos anos do reinado foram dominados pelas ambições do velho e jovem Despenser, em uma posição dominante após a queda de Thomas de Lancaster, o

²⁰ Expressão de Claire Valente, pois, a violência juntamente com o apoio da Magna Carta e das Ordenanças de 1311 eram as ferramentas políticas que os aristocratas tinham em suas mãos para impor uma reforma nas políticas dos governantes.

²¹ *Gaveston was less dangerous than the favourite of the last years of the reign, Hugh Despenser the younger.* PRESTWICH, Michael. *The Three Edwards...* Op. Cit., p. 72.

principal oponente do rei, em 1322”.²² Porém, antes dessa dominação atingir seu “ápice”, essa dupla teve de enfrentar a crescente força armada e opositora que Thomas liderava. Para se entender a ascensão dos Despenser, pai e filho, no reinado de Eduardo II, precisamos explicar um pouco sobre o conde Thomas. Assim, após a morte de Gaveston, o “Lancaster adotou uma atitude ameaçadora em relação aos cortesãos. Afastou-se do rei e, em meados de 1317, estava convocando assembleias armadas no norte em uma demonstração de força”.²³ Os anos passaram e Lancaster foi conseguindo mais aliados, mais posses e poder.

Em 1321 houve a revolta contra o rei. Porém, o conde de Lancaster não estava mais todo poderoso. Ele havia perdido muitos homens e sua força militar havia diminuído, sobretudo após a derrota na batalha de Myton no ano de 1319. Não obstante, o conde havia passado dos limites negociando com os escoceses contra a coroa inglesa. A partir disso, Lancaster passou a ser acusado de traidor. Até então suas ações teriam sido legítimas, pois estava lutando a favor das cláusulas de 1215 e 1311. Em março de 1322, ele fora condenado e degolado. Com a morte de Lancaster e de alguns de seus aliados, pela primeira vez Eduardo II pareceu ter triunfado. E, graças a isso, os Despenser se

²²*The last years of the reign were dominated by the ambitions of the elder and younger Despenser, in a dominant position following the fall of Thomas of Lancaster, the king's leading opponent, in 1322.* Ibid., p. 74.

²³*Lancaster adopted a threatening attitude towards the courtiers. He withdrew from the king, and by the middle of 1317 he was summoning armed assemblies in the north in a show of strength.* Ibid., 78.

sobressaíram, permanecendo no poder e como conselheiros do rei. Mas isso não duraria por muito tempo. Se a queda deles não veio pelo Lancaster, mal sabiam a quem poderiam temer. A queda deles, que viria apenas acontecer em 1326, tinha um nome: Isabella.

Diante disso, a rainha também fora afetada de muitas formas. Primeiro, foi substituída por um favorito e por seu “falso conselho”.²⁴ Segundo, as relações de Isabella com Eduardo de 1321 a 1324 foram se distanciando, se deteriorando. Segundo, St. John, o motivo teria sido o aparecimento de mais um favorito, o Despenser, o jovem. Porém, como visto, ela não perdera seu poder e autoridade nas atuações políticas, fosse de forma autônoma, fosse como intercessora ou como mediadora de conflitos, pois,

o status dela como a esposa do rei permitiu que ela exercesse o poder e a autoridade do rei de maneira semelhante a seus outros ministros. A rainha era uma parte significativa da coroa e os mecanismos que transmitiam a autoridade do rei.²⁵

Ela manteria sua influência, mas em uma menor escala. E como já mencionado, em 1324, Isabella teve grande parte de suas terras confiscadas pelo rei e repassadas aos Despenser. As terras eram dela.

²⁴ Expressão usada na crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England*, edição de 1906.

²⁵ [...] *her status as the king's wife allowed her to exercise the king's power and authority in similar ways as his other ministers. The queen was a significant part of the crown and the mechanisms that conveyed the king's authority.* ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 17.

Suas posses eram dotes que havia recebido em seu casamento. Somente ela tinha direito sobre aquelas terras

A ida e o retorno da rainha: evidências de uma “guerra pela paz”

A Inglaterra e França, desde o século XIII, mantinham uma relação conflituosa. Assim, “uma sociedade de guerreiros, em competição relativamente livre, transformara-se numa sociedade em que a competição era restringida à maneira de um monopólio”.²⁶ Por monopólio, de acordo com Norbert Elias, entende-se que a rivalidade e as lutas entre reis ingleses e franceses, principalmente por questão de território, era um meio de procurar afirmar seu poder social, estender seu domínio sobre outra área e, sobretudo, ter controle sobre a violência, aumentando, conseqüentemente, a área de sua pacificação. O vencedor da disputa assumiria a função central de administração do local e, por conseguinte, assumiria o domínio. O domínio, segundo Elias, “significa, em primeiro lugar, [...] domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência”.²⁷ Dessa forma, ora os franceses estavam no controle, ora os ingleses tinham o domínio.

Como já mencionado na introdução, os principais locais que estavam em competição, em disputa, nessa relação política entre os reis eram as terras localizadas nas regiões de Aquitânia e Gasconha. O século XIV também ficou marcado pelas duas fases da Guerra de

²⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador...* Op. Cit., p. 118.

²⁷ Ibid. p. 133-134.

Independência da Escócia. Contudo, em 1324, são quatro os fatores que conseguimos identificar como motores que teriam implicado na ida da rainha Isabella para França e no seu retorno à Inglaterra. Esses fatores são: os confiscos das terras da rainha Isabella, o próprio conflito (crises de poder) interna na Inglaterra, o favoritismo do rei, e os conflitos nas terras de Aquitânia e Guienne (Gasconha).

Eduardo II, imerso nesse cenário – com cobranças do rei francês, com sua aristocracia dividida, tendo altos gastos investindo nas campanhas bélicas contra as ameaças de invasão dos escoceses –, não teria pensado duas vezes em se proteger da ameaça externa e de encontrar um meio de se manter conectado com os franceses. Como consequência disso, muitos foram os afetados, inclusive a rainha Isabella. A crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England*, edição de 1906 por Friedrich W. D. Brie, registra o momento da decisão dos confiscos das terras de Isabella da seguinte forma:

[...] O rei tendo ido à Londres, e lá através do conselho de Sir Hugh le Despenser, o pai, e o filho, e do mestre Robert de Baldok, um falso clérigo e chanceler do rei, tomaram todas as terras da rainha Isabella e também as terras de Sir Eduardo, seu filho [...].²⁸

²⁸[...] *the kyng went po vnto Londoñ, and pere, prouz counseil of Sire Hugh pe Spenser pe pader, and of his sone, and of maistre Robert of Baldok, a false pilede clerc, his Chancellor, lete seise po alle pe Quenes landes into his owe honde, and also alle pe landes pat were Sire Edward his sones [...]*. BRIE, Friedrich W. D. *The Brut or the Chronicles of England*. Published for the Early English Text Society. 1906.p. 232.

Esse teria sido o ápice não só no casamento, mas como também nas atuações políticas que Isabella praticava sob ordem do rei. A crônica *The Brut* nos dá uma ênfase sobre o tipo de “reputação” ou comportamento que tinham os aliados e o conselho do rei. Ao dirigir-se a Robert de Baldok como “falso clérigo” percebe-se que, não só para o cronista, mas também para os contemporâneos de Eduardo II, esta era possivelmente a imagem que a oposição do rei tinha sobre aqueles que ocupavam os gabinetes de administração real, que ocupavam os salões de festas da Corte, que aconselhavam o rei. E tanto o cronista quanto os historiadores tais como Claire Valente, Lisa Bens St. John, V. H. H. Green, Michael Prestwich, Dodd & Musson, anteriormente mencionados, concordam em uma coisa: o rei era muito mais vezes persuadido pelo seu “falso conselho”. Em outras palavras, Eduardo II era facilmente controlado pelo seu conselho. A exemplo disso, os Despenser tiveram inúmeras “conquistas” no reinado deste rei. “A escala na qual os Despenser usaram sua posição de autoridade para construir sua riqueza privada foram sem precedentes”.²⁹ Os aristocratas que assistiam a esse cenário e custeavam os gastos do rei e de seu núcleo familiar se sentiram lesados pela falta de responsabilidade e autoridade do monarca. Não só eles, a rainha Isabella perdeu seu lugar como a principal conselheira do rei para os favoritos do marido.

²⁹*The scale on which Despenser used his position authority to build up his private wealth was unprecedented.* PRESTWICH, Michael. *The Three...* Op. Cit. p. 84.

A crônica *The Brut* e a documentação jurisdicional *Calendar of Patent Rolls* (1324-27), apontam que, além do rei ter ficado irritado com os confiscos das terras de sua irmã, também decidira escrever a ele quanto as questões dos ducados no reino francês. O rei teria escrito uma carta convocando-o para comparecer à França para tratarem da paz entre os reinos e quanto aos ducados de Gasconha e Aquitânia. Trata-se sobre suspeitas vindas de ambos os reis a respeito dos ducados e quanto a relação feudo-vassálica entre os dois. O *Patent Rolls* indica que, tanto em 1324 quanto em 1326, as terras de Gasconha e Aquitânia estavam sob pressão do rei francês, consequentemente causando movimentações militares tanto na França quanto na Inglaterra. O rei francês possivelmente enxergava o rei inglês como irresponsável. Enquanto o rei inglês suspeitava de que o francês estava subornando seus vassalos que estavam na França a seu mando, a seu serviço. O rei inglês preparava tropas para mandar para a França, enquanto o rei francês exigia a presença de Eduardo II na sua Corte que, por sua vez, acabou não indo.³⁰ Com pouco entusiasmo para travar uma guerra, sugere a mesma crônica que, “foi ordenado na Inglaterra, através do rei e seu conselho, que a rainha Isabella deveria ir à França para tratar da paz

³⁰ Cf. *Calendar of Patent Rolls*, 1324-27, p. 60-332; Cf. *The Brut or The Chronicles of England*, p. 232-233.

entre o seu senhor e de seu irmão”.³¹ Por outro lado, a crônica não nos aponta o exato mês ou dia que a rainha Isabella deixou a Inglaterra.

Sendo assim, podemos fazer duas perguntas. Por que ele mandaria Isabella, em 1325, para resolver questões de paz entre os dois reis? E, à qual sentido se aplica a palavra *pees* (paz)? Para a primeira pergunta, podemos responder da seguinte forma: Eduardo II era vassalo de Carlos IV. A relação de vassalo e suserano seria, então, uma restrição para total domínio daquela área por parte dos ingleses. Seu descuido seria um sinal verde para que Carlos IV retomasse aquelas posses para seu poder. Enviar a rainha para tratar da paz entre os dois reis, sobretudo quanto ao ducado de Gasconha, seria uma forma de conter futuras ameaças. Eduardo II teria aproveitado das habilidades de negociação de Isabella para este momento específico. E, não muito depois, o filho primogênito do rei também teria ido para a França para receber o título de duque de Gasconha no lugar do pai.

Para a segunda pergunta, segundo Ryan Le Velle, em seu artigo publicado no livro de Diane Wolfthal, entende-se que ao enviar a rainha Isabella, a paz, neste caso, teria um sentido político: “existiam condições dentro das quais a negociação de paz poderia ocorrer, mostrando que a paz estava enraizada como uma opção política”.³² Os

³¹[...] and so Hit was ordeynede in Engeland, prouz pe Kyng and his Counseil, pat Quene Isabell shulde wende into Fraunce, forto trete of pees bituene her lord and her broper. BRIE, Friedrich W. D. *The Brut*... Op. Cit. p. 232.

³²Conditions existed within which peace negotiation could take place, showing that peace was ingrained as a political option. WOLFTHAL, Diane. *Peace and Negotiation*... Op. Cit., p. 44.

dois reinos ainda não estavam em guerra, mas em uma constante tensão há anos. “Tratar da paz” era uma conduta usada “muitas vezes estrategicamente, talvez como um meio de recuperação temporária durante campanhas e em termos de aliança política”.³³ Já Richard W. Kaeuper assinala que “os últimos anos do século XIII e nos primeiros anos do século XIV, os reis da Inglaterra e da França estavam seriamente envolvidos (com muito sucesso alternado) em medidas destinadas a assegurar a ordem pública”.³⁴ Manter a ordem pública, significava manter a paz. O que estava devidamente apenso a esta ordem era o sistema jurisdicional que ambos reinos detinham. Era através da experiência do poder dos aristocratas no senhorio no qual os reis encontravam o instrumento substancial para estabelecerem o poder real e manter a paz no reino.

Paralelo a isso, no livro organizado por T. B. Lambert & David Rollason, a paz recebe algumas definições, dentre elas: *peace and protective power* (paz e poder protetor); *peace as positive* (paz como positiva); *the social peace* (a paz social). Porém, iremos usar apenas a concepção e definição de *peace as positive*. No caso, seria a paz como uma harmonia, “amizade”, entre vassalo e suserano. “No entanto, esse tipo de paz [...] é frágil e eminentemente quebrável; sua negação leva à

³³[...] often be used strategically, perhaps as a means of temporary recovery during campaigns and in terms of political alliance. Ibid., p. 46.

³⁴By the later years of the thirteenth century and the early years of the fourteenth century, the kings of England and France were seriously involved (with very mixed success) in measures designed to secure public order. KAEUPER, Richard W. War, Justice and Public Order... Op. Cit., p. 170.

inimizade mortal”;³⁵ Sendo assim, podemos entender que, quando uma homenagem ou um juramento de fidelidade eram válidos, existia uma aparente relação positiva. Ela é frágil a ponto de que um descuido transforme o bom em mal, o amigo em inimigo. Vale ressaltar que esse tipo de relação é um laço contratual público feudo-vassálico que, por sua vez, está exposto a fragilidades. Podemos enxergar isso no motivo de ter enviado a rainha Isabella para a França. Provavelmente Eduardo II esperava que a corda que amarrava essa aparente relação positiva não rompesse quando se recusou ir para a França, por medo e por ter escutado, novamente, seu conselho.

Por este ângulo, podemos entender que o conselho, com o rei, possivelmente de forma inconsciente, caracterizou a rainha Isabella como um instrumento de pacificação. Pois, para manter essa relação positiva, essa amizade contratual, entre os dois reis, Isabella era a chave do equilíbrio, a própria idealização da concepção de paz. Se Isabella era o que se esperava para que a corda não se rompesse, para se manter a paz entre os dois reis, logo, o próprio Eduardo II propiciou à rainha a narrativa de uma imagem pacificadora. Desse mesmo modo, simultaneamente, Eduardo II teria dado à rainha as forças, as armas e o impulso, para um possível e eventual contra-ataque.

Por conseguinte, Thomas Head & Richard Landes ressaltam que, ao menos a França em meados do século XII, “[...] constituiu o

³⁵*Yet this type of peace [...] is fragile and eminently shatterable; its negation leads to potentially mortal enmity.* LAMBERT, T. B; ROLLASON, David. *Peace and Protection...* Op. Cit., p. 8.

primeiro movimento em que, pelo menos teoricamente e por definição legal, a autoridade pública detinha o monopólio do uso legítimo da violência”.³⁶ Nesse sentido, entende-se que para qualquer uma das partes, se a corda rompesse,³⁷ o uso da violência sangrenta ou da violência como ferramenta política seria visto como legítimo, desde que fosse empregado por um representante de poder e autoridade devidamente reconhecidos. Já Diane Wolfthal nos diz que a “conexão entre o pessoal e o político e seu foco em estratégias para alcançar a paz é acompanhado por uma outra característica distintiva: o exame dos problemas associados à paz”.³⁸ Para Wolfthal, paz é uma resolução de um conflito, ou seja, o próprio conflito gera as oportunidades e a concepção de paz a partir da posição do grupo vencedor.

Estando na França, sugere Michael Prestwich que, tendo “o herdeiro do trono em suas mãos, Isabella se recusou a voltar a menos que os Despensers fossem removidos da corte”.³⁹ Isabella tinha um

³⁶[...] *Constituted the first movement at which, at least in theory and by legal definition, public authority held a monopoly on the legitimate use of violence [...].* HEAD, Thomas; LANDES, Richard. *The Peace of God...* Op. Cit., p. 8.

³⁷ Nesse sentido, se a corda romper significa uma demonstração da fragilidade desses laços feudo-vassálicos. Como Eduardo II nesse período era vassalo do rei francês, Carlos IV, era provável que ele tinha certo receio e preocupação com esse laço entre os dois. E o rompimento disso, daria a legitimidade para o uso da violência.

³⁸[...] *The connection between the personal and the political and its focusing on strategies to attain peace is joined by one other distinguishing feature: its examination of the problems associated with peace.* WOLFTHAL, Diane. *Peace and Negotiation...* Op. Cit., p. xxv-xix.

³⁹*With the heir to the throne in her hands, Isabella refused to return unless the Despensers were removed from court.* PRESTWICH, Michael. *The Three...* Op. Cit. p. 85.

motivo próprio para desejar isso. Se não funcionasse à distância e sob pressão, permanecendo na França, logo, ela, provavelmente, ainda seria a causa da queda dos Despenser por outro meio.

O primeiro assunto a ser tratado com o rei francês foi quanto à homenagem em relação ao ducado de Gasconha. Além de ter feito a cobrança quanto a homenagem, fez do primogênito do rei inglês o Duque de Guienne, como mostra a crônica inglesa *The Brut* em uma fala do rei francês para o futuro rei da Inglaterra:

[...] meu querido, seja bem-vindo, entendo que por causa de seu pai não pôde vir para receber o título do Ducado de Guienne, seus antepassados não iriam querer que não o fizesse, você recebe aquele senhorio e deve mantê-lo para mim como uma herança assim como seus antepassados fizeram antes [...].⁴⁰

Desse modo, Eduardo de Windsor, futuro rei da Inglaterra, garantiu sua homenagem sobre os ducados, assumindo muito mais do que o esperado. E não muito mais tarde, em 1326, as terras de Gasconha que deveriam estar sendo supervisionadas pelo Sir Oliver de Ingham, que foi enviado à França junto com a rainha, sofreram inesperados danos com destruições vindas de homens franceses, assim como mostra o *Calendar of Fine Rolls*(1319-27), no mês de agosto:

⁴⁰[...] *faire sone, ze ben welcomen; and for cause pat of zour pader comeþ nouzt forto done his homage for pe Duchee of Ghyen, as his auncestres were wont forto done, zeue pat lordeship, to holde hit of me in heritage as zoure auncestre deden bifore zow*.BRIE, Friedrich W. D. *The Brut*... Op. Cit. p. 233.

[...] O rei da França tem feito guerra ao rei, recebendo a esposa do rei em seu reino e detendo Eduardo, o primogênito do rei, a quem o rei confiava em seu afeto, enviado a ele, contra a vontade do rei, e acalentando os inimigos do rei e rebeldesdo rei, e cavalgando contra o dito ducado (sic) com ameaça de exércitos, e sobrecarregando com guerra o rei e seus cercos em outros caminhos por terra e mar, e tendo agora ordenado a prisão de todos os homens do reino e poder do rei (inglês) passando por seu reino e permanecendo nele, com seus bens.⁴¹

A destruição nas terras de Gasconhapoderia ser resultado das provocações indiretas feitas ao rei francês. Carlos IV, possivelmente, entendeu que enviar a rainha não era o suficiente para que se mantivesse a paz entre eles, muito menos seria resolvido o problema entre os dois enviando seu filho primogênito para realizar tarefas que eram de responsabilidade de quem carregava a coroa. A negligência pode ser vista, pelos olhos do rei francês, como uma forma de Eduardo II negar sua relação pública de vassalo, logo, podia ser interpretada como motivo para uma guerra legítima e a retomada de poder sobre aquelas terras.

⁴¹[...] *the king of France having made war on the king, receiving the king's wife in his realm and detaining Edward, the king's firstborn son, whom the king, trusting to his affection, sent to him, against the king's will, and cherishing the king's enemies and rebels, and riding against the said duchy (sic) with treat armies, and burdening with war the king and his liegesin other ways by land and sea, and having now ordered the arrest of all men of the king's realm and power passing through his realm and staying therein, with their goods.*C. F. R., 1319-27. p. 410-11.

Em contrapartida, Eduardo II lançou ordens para todos os cantos da Inglaterra, como pode se observar, um exemplo, neste trecho referente ao mês de agosto de 1326 no *Fine Rolls*:

Ordem ao sheriff de York para prender todos os homens do poder e domínio do rei da França com seus navios e bens, exceto religiosos e outras pessoas eclesiásticas e aqueles que fixaram domicílios, filhos e esposas no reino e permaneceram nele como habitantes por um longo tempo, e exceto os homens de Flandres e Bretanha durante a trégua entre o rei e eles, e para mantê-los e seus navios e mercadorias com segurança até nova ordem; e para certificar o rei dos nomes daqueles que estão presos e de seus navios e bens e o valor deles, e dos nomes daqueles que têm domicílio dentro do reino, e de tudo que ele faz aqui.⁴²

Este tipo de ordem demonstra o que foi já explicado anteriormente quanto aos acontecimentos que começaram através movimentações militares em Gasconha e Aquitânia ainda em novembro de 1324. Percebe-se, assim que, mesmo com a rainha Isabella na França, mesmo com Eduardo de Windsor fazendo sua homenagem quanto as terras de Gasconha, os conflitos em torno de Gasconha não cessaram. A ideia

⁴²*Order to the sheriff of York to arrest all men of the power and dominion of the king of France with their ships and goods, except religious and other ecclesiastical persons and those who have fixed domiciles, children and wives in the realm and have stayed therein as denizens for a long time, and except men of Flanders and Brittany during the truce between the king and them, and to keep them and their ships and goods safely until further order ; and to certify the king of the names of those so arrested and of their ships and goods and the value thereof, and of the names of those who have domiciles within the realm, and of all he do herein.*C. F. R., 1319-27, p. 410-411.

que Eduardo II tinha de que enviando a rainha e seu filho para a França resolveria os problemas com rei francês não passou de uma grande desilusão de seus interesses. Gasconha, Aquitânia e o reino da Inglaterra ainda ferviam em conflitos.

Por conseguinte, a rainha insistiu em ficar na França. A crônica inglesa nos mostra um registro do momento que Eduardo II teria ficado enfurecido e acusado a rainha e seu filho de inimigos.

Quando o Rei Eduardo estava com certeza enfurecido, deixou que clamassem em Londres, se Rainha Isabella e Eduardoseu filho não viessem para Inglaterra, que eles fossem considerados como inimigos, ambos para o reino e para a coroa; e que se não voltassem para Inglaterra, mas ambos fossem exilados, a mãe e seu filho.⁴³

Tendo em vista a palavra “exilados”, podemos compreender o porquê de os historiadores como Lisa Benz St. John, Mark Buck, Dodd & Musson e outros, citados na introdução e ao longo desse artigo, chamarem o retorno de Isabella como invasão. Nesta perspectiva, quem estava exilado, banido, se retornasse e ainda com um exército, não seria visto como legítimo, muito menos como pacificador do reino.

Quando Isabella soube da referência a si como inimiga do rei e do reino, os planos parecem ter mudado. Atacar as terras de Gasconha não

⁴³*Wherfore Kyng Edward was ful sore annoiede, and' lete make a crie at London pat, if Quene Isabell and Edward her sone come nouzt into Engeland, pat pai shulde bene holden as enemys, bope to pe reaume & to pe croune; and for pat pai wolde nouzt come into Engeland, but bop were exiled, pe moder and her sone.* BRIE, Friederich W. D. *The Brut*... Op. Cit., p. 233.

foi o suficiente. Aqui, uma rápida observação. Seguindo o que Claire Valente define de *armed demonstration* (demonstração armada), podemos associar isso com o ataque nas terras de Gasconha. Se a demonstração armada não foi o suficiente, usava-se da *targeted violence*. Podemos associar o retorno de Isabella como uma perseguição aos Despenser que ainda estavam no poder na Inglaterra, além de uma busca por apresentar-se como a liderança da pacificação do reino. Desse modo, com a própria idealização de sua imagem como pacificadora, podemos dizer que Isabella aproveitou das circunstâncias, transformando seu envio e sua imagem de pacificadora numa arma, na própria narrativa para seu contra-ataque. E ela contava com seguidores leais de ambos os reinos, como já explicado.

Se o usoda violência era uma “ferramenta política”, segundo Claire Valente, e uma “ideia eminentemente política”, de acordo com Leandro Rust, podemos entender que, possivelmente, estes aristocratas foram banidos como pessoas que violaram algum costume, lei, da Inglaterra. Para Valente, se lei era a política, para Rust, violá-la era um ato de violência. Mas há quem faria isso propositalmente! Entretanto, que tipo de lei estaríamos nos referindo? A Inglaterra era um reino de costumes. Nos referimos à lei de terra como costume dos ingleses desde a Inglaterra anglo-normanda. Um senhor feudal, ao abandonar seu senhorio e não exercer sua autoridade e poder era, de certa forma, uma violação ao costume, à lei. Violação era uma violência. E onde se encaixa o derramamento de sangue? O sangue derramado também era

parte de uma forma de costume, uma política, instaurada por quem detinha do direito de comando e poder para tal. O derramamento de sangue e a violência eram legítimos quando fossem empregados “como meio para alcançar um bem superior [...] Um bem como a paz”.⁴⁴ Como a rainha era uma autoridade pública, detinha do direito de comando e poder para tal, logo, derramar sangue em seu retorno se tornava legítimo na restauração da paz. A rainha, mesmo com seu poder social em menor escala, ao se aliar com seu irmão e com seus vassalos, e contar com a confiança dos outros seguidores que ela havia conquistado nos primeiros anos do reinado de Eduardo II, conseguira se estabelecer como uma administradora de toda aquela força que estava disposta a exercer quando retornasse à Inglaterra. Inclusive, a “maternidade deu automaticamente o poder de rainha, mas coube a ela, ou àqueles à sua volta, manipular ativamente essa posição para estender seu poder à autoridade”.⁴⁵

Considerações finais

O retorno da rainha Isabella, ou sua guerra pela paz, pode ser assim caracterizado em duas etapas, que foram, consequente e simultaneamente, resultados imediatos das atuações políticas de Isabella. O derramamento de sangue e a morte dos favoritos do rei

⁴⁴RUST, Leandro Duarte. *Bispos Guerreiros...* Op. Cit. p. 113.

⁴⁵[...] *motherhood automatically gave the queen power, but it was up to her, or those around her, to actively manipulate this position to extend her power into authority.* ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit. p. 143.

caracterizavam a primeira etapa. A segunda, por sua vez, foi a deposição-abdicação de Eduardo II no ano de 1327 devido às habilidades de Isabella em controlar e manipular aqueles que estavam ao seu redor para que acreditassem que o rei havia abdicado, quando, por outro lado, a deposição foi uma sugestão de seu conselho.⁴⁶ Em outras palavras, o controle de Isabella nesse período pode ser entendido, no entanto, como uma relação de interdependência que ela tinha para com os aristocratas que lhe apoiavam. O apoio desses aristocratas em seu retorno foi substancial para tornar a guerra como uma ferramenta para com fins políticos.

Sendo assim, a guerra pela paz foi um instrumento, por assim dizer, reformador, pretendido como restaurador, que foi devidamente mais controlado pelos aristocratas da oposição de Eduardo II que pela própria rainha Isabella. A identificação de alguns interesses em particular e com a imagem da rainha fizera com que esses aristocratas, espontaneamente, tomassem um partido, uma posição, de lutarem ao lado da rainha. Logo, a paz que deveria ser proclamada na coroação de Eduardo III⁴⁷ era exclusiva dos aristocratas que seguiram a rainha, dos vencedores. Dessa forma, entende-se que no momento do retorno à Inglaterra, quem estava com a rainha Isabella pensava e idealizava o retorno como legítimo, e a guerra pela paz como uma ferramenta

⁴⁶ Cf. VALENTE, Claire. *The Deposition and Abdication of Edward II*. The English Historical Review, Vol. 113, No. 453 (Sep., 1998), pp. 852-881., p. 877; Cf. ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 140; Cf. *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, p. 8; Cf. BRIE, Friederich W. D. *The Brut...* Op. Cit., p. 242.

⁴⁷ Cf. *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, p. 8.

política para com fins políticos. Aqueles que estavam ao lado Eduardo II, possivelmente enxergaram o retorno de Isabella como o uma guerra má, a causa de mais crise e violência no reino, portanto, sua volta à Inglaterra não era vista como legítima

A concepção de paz era moldada a partir dos interesses e costumes dos aristocratas, podendo, por vezes, ser motivo para se rebelarem contra quem anteriormente lutara a seu serviço. Esse é o caso da rebelião de 1329, em que esses mesmos aristocratas que apoiaram a rainha em seu retorno à Inglaterra, rebelaram-se contra ela.⁴⁸ Contudo, a paz era o símbolo de uma nova ordem política. Eessa nova ordem política e a reforma no governo pertenciam somente ao grupo dos aristocratas vencedores, já que os derrotados eram mortos, presos ou restritos a outro tipo de subjugação ao novo poder.

Fontes Primárias

BRIE, Friedrich W. D. *The Brut or The Chronicles of England*. Published for the Early English text Society, 1906.

Calendar of Close Rolls, 1327-30. Preserved in the Public Record Office, 1972

Calendar of Close Rolls, 1330-33. Preserved in the Public Record Office, 1972.

⁴⁸ Cf. ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 156; Cf. *Memorandum no Calendar of Close Rolls, 1330-33*, p. 293-294

Calendar of Fine Rolls, 1319-27. Preserved in the Public Record Office, 1912.

Calendar of Patent Rolls, 1324-27. Preserved in the Public Record Office. 1971.

Fontes Bibliográficas

BISSON, Thomas N. *Las crisis del siglo XII: el poder, la nobleza y los orígenes de la gobernación europea*. Crítica Barcelona, 2009.

BUCK, Mark. *Politics, Finance and the Church in the Reign of Edward II: Walter Stapleton, treasurer of England*. Cambridge University Press, 1983.

DODD, Gwilym; MUSSON, Anthony. *The Reign of Edward II: New Perspectives*. York Medieval Press, 2006.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GREEN, V. H. H. *The Later Plantagenets*. Arnold, 1955.

HEAD, Thomas; LANDES, Richard. *The Peace of God: Social Violence and Religious response in France around the Year 1000*. New York: Cornell University Press, 1992.

HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. Cosac & Naify, 2010.

LAMBERT, T. B; ROLLASON, David. *Peace and Protection in the Middle Ages*. Durham University, 2009.

KAEUPER, Richard W. *War, Justice and Public Order: England and France in Later Middle Ages*. Oxford:Clarendon Press, 1988.

PRESTWICH, Michael. *The Three Edwards: War and State in England 1272-1377*. 2nd Ed. Routledge, 1990.

RUST, Leandro Duarte. *Bispos Guerreiros: Violência e Fé antes das Cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

ST. JOHN, Lisa Benz. *Three Medieval Queens: Queenship and the Crown in the Fourteenth-Century England*. Palgrave Macmillan, 2012.

VALENTE, Claire. *The Deposition and Abdication of Edward II*. The English Historical Review, Vol. 113, No. 453 (Sep., 1998), pp. 852-881.

_____. *The Theory and The Practice of Revolt in Medieval England*. Ashgate, 2003.

WOLFTHAL, Diane. *Peace and Negotiation: Strategies for Coexistence in the Middle Ages and Renaissance*. Arizona: Brepols, 2000.

Recebido em 03/07/18 aceito para publicação em 22/01/19

A leitura da Lenda da Dama do Pé de Cabra na perspectiva das novas mídias digitais

Amanda Ingrid dos Santos¹,
Jonabelle de Andrade²,
Mateus Alves Nedbajluk³,
Carlos Eduardo Zlatic⁴

Resumo: A narrativa medieval conhecida como A lenda da Dama do Pé de Cabra, primeiramente registrada no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, foi assim chamada e difundida por Alexandre Herculano e, mais recentemente, pelo Sítio do Pica-Pau Amarelo, programa transmitido pela Rede Globo. A modificação de elementos em relação ao registro original e a ausência de qualquer intenção de análise historiográfica sustentada pelo autor português e pela rede de TV incitaram o desenvolvimento de um produto audiovisual que abarcasse essa perspectiva. Diante disso, o presente artigo pretende abordar o autor e o contexto de produção da lenda e os potenciais oferecidos pelo uso das novas mídias digitais para a produção e disponibilização de conhecimento na contemporaneidade a fim de debater as potencialidades do desenvolvimento de produtos audiovisuais voltados para um público cada vez mais atraído por meios não escritos de transmissão de conhecimento.

Palavras-chave: Lenda da Dama do Pé de Cabra, D. Pedro Afonso, novas mídias digitais.

Abstract: The medieval narrative known as Legend of the Lady with the Cloven Hoof, first registered in the Book of Lineages of the Count D. Pedro, was thus called and publicized by Alexandre Herculano and, more recently, by the Sítio do Picapau Amarelo, a show broadcast by Rede Globo. The modification of elements in relation to the original registry and the absence of any intention of historiographical analysis sustained by the Portuguese author

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná. Contato: ingridamanda1999@gmail.com

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná. Contato: andrade_historia@hotmail.com

³ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná. Contato: mateusnedbajluk@gmail.com

⁴ Pós-doutorando PNPd/CAPES junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Contato: carloszlatic@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

and the TV network stimulated the development of an audiovisual product that embraced this perspective. The present paper intends to approach the author and context of the production of the legend and the potential offered by the use of the new digital media for the production and diffusion of knowledge in the contemporaneity in order to discuss the potential of the development of audiovisual products aimed at an audience increasingly interested by non-written means of transmitting knowledge.

Keywords: Legend of the Lady with the Cloven Hoof, D. Pedro Afonso, new digital media.

Dentre a variedade de narrativas medievais registradas pelo conde D. Pedro de Barcelos em seu Livro de Linhagens, uma delas chama atenção pelo eco que encontra na contemporaneidade. Trata-se da lenda que conta a trajetória de D. Diego Lopes que, depois de se encantar por uma formosa figura feminina, descobre que ela era uma criatura mágica e detentora de uma característica peculiar: tinha os pés de uma cabra⁵.

A Lenda da Dama do Pé de Cabra, assim chamada pela primeira vez por Alexandre Herculano em seu livro *Lendas e Narrativas*, encontrou difusão no meio escrito depois que o autor a resgatou da tradição medieval e ampliou sua forma e conteúdo a partir de influências do Romantismo. Na obra, escrita em meados do século XIX, a narrativa, apresentada em tons de uma veracidade a ela atribuída por seu registro em um velho livro, é fortemente marcada pela perspectiva cristã, tanto para construir uma ideia de moral, quanto para a afirmação

⁵ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** Edição crítica por José Mattoso. In: *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série – vol. II. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. p. 138-140.

nacionalista em relação ao outro, o muçulmano. O primeiro aspecto se evidencia pela imagem diabólica associada à Dama, incapaz de reconhecer bem ou mal; o segundo, pela atribuição de adjetivos pejorativos aos muçulmanos, assemelhando-os aos cães⁶.

Mais recentemente, a lenda da Dama do Pé de Cabra foi apresentada ao amplo público quando, em 2004, tematizou de uma série de capítulos do Sítio do Picapau Amarelo, atração desenvolvida pela Rede Globo a partir da obra de Monteiro Lobato. Embora o programa referencie a obra de Alexandre Herculano, o faz apenas ao utilizar o nome do personagem Argimiro, enamorado da Dama do Pé de Cabra, que nessa produção passou a se chamar Isabel, nome até então inexistente nas versões anteriores da lenda⁷.

Consideradas essas variações de uma mesma história e, no caso de Alexandre Herculano e do Sítio do Picapau Amarelo, sua associação ao caráter de entretenimento do livro e da comunicação em massa, portanto, diferente das intenções originais daquela registrada por D. Pedro de Barcelos em seu Livro de Linhagens, esse artigo pretende analisar a viabilidade e a abordagem no desenvolvimento de um produto audiovisual que seja capaz de apresentar tanto a lenda da Dama do Pé de Cabra em sua concepção medieval, quanto de compreender essa narrativa pela perspectiva historiográfica de seu momento de

⁶ HERCULANO, Alexandre. **A Dama do pé-de-cabra**. Domínio Público: Wikisource, 2007.

⁷ Os vídeos da série televisiva O Sítio do Picapau Amarelo utilizados como fonte para esse artigo encontram-se disponíveis de maneira dispersa no YouTube.

produção: o autor, seu contexto histórico, suas intenções e as do grupo social ao qual pertence aquela tradição.

Antes de avançar, cumpre informar que a intenção de produzir um conteúdo audiovisual que abordasse a narrativa contida no Livro de Linhagens pela perspectiva da História motivou e orientou o curso extensão *Um celular na mão e uma lenda medieval na cabeça!* e a videoaula, gerada ao final das atividades, se encontra disponível ao público por meio do YouTube, com o título *A Lenda da Dama do Pé de Cabra: uma análise historiográfica*⁸.

Tendo em vista os objetivos anunciados, o presente artigo será dividido em dois pontos. O primeiro deles será dedicado à compreensão do caráter historiográfico da lenda da Dama do Pé de Cabra, ou seja, o autor e suas intenções, o contexto histórico e as pretensões políticas almejadas pela narrativa. Em seguida, serão analisados os elementos técnicos e as inovações experimentadas no campo da internet e tecnologias móveis, assim possibilitando uma reflexão a respeito das formas de circulação de conhecimento e modificações de comportamentos sociais no século XXI. Dessa forma, busca-se analisar como a emergência das novas formas de produção e veiculação de informação na contemporaneidade pode contribuir para a difusão de um conhecimento em grande medida registrado por meio da escrita, ampliando o acesso desses saberes a um grupo maior de pessoas.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LzrrtP4Egvg&t=14s>. Acesso em: 07/01/2019.

A lenda da Dama e a crítica historiográfica

O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro insere-se num contexto de enriquecimento literário das cortes portuguesas e de disputas entre o poder régio e o nobiliárquico. Filho ilegítimo de D. Dinis, D. Pedro cresceu em um ambiente culturalmente rico, marcado pela produção trovadoresca – a exemplo de seu pai, autor de uma variedade de canções –, mas também social e politicamente instável, como havia sido o reinado dionisino desde o seu princípio, quando o rei entrou em guerra contra seu próprio irmão, o infante D. Afonso⁹.

Outra disputa que influenciou fortemente a trajetória de D. Pedro foi a guerra civil que marcou o reino de Portugal em finais do governo de D. Dinis, quando esse rei entrou em confronto com seu primogênito, o futuro Afonso IV, irmão do conde de Barcelos. Conforme o suserano português desenvolveu suas práticas centralizadoras, criou um constante senso de resistência entre os nobres, primeiramente passiva, ao cercear as “imunidades senhoriais”. Esgotadas as possibilidades de oposição, os membros da nobreza insatisfeitos com a política dionisina se associaram ao herdeiro do trono para iniciar uma revolta. Foi nesse contexto que, buscando aproximar o filho bastardo, D. Dinis doou o condado de Barcelos a Pedro Afonso no ano de 1314¹⁰.

⁹ MOCELIM, Adriana. “Segundo conta a estória...” **A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. Tese (Doutorado em História), UFPR, Curitiba, 2013, p. 258–261.

¹⁰ *Ibid.*, p. 268.

Com o agravar das tensões que levaram Portugal a uma guerra civil entre 1319 e 1324, Pedro Afonso deixou o reino em direção a Castela, onde “pode entrar em contato com a atividade literária lá praticada desde os tempos de seu bisavô Afonso X, que ganharia novo vigor no Reinado de Afonso XI, e ainda com D. João Manuel, segundo Lindley Cintra, o maior prosador da Idade Média Castelhana”¹¹.

Depois de retornar ao reino de Portugal em 1322, a pedido de seu irmão, o infante Afonso, D. Pedro desenvolveu atividades a fim de estabelecer a concórdia entre D. Dinis e o herdeiro do trono, demonstrando grandes habilidades conciliatórias e forte influência sobre ambos. A esse respeito, Adriama Mocelim recorre à Crónica Geral de Espanha de 1344, também escrita pelo conde Barcelos, para frisar aquela postura conciliadora e afirma:

Ao justificar-se o Conde coloca que sempre esteve ao lado do pai, não deixou de servi-lo. Fora, segundo ele o pai que assim o quis, colocando-o fora de suas terras sem motivo, ou merecimento. Isenta-se assim de culpa nos eventos que levaram ao seu desterro, novamente apontando para o perigo dos maus conselheiros e do que pode acontecer ao dar-lhes ouvido. Ao regressar de Castela não teria participado de nenhum combate contra o Rei. Ressalta seu papel conciliador ao ‘sugerir’ ao Rei que alcançasse a concórdia com o Infante, finalizando assim os conflitos que estavam gerando instabilidade no Reino, fragilizando-o¹².

Nesta mesma crônica, o conde tece elogios ao rei Afonso IV, agora ocupante do trono, enaltecendo-o “pela prática da justiça,

¹¹ *Ibid.*, p. 273.

¹² *Ibid.*, p. 277.

elemento que fora de grande relevância na caracterização do Rei Dinis, não sendo ela questionada ao longo do relato”¹³. Durante o resto de sua vida, teve sua posição na corte cada vez mais reduzida e acabou por se recolher seu trabalho solitário que resultou na Crónica de 1344 e no Livro de Linhagens.

Pedro Afonso demonstrou grande habilidade no manejo do jogo político interno ao reino português. As mudanças levadas a cabo por D. Dinis mostram-se efetivas, haja vista que se mantiveram ao longo do próximo reinado, como aponta Matoso: “o processo de organização do Estado se revela, no reinado seguinte, como irreversível. Os poderes senhoriais, aparentemente triunfantes, não deixarão mais de perder terreno perante o fortalecimento do Estado monárquico”¹⁴.

A postura conciliatória do conde foi reforçada por sua atuação a favor da união dos reis de Portugal e de Castela com o objetivo de frear o avanço dos muçulmanos vindos de Marrocos, o que se deu de maneira vitoriosa na Batalha do Salado, travada em 1340. Este evento é caracterizado por Luís Krus como “acontecimento terminal da narrativa do passado hispânico que se propôs, dando-lhe, tal como a conquista de Sevilha para a Primeira Crônica Geral de Espanha de Afonso X, a categoria de marco simbólico na história peninsular de seu tempo”¹⁵.

¹³ *Ibid.*, p. 281.

¹⁴ MATTOSO, José. Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Apud *Ibid.*, p. 279.

¹⁵ KRUS, Luís. A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280-1380). Apud *Ibid.*, p. 283.

A habilidade da concórdia possuída pelo conde D. Pedro também favorecia as políticas desenroladas ao longo dos reinados de Afonso III, D. Dinis e Afonso IV, monarcas que colocaram em curso um projeto centralizador da autoridade régia e, em decorrência disso, demandavam uma harmonia em torno do poder régio, que cada vez mais recorria ao uso da justiça contra possíveis usurpadores ou nobres revoltosos. Conforme aponta Mattoso, na Idade Média

Existem pelo menos dois princípios de legitimação [do exercício da força]: o sancionamento religioso conferido pelo poder espiritual, e a pertença ao grupo social que pode exercer a autoridade, e a transmite por meio do nascimento. Ambos se baseiam em representações teóricas orientadoras da prática: uma invoca a origem divina do poder [...]; outra apela para o consenso social que atribui funções próprias aos componentes de três grandes ordens em que a humanidade se divide: os *oratores*, *belatores* e *laboratores*; a divisão e a complementaridade das tarefas, e a reprodução perpétua de cada uma das três ordens asseguram a estabilidade social. São duas formas diferentes de legitimação do poder. Ambos recusam a arbitrariedade da força¹⁶.

Ainda segundo José Mattoso, existia outro princípio de legitimidade na Idade Média: o dos poderes extraordinários transmitidos por meio do sangue. Essa ideia, presente sobretudo na tradição germânica, estava voltada para a legitimação da condição social superior atribuída aos nobres, independente da riqueza possuída por eles. Igualmente pautado na divisão tripartite da sociedade, esse

¹⁶ MATTOSO, José. Legitimação e linhagem. In: DACOSTA, Arsenio (Ed.). **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 18.

ideário carrega uma ambiguidade ao não determinar se a autoridade pública era inerente à função sacra ou guerreira, apontando para um acordo entre os *oratores* e os *belatores* em que era necessária tanto a força para os sacerdotes, quanto os ditames de condições de legitimidade advindo da religião aos guerreiros¹⁷.

Tal legitimidade do poder régio era transmitida pelo sangue, e o interesse do conde D. Pedro em se dedicar a linhagística buscava não só a legitimação da autoridade pública, mas também a demarcação do prestígio naquela sociedade, pautado justamente no exercício de funções sócio-políticas. Dessa forma, José Mattoso assinala: “As genealogias pretendem registrar a superioridade hierárquica daquele conjunto de indivíduos que a reivindica em virtude do seu próprio nascimento numa família determinada”¹⁸.

Outra característica da narrativa, seu caráter mítico, pode ser constatada de maneira sistemática não apenas na literatura da Península Ibérica, mas na de todo o Ocidente Medieval, como aponta Jaume Aurell. O gênero literário da genealogia tem um formato a-histórico e a-temporal, voltado para as origens lendárias dos antepassados que fundavam as linhagens nobres e funcionava como uma importante ferramenta de legitimação dos poderes da nobreza, mais eficiente que a expansão militar e as estratégias matrimoniais. Ainda segundo aquele autor:

¹⁷ MATTOSO, José. Legitimação e linhagem. In: DACOSTA, Arsenio (Ed.). **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 18–19.

¹⁸ *Ibid.*, p. 22.

Las genealogías de los condes suplen entonces con eficacia a los sobrios anales altomedievales. La genealogía es asumida por los cronistas medievales como un medio privilegiado para establecer una sucesión ordenada y rigurosa de los hechos, que son los verdaderos fundantes de la estructura de la historia. Prolifera así una literatura propiamente histórico-historiográfica, que aprende a convivir con las leyendas épicas, percibidas como ficcionales por sus lectores.¹⁹

Assim, a escrita do conde D. Pedro estava intrinsicamente ligada à sua condição social. Enquanto nobre, remontava suas origens linhagísticas a um tronco de dinastias régias peninsulares dos reinos visigodos, atribuindo à aristocracia portuguesa a qualidade que Luís Krus trata por “aristocracia guerreira peninsular, procurando demonstrar como suas origens hispânicas nela predestinavam a milícia de Cristo a quem estaria reservada a proteção e a salvação de toda a Cristandade”²⁰. A posição social que se justifica nas obras do conde D. Pedro é, portanto, a do combate ao inimigo religioso, mas também a de quem busca justificar a centralização por parte da autoridade régia, exercido por seu pai e depois por seu irmão, assim almejando contribuir para o estabelecimento de uma harmonia construtiva para a ordem régia portuguesa.

As obras deixadas pelo Conde representam, dentro do contexto peninsular, uma forma de retomar o ideal

¹⁹ AURELL, Jaume. Memoria dinástica y mitos fundadores: la construcción social del pasado en la Edad Media, in: **La conciencia de los antepasados**, Madrid: Marcial Pons, 2014, p. 305.

²⁰ KRUS, Luís. O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII, in: **A Construção do Passado Medieval: textos inéditos e publicados**, Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 178.

cruzadístico, revelando à fidalguia e à realeza peninsulares a consciência de seu papel na sociedade. Tal consciência era transmitida pelo Conde através de suas obras, em muito influenciadas pela sua atuação junto à corte do Rei Dinis, pelas viagens que pode fazer ao lado do Rei, ou como inquisidor régio e ainda graças ao período em que esteve exilado em Castela e dos contatos lá estabelecidos.²¹

Dessa forma, as narrativas registradas no Livro de Linhagens cumprem este papel legitimatório de grupos específicos na constelação política do contexto português e leonês-castelhano, tendo um sentido conciliatório a partir da busca de harmonia entre nobreza e realeza. Para que se possa compreender como essas intenções estavam presentes na lenda da Dama do Pé de Cabra, urge apresentar seu conteúdo de modo mais detalhado para, depois disso, analisar seu conteúdo em uma perspectiva historiográfica.

Como registrado no Livro de Linhagens²², D. Diego Lopes estava em meio a uma caçada quando ouviu a voz de uma mulher. Ao se aproximar, constatou que era muito bonita e bem vestida – apesar da característica marcante de seus pés serem cindidos ao meio como os de uma cabra –, atributos que fizeram com que ele se apaixonasse por ela, ao que se seguiu um pedido de casamento. Ela prontamente aceitou o pedido, mas impôs uma condição ao nobre: prometer que jamais iria se santificar. A concordância com essa demanda abriu espaço para o

²¹ MOCELIM, Adriana. “Segundo conta a estória...” **A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. Tese (Doutorado em História), UFPR, Curitiba, 2013. p. 291.

²² **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. In: *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série – vol. II. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. p. 138-140.

enlace e, em seguida, o casal teve um filho, chamado de Iñigo Guerra, e uma filha, cujo nome não é informado pela fonte.

Seguindo a narrativa, o conde D. Pedro registra que, em determinado dia, enquanto o casal e os filhos estavam sentados à mesa comendo um porco, D. Diego Lopes atirou um osso a dois cães. Enquanto brigavam pelo prêmio, o menor dos cachorros se lançou sobre o maior e o matou. Impressionado pela cena, o nobre exclamou: “Santa Maria val, quem vio nunca tal cousa!”. Diante da santificação do esposo, a dama deixou a residência em direção à floresta levando consigo sua filha, ao passo que o pai impediu a saída do filho.

Depois de um tempo, D. Diego Lopes foi guerrear contra os muçulmanos e acabou por cair cativo em Toledo. Sabendo do ocorrido, Iñigo Guerra buscava uma forma de resgatar o pai, quando foi aconselhado a buscar o auxílio da mãe, que poderia lhe prestar o auxílio necessário. Assim procedendo, o filho foi até a floresta e recebeu dela um cavalo dotado de características mágicas que garantiriam permanentes vitórias ao seu possuidor, como o foi quando Iñigo Guerra logrou resgatar D. Diego.

Esse trecho do Livro de Linhagens narra, portanto, a história de D. Diego Lopes com uma mulher dotada de poderes mágicos e, juntos, foram os progenitores da linhagem de Haro, detentora do senhorio de Biscaia até o século XIV. Da forma como se insere na obra do conde D. Pedro, a lenda apresenta as origens daquela estirpe, construindo a

imagem de seus antepassados como libertadores do povo biscainho, e atuando como

“uma espécie de prólogo à apresentação da genealogia da família, reforçando o sentido de jogo de parentescos aí evocados: ligações matrimoniais a casas régias e condaís externas ou anteriores à dinastia castelhano-leonesa a que estavam sujeitos como vassalos, os senhores de Haro no século XIV.”²³

As narrativas sobre a linhagem de Haro simbolizam uma relação com o poder que remete ao valor guerreiro e ao sangue, justificando o domínio sobre Biscaia pelos membros daquela estirpe e dotando-os da “posse de carismas sem os quais esse poder se anularia na sua funcionalidade social”²⁴.

Luís Krus aponta ainda uma gênese política para a posição distintiva atribuída pela narrativa aos nobres da linhagem de Haro: a relação com os reis de Castela. As fontes registram a existência efetiva de um Diego Lopes, senhor de Biscaia entre 1170 e 1214, que se rebelou contra Afonso VIII de Castela e Toledo, entre os anos de 1201 e 1205. Considerando que o revoltoso logrou vantagens sobre o suserano, a narrativa genealógica reafirma

As relações de parentesco atribuídas pelo Livro de Linhagens aos Haros míticos... remete[m] para um tempo em que os reis eram condes a origem do senhorio – e o

²³ KRUS, Luís. Uma variante peninsular do mito de Melusina: a origem dos Haros no Livro de Linhagens do conde de Barcelos, *in*: **A Construção do Passado Medieval: textos inéditos e publicados**, Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 152.

²⁴ *Ibid.*, p. 162.

próprio significado da Lenda da Independência de Biscaia, apontam para uma mesma finalidade: a de apresentar o senhorio não sujeito à coroa de Castela²⁵.

Dessa forma, a lenda objetivava contribuir para a legitimação da poderosa linhagem de Haro, constituindo o horizonte de harmonia das monarquias com os setores nobiliárquicos e estabelecendo um lugar na ordenação aos segundos, sem com isso reduzir a centralidade dos primeiros. Portanto, a finalidade da narrativa estava voltada para a apresentação de um território não sujeito à autoridade régia castelhana, assim contribuindo para o prestígio sócio-político e os poderes de seus senhores, estratégia literária que foi acompanhada por outras formas de exaltação, a exemplo da alteração do escudo-brasão de Haro – ao qual foram adicionados símbolos referentes às vitórias militares contra os muçulmanos²⁶.

Considerando o que ficou exposto, a narrativa registrada pelo Livro de Linhagens possui seu sentido temperado na forja das relações próprios da sociedade feudal ibérica do século XIII, diferentemente de como se pode observar em outras adaptações da mesma lenda da Dama do Pé de Cabra, que possuem como função primeira a do entretenimento, o que não as isenta de serem também imbuídas de um sentido político implícito ou explícito. Comparando as versões do conde

²⁵ *Ibid.*, p. 164.

²⁶ KRUS, Luís. Uma variante peninsular do mito de Melusina: a origem dos Haros no Livro de Linhagens do conde de Barcelos, in: **A Construção do Passado Medieval: textos inéditos e publicados**, Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2011, passim.

D. Pedro e de Alexandre Herculano, Ana Maria Soares constata a desconstrução e destruição da mundividência original da lenda, em que a

Fada é convertida em bruxa e em criatura ao serviço das forças demoníacas, revelando, desta forma, uma inversão do seu papel fundador assim como o recalçamento e a destruição do feminino, destituído do seu significado ancestral e substituído pelo princípio masculino, associado à misoginia e à visão da mulher como ser inquietante e diabólico²⁷.

Ainda segundo a autora, essa modificação teria sido efetivada a partir dos pressupostos do século XIX, “a fim de lançar críticas verdadeiramente mordazes à nobreza e ao clero”²⁸. Em se tratando de sua adaptação feita para o veículo televisivo, a versão da lenda da Dama do Pé de Cabra também carrega elementos do contexto de sua produção. A finalidade de entretenimento que se agrega às narrativas mais contemporâneas não as exime de função política, mas descolam a lenda de seu contexto original, restando na segunda versão mencionada nenhuma referência à política régio-nobiliárquica do século XIII ou a pretensão de compreender aquela narrativa sob a perspectiva historiográfica.

A origem da lenda da Dama do Pé de Cabra, o autor do Livro de Linhagens e suas intenções, a análise historiográfica do conteúdo

²⁷ SOARES, Ana Maria. A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano, **Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía**, n. 5, p. 7–30, 2011, p. 28.

²⁸ *Ibid.*, p. 29.

lendário, as influências políticas e midiáticas nas versões dos séculos XIX e XX. Nenhuma dessas problemáticas foi levada ao grande público por meio de livros ou de programas de televisão, questão que ficou mais circunscrita ao âmbito acadêmico, marcadamente entre os medievalistas. A restrição no acesso a esse debate não apenas impede a compreensão da narrativa em sua elaboração originária, como, por consequência, deturpa os conhecimentos a respeito da Idade Média, reforçando a interpretação desse período histórico a partir de conotações míticas, de um mundo envolto em magia e trevas.

Como criar formas de dar publicidade a essas reflexões e fazer com que esse exercício de análise historiográfica fique disponível aos potenciais interessados por esse tema? Existe a possibilidade de produzir conteúdo audiovisual que contemple essas demandas? Sim! Ora, basta aproveitar a emergência das tecnologias do século XXI e o advento das novas formas de difusão de informação, cada vez mais individualizadas e disponíveis por meio dos celulares.

O advento do smartphone, novas mídias e a mobilidade da informação

O celular é atualmente um dos meios de comunicação mais utilizados no dia-a-dia, condição que contrasta com seu emprego inicial, muito mais circunscrito a um público formado por grandes empresários, principalmente no Japão e Estados Unidos, países pioneiros na

ampliação da tecnologia e utilização desses aparelhos a partir de 1970²⁹. Se, de início, o uso desse recurso esteve restrito ao recebimento e realização de chamadas, o século XXI trouxe o advento do smartphone, incorporando outras duas tecnologias que revolucionaram as possibilidades de comunicação a partir da segunda metade da centúria anterior: os computadores e a internet.

Em seu surgimento, o computador, instrumento de proporções gigantescas, esteve muito mais voltado para a aplicação nas guerras, distante do acesso aos civis. Essa mesma trajetória marcou igualmente o desenvolvimento da internet que, a princípio pensada para a comunicação militar, passou a ser usada para troca de informações em ambiente acadêmico e posteriormente atingiu a condição de rede aberta ao público, a partir dos anos de 1993-1994, já numa perspectiva da oferta desse serviço visando o lucro³⁰.

Atualmente, com a modernização dos computadores e a consequente redução de suas proporções físicas, juntamente com a obsolescência do uso de cabos para a conexão com a internet provocada pelo advento das redes Wi-Fi e de dados móveis, os antigos celulares puderam agregar novas tecnologias e possibilitar o advento dos smartphones, responsáveis por colocar essas inovações na palma da mão de seus

²⁹ SILVA, Sandra Rúbia da. “Eu não vivo sem celular”: Sociabilidade, Consumo, Corporalidade e Novas Práticas nas Culturas Urbanas, **Intexto**, v. 2, n. 17, p. 1–17, 2007, p. 2.

³⁰ BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 300.

usuários, cada vez mais atraídos por uma característica marcante desses aparelhos: a mobilidade.

A adoção dessas tecnologias de caráter móvel, ao que se soma a crescente popularização dos smartphones, fez com que esses aparelhos entrassem no cotidiano da população como ferramenta de uso pessoal, fenômeno que pode ser compreendido pela perspectiva de uma sociedade de consumo, capaz de gerar forte apelo comercial em torno de determinados bens, a exemplo dos novos celulares. Assim sendo, podemos admitir que, hoje, “Os indivíduos utilizam os bens para constituir a si mesmos e ao mundo [...]”³¹, entendimento que torna possível compreender como os telemóveis passaram a constituir parte da identidade de seu portador.

Como analisado por Sandra Rúbia da Silva, esses novos padrões de comportamento geram uma relação de afetividade entre o indivíduo e seu aparelho, perceptível também pelo comportamento de humanização da ferramenta-máquina³². Para além disso,

Questões como a estetização da vida cotidiana, a busca pela distinção, o individualismo, o surgimento de novas sociabilidades, a construção de identidades, o fortalecimento de laços sociais e até a mobilização política estão entre os problemas de pesquisa que envolvem uma

³¹ SILVA, Sandra Rúbia da. “Eu não vivo sem celular”: Sociabilidade, Consumo, Corporalidade e Novas Práticas nas Culturas Urbanas, **Intexto**, v. 2, n. 17, p. 1–17, 2007, p. 2.

³² *Ibid.*, p. 10–11.

A partir desse conjunto de elementos, é possível perceber a condição central ocupada pelos aparelhos celulares na vida cotidiana da sociedade contemporânea que, ao demandar uma constante conectividade e interatividade, impulsiona os indivíduos à formação de redes de sociabilidade estruturadas em torno de grupos virtuais, ensejando uma lógica de profunda demanda pela instantaneidade, mobilidade e virtualidade das relações contemporâneas. A partir disso, como conclui Sandra Rúbia da Silva, “[...] possuir e usar um celular torna-se uma maneira de estar no mundo [...]”³⁴.

Todos esses elementos, desde o individualismo à formação de grupos de sociabilidade, passando por uma sociedade de consumo que exige a permanente conexão virtual por parte dos sujeitos, promoveram notórias mudanças comportamentais. A presença dos smartphones pode ser facilmente constatada em ambientes públicos, do transporte aos grandes shoppings, provocando alterações nas formas de convívio e de interação entre as pessoas. Chegar à casa de outrem, bares ou restaurantes, e perguntar pela senha do Wi-Fi passou a ser atitude corriqueira dos nossos dias, mas incomum nos primeiros anos do nosso século, assim como o era também receber um vídeo e poder assistir e compartilhar seu conteúdo com um grande número de contatos. Ou seja, o modo de consumir informação também se individualizou e provocou

³³ *Ibid.*, p. 4.

³⁴ *Ibid.*, p. 13.

alterações no campo da mídia: seu tipo, direcionamento e formas de consumo foram completamente remodelados pelo advento das plataformas virtuais de disponibilização de informação audiovisual, como o YouTube.

Em 2005, três amigos estadunidenses se depararam com a dificuldade de compartilhar os vídeos produzidos por eles e por outras pessoas ou meios de comunicação ao redor do mundo. Buscando uma solução para esse entrave, Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim criaram o YouTube. A plataforma experimentou um crescimento vertiginoso quando alguns de seus vídeos atingiram a condição de *virais*, ou seja, passaram a ser compartilhados e visualizados por milhões de pessoas ao redor do globo³⁵. Com tamanho sucesso, a plataforma foi comprada pelo Google logo no ano seguinte.

De acordo levantamento apresentado em reportagem do Portal IG, estima-se que 95% da população brasileira com acesso a internet visita o YouTube ao menos uma vez ao mês, índice que aumenta em 1% para a faixa etária de 18 a 35 anos. A pesquisa mostrou ainda que 63% dos entrevistados não viveriam sem a plataforma de vídeos e, daquele total, 31% olham para ela como uma fonte de aprendizado. Ainda segundo a matéria, “A pesquisa indica que 79% dos entrevistados consideram que assistir tutoriais é uma opção melhor do

³⁵ VENTURA, Felipe. **Um breve histórico de como o YouTube ganhou a internet**, Gizmodo Brasil, disponível em: <<https://gizmodo.uol.com.br/inicio-historia-youtube/>>, acesso em: 20 ago. 2018.

que a leitura de instruções inscritas, indicando uma prevalência significativa dos conteúdos em vídeos frente aos de texto”³⁶.

Os dados supracitados apontam para uma tendência em considerar o audiovisual como alternativa aos meios escritos, como Arlindo Machado indaga em texto de título provocativo: *As Mídias são os Livros do Nosso Tempo?*³⁷. No entendimento do autor, a sociedade contemporânea costuma associar o livro a uma definição restrita, cristalizada a partir do século XV, que toma o códice cristão como modelo e pressupõe que esse padrão tem como característica determinante a escrita e impressão em papel. Em contraposição a esse entendimento, ele afirma que:

Podemos definir o *livro* numa acepção mais ampla, como sendo todo e qualquer dispositivo através do qual uma civilização grava, fixa, memoriza para si e para a posteridade o conjunto de seus conhecimentos, de suas descobertas, de seus sistemas de crenças e os vãos de sua imaginação. [...] livro é o instrumento mais poderoso de que pode dispor uma civilização para concentrar o pensamento disperso de seus representantes e conferir-lhe toda a eficácia, difundindo-o rapidamente no tecido social, com um mínimo de custos e de dificuldades³⁸.

³⁶ ECONÔMICO, Brasil. **YouTube é acessado por 95% dos usuários de internet no Brasil**, Tecnologia, disponível em: <<https://tecnologia.ig.com.br/2017-07-28/youtube-usuarios.html>>, acesso em: 20 ago. 2018.

³⁷ MACHADO, Arlindo. *As mídias são os livros de nosso tempo?*, in: CÍCILIA MARIA KROHLING PERUZZO (Org.), **A mídia impressa, o livro e as novas tecnologias**, São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares, 2002, p. 109–121.

³⁸ *Ibid.*, p. 110–111.

Seguindo a reflexão de Arlindo Machado, até o século XV, mesmo o registro escrito era pensado como meio de fixar a memória a fim de ser recitado em público, o que implica em considerar o grande papel que a oralidade desempenhava na transmissão do conhecimento. Assim sendo, o manuscrito era um acessório possibilitador da cultura oral, marcadamente durante a Antiguidade e a Idade Média, quando a troca dos saberes esteve ligada às atividades dos oradores e menestréis, responsáveis por verdadeiros relatos espetacularizados³⁹.

Contudo, continua Arlindo Machado, não se pode considerar essa característica oral como exclusiva dos períodos antigo e medieval, haja vista que, ainda no século XX, pensadores que ofereceram relevante contributo para o campo da Ciência pouco escreveram, preferindo expressar suas reflexões por meio da fala, em aulas, debates ou pelos meios de comunicação. Se hoje temos esses conhecimentos em formato escrito, foi devido ao trabalho dos ouvintes que se preocuparam em registrá-los⁴⁰. O autor afirma que, ignorando o poder da oralidade,

Nossas instituições intelectuais, entretanto, ainda parecem se deixar embalar pelas idéias esdrúxulas de que o conhecimento encontra-se associado exclusivamente ao modelo conceitual do texto impresso ou de que só se pode pensar com palavras, com palavras escritas preferencialmente. Persiste ainda largamente nos meios acadêmicos, sobretudo nas áreas de humanidades, uma

³⁹ *Ibid.*, p. 111.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 11q-113.

tendência generalizada de confundir competência intelectual com talento para a escrita⁴¹.

Em contraposição ao tradicionalismo acadêmico, as novas gerações têm resistido ao livro impresso e as formas escritas de transmissão do conhecimento, mostrando preferência pelos meios audiovisuais⁴². Diante disso, Arlindo Machado indaga: “[...] por que não recorrer aos novos meios informatizados, como a hipermídia, para transmitir informação e conhecimento a todas essas gerações refratárias aos livros?”⁴³.

Ao longo dos últimos oitenta anos, a sociedade contemporânea assistiu ao crescimento do acesso aos meios de comunicação, principalmente aqueles relacionados aos meios audiovisuais. A pouco e pouco, deixamos de ser uma comunidade de leitores para nos transformarmos em espectadores, condição essa que tem experimentado significativas mudanças a partir de inícios do século XXI, fenômeno também marcado pela passagem da comunicação em massa para outra, mais individualizada e tornada possível pelo advento do *streaming*⁴⁴.

⁴¹ *Ibid.*, p. 113.

⁴² A afirmação a respeito dessa resistência aos meios impressos deve ser, contudo, matizada. Para tanto, faz-se relevante considerar o grande número de analfabetos funcionais no Brasil, o pouco incentivo à leitura oferecido aos jovens brasileiros, o alto custo dos livros, a lentidão da circulação da informação escrita em relação ao conteúdo difundido pelas novas plataformas audiovisuais – acessado de modo imediato, mas restrito pelo acesso à internet –, dentre outros elementos.

⁴³ *Ibid.*, p. 114.

⁴⁴ Forma de transmissão de dados digitais oferecida de maneira contínua por meio de conexão com a internet. Conhecido também como fluxo de mídia, é um dos principais recursos das plataformas de oferta de conteúdo audiovisual em ambiente virtual.

A assim chamada comunicação em massa é entendida por John B. Thompson como a “[...] produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”⁴⁵. Nesse sentido, o sociólogo afirma que algumas características desse meio são: seu envolvimento com determinados meios técnicos e institucionais, ou seja, a indústria da mídia; atribuição de valor às formas simbólicas, o que implica em determinar a possibilidade de reprodução da informação de maneira mercadológica; dissociação entre o contexto de produção e de recepção, sendo que os receptores tem pouca capacidade de interferência sobre o que é produzido; extensão da informação veiculada no tempo e no espaço, atingindo locais remotos em momento distinto do que é produzido; e a circulação pública de formas simbólicas. Tomando por base essas premissas, o autor afirma:

[...] a comunicação de massa se diferencia de outras formas de comunicação – como as conversas telefônicas, as teleconferências, ou as produções particulares de vídeo – que empregam os mesmos meios técnicos de fixação e transmissão, mas que são dirigidas para um indivíduo ou para um grupo bem restrito de receptores⁴⁶.

Hoje, mais de vinte anos depois de John B. Thompson escrever essas palavras, o cenário dos meios de comunicação sofreu profundas alterações, implicando em não mais aceitar que a mídia possa ser

⁴⁵ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**, RJ: Vozes, 1998, p. 32.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 35.

completamente dissociada das produções particulares de vídeo ou direcionada para um grupo circunscrito de interessados. O fenômeno do YouTube deu destaque a uma variedade de produtores de conteúdo audiovisual, desenvolvidos de maneira individualizada, portanto sem o controle das instituições midiáticas e possíveis de serem produzidos e consumidos de maneira gratuita por meio da plataforma. Graças a isso, constata-se também a extensão da informação a nível global por meio da internet, o que quebra não apenas as barreiras geográficas, mas também temporais.

Tendo o smartphone como ferramenta para a produção de conteúdos, as pessoas têm acesso a diversos recursos, como os aplicativos para edição de vídeos, tornando possível produzir, editar e compartilhar suas criações com os mais variados tipos de público, simplesmente por meio daquilo que o aparelho lhes oferece. Assim sendo, as novas tecnologias quebram o monopólio da mídia tradicional sobre a produção de informação e dão espaço para a emergência de um novo tipo de indivíduo que se entende, para além de outras determinações, como um potencial criador de conteúdo.

Impulsionada por essas novas tecnologias e suas potencialidades, a produção audiovisual de uma análise historiográfica a respeito da lenda da Dama do Pé de Cabra tornou-se viável com o uso do celular, utilizado como meio de desenvolvimento e difusão de conteúdo. No que diz respeito à feitura do material, a pouca experiência com a elaboração de roteiro e os desafios de produzir conteúdo atrativo

ao público com recursos muito básicos – celulares populares, tripés, microfones simples, programas gratuitos de edição de vídeos, espaços pouco adequados para gravações, dentre outros – foram os maiores entraves experimentados⁴⁷.

Depois de ter sido divulgado no dia 10 de janeiro de 2018, o vídeo *A Lenda da Dama do Pé de Cabra: uma análise historiográfica*⁴⁸ foi visualizado por um total de 535 pessoas do Brasil, Portugal, Índia, França e Espanha. Os dados estatísticos apresentados pelo YouTube a respeito das visualizações apontam um crescente interesse do público, principalmente a partir de origem externa – impulsionada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Facebook – e interna, gerada pela busca na própria plataforma de *streaming*. Os dados são, contudo, inconclusivos para se observar a localização exata, faixa etária, grau de escolaridade e outras informações mais detalhadas a respeito dos espectadores.

Tendo em vista os debates desenvolvidos nas páginas anteriores, considera-se que a elaboração de um produto audiovisual para a lenda da Dama do Pé de Cabra e sua interpretação historiográfica logrou o

⁴⁷ Embora a Universidade Federal do Paraná tenha excelentes técnicos e equipamentos disponíveis para esse tipo de produção, como câmeras semiprofissionais e profissionais, microfones variados, laboratórios de edição de som e vídeo, dentre outros recursos, o curso de extensão teve a intenção de emular um ambiente escolar, marcadamente da rede pública de Ensino Básico, carente desses bens e tecnologias. Essa opção se justifica por ser nesse espaço de ensino que a maior parte dos graduandos terá suas primeiras experiências como professores.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LzrrtP4Egvg&t=14s>. Acesso em: 07/01/2019.

êxito de disponibilizar os conhecimentos a respeito daquela narrativa e do contexto medieval de sua elaboração a um público alargado, capaz de acessar essas informações por meio de um dispositivo presente em seu dia-a-dia e que cabe na palma de sua mão. Esse feito jamais poderia ter sido pensado sem a emergência das novas mídias digitais e as atuais plataformas de compartilhamento de áudio e vídeo, que individualizaram a produção de conteúdos, quebrando a hegemonia das mídias tradicionais, ao mesmo tempo em que tornaram possível o armazenamento e disponibilização de vídeos a quem tem acesso à internet, em todo o globo, em qualquer hora e lugar.

Conclusão

O desenvolvimento de um audiovisual pautado na análise historiográfica da lenda da Dama do Pé de Cabra a partir do registro do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, distinto daquele produzido pela escrita de Alexandre Herculano e das imagens do Sítio do Picapau Amarelo, buscou preencher a lacuna representada pela inexistência de uma abordagem acadêmica que, alinhada às novas mídias digitais, pudesse lançar um olhar crítico sobre aquela narrativa a partir dos elementos medievais de sua elaboração e dissociar a lenda de um caráter pretensamente lúdico ou unicamente voltado para o entretenimento, como podem sugerir suas versões contemporâneas.

A quantidade de acessos ao vídeo disponível no YouTube, pensado e desenvolvido a partir da fonte histórica e de bibliografia

especializada, demonstra o interesse de um público específico por essas informações, antes restritas aos livros e artigos de revistas e, portanto, mais acessíveis ao meio acadêmico. Encontravam-se, assim, distantes de um público potencialmente interessado na lenda da Dama do Pé de Cabra, mas que não tem acesso a material escrito especializado ou são resistentes à leitura.

No que toca o mérito da divulgação de conhecimento acadêmico a partir das novas plataformas oferecidas pelas mídias digitais, considera-se que a produção do vídeo *A Lenda da Dama do Pé de Cabra: uma análise historiográfica* representa uma promissora experiência de desenvolvimento e divulgação de saberes, cujos resultados ainda não podem ser analisados em sua completude e que permanecerão em aberto enquanto esse produto audiovisual estiver disponível ao público.

Referências:

AURELL, Jaume. Memoria dinástica y mitos fundadores: la construcción social del pasado en la Edad Media. *In: La conciencia de los antepasados*. Madrid: Marcial Pons, 2014, p. 303–334.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. (Coleção Interface).

ECONÔMICO, Brasil. YouTube é acessado por 95% dos usuários de internet no Brasil. Tecnologia. Disponível em: <<https://tecnologia.ig.com.br/2017-07-28/youtube-usuarios.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

HERCULANO, Alexandre. A Dama do pé-de-cabra. Domínio Público: Wikisource, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=81913>. Acesso em: 20 ago. 2018.

KRUS, Luís. O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII. *In: A Construção do Passado Medieval: textos inéditos e publicados*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 171–179.

KRUS, Luís. Uma variante peninsular do mito de Melusina: a origem dos Haros no Livro de Linhagens do conde de Barcelos. *In: A Construção do Passado Medieval: textos inéditos e publicados*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 151–170.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição crítica por José Mattoso. *In: Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série – vol. II. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

MACHADO, Arlindo. As mídias são os livros de nosso tempo? *In: CÍCILIA MARIA KROHLING PERUZZO (Org.)*. A mídia impressa, o livro e as novas tecnologias. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares, 2002, p. 109–124. (Coleção INTERCOM de comunicação, 15).

MATTOSO, José. Legitimação e linhagem. *In: DACOSTA, Arsenio (Ed.)*. La conciencia de los antepasados. Madrid: Marcial Pons, 2014, p. 17–25.

MOCELIM, Adriana. “Segundo conta a estória...” A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval. Tese (Doutorado em História), UFPR, Curitiba, 2013.

SILVA, Sandra Rúbia da. “Eu não vivo sem celular”: Sociabilidade, Consumo, Corporalidade e Novas Práticas nas Culturas Urbanas. *Intexto*, v. 2, n. 17, p. 1–17, 2007.

SOARES, Ana Maria. A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barecelos a Alexandre Herculano. Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía, n. 5, p. 7–30, 2011.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. RJ: Vozes, 1998.

VENTURA, Felipe. Um breve histórico de como o YouTube ganhou a internet. Gizmodo Brasil. Disponível em: <<https://gizmodo.uol.com.br/inicio-historia-youtube/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Recebido em 20/08/18 aceito para publicação em 18/01/19

**Revista Vernáculo n.º 43,
1.º sem. 2019**

Publicado em Março de 2019

**ISSN 2317 - 4021
<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>**